O papel da Escola no Estado Peronista

MARGARITA V. RODRÍGUEZ

ORIENTADOR:

DR. DERMEVAL SAVIANI

TESE DE DOUTORADO

Campinas

• 1996 •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

93 05830

T/UNICAMP
R618p
V. Ex.
TOMBO BC/ 30551
PROC. 281/97
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 24/05/97
N° CPD

CM-00098837-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

R696p
R618p

Rodriguez, Margarita Victoria.
O papel da escola no estado peronista / Margarita Victoria Rodriguez. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Dermeval Saviani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ensino de primeiro grau. 2. Escola pública. 3. Educação - História. 4. Educação e estado. 5. Ideologia. I. Saviani, Dermeval. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

O PAPEL DA ESCOLA NO ESTADO PERONISTA

MARGARITA VICTORIA RODRÍGUEZ

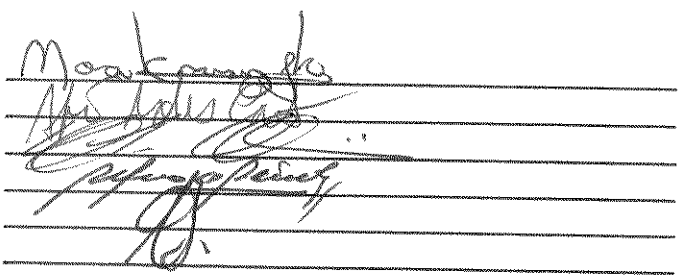
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por MARGARITA V. RODRIGUEZ e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 10/12/96. Assinatura:

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Comissão Julgadora:



AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas tiveram participação destacada na realização deste trabalho. Mencioná-las aqui é um momento em que expresso meu agradecimento e carinho:

Prof. Dr. Dermeval Saviani que acompanhou e dirigiu permanentemente minha pesquisa.

Professora e amiga Susana Vior que fez um análise cuidadosa, sendo fonte de consulta e valiosas sugestões.

Alejandro meu marido, não só pelo apoio, mas sobretudo pelo sacrificio e pela paciência.

Amigos do Brasil e Argentina que solidariamente estiveram perto durante todo o processo da construção desta tese.

Professor Rubén Cucuzza que alentou sempre o meu trabalho.

Professores Doutores do Departamento de Filosofia e História da Universidade Estadual de Campinas que me ofereceram a oportunidade de aprofundar minhas reflexões na área da história.

Professores Doutores Silvio Sánchez Gamboa, e Cleiton de Oliveira que aportaram sugestões durante o exame de qualificação.

Amiga Katia, que colaborou com as correções do português.

Autoridades da Universidade Nacional de Luján que facilitaram a possibilidade de cursar um pos-grado no exterior.

Departamento de Educação da Universidade Nacional de Luján que me apoio neste projeto.

Todos os funcionários da Secretaria da Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp que sempre agiram gentilmente.

Na fase de pesquisa, visitei várias bibliotecas. Não poderia deixar de salientar a participação do pessoal da Biblioteca Nacional do Congresso Argentino, do Arquivo do Ministério da Educação, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico do Equipe de História Social da Educação da UNLu.

Agradeço ao CNPq pelo apoio dado a minha Tese.

RESUMO

A presente tese em Educação, que leva por título O PAPEL DA ESCOLA NO ESTADO PERONISTA, tem por objetivo analisar o papel que o regime outorgou à escola pública do ensino primário e desvendar as estratégias que o mesmo desenvolveu para implantar na vida escolar a chamada "doutrina justicialista".

Para atingir tal objetivo estruturamos o trabalho em três capítulos: 1) Configuração do Peronismo; 2) Os Discursos de Juan Domingo Perón, Ministros e Secretários da Educação: As Bases Doutrinárias; 3) A tentativa de um sistema peronista de educação.

Utilizamos como base documental os discursos de Juán Domingo Perón e das autoridades educativas, leis, decretos, portarias ministeriais, entre outros, que permitiram analisar todo o período 1945-1955. Apresentando assim, os aspectos mais importantes da política educacional do ensino primário.

Reconhecendo a necessária abertura da pesquisa histórico educacional para novas temáticas, procuramos instalar com este trabalho um debate em torno da problemática educacional durante o governo peronista com a intenção de discutir os elementos de continuidade e ruptura que o regime peronista apresentou.

INDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I: Configuração do Peronismo
1.Contexto Sócio-político e econômico 9
1.1 Os setores populares apóiam Perón 11
1.2O regime e sua relação com os grupos dominantes 16
1.3A intervenção dos nacionalistas no cenário político 17
2.As interpretações sobre o peronismo 17
2.1. Análise política
Jorge Abelardo Ramos 23
Gino Germani 23
Torcuato Di Tella 25
2.2. Análise sociológica
Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero 26
3.3. Uma análise dos conflitos
Ricardo Gaudio e Jorge Pilone 27
2.4. Análise ideológica
Enerto Laclau 29
Emilio Ipola 32
2.5. Analise de tipo polito e econômico
Alejandro Horowicz 33
Gregorio Weinberg 34
3. Periorização do Regime Peronista
3.1 Etapa Preparatória
a) As forças Armadas e a forte influência nas suas definições políticas. 36
b) Doutrina Social da Igreja. 37
c) Os modelos latino-americanos. 38
d) O peronismo teve influências européias: Alemanha, Itália e Espanha. 40
e) Influência do pensamento nacionalista. 47
3.2 Primeiro Governo Peronista (1946-1951) 49
3.3 Segundo Governo Peronista (1952-1955) 55
4. A educação no contexto das lutas pela hegemonia peronista 59

CAPÍTULO II: Os Discursos de Juan Domingo Perón, Ministros e Secretários da Educação: As Bases Doutrinarias
1. A Revolução de 1943 dá lugar à Doutrina Justicialista 72
2. O Caminho da Nova Argentina 75
3. A Doutrina Justicialista, uma Nova Filosofia de Vida... 77
3.1. Os Postulados Básicos da Doutrina Nacional Justicialista 80
3.2. Unidade e Justiça Social x Luta de Classes 86
4. Nem Capitalismo Nem Comunismo, Justicialismo a Terceira Posição 91
5. O Novo Plano de Governo 96
6. O Conceito de Educação 105
7. Objetivos da Educação: Formação Integral 111
7.1. Um Chamado à Virtude, à Moralidade e ao Espírito... 112
7.2. A Urgência de Recuperar nosso Passado Histórico... 114

7.3. Crítica à Escola Liberal e Laica: Mezquinhas-Sórdidas 119
8. A Nova Escola Argentina: Educação Física, Religiosa e Técnica 125
8.1. Os Programas Escolares e seus Conteúdos 129
8.2. Um Novo Método Pedagógico 131
8.3. Formar Homens Aptos às Mudanças... 136
9. O Professor no Novo Contexto Nacional... 137
9.1. Perón, o Primeiro Professor 141
10. O discurso aparentemente moderno marca a proposta política 143

CAPÍTULO III: A tentativa de um sistema peronista de educação
1. O governo escolar a caminho da centralização... 150
2. Orientação e coordenação do ensino: à procura de uma Lei Geral de Educação
2.1. A educação no Primeiro Plano Quinqüenal 158
2.2. Constituição de 1949 174
2.3. A educação no Segundo Plano de Governo 187
3. Finaciamento da educação 192
4. Escola para todos... 196
5. A ruptura da tradição laica na educação 204
6. A educação física é patrimônio do Ministério da educação 214
7. As mudanças feitas nos programas e conteúdos curriculares 216
8. Os livros e textos escolares devem inspirar-se na Doutrina Justicialista 226
9. Novas estratégias para vincular o lar, a escola e o governo 230
10. O significado do Sistema Peronista de Educação 241

Conclusões
. O papel da Escola na teoria e prática do governo peronista 247
. Observações Finais: Possíveis Contribuições e novas Perspectivas 263

QUADRO I 193
QUADRO II 194
QUADRO III 195
QUADRO IV 198
QUADRO V 199
QUADRO VI 199
QUADRO VII 200
QUADRO VIII 201
QUADRO IX 203
ANEXO I 267
ANEXO II 268
ANEXO III 269
ANEXO IV 270
ANEXO V 273
FONTES PRIMÁRIAS 275
BIBLIOGRAFIA 284

INTRODUÇÃO

Karl Marx assinala que a história é a "...sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores, ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa." (MARX e ENGELS, 1977:70)

Considera o processo histórico como uma espiral, na qual o observador situa-se no centro dela, ou seja, no interior do campo histórico. Portanto, cada geração transmite à outra geração, uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora modificados pela nova geração lhe prescrevem suas próprias condições de vida.

Com efeito, existe uma regularidade nos fenômenos sociais, mas a vontade humana intervém nos acontecimentos históricos, são os próprios homens que fazem a sua histórica, mas não a fazem de modo arbitrário, senão sob certas condições determinadas.

Porém, "somente seguindo o caminho da dialética, não perdendo jamais de vista as inumeráveis ações e reações gerais do devir e do perecer, das mudanças, de avanço e retrocesso, chegamos a uma concepção exata do universo, de seu desenvolvimento e do desenvolvimento da humanidade, assim com da imagem projetada por este desenvolvimento nas cabeças dos homens". (ENGELS,1983: 49)

Recuperando a posição de Engels com respeito à História, abordaremos a história da educação tentando superar as formulações tradicionais que a concebem, como uma atividade teórica e prática que descreve "objetivamente" como os povos têm produzido transmitido e distribuído seus saberes.

Consideramos aqui o processo educativo de maneira complexa e abrangente, comprovamos que este processo reproduz as relações sociais, as condições de existência das práticas cotidianas, o modo como os sujeitos se apropriam dos saberes coletivos e como as gerações adultas influenciam e condicionam as mais jovens.

A partir do exposto pretendemos desenvolver uma leitura histórica, social, político e econômica , procurando compreender os casos nacionais em particular, mas sem esquecer o contexto universal.

Na América Latina existe uma vasta produção de trabalhos que estudam a história dos acontecimentos, recompilações de curta duração "... histórias da educação encerradas no marco de espaços e tempos nacionais". (CUCUZZA, 1989: 6) Também se encontram estudos

sobre o "choque cultural" produzido pela conquista espanhola, estudos sobre a organização dos estados nacionais e a conseqüente legislação educativa que surgiu dos amplos debates sobre o papel do Estado e da Igreja em torno da educação.

Sendo assim, é necessário encarar a história social da educação sob um enfoque mais totalizador, que permita compreender melhor os fenômenos de expansão das políticas educativas, como por exemplo o movimento da escola nova, a teoria da planificação e sua incidência naqueles projetos que surgiram na América Latina a partir da década de '30: Varguismo no Brasil, Peronismo na Argentina, Cardenismo no México, e o de Toro e Busch na Bolívia.

O recorte de nosso trabalho histórico concentra-se no estudo do governo peronista[1] no período de 1943 a 1955. Este período tem particular importância pela sua grande influência na vida política argentina a partir da década de '40. Ainda no presente é um tema que suscita grandes debates.

O problema objeto deste estudo se originou de pesquisas anteriores que desenvolvemos na equipe de Historia Social da Universidade Nacional de Luján (Argentina). Portanto, este trabalho é resultado de minha atividade profissional como professora na dita universidade, bem como da leitura e pequisas referentes à história da educação tanto na Argentina quanto na América Latina, fundamentalmente no Brasil, que me aproximou de autores como Dermeval Saviani, Claudinei Lombardi, Clarice Nunes, Luis Antônio Cunha, Miriam Warde, pois discutem a problemática da história e da filosofia da educação na América Latina, sob a luz de diferentes enfoques. Tais leituras fizeram-me compreender mais profundamente a importância da reflexão histórica e ampliaram meu universo espistemológico.

A idéia de um estudo sobre o papel da educação de primeiro grau durante o governo peronista nasceu, de um lado, da carência de trabalhos a esse respeito e, de outro, da importância que sempre julgamos ter esse período para uma compreemsão abrangente da situação atual da educação no país.

O Peronismo tem sido razoavelmente investigado em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Autores como Ipola (1982), Laclau (1979), Waldmann (1986) têm chamado a atenção para algumas das condições econômicas nas quais o peronismo teve sua origem: supremacia da burguesia sobre as oligarquias agrárias, vitória da indústria sobre a agricultura, a hegemonia da cidade sobre o campo, tudo dentro de amplo processo de mudanças sociais.

O tema norteador do presente trabalho gera um impacto de imediato, e sugere uma indagação, em seguida. Os próprios termos que expressam o tema podem concorrer à seguinte

[1] Este período é relevante na medida em que se apresenta à população como uma proposta diferente da liberal e da conservadora conhecidas até então.

formulação: Qual foi o papel da escola primaria durante o governo peronista? A indagação é procedente. O regime Peronista assumiu a escola como um intrumento de doutrinação e legitimação de sua política geral de governo. Essa é a questão que circunscreve e valoriza a pesquisa. Assim, o trabalho centra-se sobre uma fase muito particular, o chamado "primeiro peronismo", momento este em que a escola laica perdeu seu caráter "neutro" passando a ter um "papel especificamente político" sob a ótica do regime.

Considerando que o estudo do período peronista tem uma importâcia e atualidade na medida que permite entender muitas das propostas públicas posteriores que em alguns dos casos contestavam ou derrogavam medidas do governo peronista, faz sentido indagar sobre o papel atribuído pelo governo peronista à escola, dado que as ações oficias têm consequências no campo da prática social e no espaço das lutas sociais, especialmente nas reações próprias dos grupos políticos opositores, assim como das diferentes organizações educativas.

Devemos esclarecer que não faremos um estudo aprofundado destes aspectos pois não contamos com espaço e tempo suficentes para isto. Só faremos breves referências a estas manifestações, mas que permitiram entender quão forte foi a presença e o acionar do governo e o quanto afetou as relações sociais existentes.

Este estudo traz elementos que contibuem a um maior entendimento e conhecimento de um período histórico extremamente rico, tanto pela produção documental, quanto pelas ações que desenvolveu na educação e na área de assistência social

O exame das concepções filosóficas e das realizações.deste período nos permitirá situar-nos e entender com maior clareza a atual conjuntura histórica. Pois muitas das propostas e ações educativas destes últimos anos na Argentina, consideradas pelas autoridades do Ministério da Educação como inovações, podem ser encontradas nas orígens dos períodos anteriores.

Percebemos por exemplo que o projeto de Lei de Bases sobre Educação Primária, Secundária e Técnica de 1946, reeditava um projeito de 1816 conhecido como Projeto Saavedra Lamas que pretendia introduzir a "escola intermediária" com orientação técnico-artesanal; ambos os projetos não chegaram a ser sancionados pelo Congresso.

Na atualidade (1993) durante o governo de Carlos Saúl Menen o Congresso aprovou a "Lei Federal de Educação" Nº 24.195, lei esta que introduziu a chamada "educação polimodal" que retoma esta orientação. Do mesmo modo que durante a etapa peronista, a Lei Nº 24.195/93 consagra o caráter religioso da educação nacional, rompendo com a tradição laicista da educação iniciada em 1884 atraves da Lei 1420. Com efeito a laicidade havia sido abolida pelo governo de fato de P. R. Ramírez através do decreto Nº 18.411 de 1943 e convertido em lei em 1947 por J. D. Perón, tendo sido revogada em 1955 ao produzir-se o conflito entre Perón e a Igreja.

Outro aspecto que reaparece no atual modelo educativo neo-conservador, que responde obviamente às exigências de um plano econômico monetariasta é a chamada "educação humanista", que o peronismo já defendia por volta de 1945 impregnando-a de religiosidade. Da mesma forma que seus antepassados os atuais intelectuais menemistas exaltam a formação humanista de definida orientação religiosa-católica e de uma formação para a transcendência. Como assinala Márquez (1995), os documentos do Ministério de Cultura e Educação "Bases para a Transformação Educativa" de 1991 fazem referência à formação humanista e científico-tecnológica concluindo que a ciência e a técnica modernas não devem "esquecer a transcendência".

Tanto no peronismo de 45' como no menemismo os textos oficiais referem-se ao "humanismo", mas não esclarecem a que tipo de humanismo aludem, porém associam humanismo ao transcendentalismo evidenciando a orientação religiosa deste último. Trata-se de um humanismo tradicionalista, que propõe uma formação sob a égide da premissa de "divinizar" o homem através do transcendentalismo. Todas estas colocações justificam a pertinência e atualidade da temática escolhida.

Este trabalho não pretende esgotar a problemática relativa às caraterísticas das políticas educativas desenvolvidas pelo regime peronista. Limita-se ao estudo das formulações discursivas, estratégias e acões desenvolvidas pelo governo federal na educação, colocando ênfase na significação política das mesmas.

Portanto, tentamos aprofundar as idéias e as políticas desenvolvidas pelo regime peronista visando esclarecer a função que o mesmo atribuiu para a escola de primeiro grau. Procuramos também evidenciar as estratégias que o regime adotou durante o período para consolidar a chamada "Doutrina Justicialista", além das influências ideológicas que sustentaram seu desenvolvimento político, social e econômico.

Através dos dados obtidos, levantamos algumas interrogações: Que razões possibilitaram o surgimento de um movimento de caráter popular que privilegiava o ensino de caráter "humanista-cristão? O que justificava a hegemonia peronista centrada no discurso de caráter nacionalista? Que tipo de reformas propôs o governo para introduzir este tipo de ensino? Qual foi o seu discurso legitimador? Quais eram os grupos que apoiavam o governo? Como organizou-se a sociedade civil ante a presença deste modelo?.

O peronismo apresenta certa semelhança com as estratégias adotadas pelos diferentes países da América Latina, para dar enfrentamento à "re-acomodação" do capitalismo a nível mundial, no período que poderíamos chamar de "entre guerras" e "pós-guerra". Isto provavelmente o conduziu, de maneira implícita, a implementar planos de governo que transcendiam a fronteira do "nacional" para responder em certa medida a políticas globais. As mesmas são "recriadas"

no interior de cada país, em função da correlação de forças entre os grupos que detinham o poder no seio da classe dominante.

Assim citamos, a título de exemplo, algumas medidas adotadas pelo peronismo no período que vai de 1946 a 1955:

a) A intervenção estatal na esfera econômica.

b) O "processo de nacionalização da economia".

c) O Processo de substituição de importações.

d) A re-acomodação da burguesia agrária e sua participação na industrialização do país.

O Estado tinha uma clara intencionalidade em criar condições para o desenvolvimento de uma indústria nacional. Octavio Ianni, em seu livro "Estado e Capitalismo", coloca que o Estado teve como objetivo o desenvolvimento dos instrumentos e das instituições que tinham por fim a realização de operações destinadas ao desenvolvimento da economia nacional.

No âmbito educativo, mostrou o peronismo um interesse por ampliar as vagas escolares em todos os níveis, preocupava-se com o desenvolvimento do ensino técnico, inclusão da educação religiosa em contradição à política liberal e laica dos períodos anteriores. Por outro lado, utilizou os meios de comunicação não usados antes, como o cinema e rádio, além do aparelho escolar como órgão de difusão de suas idéias, e de outros espaços educativos para atividades não escolares, etc.. O governo peronista mostrou uma alta intencionalidade de dominar o aparelho educativo e valeu-se de complexas estratégias que não obedeciam aos modos institucionais tradicionais. Assim, criou uma série de organizações, em muitos casos paralelas ao sistema oficial, com o objetivo de controlá-los.

Como temos manifestado, o estudo sobre a educação do nível primário, durante o regime peronista, obedece à necessidade de um melhor conhecimento deste período, além de representar uma compreensão mais abrangente do quadro atual da educação na Argentina.

Portanto procuramos reconstruir o processo educativo durante o período e verificamos a validez de nossa hipótese que dá sentido a esta pesquisa:

Perante a falta de um programa com conteúdos e ações concretas e frente às resistências que o governo peronista encontrou em seu acionar político no âmbito educacional, foi necessário que o regime desenvolvesse uma série de medidas fundadas numa política de massa que privilegiava estratégias paralelas ao sistema educacional . Isto levou o governo a privilegiar a reforma administrativa em detrimento da reforma pedagógica, pregada nos discursos, mas não efetivada na prática. Verificaremos como usou simultaneamente a escola primária como órgão de difusão e aparelho disciplinador da população, visando obter e consolidar a hegemonia política e a ideologia do regime.

A estrutura da tese está integrada por três capítulos. No primeiro objetiva-se abordar uma série de fontes secundárias que nos possibilite situar e caraterizar históricamente a sociedade argentina em seus aspectos políticos, econômico-sociais e culturais, partindo da década de trinta, onde traçamos um quadro dos fatos mais significativos que antecederam o surgimento do peronismo e assim tentamos desvendar seu progressivo desdobramento como movimento de massas. Transitamos pelas principais teorizações do peronismo e procuramos mostrar as diferentes definições do regime.

Também introduzimos o leitor numa caracterização dos aspectos educativos mais relevantes do período, assim como uma breve explicação do surgimento do sistema educativo argentino.

No segundo capítulo procura-se caracterizar o pensamento político-social e o pensamento educacional do regime peronista tomando como referência os discursos do próprio Juan Domingo Perón e das autoridades educativas e políticas, Ministros e Secretários de Estado, analisando o ensino primário na Argentina, sob a óptica dos mesmos. Resgatamos e estudamos os temas mais importantes do regime político-social 'peronista', tomando como referência as ações do governo e os principais ideólogos que estiveram envolvidos nos objetivos da nova ordem social. Procuramos evidenciar o caráter burguês do discurso oficial peronista que, apesar da defesa de uma possição "terceirista", não fez mais do que se apropiar de algumas idéias filosóficas do nacionalismo católico e do chamado "Estado de Bem Estar", adaptando-as a um modelo de Estado que não discute as formas de dominação capitalista.

No terceiro capítulo descrevemos e comentamos as reformas educacionais do ensino primário fazendo uma análise do mesmo, através das Leis Gerais, Decretos Presidenciais e Portarias do Ministério da Educação. A partir da legislação, verificamos que medidas se concretizaram perante os discursos enunciados fazendo uma análise crítica.

A conclusão tem caráter sintétito. Retoma as questões levantadas a partir do primeiro capítulo, enriquecidas pelas informações e conclusões do segundo e do terceiro. Os resultados coligados auxiliam a configurar o alcance político do empreendimento levado a cabo.

As fontes primárias utilizadas foram fundamentalmente as seguintes: Diario de Sessões do Congresso Nacional; Anais da Legislação Argentina; Boletín da Secretaria de Educação; Boletín do Ministério de Educação da Nação Argentina; Cadernos do Conselho Nacional de Educação; Monitor da Educação Comum 1920-1947; Conselho Nacional de Educação: A Educação Comum na Capital, Provincias e Territorios (1920-1947); Recompilação de Discursos das Autoridades Educacionais e de Juan Domingo Perón (CUCUZZA, GVIRTZ,PITTELLI,1989); Censos Nacionais de 1914 e 1947; Plano Quinquenal do Governo 1947, Secretaria de Informações; Segundo Plano Quinquenal (1952), Subsecretaria de

Informações. Também foram consultado periodicos e jornais todos publicados em Buenos Aires: "La Nación" (1945-1955); "La Prensa" (1945-1951); "El Laborista" (1946-1955); "La Época" (1945-1955); "El Mundo". As fontes secundárias foram acionadas para a montagem do primeiro capítulo e para complementar as análises dos demais capítulos feitos sobre a base dos elementos fornecidos pelas fontes primárias acima asinaladas.

Devemos confessar que foi muito dificil conseguir alguns dos dados necessários para nosso análise, dado que vários dos documentos foram queimados, muitos deles estavam dispersos pelos diferentes arquivos e bibliotecas públicas de Buenos Aires, outros ficavam em arquivos particulares.

Cabe esclarecer que não fazemos uma caracterização do peronismo porque, como fenômeno complexo, oferece demasiados perfis e variáveis, e provavelmente acabaríamos por formular uma esquematização inoportuna. Portanto, nos detemos apenas em alguns aspectos marcantes do movimento.

O tratamento do peronismo é inevitavelmente seletivo, porque não estamos trabalhando com a totalidade do material que o regime produziu ao longo de sua constituição. Realizamos uma seleção dos aspectos que nos pareceram marcantes para caracterizar o ensino primário neste período e deixamos fora de nosso estudo os temas relacionados com o Estado e os sindicatos, as políticas de Ação Social, o movimento docente, a educação do nível secundários e terciário, o movimento estudantil, entre outros. Nosso estudo é centrado no Estado e suas políticas, utilizando as fontes oficiais.

Coletamos e classificamos fontes sobre a educação primária que nos colocassem em contato com o fenômeno educativo e oferecessem elementos facilitadores da reconstrução do modelo educativo, assim como a possibilidade de esclarecer os momentos de continuidade e de ruptura no processo histórico.

Objetivando verificar nossa hipótese de trabalho procuramos desvendar os processos que deram origem e consolidaram os diferentes fenômenos pedagógicos. Fomos, assim, conduzidos à descoberta das mudanças quantitativas do sistema educacional, através das fontes estatísticas e às transformações qualitativas através do estudo dos Discursos das autoridades, das leis, dos decretos e regulamentações escolares; dos planos, programas, textos e livros da Escola Primária e do material impresso destinado a professores e crianças das escolas primárias .

Dessa análise, acreditamos, poder-se-ão extrair conclusões que respondam ou subsidiem as indagações feitas no início desta introdução, bem como outras que decorrem naturalmente de um estudo desta natureza que, por ser polêmico, deve ter uma metodologia aberta. Portanto

fizemos um fechamento provisório e lançamos algumas conclusões que abrirão futuras pesquisas, uma vez que não é nossa intenção abarcar todos os temas possíveis.

CAPITULO I

CONFIGURAÇÃO DO PERONISMO

1. CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO

O movimento peronista surgiu num contexto nacional particular. Em primeiro lugar, produziram-se mudanças nas condições do desenvolvimento econômico. A crise mundial de 1930, produto da rejeição mundial do livre comércio, fez com que os países desenvolvidos - compradores de produtos primários- adotassem diferentes medidas de corte protecionista. Em conseqüência, a Argentina enfrentou uma mudança nas relações com os países industrializados da Europa encontrando dificuldades para colocar seus produtos tradicionais (carnes e cereais), no mercado europeu. Este fato levou à ruptura do "crescimento para fora" do país e gerou condições para um virtual crescimento interno, proporcionando o desenvolvimento da indústria leve. Este processo de lenta industrialização teve como conseqüência "... a perda da exclusividade do poder econômico por parte da burguesia agrária. O processo industrializador em gestão corresponde à entrada em cena de novos setores sociais, com interesse de influir na composição da estrutura econômica argentina e a presença, organizada ou não, de setores do trabalho". (PINKASZ, 1989: 21)

Na Argentina, antes da crise de 1930, a classe hegemônica era a oligarquia latifundiária e o princípio articulatório era o LIBERALISMO. De 1850 a 1930, as economias da América Latina se incorporam à economia mundial e para isto, neste período, ten lugar a constituição dos Estados Nacionais, que cria as condições necessárias para a atividade econômica. O poder político permanece nas mãos das oligarquias latifundiárias locais, que tentaram organizar um Estado central que representasse seus interesses.

A implantação do Estado oligárquico na Argentina esteve articulada com a ideologia liberal, que demonstrou uma grande capacidade de absorver a ideologia democrática das massas e integrá-las ao seu discurso. A idéia do progresso positivista permitiu o desenvolvimento econômico ligado ao mercado mundial. Esta ligou-se a uma concepção "europeísta", que propunha a defesa das formas de vida e dos valores europeus como símbolo da "civilização",

rejeitando as tradições populares nacionais, consideradas como sinônimos de atraso e obscurantismo. Outro aspecto da ideologia liberal argentina foi a rejeição ao personalismo político. A presença de líderes políticos, como Hipólito Irigoyen, que fizeram contato direto com as massas prescindindo dos espaços tradicionais, gerou ampla desconfiança no poder oligárquico.

Assim os governos de caráter popular como o de Irigoyen, que de certo modo possibilitavam o acesso da classe média ao poder político, são questionados e atacados pela oligarquia tradicional, que se via privada de participar diretamente do poder. Mas o esquema capitalista imperialista de crescimento para fora manteve-se quase intacto..

"O governo de Yrigoyen poderia ser caracterizado como *nacional-popular*, mas não produziu modificações substanciais na estrutura econômica e de dominação do país. O poder seguiu sendo controlado, fundamentalmente, pelos grandes proprietários de terras e pelos setores ligados à exportação de carne, através dos frigoríficos de propriedade inglesa e norte-americana." (AZNAR, 1982: 293)

Em 1922, o triunfo eleitoral da União Cívica Radical levou ao poder Marcelo T. de Alvear, que se afastou do 'populismo' original do radicalismo. Com efeito, seu gabinete de governo estava constituído por personalidades ligadas aos setores tradicionais, opostos aos interesses da classe média e dos proletários. Porém, essa contradição no interior do radicalismo manifestou-se abertamente quando Alvear criou um novo partido, constituído pelos chamados "anti-personalistas" contrários Yrigoyen e contou com o apoio de grupos conservadores. Nas eleições de 1928, triunfa novamente o radicalismo, que levou mais uma vez a Yrigoyen ao poder. Na sua segunda presidência, ele teve que enfrentar uma crise econômica e social muito forte. Simultaneamente, aconteceu um re-agrupamento dos grupos conservadores, que abandonaram seu projeto liberal e tomaram posições próximas ao fascismo europeu. Finalmente, em 6 de setembro de 1930, foi afastado do poder o governo democrático e em seu lugar assumiu o General José E. Uriburu, ex-deputado conservador e propugnador do corporativismo.

Com efeito, o crescimento político do radicalismo e sua inserção nas massas determinou que, em 1930, setores da oligarquia delegassem aos grupos conservadores nacionalistas e aos setores antiliberais do Exército a tarefa de restaurar a hegemonia da classe oligárquico-liberal que interrompeu a continuidade democrática.

Deste modo, o aparelho estatal estava novamente nas mãos dos grupos rurais dominantes, que sempre mantiveram o poderio econômico. A partir daí a oligarquia começava a

desenvolver uma transformação do modelo de acumulação, através da industrialização de mercadorias que até então eram importadas.

O sistema, que tinha atingido um precário equilíbrio dentro do esquema conservador, entrava novamente em crise em 1940, pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

O quadro de abastecimento externo era semelhante ao da primeira Guerra e entram em conflito as mesmas forças internacionais. Interrompeu-se o ingresso de artigos importados e isto favoreceu a indústria nacional, já que evitava a concorrência. Na Segunda Guerra, a estrutura fabril argentina, tinha uma base mais sólida e diversificada, com tecnologia relativamente moderna e eficiente. O conflito bélico gerou nos meios militares a preocupação pelo desenvolvimento de uma indústria militar nacional e suas ramificações subsidiárias. Por outro lado, aprofunda-se o desenvolvimento da indústria leve.

A oligarquia tinha em suas mãos o poder de modo fraudulento e, a partir de 1930, aplicava estratégias de falsificação da vontade eleitoral. Assim, as Forças Armadas representavam para a opinião pública a única instituição que ficava distante das práticas políticas corruptas.

1.2 Os setores populares apóiam Perón

Frente à crise de identidade da sociedade e a perda de prestígio da classe tradicional, se fazia necessária uma saída frente à falta de capacidade e vontade da oligarquia para encontrar uma resposta aos profundos problemas que o país enfrentava após 1930. As mudanças nas relações econômicas da Argentina com o mundo capitalista desenvolvido colocou-a em inferioridade de condições. Este fato contribuiu para que a sociedade toda questionasse o poder da oligarquia agrária. Neste período aconteceu uma série de fatos internos tendentes a reagir à crise internacional de 1929. Os setores conservadores conseguiram estruturar um regime político onde novamente foram privilegiados os interesses contrapostos aos da classe média e dos novos setores em ascensão: pequenos proprietários e comerciantes, empregados, profissionais, etc. todos tinham apoiado o radicalismo. As críticas feitas à política internacional que desenvolviam os grupos liberal-progressistas, representados pelo radicalismo, somadas às contradições internas do exército, em que alguns setores traçavam a necessidade de um acercamento com os Estados Unidos, desencadearam a crise que culminou em junho de 1943, quando um golpe militar, encabeçado pelo General Pedro P. Ramírez, ministro de Guerra, derrubou o grupo do governo e se fez Titular do aparelho estatal.

Neste contexto, alguns oficiais jovens, conscientes da possível saída militar da crise, organizaram o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que tinha como objetivo unificar o exército e aprofundar sua doutrina, além de "moralizar e disciplinar a sociedade".

"Basicamente, a função do Exército era, por um lado, se opor à ação dos políticos, que traduziam uma posição anti-irigoyenista do exército, ou melhor antidemocrática, e por outro, opor-se à ação do comunismo que, segundo palavras do então coronel Perón, «estava se desenvolvendo de modo incontrolável pelo mundo-inteiro." (DE CAMARGO, 1980: 144)

Os militares, então, dão o golpe em 1943, com a aceitação da população, o que de certo modo, mostrava o descrédito em que haviam caído o sistema democrático e os partidos tradicionais.

Rapidamente, depois do golpe militar, as contradições começavam a se manifestar, tanto fora quanto dentro do Exército. A Argentina, como outros países da América Latina, recebiam pressões para tomar uma posição frente aos países do Eixo. Portanto, o país debatia-se em várias lutas internas e externas. Os Estados Unidos pressionavam para que a Argentina abandonasse sua posição neutra e os países Aliados exigiam a declaração de ruptura das relações com a Alemanha, o que originou no interior do país sérias discussões sobre as vantagens e desvantagens da medida.

Quando o Presidente General Ramirez rompeu com o Eixo, dentro do exército o debate intensificou-se e desencadeou uma profunda crise. O grupo que liderava o Coronel Perón percebia que já era impossível manter a neutralidade internacional e apoiou a decisão de Ramirez. O grupo mais intransigente queria manter a neutralidade a qualquer custo. A ruptura da neutralidade provocou também o afastamento de alguns grupos nacionalistas que apoiavam o regime.

Em 1945 o governo militar já não tinha a mesma credibilidade junto à opinião pública, como foi demonstrado a princípio. Não satisfazia o rumo que os militares tinham dado à "revolução" e pretendiam uma volta à normalidade democrática. A classe conservadora, os meios intelectuais democráticos e os estudantes iniciavam uma escalada opositora.

Paralelamente, no movimento sindical surgiram profundas modificações nas relações com o Estado. Os sindicatos tinham maior acesso ao Estado através da mediação da Secretaria do Trabalho conduzida por Juan D. Perón. A política trabalhista de Perón, estabelecida já nesta Secretaria, o aproximava dos trabalhadores, mas o afastava lentamente do resto dos militares.

Para entender o processo de transformações ocorridas no período, é necessário entender as importantes modificações que ocorreram na sociedade, dado que o peronismo era

essencialmente um fenômeno urbano. A partir de 1935, as estruturas produtivas e ocupacionais sofreram uma série de mudanças em conseqüência do processo de diversificação que estava relacionado com a produção industrial. Com a ruptura do modelo de crescimento para fora, se produz uma diminuição das imigrações de origem européia. Nesta etapa houve um importante movimento migratório. Eram migrantes internos provenientes das regiões periféricas do interior do país, que não tinham praticamente participado de sindicatos, nem em organizações operárias. Como conseqüência do crescimento industrial e das características do desenvolvimento agropecuário, se inicia uma corrente migratória interna, das áreas rurais do leste e do norte argentino para Buenos Aires e o litoral, acentuando-se desta maneira a concentração urbana e o desequilíbrio demográfico.

Entretanto, os sindicatos começam a tomar posições políticas a respeito de questões que até aquele momento eram consideradas fora da sua competência. De 1930 a 1943, observa-se maior presença sindical no cenário da política nacional.

Perón, que tinha organizado junto aos seus camaradas o golpe de 1943, desenvolveu sua atuação política na Secretaria de Trabalho e Previsão, de 1943 a 1945. Apoiou-se na massa assalariada e em alguns setores do sindicalismo que se incorporam às novas condições econômicas. Anteriormente a Perón tinham sido ditadas várias leis de segurança social, porém os trabalhadores não possuíam garantias mínimas de segurança contra os acidentes de trabalho, e muitas vezes as leis eram violadas impunemente.

As relações entre o Estado e os trabalhadores foram totalmente modificadas quando Perón se tornou Titular da Secretaria de Trabalho e Previdência. Anteriormente, toda a política social do governo, durante a "década infame"[1], expressava-se através do chefe de policia. Ou seja, o patrão contava com a força policial para acalmar os protestos dos operários.

Antes de Perón, a atividade sindical dava-se em uma esfera autônoma da política partidária. Com a intervenção de Perón no âmbito sindical, esta passa a estar diretamente determinada pela política, o que lhe fixa um novo horizonte. Não só havia uma carreira militar, uma carreira profissional, uma carreira administrativa, uma carreira política, agora também havia uma carreira sindical. Os sindicalistas integravam-se, maciça e abruptamente, à classe política: o peronismo os havia cooptado.

"Só alguns sindicatos antigos e bem organizados tinham conseguido impor estatutos de proteção para suas ramificações trabalhistas. A maioria dos trabalhadores carecia de toda

[1] Corresponde à década de 30 logo depois da caída do governo de Irigoyen, que sucederam-se governos que praticavam o fraude eleitoral.

defesa contra a exploração patronal e, em geral, de proteção contra a pobreza e a doença." (WALDMANN, 1986: 37)

Seis meses após o golpe de Junho de '43, Perón assume o Departamento Nacional do Trabalho, que era uma repartição de assessoria, e o transforma num órgão de competência mais ampla e com maiores recursos administrativos. Através da Secretaria, Perón adquiriu grande prestígio político, encarregando-se de resolver os problemas trabalhistas. A partir de 1944, Juan Domingo Perón iniciou um processo de negociação e entendimento com alguns setores sindicais e laboristas, na procura da defesa dos interesses dos operários e empregados, que até então só havia sido realizada por grupos socialistas de escasso poder político a nível nacional. Neste sentido, Perón, através da Secretaria de Trabalho e Previdência, resolveu aplicar uma política de cooptação das organizações sindicais e aproveitando habilmente o espaço institucional gerado pela divisão da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Atraiu o grupo da CGT Nº 1, que se declarou apartidária e absorveu todas as organizações independentes. A CGT Nº 2 manteve-se fiel aos princípios doutrinários do velho sindicalismo, defendendo a separação entre os sindicatos e o poder político.

Uma nova unidade sindical foi formada, a CGT peronista, que conseguiu absorver alguns líderes do antigo sindicalismo classista e os novos sindicatos surgidos com a diversificação da economia. "Dessa forma, o processo de transformação do movimento operário, iniciado em 1943, chega a 1945 com uma classe trabalhadora quase totalmente peronista." (WALDMANN, 1986: 151)

Todo este processo de relação entre Estado e trabalhadores esteve marcado por contradições e conflitos, culminando na crise de outubro de 1945, momento em que se produziu a primeira mobilização maciça no apoio a Perón nas eleições de 1946, obtendo aproximadamente 49 % dos votos.

Com efeito, considerado como momento fundacional do movimento peronista, o dia 17 de outubro acarretou uma grande mobilização popular, na defesa das políticas implementadas por Perón, na Secretaria de Trabalho e Previdência. O líder em que Perón havia-se convertido, desencadeou uma série de desconfianças e mal-estar dentro e fora das forças armadas. Tal fato conduziu o Presidente da República à decisão de afastá-lo de suas funções na Secretaria e decretar sua prisão. Existem algumas posições entre os historiadores, que afirmam ter Perón aceitado esta decisão sem questioná-la. Mas o movimento operário organizou uma mobilização surpreendente para aquela época, em que se proclamava a volta de Perón.

Já os setores abertamente peronistas, com o decisivo apoio militar e policial, organizaram um movimento popular para exigir o retorno de Perón. Neste movimento, teve um destacado

papel Eva Duarte ("Evita"), que seria a primeira esposa de J.D. Perón. Em 17 de outubro de 1945, volumosas colunas de partidários empreenderam a marcha para o centro de Buenos Aires a partir das zonas suburbanas e concentraram-se na praça de Maio, reivindicando a liberdade e o regresso de seu chefe. O governo, frente às pressões, resolveu libertar Perón, permitindo que participasse da luta eleitoral nas eleições livres controladas pelo exército.

A análise que faz Horowicz sobre esta data demonstra que ela significou um momento marcante na vida do proletariado argentino: "O 17 de outubro não é uma greve revolucionária, nem uma mobilização pré-insurrecional, nem uma revolução democrática à escala, é a data do nascimento do peronismo político. É o momento em que o Exército resolve que governar a sociedade argentina não é tarefa militar, salvo que as classes dominantes entendam outra coisa." (HOROWICZ, 1986: 83)

Segundo o citado autor, a mobilização do 17 de outubro foi o resultado das atividades sindicais da classe operária, considerando a atividade sindical como uma política operária não delimitada, ou seja, uma política operária no marco da república burguesa, quando esta classe ainda não integrava a burguesia. Esta força trabalhista é quem organiza o Partido Laborista e que conduz Perón à vitória eleitoral de 1946.

Antes de 1946, Perón não tinha pensado em criar um novo partido, pois tinha fortes preconceitos anti-parlamentaristas: considerava que o parlamento reduzia-se à década infame, ou seja, à época da corrupção e fraude eleitoral.

Ora, "... em rigor o peronismo é o subproduto, o desprendimento da quebra do poder militar. E a quebra é um resultado direto da vontade do bloco da classe dominante de impedir um governo militar direto. (...) Este desprendimento é o produto da hostilidade da burguesia para a política social democrática da Secretaria de Trabalho e Previdência Social, por um lado, e da defesa que os trabalhadores fazem dessa mesma política. O peronismo é a via de acesso, a carta de cidadania política, o ingresso dos trabalhadores à república burguesa" (HOROWICZ, 1986: 92)

1.2 O regime e sua relação com os grupos dominantes

Outras forças que também emergiram nesse período foram os setores industriais ligados essencialmente ao mercado interno e que vão se constituir, junto com o setor novo do exército (os mais jovens), nas forças hegemônicas do novo bloco de poder.

Até a década de 40, o setor industrial estava centrado na UNIÃO INDUSTRIAL ARGENTINA (UIA), respondia aos interesses dos grupos industriais mais poderosos. A UIA

manter-se-ia em franca oposição, em primeira instância ao grupo militar que assumiu o governo em 1943. Logo após 1946, mantém oposição ao peronismo.

Perón manteve uma relação muito conflitante com a UIA, e em 1946 proíbe a sua existência. Finalmente, em 1952, formou a Confederação Geral Econômica, constituída pelos setores médios e pequenos das indústrias, sobretudo de Buenos Aires.

Os setores industriais médios e pequenos apoiavam a figura de Perón porque representava uma possível saída para o desenvolvimento da indústria nacional.

Apesar do enfrentamento da UIA com o governo, esta instituição "... recebeu com benevolência as leis de proteção e fomento à indústria, já que estas satisfaziam as reivindicações em vão expostas por ela, durante muitos anos"(WALDMANN, 1986: 182)

As objeções faziam-se fundamentalmente ao estilo aplicado nas reformas sociais e ao personalismo de Perón.

Os grandes proprietários rurais opuseram-se totalmente à política social e discutiram a necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores rurais.

Cabe frisar que Perón sempre manteve relações conflituosas com as organizações corporativas, como a Sociedade Rural Argentina e a União Industrial Argentina, duas instituições muito influentes nos setores dos grandes proprietários rurais e industriais. Estes setores não articulavam seus interesses através dos partidos políticos, basicamente intervinham através de uma ação direta exercida por suas organizações corporativas. O Peronismo, pressionado pelas demandas de sua base social e através de seu estilo político, confrontou-se com as organizações dos proprietários mais poderosos do país. Este enfrentamento foi dado através da área econômico-social, onde aplicou uma política de controle de preços, salários, bancos e câmbio, que tinha por objetivo transferir os ingressos dos setores agropecuários e industriais mais importantes para o setor assalariado e à classe média dependente. O projeto peronista caracterizou-se pela distribuição dos ingressos, que simultaneamente não afetaram significativamente as bases econômicas dos interesses tradicionais da sociedade argentina. A nível político, seu enfrentamento esteve dirigido a dificultar a expressão autônoma deste grupo, no desenho e implementação de políticas econômico-sociais.

Através da intervenção na União Industrial Argentina tentou centralizar compulsivamente a representação dos empresários ante o Estado, através da Confederação General Econômica, constituída pelos setores que simpatizavam com o governo, principalmente os novos empresários industriais. Paralelamente, exerceu forte pressão para que os membros da UIA formassem parte da CGE, mas estes setores opuseram-se à perda de autonomia do seu grupo e

se re-agruparam em outras organizações para resistir e organizar a oposição ao regime. Todos esses conflitos afetaram sensivelmente a estabilidade política.

A postura dos industriais era ambígua: por um lado tinham reservas a respeito dos métodos dirigistas do governo e por outro percebiam no peronismo um aliado, dado que num breve lapso de tempo consideraram satisfeitas uma série de reivindicações inutilmente formuladas durante anos a outros governos. Portanto, consideravam conveniente aceitar os planos de reformas sociais, pelo menos de forma condicional, até que o governo respondesse às suas demandas econômicas.

1.3 A intervenção dos nacionalistas no cenário político

Como temos dito neste trabalho, esta etapa estava engida por uma "crise de participação". A condução política da oligarquia caracterizou-se por um falseamento da vontade popular e aplicou métodos de manipulação que lhe asseguraram o poder. As práticas políticas aplicadas eram fraudulentas e anti-populares.

Nesta cena política destacavam-se os movimentos nacionalistas de diversos cunhos, originando debates sobre **"o nacional"**, **"o argentino"**, **"o imperialismo"**, entre outras categorias.

Sonia de Camargo afirma que "O nacionalismo argentino, em termos de um discurso, se inicia nos anos vinte, como uma proposta conservadora e autoritária do Estado e se desdobra posteriormente, durante os anos quarenta, em uma visão popular, igualmente autoritária, situando-se ambas, portanto, como uma ruptura com o sistema de significações no discurso liberal das classes dominantes tradicionais." (DE CAMARGO, 1890: 3)

A matriz ideológica que sustentava o nacionalismo era dar uma resposta à crise de legitimidade do Estado liberal e mostrava-se contrária ao princípio de mercado característico da matriz liberal. O nacionalismo propunha o predomínio do Estado sobre o mercado e tinha uma visão orgânico-corporativa da sociedade e uma percepção vertical do equilíbrio social.

Tanto o nacionalismo conservador dos anos 20, quanto o nacionalismo popular dos anos 40, defenderam a tese de legitimidade do Estado como força organizadora da sociedade e a centralização como resposta ao desequilíbrio econômico. Identificavam o Estado como a força reguladora dos conflitos sociais.

O nacionalismo popular dos anos 40 compartilhava em parte esta idéias mas incorporava no seu discurso uma nova linguagem: **o imperialismo.**

O nacionalismo procurava consolidar um poder político forte e centralizado, tentando construir uma identidade cultural e lutando por uma economia independente. É necessário esclarecer aqui que o nacionalismo que teve lugar na Argentina, por volta dos anos 20, representava os interesses dos setores menos avançados das classes dominantes. Eram grupos econômicos que estavam contra o livre-comércio com o exterior e que se viram prejudicados na modernização proposta pelos liberais da geração '80. O comércio com a Inglaterra demandava mudança na qualidade das carnes e dos cereais. Os grupos rurais do litoral seriam os beneficiados, dado que eles desenvolviam a pecuária de invernada, melhorando a qualidade do gado. Portanto os criadores do interior foram prejudicados, visto que não conseguiram adaptar-se ao novo modelo.

O modelo de modernização do século XIX demandava a incorporação de terras, o que acentuava a concentração já existente e a incorporação da mão de obra assalariada, originando assim uma política de imigrações estrangeiras. Esse processo imigratório serviu de bases para a formação de novas camadas sociais, que no início do século XX disputaram o domínio político das classes tradicionais. A presença desses setores da população de origem estrangeira serviu de argumento para aprofundar a ideologia e o comportamento tradicional xenófobo das elites dominantes.

A crítica iniciada pelos nacionalistas conservadores dos anos 20 ao "importado", inscreve-se numa crítica ao grupo que estava levando à frente uma política de modernização. Era uma crítica e, por sua vez, um reclamo aos grupos dominantes do litoral, que estavam ligados cultural e economicamente aos países europeus. Também os nacionalistas conservadores dirigiram suas cobranças contra as camadas médias e populares de origem estrangeira, que estavam se constituindo no novo processo de acumulação capitalista. Estas camadas médias começavam a reivindicar e pressionar por seu reconhecimento político e por sua participação maior no sistema produtivo do país.

"Essa dupla contradição é fundamentalmente contra as classes emergentes, cuja integração à cidadania era necessário evitar, e a secundária, contra os grupo hegemônicos da oligarquia rural, cujo predomínio era necessário neutralizar; iria criar um discurso nacionalista autoritário, conservador elitista, hispânico, onde as figuras do passado histórico passam a representar a verdadeira Argentina e para quem tudo o que vinha do exterior, homens ou idéias, constituem o grande perigo que é necessário extirpar." (DE CAMARGO, 1980: 16)

Nesse momento, os nacionalistas tinham absorvido conceitos dos fascistas europeus. O Partido Radical, que representava essencialmente a classe média de origem imigrante, não

consegue destruir a estrutura produ[2]tiva de exportações ligada à Inglaterra. No ano de 1929, estava esgotada sua liderança política como conseqüência das pressões internas e dos conflitos originados pela crise internacional do sistema liberal. Deste modo, a oligarquia tradicional coloca nas mãos dos nacionalistas conservadores e do Exército o golpe ao radicalismo. O grupo nacionalista não conseguiu impor o modelo autoritário-corporativo que pregava. Os liberais, uma vez que afastaram Irigoyen do governo, preferem manter a Lei Saenz Peña conservando a estrutura formal da democracia representativa, na maioria das vezes através da fraude eleitoral.

Em meados da década de 30, um grupo de historiadores nacionalistas passou a desenvolver um projeto acadêmico de revisão histórica Argentina. A figura histórica de Juan Manuel de Rosas era reivindicada por estes historiadores. Rosas era considerado pela historiografia tradicional como símbolo da "barbárie".

"Ao questionar a historiografia oficial e a dominação cultural dos grupos liberais ligados à Europa, os revisionistas abriram espaço para o surgimento posterior de categorias novas na cadeia discursiva do nacionalismo conservador, categorias que, como a do antiimperialismo, vão definir o novo contexto ideológico em que o nacionalismo vai se desenvolver no período que se segue."(DE CAMARGO, 1980: 21)

Por outro lado, uma nova visão do nacionalismo tem lugar com a criação do grupo Força Orientação da Jovem Argentina (FORJA), constituído por jovens de classe média, intelectuais e universitários, surgindo como conseqüência da crise do Radicalismo. Muitos dos integrantes eram militantes radicais dissidentes, que assumiram uma posição essencialmente anti-conservadora. A FORJA expressou no seu discurso o descontentamento dos setores médios da população que estavam sendo marginalizados da distribuição dos bens econômicos e políticos.

Os Forjistas revêem a história liberal na procura de uma "identidade nacional", mas têm diferenças com o nacionalismo conservador porque, na busca das raízes populares da nacionalidade, denunciam a dominação econômica.

Cristián Buchrucker considera que a FORJA "... surgiu num pequeno grupo da Juventude Radical, o qual participou entre 1931 e 1935, nas lutas internas da UCR, tentando sem sucesso eliminar a influência de Marcelo T. de Alvear na condução do partido. M. Ortiz Pereira, A. Jauretche e Homero Manzi foram especialmente ativos nesta fase. Mas, finalmente conseguiu se impor a corrente de pensamento alvearista. Como resposta alternativa a esta evolução

[2] Lei eleitoral Nº 8871/1911 estaveleceu que o sufragio devia ser individual, livre e segredo.

considerada como nefasta, os jovens dissidentes reuniram-se a 29 de julho de 1935, em Buenos Aires, e fundaram a Força de Orientação Radical da Jovem Argentina." (BUCHRUCKER, 1987: 260)

Buchrucker (1987) manifesta em seu trabalho a influência do nacionalismo da FORJA na doutrina peronista em temas básicos do nacionalismo popular como o empirismo, a fé no povo, a postura anti-oligárquica e antiimperialista.

Em suma, em 1943, aparecem na cena política forças não tradicionais: por um lado, a classe operária, tornara-se num setor dinâmico e interlocutor para o Estado e, por outro, os militares, que tentaram pôr em prática um projeto corporativo. Dentro deste grupo estava o Coronel Perón, que rapidamente adquiriu popularidade através de sua gestão na já mencionada Secretaria de Trabalho e Previdência, a partir da qual exerceu sua ação social e a luta política.

As mudanças que têm lugar nos anos 40, no que diz respeito às políticas institucionais, trouxeram uma nova intervenção dos militares que afastou do governo os grupos liberais oligárquicos. Os militares tentaram concretizar o mesmo projeto nacionalista dos homens de 30, mas a conjuntura não era a mesma e necessitou de novos grupos dirigentes. Os militares que lideravam a "revolução de 43" não pareciam ter uma percepção exata das novas necessidades, das diferentes forças sociais no país.

Sonia de Camargo (1980) afirma que este movimento aparecia vazio de conteúdo social e sem um plano político definido. O objetivo fundamental do grupo militar de 43 era evitar a entrada da Argentina na guerra do lado dos aliados, como os Estado Unidos exigiam a todos os países da América Latina.

Lentamente, o Coronel Perón começou a ganhar popularidade e sua figura foi crescendo como líder popular e se "... consolida um novo pacto de poder em que a pequena e média burguesia e a classe trabalhadora organizada irá constituir-se em seu eixo central. A aliança peronista terá, assim, um caráter nacional e popular na medida em que suas bases proprietárias estavam ligadas ao mercado interno para cuja ampliação, por sua vez, era necessária uma participação maior das classes populares na distribuição de renda do país." (DE CAMARGO,1980: 24)

A nova burguesia emergiu com um projeto autônomo de desenvolvimento, como resultado de um processo de diferenciação dentro das classes empresariais nos anos 30, durante a consolidação do modelo de substituição de importações.

No início deste processo, a indústria estava intimamente ligada às atividades agrárias. Era a própria oligarquia agrária exportadora que deslocava seus capitais para o setor industrial. No segundo momento, quando começa o esgotamento do modelo, tem início dentro dos setores

industriais uma diferenciação dos projetos políticos e econômicos, que se distanciaram do projeto oficial. Estes empresários estavam ligados à pequena ou média indústria, conformando uma nova burguesia industrial, que tentava desligar-se do capital estrangeiro.

A este setor soma-se um grupo nacionalista do Exército que promoveu uma nova aliança de classes, consolidando um novo pacto de dominação junto do proletariado emergente, que contribuiu na legitimação do modelo.

"Dessa forma, a tomada do poder pelos militares em 1943 significou uma tentativa de organização das novas condições sócio-econômicas dentro do sistema de uma acumulação capitalista, e de uma tentativa de rearticulação das próprias políticas, dentro da estrutura de uma dominação burguesa." (DE CAMARGO,1980: 26)

A prática política que os militares inauguram em 1943 correspondeu a mudanças na composição das forças sociais que participaram no novo pacto de poder.

Os militares tentaram recriar o modelo implantado em 1930: uma forma de governo vertical, de base secular, ligada a uma única doutrina que orientaria uma única maneira de pensar e de agir, comandada por um grupo firme e autoritário que reconheceria um chefe natural. Esse chefe consolidava-se na figura de Perón, líder indiscutível do movimento popular, que iria atuar a partir de 1943, no seio do grupo militar.

Desta forma, a partir de 1946, Perón -já presidente eleito por eleições democráticas- transformou sua condição, convertendo-se em símbolo de obrigação, obediência e **"aceitação"** de toda a sociedade. De certa forma, prolongou a condução militar implantada desde 1943.

Neste sentido, Perón deu uma característica fundamentalmente militarista a seu sistema de governo. Adotou idéias que estavam ligadas a conceitos tais como: centralização, autoridade, obediência, fidelidade, reformando o sistema político de acordo com o modelo militar.

As "concepções militares foram decisivas para a maioria das medidas políticas de controle: desconsideram-se as instituições liberais e democráticas, para serem substituídas por um sistema hierárquico centralista. O presidente, que estava à frente desse sistema era, no fundo, um supremo comandante político. Seus ministros e assessores políticos cumpriam as funções do Estado Maior. A administração estatal eqüivalia aos quadros de oficiais responsáveis de transmitir as ordens centrais. O papel da tropa, que devia obedecer e executar as ordens, era assumido pelo povo."(WALDMANN,1986: 143)

Também nesse discurso peronista, incorporam-se termos e conceitos militares tais como "inimigo", "traidor", "estratégia", "tática", "luta", "batalha", "triunfo", "vitória", "retirada", etc..

Perón, figura carismática, de liderança indiscutível, promoveu uma vasta lista de seguidores de origem heterogênea: a classe operária, forças armadas, parte da classe média e setores da burguesia estatal e da burguesia industrial. Todos eles constituíram o novo movimento que determinava a nova doutrina social.

De acordo com o relatado até este momento, o peronismo como objeto de estudo é sumamente rico e complexo. A análise cobra maior importância, na medida em que durante o período peronista se detectam mudanças substanciais na estrutura do sistema político.

A partir da leitura de trabalhos sobre o período podemos diferenciar, em princípio, três grandes correntes interpretativas sobre o processo peronista. Existem autores que o definem como um movimento populista, há alguns que falam de nacionalismo popular e outros que o consideram um regime fascista. Provavelmente todas estas categorias estão em certa medida presentes no peronismo.

2. AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O PERONISMO

Existem diferentes interpretações do peronismo Destacaremos aqui as mais significativas. Para tanto apelaremos a alguns trabalhados que fazem uma análise crítica do regime. Faremos uma breve referência, para dar conta dos mais significativos estudos sobre o peronismo. Os autores escolhidos não são os únicos que trabalham o tema mas, de certa forma, representam as diferentes linhas de análises, que têm exercido uma profunda influência na maioria dos estudos feitos sobre o regime peronista

2.1.A Análise Política :

Dentro dos estudiosos que privilegiam as categorias políticas para as análises, é importante destacar a superioridade interpretativa de Germani (1962) e Torcuato Di Tella (1964). Este último coincide bastante com a posição de Germani, mas aborda outros elementos interpretativos.

Jorge Abelardo Ramos

Ramos (1981) qualifica o peronismo como bonapartismo[3], segundo a concepção márxista, definindo-o como um poder ou um regime que se coloca acima dos grupos e classes em disputa, arbitrando os conflitos. Mas Abelardo Ramos sustenta que em países como a Argentina, o bonapartismo pode sob certas condições adotar um perfil progressista para o interior e um anticolonialismo para o exterior, com o que contradiz as colocações de Marx.

Também, igual a Germani (1962), Ramos ressalta a participação das classes 'imaturas' no fenômeno peronista e as denomina como 'novo proletariado', pois surgiram com as migrações internas do campo para as cidades. Porém ambas as teorias tendem a desviar-se do tratamento da dimensão social para centrar suas análises no plano político. Germani destaca que a conduta das classes operárias dentro do fenômeno peronista eram de caráter 'irracional', enquanto que Ramos fala de bonapartismo, defendendo a idéia do poder pessoal que Perón cultivou, sobrevalorizando as classes.

- ***Gino Germani***

Germani (1962) introduz o conceito de *'movimento nacional e popular'* e, segundo este autor, é através destes movimentos que se constata uma etapa de transição da sociedade tradicional à sociedade industrial, apresentando um tipo particular de mobilização e de integração das massas populares na esfera política. Tanto os sindicatos quanto os partidos políticos, as instituições sociais e político-estatais em geral não conseguem assegurar esta mobilização e integração, adotando formas *sui generisconcretos da,* para sua canalização

Cabe frisar que os movimentos populares utilizam modalidades de intervenção de formas "anômalas", onde se produz a irrupção das massas na esfera política de modo explosivo. Neste sentido, esta anomalia em muito dos casos implicava na instauração de um regime político autoritário: a presença de um líder; a promoção de uma simbologia que subordina os valores 'formais' das liberdades e direitos dos cidadãos aos valores 'concretos'da justiça social, enfim, o desenvolvimento e a consolidação (promovidas e controladas desde o Estado) das organizações operárias e de uma central sindical única.

---

[3] BONAPARTISMO: ver Karl Marx, no *si brumario de Luis Bonaparte*, onde formula algumas características do sistema político francês instaurado depois do 2 de dezembro de 1851: Napoleão, segundo Marx aparece como o benéfico paternalista de todas as classes, através de uma política de conciliação de classes.

Cabe esclarecer que Germani (1962) não esqueceu totalmente a dimensão sociológica. O autor esclarece que a base de apoio do peronismo esteva fundada, tanto em suas origens quanto em seu posterior desenvolvimento, nos operários que, desde meados da década de trinta, foram se transladando das zonas rurais periféricas às grandes cidades, fundamentalmente à Capital Federal. Este movimento ***nacional e popular*** se caracterizou por sua subordinação ao poder manipulador do líder carismático. Como troca, o proletariado recebeu uma série de retribuições importantes, que contribuíram para consolidar o princípio de identidade dos operários e sua efetiva participação na cena política.

Para Germani (1962), esta mobilização das classes populares esteve marcada por um 'signo totalitário', ou seja, um tipo de sistema político autoritário e hostil à democracia representativa de estilo ocidental. Mas Germani valoriza alguns aspectos positivos do peronismo, fundamentalmente o fato de ter dado às classes populares satisfações subjetivas de grande importância: reconhecimento de direitos, sentimentos de identidade e uma presença concreta na vida política argentina, que contribuiu na formação da consciência de sua existência e de sua gravitação política.

Por outro lado, Germani apresenta o peronismo como um fenômeno político em situação de 'ruptura patológica' com o passado. Na verdade, esta é uma versão acadêmica do antiperonismo, própria da época em que o autor começa a analisar a história peronista. Na teoria desenvolvida por Germani, encontram-se elementos de 'continuidade' a nível teórico, e elementos de 'descontinuidade' na caracterização do peronismo como fato histórico. A continuidade estaria reforçada pelo marco conceitual que orienta a análise de Germani, o estrutural-funcionalismo, coloca o peronismo como a transição da sociedade tradicional para a industrial. Este autor, em suas análises, consegue separar-se do estrutural funcionalismo quando, em lugar de questionar-se exclusivamente pela eventual funcionalidade da opção das massas trabalhadoras, se pergunta também sobre os determinantes históricos de tal opção.

Germani (1962) apresenta um primeiro elemento questionador que o faz se distanciar das interpretações antiperonistas, próprias da intelectualidade da época. Com efeito, Germani estabelece claramente a diferença entre o peronismo e o fascismo. Da mesma forma reconhece que o peronismo fez uma ruptura histórica, em referência ao contexto histórico do regime , permitindo relativisar parcialmente esta ruptura e rastrear sua herança histórica, que remonta pelo menos até 1930.

- ***Torcuato Di Tella***

A teoria proposta por este autor tem pontos comuns com a de Germani, mas ele introduz outros elementos que a diferenciam. Adotou um enfoque que considera o peronismo como um *populismo latino-americano*, ligado ao desenvolvimento socioeconômico e o define como um movimento político, tendo como base social as massas operárias ou campesinas, que reivindicavam participação na distribuição dos bens e na tomada de decisões a nível político, mas carecem de uma organização própria que encarne seus interesses como classe. Estes movimentos têm lugar num contexto onde a integração política das massas se produz numa etapa de transição da "sociedade tradicional à moderna".

Di Tella coloca que (1964) este fenômeno de mobilização das massas se constitui dentro de um marco no qual existe previamente uma elite (ideologicamente ante *statu quo*) empenhada e comprometida com este processo de mobilização. Estas elites políticas surgem por um fenômeno, também de características anômalas à existência, de uma incongruência de status entre as aspirações desses setores e sua satisfação concreta. No caso do peronismo, esta elite estava representada pelas Forças Armadas e os empresários industriais, esclarecendo que o peronismo não foi uma criação destes grupos, mas sua participação teve muita importância na consolidação do movimento. Estes grupos estavam especialmente predispostos a promover mudanças em uma direção coincidente com as aspirações das massa populares e a apoiar com vistas a essas mudanças, uma estratégia mobilizadora.

O aporte feito por Di Tela é muito importante para entender o regime peronista em relação ao papel das elites dentro do peronismo. Ele coloca que certas condições prévias favorecem a emergência da elite peronista, ou seja, o que ele chama de 'incongruência de status', mas estas condições não eliminam nem explicam a novidade política que significou, para a Argentina, o peronismo.

2.2. Análise Sociológica:

- ***Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero***

Murmis e Portantiero (1971) criticam a teoria de Gino Germani (1962), mas não só sinalizam os erros, como também elaboram uma interpretação alternativa. Questionam a posição de Germani no que diz respeito à conjuntura da Argentina, antes do surgimento do peronismo e o

processo de industrialização que teve lugar sem o intervencionismo social do movimento operário organizado. Para eles, o erro básico de Germani é que, por um lado, subestima a participação e o papel que desempenha o velho sindicalismo, e por outro, coloca um peso excessivo à intervenção dos novos operários na vida política.

Contrariamente, Murmis e Portantiero reconhecem o crescimento da combatividade e a expansão das organizações sindicais nos anos que antecedem a ascensão do peronismo. Este fato coloca em questão as teses de Germani sobre a divisão dos trabalhadores numa velha classe operária debilitada e sem maior capacidade de opção, nem de resistência e uma nova classe operária carente de experiência sindical e, portanto, susceptível de ser instrumentada por Perón. Estes autores mostram em seus trabalhos a existência de um crescente número de lutas reivindicativas durante os anos anteriores ao peronismo e, em particular, o fato de que poucas vezes essas lutas se resolveram em favor dos trabalhadores. Finalmente, destacam que no período que vai do final de 1943 a final de 1945 não se verificou um aumento significativo na expansão do sindicalismo organizado. De acordo com estes dados, refuta-se a afirmação de Germani referente à falta de um apoio gremial ao peronismo em seu início.

Para Murmis e Portantiero (1971), esse apoio existiu e foi fundamentalmente obra de uma estrutura sindical preexistente, com a qual é difícil falar nesse plano de uma ruptura a respeito do passado imediato.

Deve-se notar que não caracterizam o peronismo como um regime autoritário que desenvolve uma relação vertical entre um líder carismático e uma nova classe operária. Consideram que o peronismo é o produto de uma aliança garantida pelo Estado entre um setor das classes proprietárias e a classe operária. Esta aliança tem lugar porque, durante a primeira etapa do processo econômico de substituição de importações, existia uma insatisfação acumulada de demandas operárias, o que coincidia com o projeto de desenvolvimento de um setor industrial proprietário. Era o setor de industriais menos poderosos, cujo futuro econômico estava estreitamente ligado à expansão do mercado interno.

É evidente que Murmis e Portantiero invertem os termos da interpretação de Germani sobre a divisão da classe trabalhadora, entre velhos e novos operários, que deu origem ao peronismo. Neste sentido, assinalam a unidade e a homogeneidade de uma classe submetida por anos a um processo de exploração sem distribuição. Além de colocar ênfase sobre uma divisão no interior das classes proprietárias, com efeito se produz uma fragmentação dos proprietários agrários, uma parte deles apoiando o desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo houve o surgimento de uma capa numericamente significativa de novos industriais no final da guerra.

A interpretação que faz Germani é de ordem política, enquanto a de Murmis e Portantiero é de caráter sociológico. Estes últimos dão ênfase à ação social racional, que facilita essa estratégia de alianças do sindicalismo com outras classes sociais, no entanto Germani enfatiza a opção política, parcialmente irracional, com a qual qualifica a atitude operária.

A interpretação de Germani de certa forma desenha um duplo movimento: por um lado, uma interpretação de tipo ortodoxa, que postula a existência de uma ruptura. Por outro, um proletariado dividido entre 'velhos' e 'novos' operários vs. um proletariado 'objetivamente' unido pela mesma demanda. De fato, as atitudes dos operários que faziam esta opção política, porém não eram totalmente 'irracionais', embora, sem nenhuma dúvida, negativa, porque não contribuía para a consolidação de uma autonomia política do operariado. A tese de Murmis e Portantiero defende que tal opção deve considerar-se inteiramente racional e benéfica para a classe operária, além de coerente com a estratégia adotada pelo sindicalismo em tempos anteriores, referente às suas relações com o poder político e com as demais classes.

Com efeito, a tese de Murmis e Pontantiero manifesta os traços de continuidade entre a situação que precedeu o peronismo e as caraterísticas originárias deste último. A presença de dois elementos fica presente nesta tese: a) as tradições do sindicalismo de luta, mas também de negociação, e b) a divisão dos empresários.

Tanto na tese de Germani quanto na de Murmis e Portantiero, se destacam os 'traços de continuidade' entre o peronismo e seu passado.

2.3. Uma Análise dos Conflitos:

- ***Ricardo Gaudio e Jorge Pilone***

Estes autores analisam a intervenção do Estado nos conflitos trabalhistas, colocando que os elementos de continuidade predominam em relação aos de ruptura. Colocam em discussão algumas das afirmações feitas por Murmis e Portantiero: em primeiro lugar Murmis e Portantiero consideram que o coronel Perón instaurou uma política de intervenção estatal nos conflitos trabalhistas que não tinha antecedentes. E que o Departamento de Trabalho, criado em 1912, não tinha incidido na resolução dos conflitos entre os operários e os patrões, dando lugar a uma exploração nua da classe operária. Gaudio e Pilone (1988) discordam destas colocações. Para eles, o Departamento de Trabalho nem sempre tinha sido uma instituição

decorativa, e mostram como em determinados períodos o Estado interferiu nos conflitos trabalhistas através deste departamento, particularmente entre 1935 e 1943.

Gaudio e Pilone também não concordam com Murmis e Portantiero, no que diz respeito aos resultados das greves ocorridas entre 1935 e 1943, que haviam favorecido os proprietários e não os operários. Contrariamente, Gaudio e Pilone consideram que a intervenção Estatal nem sempre favorecia os interesses patronais e em algumas oportunidades tinha beneficiado os interesses trabalhistas.

Afirmam que o progressivo aumento das greves 'negociadas' foi simultâneo a uma diminuição progressiva das atividades grevistas, a partir de 1938 e até 1942, o que faz pensar em uma diminuição e não num aumento das tensões sociais anteriores a 1943. Estes dados convidam a uma leitura menos 'pessimista' sobre a avaliação das greves negociadas.

Gaudio e Pilone (1988) manifestam que é exagerado falar (como fazem Murmis e Portantiero) de 'exploração nua" e sim de uma efetiva 'participação' da classe operária. Afirmam que o Estado já tinha adotado uma ação especificamente intervencionista do ponto de vista social, antes de 1943. O Estado começou a estabelecer um papel importante como intermediário nos conflitos sociais. Foi o normalizador de um tipo de relação até então considerada 'privada' e portanto pertencente à sociedade civil. Eles esclarecem que muitos ditames do Departamento Nacional do Trabalho estavam limitados porque não existiam os instrumentos legais para levá-los a cabo, mas em certos casos instaurou-se uma espécie de direito consuetudinário e tomaram-se decisões que muitas vezes beneficiavam aos trabalhadores.

Estes aportes feitos por Gaudio e Pilone ajudam a entender melhor o fenômeno peronista e a ampliar a teoria desenvolvida por Murmis e Portantiero, que estavam preocupados por resgatar o caráter 'racional' da opção operária e manter a tese dominante de que o peronismo representava um fenômeno sem precedentes no que diz respeito ao tipo de relação entre Estado, classes trabalhadoras e classes proprietárias. Mas o interesse por mostrar os laços de continuidade com o passado enfatizaram as ações e as aspirações operárias. E a análise do papel do Estado, considerado como promotor e guardião das alianças de classes, 'fundadora' do peronismo, quase não foi tomado em conta pelo autores. Destaca-se desse modo que, em parte, o trabalho de Gaudio e Pilone contribui para entender este aspecto.

Esta análise contribui não só para esclarecer antecedentes e linhas de continuidade ocultas, mas também para romper com a imagem de uma "ruptura radical" com o passado, que muitos estudiosos fazem do peronismo.

2.4. Análise Ideológica:

- *Ernesto Laclau*

Laclau (1979) apresenta sua tese sobre o peronismo como uma elaborada tentativa de teorização global do *populismo* e o coloca dentro das principais expressões do *populismo latino-americano*. Desenvolve seu enfoque fazendo uma crítica sobre a maioria das análises clássicas do fenômeno peronista. Questiona aquelas teorias que o interpretam como um movimento e um regime político ligado a um estágio determinado de desenvolvimento econômico-social, análises também defendidas por Germani e Di Tella. Este autor também critica as análises que o interpretam como a expressão política (em certos contextos históricos) de uma base social predeterminada, por exemplo a classe operária e setores industriais, como defendem Murmis e Portantiero.

Esta identificação com o populismo também é levada em conta por Gino Germani, considerando que o populismo teve lugar com a incorporação prematura das massas na vida política da América Latina. As mesmas geram uma forte pressão sobre os canais de participação política e econômica, dominados pela oligarquia. Laclau qualifica a concepção de Germani como funcionalista, já que vê o populismo como um "... fenômeno aberrante, produzido pela assincronia no processo de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial" (LACLAU, 1979: 153), além de considerar que neste modelo as etapas de transição são vistas como uma forma de assincronia, ou seja, de coexistência, em uma mesma etapa, de elementos pertencentes aos dois pólos da sociedade tradicional e da sociedade industrial.

Para Ernesto Laclau o populismo "... é a apresentação das interpelações popular-democráticas como conjunto sintético-antagônico com respeito à ideologia dominante." (LACLAU, 1979: 201)

Laclau explica que o peronismo aparece num espaço político originado pelo "... declínio da hegemonia oligárquica que se refletia numa crise do discurso político dominante. (...) consistia em uma desarticulação progressiva dos elementos constitutivos deste discurso. Liberalismo e democracia deixam de estar articulados, as interpelações democráticas são cada vez menos possíveis de serem integradas à ideologia liberal." (LACLAU, 1979: 194)

A desarticulação diminui a capacidade do bloco do poder em neutralizar suas contradições com o povo, e começa a aparecer uma brecha no nível ideológico, ocupada pelo populismo.

"O populismo consistirá, precisamente, em reunir o conjunto das interpelações que expressavam a oposição ao bloco de poder oligárquico -democracia, industrialismo, nacionalismo, imperialismo-, condensando-os em um novo sujeito histórico, e em desenvolver seu antagonismo potencial, confrontando-o com o próprio ponto que constituía o princípio de articulação do discurso oligárquico. Todo o esforço ideológico peronista, nesta etapa, se orientará no sentido de desligar o liberalismo de seus últimos vínculos com um campo conotativo democrático e apresentá-lo como uma cobertura pura e simples, dos interesses de classe da oligarquia. Este esforço no sentido de distinguir entre formas ideológicas e democracia real, domina o conjunto do discurso peronista".(LACLAU, 1979: 195)

Laclau (1979) define o populismo como um fenômeno de natureza ideológica, que pode estar presente no seio de qualquer movimento de diferente base social, com orientações políticas muito diferente e em épocas históricas diversas. Para isto, recorre à teoria de Altusser sobre ideologia, e, particularmente, ao conceito de 'interpelação'.

Para ele é um fenômeno ideológico que se diferencia dos outros por colocar na cena política uma forma discursiva que desenvolve um dispositivo interpelatório particular, caracterizado pela articulação de um conjunto -sempre determinado- de interpelações *popular democracia*. Tais interpelações configurariam um sistema ideológico antagônico com respeito ao da ideologia dominante e do bloco de poder que a sustenta. Mas o fato de que essas interpelações *popular-democrática* sejam delineadas nas ideologias populistas, sob a forma de um antagonismo em relação ao bloco dominante, não significa necessariamente que tais ideologias sejam revolucionárias

Laclau (1979) coloca uma série de condições que fazem possível a experiência populista na Argentina:

1. Até a década de 30, a oligarquia predominava politicamente e manifestava essa unidade através do discurso ideológico dominante. Existia um discurso ideológico nacionalista de direita, que era marginal, com uma concepção economicista e com um reducionismo classista das ideologias operárias.
2. Durante as décadas de 30 e 40 acontecem uma série de mudanças que modificam o conjunto destas ideologias. Essas mudanças estão relacionados com os acontecimento internacionais: crise no bloco hegemônico, pela Grande Depressão Econômica, que abriu o caminho para o processo de substituição de importações, além de dar origem a novos antagonismos entre a oligarquia tradicional e os setores industriais. Por outro lado, devido à depressão, a oligarquia não tolera a política redistribuitiva do partido Radical, o que conduz a um golpe de Estado e

introduz uma prática política de fraude eleitoral, que exclui do poder as camadas médias. Diante disso, produzem-se dentro do radicalismo divisões internas: setores majoritários que apóiam o governo conservador e outro grupo minoritário, que elabora posições nacionalistas democráticas. Paralelo a isto, surgem correntes industriais dentro do nacionalismo de direita, que questionam o regime conservador e assumem posições antiimperialistas, o que propicia uma saída militar autoritária, porém progressista, do ponto de vista político.

3. Finalmente, as ideologias operárias sofrem uma série de mudanças, como conseqüência da integração à vida industrial de um proletariado recente de origem rural. Conjuntamente com o desenvolvimento econômico, se infunde na classe operária uma gravitação crescente na sociedade e na política, permitindo a aparição de novas alternativas ideológicas. Os operários que vinham do interior incorporam uma ideologia de caráter paternalista 'popular' e deste modo estavam fora de qualquer reducionismo econômico e classista, próprio das concepções operárias tradicionais, que mostravam sérias desconfianças nas virtudes do liberalismo.

Conforme este contexto, o peronismo conseguiu obter a hegemonia no terreno ideológico, mediante um complexo processo de recomposição e sólida estruturação de um novo elemento discursivo: a categoria popular-democrática, a qual articulou com os 'elementos' nacionalistas autoritários, antiliberais, anti-oligárquicos e antiimperialistas, já dispersos no interior do discurso da época, sobre a base de um projeto classista, em correspondência com os interesses do capitalismo nacional.

Com isto, Perón apela ao símbolo da 'democracia' para legitimar e diferenciar seu discurso da oposição, apropriando-se, deste modo, da bandeira dos partidos tradicionais.

- ***Emilio Ipola***

De Ipola (1989) analiza os elementos de ruptura e continuidade que caraterizam o peronismo. Considera que a interpretação de Laclau não leva em conta um fenômeno que é comum a todos os regimes populistas, que é a presença de uma elite ou de um líder carismático que conduz verticalmente o movimento e cujo poder, como o prova claramente o peronismo, excede amplamente qualquer doutrina ou concepção ideológica preestabelecida.

De Ipola (1989) reconhece a importância do simbólico e do imaginário popular, na origem e no posterior desenvolvimento do peronismo. Mas reconhecer o peronismo só como um fenômeno essencialmente ideológico não permite explicar uma de suas características, quiçá a mais notável, que é a adaptação de seu discurso à conjuntura política. Com efeito, uma vez que o regime peronista esteve solidamente instalado no poder, não teve nenhum inconveniente

em readaptar seus princípios, cada vez que o considerou necessário, ou simplesmente conveniente para a saúde política do movimento ou do caudilho que o liderava. É verdade que essa adaptação não era arbitrária e tinha limites, mas esses limites não eram imanentes à ideologia peronista: procuravam manter uma certa coerência entre o líder, o movimento e as bases sociais de ambos.

Segundo De Ipola (1989), os aportes feitos por Laclau são válidos, mas não é exato considerar que o peronismo tenha sido um fenômeno exclusivamente ideológico. Em verdade, nas suas origens e na sua posterior consolidação, os aspetos significantes e, mais especificamente, os ideológicos estiveram sempre presentes, já como fundamento da liderança carismática, já como fonte de inspiração do discurso político peronista ou enfim, como causa de contradições e conflitos no interior do peronismo.

Laclau (1979) chega a uma conclusão que De Ipola comparte: "... o peronismo soube resgatar e articular certos elementos dispersos no espaço ideológico, fazendo com eles uma síntese que de pronto revelou sua extraordinária eficácia. Mas esses elementos (autoritários, democracia, nacionalismo, militarismo, antiimperialismo), que preexistiam como fragmentos liberados de ideologias em crises, tinham o evidente defeito de entrar muitas das vezes em contradição, não tanto pelos conteúdos literais, senão pelos interesses conflitantes de quem eram seus ocasionais portadores. Isso fez com que a 'articulação' a que se refere Laclau tenha sido de entrada uma articulação débil e potencialmente explosiva. Só a liderança indiscutível do caudilho logrou manter a unidade entre as peças do 'puzzle': uma unidade que era mais de coexistência, que de verdadeira harmonia." (DE IPOLA, 1989: 352)

Para De Ipola, a 'preexistência' simbólica de temas, consignas, valores e interpelações que Laclau coloca em sua teoria são elementos que reforçam a tese sobre os traços de continuidade existentes entre o peronismo e seu passado. Cabe fixar que Ipola defende a hipótese da existência de laços de continuidade histórica entre o peronismo e a etapa que precedeu seu surgimento. Mas exibir os vínculos existentes entre o peronismo e seu imediato -e às vezes não tão recente- passado, não obriga a desconhecer a novidade que significou tal fenômeno político, senão, pelo contrário, permite esclarecer o específico dessa novidade e, também, as condições históricas que o fizeram possível.

Segundo De Ipola o peronismo modifica de maneira substantiva as modalidades de ação e condução, amplia maciçamente as medidas básicas de justiça social e de equidade jurídica, o direito à cidadania política, muda inclusive o costume e a linguagem. Mas no fundamental, não enfrenta os valores básicos da ordem estabelecida, não toca senão por acaso e acessoriamente as formas de propriedade dominante, também não questiona a cultura oficial recebida dos

regimes que o precederam. Inventa e inova em nome da ordem e da 'comunidade organizada' e mantendo a consolidação da revolução justicialista e da 'nova Argentina' ". (DE IPOLA, 1989: 342)

2.5. Análise de Tipo Político e Econômico:

- *Alejandro Horowicz*

Alejandro Horowicz (1986) considera que "Ao peronismo e a Perón, toca-lhes atuar no rompimento entre duas épocas. Uma inicia-se na crise de 30, com sua consequente transformação das condições de realização da renda agrária no mundo e a outra, quando da derrota do fascismo situando a União Soviética no centro da cena. O peronismo tem, então, historicamente falando, duas origens simultâneas: a crise do capitalismo, que o vinculou ao bloco das classes dominantes nativas da Grã Bretanha, e o fortalecimento da URSS, agora sim, um acontecimento histórico irreversível e por conseguinte, o fortalecimento dos movimentos antiimperialistas do mundo inteiro."(HOROWICZ, 1986: 56)

Este autor define o regime peronista conforme categorias do *"bonapartismo"*. Ao referir-se à sua vitória eleitoral, considera que Perón é o autocrata constitucional: por um lado, ante as Forças Armadas, era o chefe do partido majoritário, e ante sua base social, o presidente da República'; e por outro, ante seus inimigos políticos, um coronel com suficiente respaldo militar e apoio popular, e ante o movimento operário, o "coronel do povo".

Desta forma, o bonapartismo lhe permitiu que os militares atuassem politicamente só em seu caráter de funcionários estatais, e seu compromisso com o governo reduzia-se a contrabalançar o movimento operário, mostrando uma certa simpatia passiva pela gestão governamental.

"O Presidente era o comandante em chefe das Forças Armadas, era um militar retirado e a sensação militar era de prazer", era bom que os militares fossem comandados por um militar com suficiente caudal político. Era como militarizar a sociedade civil sem que o exército saísse dos quartéis, ao menos no nível da metáfora. Mas as Forças Armadas não eram o principal suporte do governo: o governo dependia de sua capacidade de conquistar, reconquistar a adesão política; do contrário, se era eleitoralmente derrotado, quebrava-se. Nesse sentido era uma figura bonapartista".(HOROWICZ, 1986: 102)

- *Gregorio Weinberg*

Incluímos neste quadro os estudos de Weinberg, que embora não tentasse fazer uma teorização do fenômeno peronista, abordou uma série de elementos que têm sido valiosos para entender este movimento e sua relação com a educação, que é o objeto este trabalho.

Gregorio Weinberg considera que "... o populismo carece de um modelo alternativo de desenvolvimento, também não possui um modelo alternativo em matéria de educação, consequentemente, aceita a herança que, de alguma maneira, modifica para adaptá-la às novas necessidades, em particular, ao crescimento da matrícula."(WEINBERG, 1989: 122)

Outra característica que o autor cita, é que são os grupos tradicionais que exercem um papel hegemônico na condução política do sistema educacional e ocupam posições de relativa importância no aparelho escolar. Os novos setores, porém, são relegados, e quase sempre se convertem em vozes 'inconscientes' de procedimentos e modas importadas, são agentes de modernização reflexa. Portanto, os níveis de decisão não correspondem aos 'renovadores', senão aos grupos 'tradicionais'.

O movimento populista se caracteriza por fazer maior distribuição do ingresso em favor dos setores populares, tanto urbanos quanto rurais. Mas este processo é feito sem afetar os interesses dos grupos tradicionais que, às vezes, são molestados em seus objetivos e atitudes. Esta situação se dá sob uma conjuntura econômica favorável, com uma disponibilidade de reservas monetárias que haviam sido acumuladas durante a guerra. Quando o processo de redistribuição se vê interrompido porque as condições econômicas mudam, aparecem certas contradições dentro do populismo: aumenta sua rigidez porque vê-se com dificuldades para satisfazer as reivindicações e, em alguns casos, recorrem à repressão dos movimentos populares que eram sua base política.

As correntes populistas constituem sua base política mediante a captação da população que está fora dos circuitos legais de socialização, sejam setores marginalizados ou que estavam insuficientemente incorporados às relações sociais capitalistas.

Uma caraterística fundamental foi que o peronismo logrou melhorar as condições de vida através de incrementos salariais e a extensão dos serviços sociais, mas estes lucros não foram uma conquista dos trabalhadores, posto que foram cedidos pelo governo.

O populismo surge, em parte, num processo de movimento populacional, num contexto de urbanização e de migrações do campo à cidade, por uma incapacidade de retenção por parte do campo e dentro de um momento em que se desenvolve uma indústria manufatureira. Por outro lado, estes movimentos estão vinculados a grupos militares que geralmente carecem de

programa prévio do governo, que é elaborado sobre a marcha, dando um caráter pragmático às políticas aplicadas.

O populismo não se caracteriza por impulsionar ou facilitar uma crescente participação popular: na prática, essa participação é convertida em seguidismo ou passividade. Com efeito, o peronismo procurou aumentar o número de organizações operárias, guiando-as mediante a consolidação de estruturas extremamente burocráticas, verticalistas e muito rígidas. Na verdade, a preocupação estava centrada mais na redistribuição dos bens e serviços que numa efetiva participação no processo produtivo. Isso demostra uma concepção de imediatismo que adia o futuro desenvolvimento econômico, a longo prazo, sem fazer verdadeiras inversões nos setores básicos ou estratégicos da economia.

Na maioria dos casos, uma vez que se esgotam as pré-condições favoráveis, estes movimentos derivam-se em diferentes formas de autoritarismo. Do ponto de vista social, os novos setores socioeconômico se somam aos tradicionais e pretendem partilhar a hegemonia na nova relação de forças. A intervenção populista não implicou mudanças substanciais na estrutura da produção, pois os setores tradicionais não são afetados no conjunto de seus interesses fundamentais e continuam gravitando fundamentalmente no setor exportador: petróleo, carnes, café, frutas, etc.. A política econômica responde mais a um processo de modernização do que às mudanças revolucionárias e definitivas

São inegáveis os elementos populistas que acompanharam o esquema que o peronismo implantou a partir de 1946. Mas esta identificação com o populismo será permeada por uma interrogação na investigação, dado que não ter sido adotado de maneira "a priori" uma categorização que, acredita-se, condicionaria a análise do período. Assim, um dos interesses que orientam este trabalho é a necessidade de aprofundar o tema e pesquisar se o peronismo definiu um modelo educativo ou contou com um plano próprio.

3. PERIODIZAÇÃO DO REGIME PERONISTA

Para melhor análise deste período, se faz necessário periodizá-lo em três etapas: etapa preparatória; primeiro governo peronista e segundo governo peronista.

3.1 Etapa Preparatória:

Buchrucker (1987) coloca que, nesta etapa, Perón recebeu uma forte influência de instituições e de fatos tanto nacionais quanto internacionais, que de algum modo marcaram sua ação posterior. Entre eles podemos citar:

a) *As Forças Armadas e a participação de Perón no governo de 1943, foram elementos de forte influência nas suas definições políticas.*

Como já mencionamos anteriormente, Perón fez parte de uma loja maçônica militar secreta do Exército: o GOU (Grupo de Oficiais Unidos). Esta organização elaborou um simples programa de caráter neutralista e anticomunista, cujos integrantes eram uma fração indiscriminada do nacionalismo militar, porém este nacionalismo não era uma corrente hegemônica dentro do exército. Em suas filas misturavam-se defensores de idéias dos aliados e dos germânicos, e neste esquema não entravam os Estados Unidos. A sociedade argentina era antiyanky, e a disputa era entre estar do lado da Grande Bretanha ou da Alemanha.

Em 4 de junho de 1943, Perón participou do golpe que afastou o governo de Castillo e instaurou um governo militar que buscava "limpar e moralizar" o país, reduzindo a participação civil. Segundo Alejandro Horowicz (1986), o golpe de 1943 é o resultado da nova relação de forças internacionais que ainda não tinha cristalizado no interior da sociedade argentina um projeto hegemônico. E como o bloco das classes dominantes não pôde resolver esta tensão por seus próprio meios, se valeu do poder das Forças Armadas para impor seu projeto.

Waldmann reconhece em Perón uma participação quase decisiva no âmbito do governo da "revolução de 1943": "Perón teve como mérito ocultar rapidamente o vazio de concepção da 'revolução de 1943', e apoiando-se nos exemplos fascistas, desenvolve um programa próprio. Por sua iniciativa foram elaborados amplos relatórios sobre a situação das diferentes ramificações econômicas e implantou uma política de estímulos e proteção à indústria nacional. Também por iniciativa própria, realizou a indispensável reforma da legislação social, criando uma série de novas instituições no âmbito do trabalho e da saúde pública e formulando leis de proteção aos estratos mais baixos da população. Por influência dele abandona-se a atitude estritamente neutra e procurou-se maior aproximação com os Aliados, cuja vitória sobre as potências do eixo delineava-se cada vez com mais claridade". (WALDMANN, 1986: 133)

b) *Doutrina Social da Igreja.*

A Doutrina Social da Igreja orienta sua filosofia de vida. "A doutrina social da Igreja enfatizava a necessidade de considerar o homem em todas as dimensões e não só como uma simples união de Leis econômicas, pretendidamente inexoráveis..."[4] (BUCHRUCKER, 1987: 305)

Segundo Buchruker, no referente à relação entre o governo peronista e a Igreja, sabe-se que logo depois de golpe de Junho de 1943 houve um acordo tácito de apoio neutro, entre os dirigentes peronistas e as altas autoridades eclesiásticas, selada pelo decreto lei que estabelecia o ensino religioso obrigatório em todas as escolas. Nas eleições de 1946, Perón contou com forte apoio da Igreja, que se sentia atraída pela doutrina social peronista, e que, segundo Perón, inspirava-se nas encíclicas papais. Essa decisão não foi fácil na medida em que importantes setores católicos mostravam-se reticentes, e mesmo contrários a este apoio. Mas a concepção católica nacionalista, liderada pelo Monsenhor Francheschi, acabou triunfando e a Igreja apoiou, no início, o regime peronista.

O que mais preocupava os católicos, era a presença dos comunistas na esfera da classe operária nativa. Por temer que o país sofresse uma revolução comunista, alentou-se de certo modo o apoio a Perón. Considerava-se Perón menos perigoso, pois este estava mais próximo da doutrina da Igreja que o comunismo. Este tema será aprofundado em posteriores análises dentro deste trabalho

c) *Os modelos latino-americanos*

Os modelos latino-americanos, que tiveram lugar a partir da década do 30, exerceram influência no peronismo. Existem alguns estudos que tentam estabelecer pontos de comparação entre o peronismo e outros movimentos de correntes populistas na América Latina. O brasileirista Skidmore (1975) concentrou suas análises nas políticas antiinflacionárias de Perón e Vargas.

Outros trabalhos fazem um estudo comparativo entre a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), peruana e o peronismo, tentando marcar certas caraterísticas comuns entre Perón e Víctor Raúl Haya de la Torre, referentes ao tipo de liderança personalista e contraditória, misturada com uma doutrina 'flexível'. Com efeito, Ciria (1971) considera que

[4]BUCHRUCKER, C.: Ob. Cit. pag. 305 (Tradução própria)

Haya de la Torre possa ter influenciado alguns aspetos da política peronista, como por exemplo, a intenção de infundir sua doutrina por toda América, criando em 1952 a Agrupação de Trabalhadores Latino-americanos, com o apoio da Central Geral de Trabalhadores. Para isto, montou um complexo sistema de diplomacia operária, que chamou de *agregados operários*. Estes deveriam difundir as idéias e as conquistas do regime peronista pelo mundo. Esta iniciativa teve seus antecedentes no México, onde o presidente Álvaro Obregón havia designado agregados trabalhadores nas embaixadas.

A experiência de Getúlio Vargas no Brasil, (1930-1945), de Lázaro Cárdenas (1936-1940), no México e de Toro y Busch na Bolívia (1936-1939) parecem ter contribuído ideologicamente no processo formativo do pensamento peronista. Tanto na teoria política quanto nas práticas destes governantes, é possível achar aspectos que logo apareceram na experiência peronista.

No que diz respeito ao varguismo, é factível de se fazerem certas comparações, como já têm feito os autores Murmis e Portantiero (1971), que definem três etapas básicas: a) a estruturação e suas formas de articulação; b) o controle do poder; e c) a perda do controle do poder. As mudanças que Vargas introduz no Brasil, em sua primeira etapa de governo, remetem à Argentina de 1955, quando Perón é derrubado (Dulles, 1967).

Murmis e Portantiero (1971) analisam as diferenças entre o varguismo e o peronismo: no caso do varguismo, a classe operária foi integrada ao regime diretamente, mediante organizações estatais. Os escritórios do Ministério de Trabalho foram o canal direto para estabelecer as relações entre os trabalhadores e o Estado. Os sindicatos não tinham participação. A participação dos trabalhadores no movimento nacional-popular é intermediada primeiro pelo Estado, que controlava a mobilização e organizou os sindicatos por cima do movimento operário. Deste modo, os sindicatos funcionavam como apêndices do poder. No caso do peronismo, a situação era outra. Com efeito, é verdade que o movimento operário foi integrado ao Estado, no sentido de efetivar essa integração, pois os sindicatos, como aparatos institucionais, são anteriores ao governo de Perón e cumpriram uma função de mediação entre os trabalhadores e o poder político.

Existem evidências de que Vargas aplicou algumas políticas protecionistas para beneficiar os setores operários, como fez Perón na Argentina. A legislação social de Vargas, em 1932, incluía a semana de quarenta e oito horas, melhoria no trabalho feminino, comissões mistas para resolver problemas trabalhistas e, quando estes não chegavam a conciliação, havia juízes do Ministério do Trabalho para intervir. Os tribunais do trabalho também foram aplicados na Argentina.

Vargas, já em 1940, anunciou seu Plano Quinquenal, para resolver dificuldades econômicas produzidas pela segunda grande guerra, e assentar as bases da siderurgia nacional. Perón desenvolveu dois Planos Quinqüenais durante seu mandato.

Destaca-se também a terminologia que ambos líderes populistas usavam, reiterando idéias sobre 'justiça social', 'relações entre o trabalho e o capital', 'colaboração social', 'equilíbrio' entre o individual e coletivo (Tanni, 1968)

No discurso de Vargas falava-se de "independência econômica", elogiava-se o corporativismo e criticava-se tanto o capitalismo quanto o comunismo, além de fomentar a indústria e a estruturação sindicalista consubstanciada com o Estado.

"Em algumas ocasiões, as influências se interceptavam e adquiriam distintos signos: na década de cinqüenta Perón tratou de combinar ensaios corporativistas com a representação política individual, como na fundação da nova Província Presidente Perón. Simultaneamente proliferaram as *confederações* de profissionais, empresários, estudantes, esportistas, etc. Vargas já havia percorrido um território análogo na carta magna do *Estado Novo* (1937), porém seu sistema político continuou sendo bastante paradigmático." (CIRIA, 1971: 40)

No início dos anos cinqüenta, Vargas e seu aparente herdeiro João Goulart desenvolveram uma estratégia de maior politização do movimento operário, através da criação do *Partido Trabalhista Brasileiro.* É importante destacar que este movimento não alcançou as proporções do Partido Peronista, mas o PTB, foi durante décadas, uma das forças políticas mais poderosas do Brasil.

Goulart, que tinha sido Ministro de Trabalho durante 1953-54, na segunda presidência de Vargas, gerou reações negativas por sua política trabalhista "demagógica" e a oposição das Forças Armadas o levam a renunciar como funcionário do governo de Vargas.

No que diz respeito a Cárdenas, ele defendia uma política centrada na "justiça social", apoiada numa democracia caracterizada por "melhor distribuição da riqueza". Além de denunciar as "oligarquias" e as forças econômicas estrangeiras, que tentavam dominar o Estado, o presidente mexicano pretendia obter uma "unidade" das classes operárias e definir um governo que fosse o "árbitro e regulador da vida social".

d) O peronismo teve também influências européias, tanto da Alemanha, com o nacional-socialismo, quanto da Itália e Espanha, com o Fascismo e o Falangismo respectivamente.

Perón visitou estes países e entusiasmou-se com os métodos técnicos e organizativos dos italianos e alemães, no campo econômico e social. Tanto a infra-estrutura industrial quanto os mecanismos de promoção social desses países eram admiráveis para Perón.

Entretanto, não se deve interpretar que o peronismo foi uma cópia do fascismo europeu. Muito pelo contrário, se bem que, tanto o peronismo quanto o fascismo, são desenvolvidos por uma classe cujo antagonismo com relação ao bloco de poder é muito profunda. No caso peronista, o antagonismo é administrado dentro dos limites requeridos pelo confronto da nova classe dominante, com o bloco de poder tradicional, ou seja, o antagonismo sofre uma dose de neutralização. Com efeito, resulta muito mais esclarecedor precisar os empréstimos e adaptações que o modelo peronista fez destes modelos europeus, do que falar simplesmente de um fascismo argentino. É indiscutível que existem certos elementos comuns aos regimes europeus de caráter totalitários, mas também temos que colocar que ele recebeu influência de outros sistemas políticos desenvolvidos em países do chamado "Terceiro Mundo".

Dando continuidade, faremos uma breve síntese, tentando apresentar certas características próprias do fascismo, com o objetivo de caracterizar este tipo de regime visando colocar suas diferenças, no que diz respeito ao regime peronista.

No caso do fascismo, a neutralização foi levada a cabo "... vinculando as interpelações populares a conteúdos como racismo e corporativismo, que impediram sua radicalização em uma direção socialista. Também sabemos que a manutenção desses limites requer um alto grau de homogeneização ideológica, que só se tornou possível através da repressão. Daí o caráter 'totalitário' do fascismo." (LACLAU, 1979: 201)

Renzo De Felice (1976), considera que o fascismo é um fenômeno histórico, que não pode ser generalizado fora de Europa e fora do período de entre guerras em que se estendeu. Suas raízes são tipicamente européias e originadas dentro do processo de transformação da sociedade européia, determinado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise da transição - moral e material- a uma sociedade de massas que apresentava novas formas de integração estatal, política e social. Este fenômeno produz-se praticamente em todo o continente, fundamentalmente naqueles países que enfrentaram tais transformações em condições particulares de retardo, de debilidade e de anormalidade econômica e política. Conforme o dito, não é possível se referir aos regimes latino-americanos como fascismo.

Nestes países, é impossível falar corretamente de experiências fascistas, ainda que se produzissem fenômenos políticos que, por alguns aspectos particulares, lembram os fascismos europeus. Os contextos históricos e os aspectos sociais característicos destes movimentos são completamente diferentes.

Segundo De Felice (1976), o fascismo se afirmou nos países onde era mais rápido e intenso o processo de mobilidade social vertical. Neles predominava uma economia de tipo agrário-latifundiária e, em alguns dos casos, existiam importantes setores não integrados no complexo econômico nacional. Estes países enfrentavam uma profunda crise econômica, com alta inflação, desemprego, alto custo de vida, etc.. Desde o ponto de vista político, a crise do sistema parlamentar fazia com que os setores socialistas, comunistas e alguns setores da burguesia questionassem a legitimidade do sistema. Por outro lado, estes países defrontavam-se com problemas nacionais (presença de grandes minorias de outras nacionalidades) e coloniais, que a guerra não tinha resolvido e que, em muitos dos casos, tinha agravado. Estes problemas provocavam uma tensão nacionalista e o surgimento de tendências revisionistas em relação à ordem européia, tal como havia sido estabelecida pelo tratado de Versailles, de Triano, de Saint-Germain, etc..

A tipologia de poder adotada pelo fascismo se afirmou através de uma concepção da política e da vida de tipo místico baseada na primazia do ativismo irracional, no desprezo pelo indivíduo ordinário ao que se contrapunha a exaltação da coletividade nacional e das personalidades extraordinárias (elites e super-homens), em que se originava o mito do ***chefe.*** Com isto se desenvolveu um regime político de massas, fundado na mobilização contínua, numa relação direta chefe-massa, sem intermediários, baseado no sistema de partido único e da milícia do partido, com um desenvolvimento do regime de política e de controle de todas a fontes de informação e de propaganda. Por outro lado, procurava-se criar uma nova classe dirigente (pequena e média burguesia), que fosse a expressão do partido, além de se procurar montar um forte aparelho militar.

O papel do Estado foi intensificado. Caracterizou-se por uma tendência à expansão da iniciativa pública. Assim, o Estado começou a intervir na direção da economia e os empresários passaram a atuar como funcionários do Estado. Além disso, o Estado assumiu um papel de mediador nos conflitos trabalhistas.

Consideramos importante diferenciar o fenômeno fascista do peronista e, para isto, colocaremos algumas considerações que faz De Felice (1976), a respeito do fascismo, para compreendê-lo historicamente:

- O primeiro dos elementos é de tipo geográfico-cronológico: o fascismo foi um fenômeno europeu, que se desenvolveu no período de entre guerras. Cabe esclarecer que existiam pré-condições morais, sociais e econômicas, anteriores às grandes guerras, que prepararam de certa forma o contexto para que o fascismo viesse a acontecer. Estas pré-condições e raízes, não obstante, eram 'marginais" e nada faz pensar que o fascismo se houvera desenvolvido sem a crise traumática determinada, direta ou indiretamente pela Primeira Grande Guerra e suas conseqüências. Portanto, a crise estabelecida pela guerra foi a única e verdadeira causa de sua irrupção e de sua extensão a grupos sociais que até então estavam fora do processo econômico, aos quais dão novos conteúdos morais e políticos.
- O segundo elemento para compreender o fascismo é sua base social: De Felice, concorda com Fromm, em que tanto o proletariado quanto a burguesia liberal e católica tinham uma atitude negativa ou resignada com respeito ao fascismo, e a pequena burguesia foi defensora do mesmo. A relação fascismo-pequena burguesia ou, generalizando, fascismo-classe média, foi um dos eixos essenciais do problema histórico do fascismo, não só no momento de sua afirmação, como um movimento de massas, como também posteriormente. "... do ponto de vista de sua base social, o fascismo, foi um fenômeno basicamente de classe média, e sua elite também pertenceu a estas classes, ainda com uma característica que não pode ser subestimada, especialmente na fase das origens. Muitos dos chefes fascistas haviam vivido dois tipos de experiências particulares que freqüentemente somavam-se entre si: haviam militado em partidos ou em movimentos de extrema esquerda em postos de responsabilidade ou haviam combatido na guerra. Esta situação suscitou neles uma atitude particular para encarar situações novas." (DE FELICE, 1976: 334)
- O terceiro elemento para compreender o fascismo é esclarecer as condições nas quais os países europeus se achavam, quando do surgimento dos fascismos. Logo depois da Primeira Grande Guerra, tanto os países vencedores quanto os vencidos sofreram profundas transformações. As classes médias afrontaram um período de grave e, em alguns casos, gravíssima crise. As causas desta crise eram parcialmente anteriores à guerra, ou seja, vinculadas ao processo já iniciado de transformação e de massificação incipiente da sociedade. Em parte, derivavam diretamente da guerra e da aceleração do processo de transformação social em geral e da mobilidade social fundamental e vertical, provocada particularmente pela guerra.

Esta crise econômica e social afetou profundamente as classes médias. Estas classes tradicionais -agricultores, comerciantes, profissionais, pequenos empresários-, que dispunham de uma certa autonomia pessoal e constituíam uma entidade social bastante homogênea e

integrada, foram atingidas de modo diferente das classes médias mais recentes -empregados, pequenos comerciantes, intelectuais assalariados-, que estavam praticamente privados de autonomia pessoal e, em geral, estavam pouco integrados. Com efeito, toda a classe média, a tradicional e a recente, teve que enfrentar uma sociedade em rápida transformação, caracterizada pela afirmação e crescimento do proletariado e da grande burguesia, na maior parte dos casos em condições econômicas sumamente desiguais (o período de que estamos tratando apresentava alta inflação, alto custo de vida, a desvalorização dos salários, congelamento de aluguéis, etc.), sem instrumentos de defesa sindical adequados e numa situação de perda progressiva de status econômico e social.

Num plano psicológico-político, esta crise da classe média produzia um estado de frustração social que, em muitos dos casos, manifestou-se em profunda inquietude, um confuso desejo de vingança e rebeldia, que foi assumindo modalidades destrutivas e revolucionárias, frente à sociedade da qual se consideravam as principais vítimas. Este estado de frustração poderia ter sido explorado e conduzido pelo movimento socialista para estabelecer uma efetiva aliança com os setores médios. Mas o que levou as classes médias a apoiar de maneira contundente o fascismo foram os erros dos partidos operários em desenvolver um projeto capaz de convocar a participação da classe média e o medo do bolchevismo. Isto contribuiu para que estas classes considerassem o fascismo como um movimento revolucionário próprio, que lhes permitiria se afirmar social e politicamente, tanto contra o proletariado quanto contra a grande burguesia.

Pelo anteriormente colocado, podemos observar que existem profundas diferenças entre os contextos históricos, nos quais se gestaram os movimentos fascistas europeus e o que chamamos de "movimento peronista". Já em 1956, num trabalho publicado por Gino Germani, intitulado *Integração política das massas e o totalitarismo*, falou-se das diferenças entre o peronismo e os fascismos europeus. A partir do ponto de vista da base social, o peronismo foi apoiado pelas classes populares e o fascismo europeu contou com apoio da pequena burguesia, realçando as diferenças quanto a algumas posições ideológicas divergentes.

O fascismo foi uma experiência menos "mediadora" e mais "totalitária", já que desenvolveu uma doutrina oficial mais precisa e uma estrutura ideológica mais definida.

"... a principal diferença do peronismo em relação ao fascismo italiano, consiste, (...), nas classes que pertencem às massas mobilizadas e no tipo de mobilidade. A mobilidade na Argentina foi primária e a classe mobilizada foi a inferior. O peronismo foi um movimento 'nacional popular", provavelmente típico da mobilidade primária. Esta apresentava muitos traços totalitários mas, na realidade, não era muito diferente do movimento liberal popular -o

partido radical- que havia dado uma expressão política ao primeiro estágio da mobilidade primária."(DE FELICE, 1976: 191)

Mas algumas das práticas políticas e idéias de caráter autoritário dos fascismos europeus foram incorporadas em alguns momentos pelo movimento peronista, assim como o interesse pelo papel da organização, seu anti-racionalismo, o conceito de terceira posição, as idéias de modernidade tecnológica, e o mito de um Estado Novo, entre outros. Emilio Gentile(1988) considera que o fascismo deve ser entendido como um fenômeno complexo e que tem uma originalidade própria, devendo ser situado numa realidade de política de massa e de autoritarismo moderno.

A formação do fascismo é um processo que teve origem na particular situação histórica produzida na Itália da Primeira Guerra Mundial. O fascismo, segundo Alejandro Horowicz (1986), não é um governo possível em qualquer tempo e local, mas um fenômeno preciso, cotado pelo caráter imperialista do desenvolvimento capitalista e pela possibilidade de disputar, mediante a guerra, uma nova divisão no mercado mundial, fenômeno que surge só em nações em que ainda restaram questões nacionais irresolutas.

"... o fascismo foi uma categoria histórica, isto é, o resultado que a luta de classes lançou como cristalização do combate social na Itália e na Alemanha, entre 1920 e 1930, num determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas do imperialismo, com questões nacionais irresolutas e num ponto do enfrentamento inti-imperialista, onde ainda era possível disputar, através da guerra, um novo espaço do mercado mundial."(HOROWICZ, 1986: 48)

O Movimento fascista teve uma intuição própria da moderna política de massa, fundamentada na consciência do papel que "mito" e "organização" desempenham nos movimentos coletivos da sociedade moderna.

Nesta ideologia, o mito da juventude é colocado sob a convicção de que os jovens possuem prerrogativas e posições especiais para dirigir a nação. Nasce do desprezo pela classe dirigente burguesa, considerada uma classe política de velhos notáveis, advogados e burocratas que haviam monopolizado o poder e o geriam entre compromissos e clientelas, sem compromisso ideal algum com a nação e a nova sociedade emergente. Portanto se fazia necessário criar uma nova classe dirigente, formar uma nova consciência e educar uma personalidade integral, na busca de uma nova cultura.

Havia se estabelecido um nexo orgânico entre cultura e política, através da crise do racionalismo positivista e da difusão de novas "filosofias da vida", idealistas e irracionalistas. Política e cultura tornaram-se aspectos complementares de uma nova cultura política, que exaltava o valor criativo da ação por uma contínua expansão da vida e considerava a política

uma via para realizar uma concepção integral do homem, criando novas realidades históricas, formando uma "nova humanidade". O mito do *homem novo* era um outro elemento comum aos movimentos de contestação contra o regime liberal: Criar o homem novo da modernidade industrial e tecnológica. Somente uma aristocracia de homens novos saberia guiar a nova nação através dos conflitos da sociedade moderna e fazé-la participar como protagonista da história do mundo.

Deve-se notar que o atraso do país era considerado como uma condição humilhante para a nação e atribuíam a responsabilidade por este estado de coisas ao regime liberal e à classe política, que não sabia coordenar os recursos produtivos do país, para garantir um desenvolvimento homogêneo e acelerado. Deste modo, uma nascente ideologia da industrialização era acompanhada por projetos embrionários de reorganização do Estado e de mobilização das massas, em função de uma política de desenvolvimento e de potência. Assim, segundo estas idéias, a Itália tornara-se uma nação moderna e poderosa, através dos progressos econômicos e mudanças sociais.

Tinha-se a aspiração mítica de um "Estado novo", diante do qual o regime liberal existente aparecia como mediocre, antiquado, ineficiente e sem legitimidade.

O fascismo considerava que era época das massas e das grandes organizações lutarem pela supremacia na vida econômica e na vida política. O regime liberal deveria ser substituído por novas instituições, capazes de mobilizar as massas com mitos heróicos e transformá-las em forças organizadas para a revolução social ou para a política de conquista e de potência. Aliás, os sindicalistas revolucionários queriam criar uma nova civilização do trabalho, uma comunidade de "produtores" livres e autônomos. O nacionalismo afirmou o valor absoluto da nação, concebida como uma espécie de grande organismo natural, em que os indivíduos e as classes tinham uma posição instrumental e subordinada.

A massa era, para o fascismo, um material humano que podia ser plasmado através da sugestão do *mito* e da força coercitiva da *organização*, instrumentos fundamentais para nacionalizar as classes sem abolí-las e para integrá-las em uma nova ordem. Desde o início, o fascismo concebe a política como a manifestação da vontade de potência de uma elite, que sabe plasmar a mentalidade da massa e criar, como um artista, novas realidades históricas. Por isso, a política de massa fascista teve uma intrínseca atitude pedagógica voltada à socialização das idéias e do comportamento das massas, segundo os próprios "valores". Os ritos, os mitos e os símbolos giram sobre a mentalidade do indivíduo e da massa, imprimindo-lhes o caráter fascista e transformando-os em uma força coesa para a grandeza e a potência da nação.

Com um desabusado sincretismo ideológico, o fascismo definiu ideologicamente o seu "mito político", na concepção do Estado totalitário, como meta ideal. A Itália fascista se apresentava como um bloco compacto sob a direção do *duce*. Na realidade, por detrás da fachada totalitária do regime, havia um complexo de forças diversas, velhas e novas, unidas por um precário equilíbrio, surgido do compromisso que o fascismo estabelecera com as outras forças tradicionais, reguladas pela arte mediadora do *duce*.

O fascismo exaltou o sistema corporativo como a mais importante realização do regime, a terceira via entre capitalismo e comunismo, a resposta moderna e eficiente do fascismo à crise da sociedade contemporânea. O sistema corporativo suscitou interesse em todo o mundo e deu ressonância à ideologia fascista, que encontrou estudiosos e imitadores. Na realidade, entre as instituições novas do fascismo, o sistema corporativo foi a que menos funcionou no sentido enunciado pela teoria: ele foi uma máquina desordenada, padecendo de elefantíase burocrática, que funcionava sempre mal e freqüentemente não funcionava. Observações semelhantes poderiam ser feitas em relação a outras instituições do fascismo, que foram afetadas pela própria tendência à inércia ou à "elefantíase burocrática".

Quanto à política de massa, esta deveria se limitar a garantir a disciplina e a dócil aquiescência das massas, em relação à ordem constituída. No fundo, esta atitude tinha algo de pessimismo antropológico (e em alguns casos desembocava no naturalismo), que induzia a considerar como imutável a mentalidade das massas e por isso achava necessária e inevitável a sua existência passiva e inerte na vida do Estado, deixando-as fora da política.

O Fascismo totalitário tinha como raiz a intuição da política e das massas. O totalitarismo, observou Gino Germani (1958), não tende a ter súditos passivos não participantes, mas soldados fanáticos e 'convictos'. Trata-se, de fato, da tentativa de mobilizar a população inteira transformando-a segundo um modelo bem preciso do conjunto dos papéis e das formas de participação.

Por parte do peronismo, o método neutralizador foi diferente: aplicou uma mecânica que permitiu a subsistência de várias "elites", que baseavam seu apoio no regime, em projetos articulatórios antagônicos. O Estado desempenhou um papel mediador entre as bases de sustentação opostas. Laclau (1979) marca a pobreza ideológica e a falta de doutrina oficial do peronismo, o que de certo modo explica o caráter mediador do Estado.

d) *Também recebe uma grande influência do pensamento nacionalista*: tema que será aprofundado nos futuros capítulos deste trabalho. O movimento nacionalista tem uma tradição contra-revolucionária de origem européia. Apoiava-se nas "leis naturais do catolicismo" e

defendia a necessidade de reconstruir os estados patrimoniais e as sociedades anteriores ao século XIX. A organização social que desejava era de caráter hierárquico e corporativista .

Inspirados no catolicismo ultramontano do século XIX, defendiam os conceitos de 'salvação' e 'hierarquias espirituais', assim como idéias de **Edmundo Burke** e **Joseph de Maistres** sobre a política tradicional. Também colocavam conceitos originados no idealismo alemão como 'renovação da essência eterna', alem de colocar a primazia do político sobre o econômico como **Charles Maurras.** Os nacionalistas sempre se apoiaram nos militares e na Igreja, temiam o apoio da massa. Representavam os interesses econômicos dos grandes comerciantes, industriais e banqueiros.

Na Argentina como representantes intelectuais do nacionalismo, podemos citar **Carlos Ibarguren, Manuel Gálvez e Leopodo Lugones,** que se inspiravam nas idéias de **Joseph De Maistre, Marcelino Menéndez y Pelayo e Charles Maurras** (intelectuais europeus).

No pensamento peronista encontramos muitos dos objetivos e das orientações iniciais do movimento de forte influência nacionalista, mas não tardaram em aparecer diferenças substanciais entre ambos. "Perón fundou seu regime com apoio popular e seu objetivo fundamental não consistiu em restaurar um sistema patriarcal senão, pelo contrário, fixar uma nova sociedade fundada no desenvolvimento industrial com apoio dos sindicatos. Assim, Perón não se converteu num novo Rosas, anelado pelos nacionalistas. Para sua desilusão, segundo os nacionalistas, só 'acordou os baixos instintos das massas'". (HOROWICZ, 1986:138)

Em fevereiro de 1946, Perón tinha enquadrado seu movimento segundo consignas reformistas, tendo como base social a classe operária. Os nacionalistas, que tinham apoiado inicialmente Perón, estavam arrependidos. Na verdade, eles tinham a intenção de usar Perón para logo ocupar o poder, mas estava acontecendo o contrário. Perón conseguiu conquistar habilmente as massas. Na prática, Perón contradisse os ideais nacionalistas porque sua política era de massas, além de criticar nos nacionalistas sua condição de simples 'teóricos, intelectuais, carentes de valores práticos'. Por sua parte, Amadeo criticava o 'personalismo' de Perón e seu hábito de plagiar idéias nacionalistas. Segundo ele, 'os temas do peronismo como soberania política, independência econômica e justiça social, foram tomados dos grupos de nacionalistas'.

A maior discrepância entre Perón e os nacionalistas estava no conceito de 'justiça social'. Para os nacionalistas significava "tutela, hierarquia e valores", para Perón significava transformação do status e das condições materiais das "massas". Segundo Perón, sua prédica dirigia-se para os salários e as condições de vida, e não para os valores morais. Os

Nacionalistas queriam o controle do movimento operário sem concessões. Perón, em contrapartida, as dava para receber apoios em compensação. Do mesmo modo, o nacionalismo de Perón deixava de ser uma essência difusamente definida para se identificar com o progresso econômico e social das classes populares. Nacionalistas como os irmãos Irazusta se indispuseram imediatamente com Perón pelos altos impostos que cobrava aos latifundiários para elevar as condições de vida das massas.

Em conseqüência, Perón teve uma relação mais de adversários que de aliados com os grupos nacionalistas. Porém procurou se desfazer deles quando afetaram seus interesses políticos. Em janeiro de 1944, durante os conflitos que terminaram com a queda de Ramírez, Perón apoiou um decreto que censurava as atividades políticas de todas as organizações nacionalistas. Em 1945, quando enfrentou as pressões de Braden, afastou das universidades os nacionalistas para demostrar sua oposição a 'uma universidade intransigente e medieval'. Entre as vítimas desta medida estava Genta, que foi exonerado do seu cargo como diretor do Instituto Nacional do Professorado. Ao final de 1945, em plena campanha eleitoral, Perón voltou a aproximar-se de alguns nacionalistas, solicitando-lhes seu apoio como propagandistas ou escritores. Deste modo, os nacionalistas aproximaram-se pensando que já estavam superados todos os antigos conflitos com Perón. Mas foram defraudados mais uma vez, porque após a eleição Perón os relegou novamente.

Imediatamente os nacionalistas reagiram, voltando-se contra Perón. Atacavam o seu movimento por ser 'marxista, classista e subversivo', ou como um 'plágio do socialismo". Essas disputas marcaram todo o período seguinte, durante os dois governos de Perón.

Não obstante, o movimento nacionalista conseguiu sobreviver. Depois das eleições, Perón não os perseguiu: só os ignorava. Achava que era um grupo que pertencia a uma seita obsoleta que desapareceria. Deste modo, os nacionalistas conservaram seus antigos bastiões. Ainda tinham sua antiga influência nas Forças Armadas, na Igreja, nas universidades, no Instituto Juan Manuel de Rosas e nos pequenos círculos provincianos, particularmente em Córdoba, que continuava sendo um baluarte do clericalismo reacionário.

O ressurgimento do nacionalismo na cena política dos anos 50 foi a conseqüência da crise política e econômica que atingiu o país durante a etapa final do regime peronista. Novamente o pensamento nacionalista ganhou espaço na Igreja e nas Forças Armadas. Assim, em 1955, o General Eduardo Leonardi, que conduziu a rebelião militar na derrubada de Perón, simpatizava com as idéias nacionalistas

3.2 Primeiro Governo Peronista (1946-1951):

"O triunfo eleitoral de Perón, candidato do partido Laborista que foi formado nas vésperas das eleições com Cipriano Reyes (um sindicalista de orientação socialista), foi produto do re-agrupamento das forças sociais e setores importantes da sociedade argentina. Embora o apoio fundamental fosse dado pelos setores operários organizados, que demostraram ter um poder de convocatória e mobilização até esse momento impensado, o mesmo complementou-se com grupos de trabalhadores rurais do interior, setores de classe média baixa, grupos da burocracia (incluindo certos setores do exército) e núcleos de pequenos e médios industriais de ideologia nacionalista. Perón e os dirigentes mais ligados a seu projeto haviam conseguido estruturar um amplo movimento policlassista pró-estatal (nele o elemento nacional-popular se impunha sobre o classista), até então desconhecido na Argentina: uma coalizão majoritária que, dadas as características da situação sóciopolítica, mostrava altas possibilidades de manter-se estável e dominante." (AZNAR, 1982: 296)

Perón triunfa em 1946, sem uma estrutura partidária consistente, confrontando-se com um conjunto de partidos estruturados e ideologicamente configurados em muitos anos de prática política partidária. Uma vez no poder, Perón dissolve o Partido Laborista, sem ter poder para isso, já que ele não formava parte da direção, e cria o partido Peronista, que oficialmente foi constituído em 1948. O Partido foi um típico caso de formação partidária a partir do poder Estatal.

Segundo Horowicz (1986), os membros do laborismo tinham certa desconfiança pela influência que o coronel Perón exercia na classe operária e no possível destino que poderia ter o movimento operário sob o controle estatal . O laborismo se propôs construir o contrapeso e o coronel Perón mostrou, mais uma vez, que toda delimitação organizativa, requer uma delimitação ideológica; ou seja, uma adequada diferenciação política. E como o laborismo carecia de uma delimitação política, suficientemente explicitada, suas possibilidades de sobrevida passavam exclusivamente pelas decisões do coronel.

Deste modo, o laborismo foi destruído por uma insuficiência dupla: era proletário demais para suportar uma condução não operária por muito tempo, e insuficientemente proletário para resistir exoticamente.

Perón obteve a vitória eleitoral, com o apoio dos operários. As duas terceiras partes do seu caudal eleitoral vinham dos eleitores laboristas e o terço restante dividia-se em partes iguais, entre a União Cívica Radical Renovadora e o Partido Independente.

O peronismo nutriu-se de quadros produzidos pelo movimento operário em seu conjunto: ex- comunistas, ex-anarquistas e ex-sindicalistas; a presença inicial dos socialistas e anarquistas foi maior. Perón respaldou-se nos dirigentes socialistas, para limitar a influência dos comunistas e rapidamente limitou a atuação deles, até conseguir seu afastamento. Logo dedicou-se em afastar todos os dirigentes que mostraram uma certa independência.

Deste modo, a "... dinâmica da política argentina ficou instaurada: a classe operária, um fragmento das classes médias da cidade e do campo e boa parte dos sem bandeira, se alinham por trás da figura de Perón, que conta com o aparelho do Estado e o respaldo da Igreja Católica. De outro lado, o que resta: uma pequena porção de trabalhadores, comprometidos politicamente com socialistas e comunistas, um fragmento muito ativo das classes médias das grandes cidades e todos os proprietários." (HOROWICZ, 1986: 106)

Este período parece estar revestido por uma política de caráter popular e estatista. Peter Waldmann considera que "o Estado deve encarregar-se de uma série de funções gerais, o que lhe assegura uma certa superioridade sobre os agrupamentos sociais. Deve funcionar como árbitro entre eles, coordenando suas ações particularizadas, conduzindo os objetivos nacionais comuns, estando assim em condições de mobilizar por conta própria os meios necessários para atingir esses objetivos." (WALDMANN, 1986: 54)

Nesta etapa, contou com os meios econômicos e financeiros que possibilitaram uma situação favorável para sua política. Durante a Segunda Guerra Mundial, o país teve um saldo favorável no comércio com a Europa, pela venda de carnes e cereais. O governo militar, dias antes da vitória de Perón, sancionou uma série de decretos, que serviram de base para a futura política econômica do peronismo. Nacionalizou o Banco Central e os depósitos bancários, estabeleceu um novo regime para o Banco Industrial e criou o Instituto Argentino de Promoção e Intercâmbio (IAPI). Este instituto não nacionalizava o comércio exterior, era só um instrumento de direção e controle das exportações: as casas exportadoras operavam por conta própria e conservavam uma fatia do mercado onde atuavam diretamente. O IAPI garantia a renda agrária. A idéia era que, quando os preços internacionais fossem bons, o IAPI financiaria o Plano Qüinqüenal, algo que jamais ocorreu . Na verdade, este Instituto funcionou como um dispositivo para defender os interesses dos latifundiários já que, quando os preços dos produtos fossem baixos, o instituto comprava a preços superiores, não afetando os interesses agrários.

O programa governamental de Perón e dos militares que fizeram a revolução de 1943 tinha os mesmos supostos que o governo de Justo e Pinedo haviam implementado na década anterior: as exportações agrárias deviam aportar as divisas requeridas pela atividade industrial

sem modificar as relações de produção e propriedade existentes. Até aí, a identidade e a diferença estabeleciam-se na natureza da relação entre patrões e empregados. Onde o presidente Justo propiciava medidas repressivas e uma política ligada à polícia, Perón introduzia uma atitude mais flexível: a classe operária não era um inimigo irreconciliável, senão uma base eficaz. Pinedo e Justo prendiam-se ao ditado imperialista; Perón e sua equipe econômica assimilavam cedendo.[5]

"Tanto o desenvolvimento das empresas industriais nacionais, subsidiadas pelo Estado, quanto as reformas sócio políticas, empreendidas até 1949, tiveram como fundamento a generosa utilização destes fundos (...) Em 1950, quando os recursos financeiros começaram a declinar, iniciou-se uma mudança de atitude nas forças sócio-econômicas, com respeito a Perón; por outro lado, Perón adotou um novo estilo de distribuição. Em lugar da distribuição relativamente alta dos meios, começou a impor uma canalização seletiva, que favorecia os partidários políticos do regime." (WALDMANN, 1986: 58)

A atividade industrial cresceu, entre 1946 e 1950. Em 1946, a Argentina dispunha de 1.100 milhões de dólares de reserva. Esse nível manteve-se durante 1947, para começar a cair em 1948; em fins de 1948, diminuiu a 258 milhões de dólares e em 1950 as reservas haviam-se evaporado por completo. A situação financeira inicial do governo peronista era excepcional, porém a balança de pagamentos era deficitária, o que não era um problema.

Potasch (1981) calculou que, para implementar o Plano Qüinqüenal, o governo necessitava de 1.270 milhões de dólares, dinheiro de que dispunha, mas o projeto não foi cumprido. Segundo o autor, a chave do não cumprimento estava vinculada à natureza social do governo peronista: a seu bonapartismo de fazendeiros e industriais.

Com efeito, o governo investiu 90% das reservas, em nacionalizar ferrovias, empresas de telefones. "... o programa do governo era o resultado de uma justaposição: um elemento era o Plano Qüinqüenal, cuja finalidade - segundo Miranda- estava assegurada pelo IAPI (ou seja, as exportações agrárias tradicionais), e o outro eram as nacionalizações, que consumiam o grosso das reservas acumuladas'; as nacionalizações aportariam, segundo a propaganda oficial, o quantum de autodeterminação, de 'soberania', que possibilitaria a execução de todo o programa."(HOROWICZ, 1986: 111)

A nacionalização das ferrovias era a chave para uma política independente. Com esta nacionalização, o transporte dos produtos seria muito mais barato. O controle da ferrovia era um elemento muito importante na fixação do montante da renda agrária, pois beneficiaria os

[5]Para este tema ver os trabalhos de: HOROWICZ, Ob.Cit.; CIRIA: Perón y el justicialismo, Siglo XXI, Bs.As. 1971; POTASH, R. El ejército e la política en la Argentina, Tomo I, 1938-45, Sudamericana, Bs.As., 1981

latifundiários e produtores, em primeiro lugar, e os industriais, em segundo. Mas quando foram nacionalizados, já o domínio britânico estava ferido de morte. Sua hegemonia mundial tinha sido substituída pela dos Estados Unidos.

Mas, para que esta nacionalização das ferrovias servisse adequadamente aos interesses industriais, teria sido necessário que efetivassem sem divisas, ou seja, que pagassem em moeda nacional. Nesse caso haveriam alcançado seu duplo propósito: entregar a ferrovia ao estado e conservar as divisas para a importação de equipamentos básicos.

Este período estatizante do governo iniciou substanciais reformas políticas. Uma delas foi a Constituição de 1949 e algumas leis que a acompanharam e que puseram às claras a vontade intervencionista da ordem estatal.

Também o peronismo implantou um plano de governo em 1947, que tinha por objetivo ordenar a vida econômica, política e social do país. Foi o Primeiro Plano Qüinqüenal, que vamos analisar posteriormente.

Com respeito à sua relação com as Forças Armadas neste período, Perón aplicou uma política de isolamento e neutralização de influências na medida do possível. Até 1950, manteve este tipo de relação, aplicando grandes concessões e estratégias de controle e manipulação, entre elas, por exemplo, a compra de armamento durante todo o período de pós-guerra.

Perón, como forma de neutralizar o exército, aumentou o número de generais e diminuiu a idade média do generalato. Como contava com a aceitação maciça dos jovens oficiais, com estas medidas conseguiu maior coesão nas forças militares. Também utilizou como tática a criação de rivalidade entre as distintas armas e entre os distintos graus. Deu aos oficiais o direito de sufrágio e os incluiu na obra social do Ministério de Guerra.

Outro mecanismo que aplicou, foi "...acentuar a essência apolítica das forças armadas (...), destacando sua função especial como elite moral da Nação. Sendo a encarregada de velar pelos bens mais sagrados, devia-se manter à margem dos conflitos políticos partidários." (WALDMANN, 1986: 140)

Por volta de 1949, começa a manifestar-se uma paralisação na economia. O país, depois de vários anos de prosperidade econômica, enfrenta sérias dificuldades na balança de pagamentos, o que motivou a solicitação de créditos aos Estados Unidos, para pagar suas dívidas de importações. As divisas acumuladas nos anos de guerra tinham-se esgotado, e tornava-se impossível repô-las, porque a agricultura e a pecuária estavam em fase de paralisia. Os preços dos produtos agropecuários tinham diminuído no mercado internacional, o que produzia defasagem na balança de pagamentos dos produtos importados.

O país não desenvolveu uma independência econômica, apesar dos grandes esforços do governo. A indústria argentina continuava dependendo das importações, tanto de máquinas, quanto de bens de investimento.

Podemos considerar até aqui que Perón não tinha como objetivo explícito facilitar a ganância do setor agrário, mas também não procurou debilitá-lo e via em sua solvência toda a possibilidade do crescimento industrial. Deste modo, quanto maiores fossem as exportações agrárias, maiores seriam as atividades industriais.

Enquanto os preços agrários internacionais permitiam as translações setoriais dos setores tradicionais da economia para a industria, tudo andou bem. Mas os preços dos produtos agrários cairam e as reservas monetárias começaram a sumir por volta de 1950. Esta queda não abriu o curso da indústria pesada, mas impulsionou a aproximação com os Estados Unidos, que era o que exigia o bloco das classes dominantes.

Durante o seu primeiro governo o General Perón, enquanto dispôs de reservas líquidas, conseguiu praticar uma política econômica de caráter distributivo e de nacionalização de empresas, mas quando as reservas se esgotaram, aplicou medidas de crescente liberação da economia.

O país submergiu-se numa acelerada inflação, o custo de vida aumentou rapidamente, mais do que os salários dos estratos mais baixos da população. Este processo aprofundou-se no ano de 1952, o que motivou uma mudança na política social e econômica que o peronismo vinha aplicando desde 1946. Neste momento aproveita para aplicar o seu Segundo Plano Qüinqüenal, tentativa de reordenar a economia nacional. A partir desse momento, o governo conseguiu dominar aos poucos a crise e em 1955, momento do seu afastamento mediante um golpe militar, a situação tinha-se normalizado em grande parte.

Waldman (1986) responsabiliza o governo da deficiente aplicação de inúmeras leis e disposições, porque só uma parte dos fundos destinados ao fomento da indústria chegava a ser utilizada para esses fins. Quase a metade era utilizada para outros objetivos, geralmente para cobrir o déficit das empresas estatais. Os créditos poucas vezes contribuíam para o aumento da produção, servindo para custear dívidas e cargos dos funcionários que exerciam funções nas empresas. Só uma parte do crédito era aplicada no investimento.

"A principal reprovação que se formula a Perón é que seu governo praticou uma política de gastos que superava em muito as possibilidades econômicas e financeiras do país. O aumento do consumo por ela induzido não respondia ao aumento da produção, que só considerava a distribuição da riqueza nacional e descuidava do crescimento econômico." (WALDMANN, 1986: 195)

Outra crítica que formula o economista Prebisch e outros é que o governo peronista utilizou os recursos estatais para fomentar a indústria leve e não teve a mesma política para desenvolver a indústria pesada nacional, fator este de independência econômica. Não melhorou a previsão de energia, não melhorou a rede de comunicações e nem desenvolveu a indústria química e metalúrgica em grande escala.

O novo modelo de Estado apoiou-se doutrinariamente sobre o conceito da "comunidade organizada".

"Foi, portanto, através de um compromisso entre forças sociais organizadas desde o Estado, que o pacto populista se concretizou. Do lado da sociedade civil, ou melhor, do lado das classes trabalhadoras urbanas, vemos como sua trajetória de um sindicalismo classista, autônomo e minoritário passa para um sindicalismo de massas, dependente e majoritário, traduzindo a forma como se deu a inserção política do proletariado na nova sociedade industrial que se formava." (DE CAMARGO, 1980: 183)

O peronismo organizou um tipo de Estado que tinha uma forte base de apoio da massa trabalhadora. Isto não é difícil de entender se repararmos na ação política desenvolvida por Perón, que teve uma clara intenção de cooptar o movimento operário argentino em sua totalidade.

O peronismo propagou um modelo de movimento operário, organizado em uma burocracia sindical forte e ligada diretamente ao Estado, o que foi motivo para fomentar novo fator real de poder. "A burocracia não foi, portanto, um fenômeno acidental dentro do modelo peronista, nem seu aspecto negativo, como querem alguns. Foi um prolongamento necessário, uma instância através da qual se deu a articulação entre Estado e massas operárias e que permitiu, de certa forma, a negociação harmônica, isto é, permitiu um aumento efetivo da participação popular, mas conduzida dentro dos limites que o sistema tinha traçado." (DE CAMARGO, 1980: 184)

3.3 Segundo Governo Peronista (1952-1955):

A proposta peronista tenta desenvolver um modelo produtivo de capitalismo nacional autônomo. Mas só o realiza parcialmente, até por volta dos anos cinqüenta, momento no qual Perón começa a fazer concessões cada vez maiores aos capitais norte-americanos em função de uma crise econômica.

Como já temos explicitado neste trabalho, o período que vai de 1943 a 1952 caracterizou-se pelo avanço dos investimentos na indústria dos capitais norte-americanos e um recuo dos capitais ingleses. O processo de capitalização nacional se expande aceleradamente em todos os ramos da indústria.

Esta expansão de capitalização obedecia a várias razões:

a) Aumento das reservas em divisas acumuladas no período da Segunda Guerra Mundial, resultado do desequilíbrio entre importações e exportações. Os países centrais demandavam carnes e cereais e tinham concentrado seus esforços na indústria militar, o que facilitou o processo de substituição de importações e o desenvolvimento da indústria nacional.
b) Ampliação do mercado interno como conseqüência dos altos níveis de emprego; incorporação de amplos setores da população ao consumo urbano.
c) Política de aumento de renda dos setores assalariados a partir de 1943.

Esta situação interna permitiu a Perón seguir uma política de certa independência com respeito aos capitais norte-americanos. Mas no final da década de 40, quando se produziu o esgotamento do modelo de substituição de bens de consumo, a Argentina se viu obrigada a importar tecnologia e bens de capital para expandir sua atividade industrial, o que produziu um estrangulamento da capitalização interna, momento que coincide com a reacomodação do capitalismo internacional e com o fim do perigo da possibilidade de guerra. Os Estados Unidos recuperaram a hegemonia mundial.

No início dos anos 50, a economia argentina entra em crise e Perón muda a sua estratégia de condução econômica. Esta mudança gera também uma crise na política interna, o que faz Perón enfrentar várias greves do setor operário, acompanhadas de uma forte repressão. Os conflitos que surgem entre os trabalhadores, o empresariado nacional e o Estado indicam, de certo modo, o início da ruptura da aliança de classes que em 1946 tinha levado Perón ao poder.

Em 1952, em função da alta inflação, o salário dos operários teve uma forte queda, mas este fato foi controlado pelo Estado através do controle da Central de Trabalhadores.

Em 1953 foi criada a Confederação Geral Econômica (CGE) com o objeto de intervir mais nas relações capitalistas. Ao mesmo tempo Perón interviu na CARBAP, mas esta não nucleava os latifundiários mais ricos da pampa úmida, portanto não havia significado um "golpe" contra a chamada oligarquia. A CARBAP reunia os proprietários que viviam da renda agrária e geralmente não conseguiam comprar novas terras. O resto, os grandes fazendeiros, estavam nucleados em torno da Sociedade Rural.

Na CGE reuniram-se os industriais que simpatizavam com Perón e na CARBAP estavam agrupados os latifundiários que tinham apoiado o golpe de 1943, mas nenhuma destas duas organizações proporcionava comandos civis nem defensores do regime peronista.

Para 1954, a situação econômica da Argentina tinha-se estabilizado: Perón tinha conseguido administrar as crises, tanto econômica quanto política, que se haviam desencadeado no início da década. Mas Perón entrava agora num enfrentamento contra a hierarquia eclesiástica.

Perón rompe definitivamente com a Igreja Católica, o que contribui para o aprofundamento dos conflitos que enfrentou. Esta ruptura faz com que o líder político perca o apoio dos nacionalistas católicos que tinham acompanhado sua gestão.

Os conflitos com a Igreja começam a ter lugar a partir de 1951, uma vez que o "...governo tornava-se cada vez mais autoritário e repressivo e a Igreja cada vez mais distante e mais crítica. Nesta conjuntura, alguns leigos de tendência democrata-cristã formam grupos com o objetivo de constituir um partido que não seria mais oficialista, isto é, que se propunha a sair do controle que o governo exercia sobre todas as outras organizações políticas, carregando consigo, inclusive, grande número de nacionalistas, que se diziam unicamente católicos e queriam lutar contra o 'totalitarismo' de Perón..."(DE CAMARGO, 1980: 195)

A Igreja, que até então havia mantido excelentes relações, a ponto de apoiá-lo para sua reeleição, rompe a "aliança" com Perón. Navarro Gerassi fala a respeito o seguinte: "Não se conhecem ainda muito bem as razões, pois a disputa aberta foi provocada em certa medida pela atitude de Perón diante do movimento estudantil e pela intenção dos laicos católicos em formar o Partido Democrata Cristão (PDC)." (NAVARRO GRASSI, 1968: 210)

Os jornais peronistas iniciavam uma campanha contra os católicos; por outro, os católicos faziam manifestações na rua contra o regime, o que gerou um clima sumamente repressivo na sociedade civil.

Diante disto, o Congresso majoritariamente peronista aprovou leis que afetavam diretamente os interesses dos católicos:

1. Revogação da lei do ensino religioso nas escolas.
2. Legalização da prostituição e do aborto.
3. Lei que estabelecia a separação da Igreja e o Estado.

Soma-se a isto a radicalização dos partidos Socialistas e Radical, que de certo modo tinham-se aberto à proposta inicial peronista. Finalmente, o próprio exército também fazia sentir sua oposição.

O exército começa a ter posturas desencontradas com o regime peronista devido às mudanças de orientação econômica propostas por Perón, além do desgosto que causou aos

militares a proposta para a vice-presidência da Nação de Eva Duarte, esposa de Perón, nas eleições de 1951. Em pouco tempo os militares obrigam Perón a desistir dessa candidatura. Nessa ocasião, organizam uma rebelião contra o governo, que é sufocada por Perón, mas é o primeiro sintoma de descontentamento das Forças Armadas.

Perón não conseguiu criar bases de aceitação dentro de outros setores e grupos sociais além da classe operaria. "Seu acionar no governo tendeu a reforçar principalmente a adesão de algumas de suas forças de apoio, mas mostrou uma grande debilidade para estabelecer regras e procedimentos através dos quais setores de apoio e de oposição puderam negociar e moderar suas demandas contraditórias. Nesse sentido o peronismo no poder seguiu alentando procedimentos de ação direta nos setores sociais que formavam sua base, tendendo a ignorar o estabelecimento de políticas conforme os setores opositores de significativo poder na Argentina. Seu estilo político foi de 'exclusão', inclinando-se a definir sua relação com os grupos opositores em termos de duas culturas, 'culturas políticas' contrapostas."AZNAR, 1982: 303)

A característica de sua prática política exclusionista tendeu a isolá-lo sociopoliticamente. Setores que primeiramente tiveram uma política neutral lentamente foram tomando postura de oposição e os setores previamente opositores lhe negaram legitimidade para deter o poder. Com este movimento, ascendem à vida política setores que tinham sido marginalizados, mas o peronismo chega ao poder quase simultaneamente com sua criação como movimento. Este 'precoce' acesso ao poder foi um elemento que contribuiu para obstaculizar o desenvolvimento de procedimentos de negociações com setores que representavam interesses contrários. Isso acabou desencadeando uma profunda polarização entre o movimento peronista e as forças opositoras. Finalmente, os setores opositores articularam suas forças contra Perón: a classe média fundamentalmente através do Partido Radical e outros partidos menores, os proprietários da terra tradicionais através da Sociedade Rural Argentina e os grandes industriais mediante a União Industrial Argentina.

Com efeito, o esgotamento do projeto distributivo, o retiro de alguns setores da coalizão original e o acionar da oposição comercial e militar são os elementos determinantes do processo de instabilidade política que culminou com o derrocamento do peronismo através de um golpe militar em 1955.

Cabe esclarecer que, inicialmente, a posição do Partido Radical foi de atuar como conciliador e mediador em sua relação com o peronismo e as outras forças, com a intenção de deslocar o peronismo através da via eleitoral. Mas os recursos políticos do radicalismo eram reduzidos e nesse momento contava com escassa capacidade de mobilização para vencer em sua luta

parlamentária. Por sua parte, a estratégia inicial do peronismo a respeito do radicalismo foi aceder a suas demandas na troca de apoio parlamentar, mas a tendência exclusionista do peronismo rapidamente o levou a uma ruptura com este partido. A política desenvolvida pelo peronismo a respeito dos meios de comunicação de massas, na universidade, nos sindicatos e no Parlamento fez com que o radicalismo passasse a uma oposição ativa, contribuindo para isolar o peronismo e colocá-lo em um estado de ilegitimidade política.

O final do período peronista, quando a revolta tem seu início em Córdoba a mando do General Leonardi, as forças que tinham apoiado Perón não fizeram a menor tentativa de resistência. Isto pode ser explicado "...pelo caráter vertical e burocrático da direção sindical que havia tirado das mãos dos trabalhadores qualquer possibilidade de iniciativa. O movimento sindical peronista era profundamente dependente do Estado e esperava dele armas e ordens de resistência, que não vieram. Quanto aos outros setores, os que haviam incendiado igrejas e sedes partidárias, a violência que exerceram era sobretudo simbólica e não expressão verdadeira de uma força que enfrentava o inimigo com um poder equivalente. Nos dois casos, o que havia era uma simulação de poder." (DE CAMARGO, 1980: 60)

4. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS LUTAS PELA HEGEMONIA PERONISTA

Como já analisado, o peronismo encontra-se num contexto sumamente complexo. Teve muitas influências, tanto da Igreja, do exército, do pensamento fascista europeu, quanto das correntes de corte populista da América Latina, entre outros. No âmbito educativo podemos antecipar a participação da ideologia do tipo nacionalista católica. Já temos colocado que o nacionalismo de corte fascista apareceu na Argentina por volta dos anos 20. Os mesmos, com um pensamento conservador e autoritário, tinham como intenção derrubar o Estado liberal e substituí-lo por um Estado fortemente interventor e centralizado. Mas esta ideologia foi sustentada por uma pequena elite que desenvolveu um pensamento essencialmente restaurador e aristocrático.

No discurso nacionalista encontramos uma importante influência do modelo fascista francês, sobretudo das idéias de Charles Maurras. Este nacionalismo de direita teve uma intensa participação no golpe militar de 1930.

Nos anos 30 tinham-se consolidado três tendências importantes: a fascista, a revisionista e a católica, toda elas opostas ao Estado liberal.

A formação nacionalista católica que surge nos anos 30 é sumamente significativa, sendo que vários de seus quadros tinham ativa participação, tanto no governo da "revolução de 43" quanto no governo peronista. A corrente católica nega qualquer influência estrangeira. Seu principal líder é o Monsenhor Franceschi, "...que se assume basicamente como anticomunista, antidemocrático e antiliberal, isto é, como portador de uma consciência autenticamente nacional e católica". (DE CAMARGO, 1980: 66)

Este movimento católico cria órgãos de difusão de suas idéias e de formação de seus quadros. Organizou a Ação Católica Argentina, cursos de Cultura Católica e o Semanário Critério. Esta intervenção ativa na vida social e política da Argentina obedeceu a uma política internacional montada pelo Vaticano como mecanismo para contestar a ação do comunismo nos países de tradição cristã.

Sonia Camargo coloca que este grupo, apesar de negar qualquer influência estrangeira em suas idéias, se diferencia muito pouco dos fascistas. Como os fascistas, condenavam a desordem liberal e o caos democrático e criticavam a sociedade moderna pelo seu individualismo e por ser anti-hierárquica. Além disso desenvolveram um tema que os fascistas não consideravam: a "restauração hispânica".

O hispanismo entra na Argentina em 1934, através do embaixador da Espanha, Ramiro Maeztu, que publica o livro "A Defesa da Hispanidade", onde atacava a Espanha republicana e apoiava o Franquismo. Neste livro apelava-se aos latino-americanos para que apoiassem a nova Espanha de Franco e que desfraldassem as bandeiras da religião, da autoridade, do espiritualismo, contra o comunismo russo e o imperialismo norte-americano.

Os católicos nacionalistas argentinos adotaram então uma atitude de adesão à Espanha Franquista, em busca de sua autêntica nacionalidade de origem espanhola, motivo que os conduzira a rejeitar o passado indígena e também o passado liberal europeu encarnado pelas elites dominantes.

Ainda que ideologicamente os católicos nacionalistas são antiliberais, na prática política não se opõem ao governo de Justo nem questionam as bases liberais das classes hegemônicas. Pelo contrário, a política oficial da Igreja Católica é de total adesão ao regime oligárquico, sobretudo depois do Congresso Eucarístico de 1943.

Em 1936 surge o grupo nacionalista revisionista, que propõe uma prática ideológica diferente, apresentado uma proposta acadêmica de revisão da história oficial, mas não constitui um grupo político. Este grupo terá uma importante influência no pensamento histórico do peronismo, fundamentalmente na defesa de Rosas como herói da história nacional. Os revisionistas se diferenciavam dos católicos e atacavam o governo de Justo por considerá-lo

uma expressão dos grupos dominantes ligados ao capital estrangeiro. Portanto, com os revisionistas aparece uma nova questão no discursos nacionalistas: o "antiimperialismo".

Os "rosistas", que não pertenciam às classes dominantes "... se sentiram os portadores da verdadeira consciência nacional, e como tal responsáveis pela reconstituição da verdade histórica e da criação das bases reais do pensamento nacional." (DE CAMARGO, 1980: 68)

Em 1937 cria-se a Aliança da Juventude Nacionalista, o movimento de maior importância dos anos quarenta, que introduziu no discurso nacionalista novos elementos até então não incorporados: o conteúdo econômico.

Sonia Camargo (1980) coloca que os aliancistas vão modificar o nível da discussão, introduzindo questões concretas e propostas efetivas. O Estado, para eles, deveria ter a função de disciplinar a economia, evitando desta forma que o "egoísmo individual" viesse a ferir as conveniências gerais. O Estado deveria também nacionalizar o petróleo e os serviços públicos, assim como dividir os latifúndios e as terras fiscais.

A Aliança, em 1942, perde legitimidade e se divide. Um grupo forma a União Cívica Nacionalista que pouco tempo após viria a ser um partido político. Esta nova organização substitui a palavra de ordem, "Deus, Pátria e Família" por "Soberania, Recuperação Econômica e Justiça Social." (NAVARRO GRASSI, 1968: 151)

Porém no golpe de 1943 os nacionalistas não tiveram uma direta participação, aceitam-no e o consideram como coisa própria, identificando-se com um movimento que visava interromper uma situação de hegemonia dos grupos liberais e afastar do exercício do poder a classe política tradicional.

Vários autores coincidem no que diz respeito à participação dos nacionalistas no governo da "revolução de 43".

Os nacionalistas participam da nova administração. Por exemplo, o novo Ministro da Justiça e Instrução Pública foi Martinez de Zuviria, considerado uma figura que tinha idéias autoritárias, reacionárias e profundamente católico. Os nacionalistas monopolizaram praticamente todos os cargos públicos e por sua influência direta conseguiram a tão almejada implantação do ensino católico obrigatório nas escolas.

O Decreto sobre ensino religioso nas escolas teve como precedente outro similar na província de Buenos Aires durante o governo de Fresco. "O Decreto de Ramírez foi levado à prática por três nacionalistas: Martínez Zuviria (Ministro de Justiça e Instrução Pública), José Ignacio Olmedo (Presidente do Conselho Nacional de Educação) e Tomás d. Cásares (Interventor da Universidade de Buenos Aires), o conhecido fundador e diretor dos Cursos de Cultura Católica."(NAVARRO GRASSI, 1968: 182)

Por sua parte, Libertino Beltrán (1987) afirma que, apesar do golpe de 1943 não ter tido participação civil, teve adesão dos nacionalistas que sustentavam uma "Concepção autoritária e antiliberal da moral e da vida", e que alguns deles participaram do governo militar de Ramirez. Os ministros de educação Elbio C. Anaya, Gustavo Martínez Zuviria e Honório Silgueiro, foram todos eles nacionalistas.

A mesma autora coloca que "O acesso do nacionalismo católico -nesse momento da ideologia dominante na educação- às decisões da política educativa significou a ruptura do processo liberal e do laico do ensino, como conseqüência o novo sentido deu-se à educação e à cultura. O novo curso dos acontecimentos estaria marcado pelas restrições às liberdades e pela repressão tanto intelectual quanto política."(LIBERTINO BELTRÁN,1987: 26)

O governo militar, com sua concepção autoritária, destituiu os professores universitários liberais, suprimiu a autonomia universitária e teve um rigoroso controle da imprensa nacional.

Em 1944 o presidente militar Edelmiro J. Farrel deu continuidade à política imposta pela "revolução de 1943", considerando que as instituições educativas deviam oferecer um ensino que ressaltasse os valores da "argentinidade". Instaurou uma reforma ministerial no Ministério de Justiça e Instrução Pública e passou de um ministro tradicionalista, como era Honório Silgueira, a um ministro de idéias falangistas como Alberto Baldrich e o seu Subsecretário Silenzi de Stagni.

O ministro Baldrich definiu uma política educativa de caráter antiliberal e autoritária. Os posteriores ministros de Farrel (Etcheverri Boneo, Antonio J. Benítez e José M. Astigueta) continuaram a mesma política.

Em pouco tempo os nacionalista viram com muita desconfiança e preocupação as mudanças que levava adiante o "Estado Revolucionário" e começaram a manifestar-se criticamente. Ramirez, Presidente da República, em 1944 acabou com todas as organizações nacionalistas. Estas medidas explicam-se, por um lado, pelo interesse das novas autoridades de ganhar o apoio das massas operárias, sendo que os nacionalistas rejeitavam estes interesses. Por outro, os nacionalistas defendiam de modo intransigente a neutralidade na participação na Segunda Guerra Mundial. O Governo militar, ante as pressões internacionais, se viu obrigado não só a romper relações com os países do Eixo como também a declarar-lhes guerra. Estas medidas geram uma reação violenta entre as fileiras nacionalistas e eles decidem renunciar em bloco a todos seus postos oficiais.

Neste momento começam a ter uma posição ambígua: por um lado, acreditavam na necessidade de um governo autoritário que mediasse sem os partidos políticos; por outro, consideravam perigosa a política da Secretaria de Trabalho e Previdência.

Navarro Gerassi fala que "muitos nacionalistas começam a se preocupar com este passe de favores para os operários argentinos, continuaram, porém, respaldando o regime e colaborando com ele: Federico Ibarguren como "comissionado" municipal em Tucumán, Mario Amadeo como assessor do Ministro de Relações Exteriores, Héctor A. Llambías como interventor na Faculdade de Filosofia e Letras de Mendoza, Alberto Baldrich como interventor em Tucumán e Bonifacio del Carril como secretário do Ministro do Interior, General Luis César Perlinger. Outros nacionalistas também ocuparam postos de menor importância nas províncias, tais como Alfredo Villegas Oromi e Máximo Etchecopar em Salta, Adolfo Silenzi de Stagni, Héctor Bernardo e Ramón Doll em Tucumán. Manuel Galvez não serviu em nenhum cargo, mas escreveu a introdução em um livro de Perón onde o chamava o "novo Irigoyen", "um homem providencial", "o caudilho que todos esperavam."(NAVARRO GRASSI, 1968: 182)

Já durante "... o regime de Perón, os nacionalistas permaneceram tranqüilos na Argentina, dedicados ao ensino e ao exercício da advocacia. Unicamente Palácio converteu-se ao peronismo: foi eleito deputado nacional em 1946. Só Emilio Gutierrez Herrero, que propiciava a infiltração nos sindicatos por parte de seu grupo, se encaminhou ao exílio em 1951. As organizações nacionalistas foram desaparecendo de forma gradual." (NAVARRO GRASSI, 1968: 203)

Em geral muitos nacionalistas se identificaram com Perón e viveram acomodados no país. Outros, como Máximo Etchecopar, ocupavam cargos na diplomacia.

Deste modo, o governo peronista estava diante de um sistema educativo que tinha-se estruturado no século passado, a partir de uma concepção liberal que se traduzia na legislação. Por isso, o sistema educativo ofereceu fortes resistências às reformas que intentou introduzir o peronismo.

Para entender estas resistências faz-se necessário falar brevemente da constituição do sistema educativo argentino. Com efeito, o modelo educativo do século passado apareceu ligado à concepção "sarmentiniana" de modelo de "crescimento para dentro".

Propunha a incorporação de amplos setores da população imigrante através da educação popular. Com isso pretendia-se a passagem de uma Argentina pecuária a uma dedicada à agricultura de pequenos agricultores, com uma diminuição paulatina dos latifúndios. A lei 1420 sobre Educação Comum (1884) sustentava esta concepção.

Mas esta proposta de crescimento, de inspiração norte-americana, fracassou e se impôs o modelo de desenvolvimento para fora, inspirado nas idéias de Alberdi, que tinha uma visão europeizante da sociedade argentina.

"Frente à corrente da 'educação popular', no estágio da 'democracia representativa com participação limitada', na etapa dos governo oligárquicos (1880-1910) surge a corrente da 'educação científica', que se inspira no 'modelo positivista' da geração de 80." (LUBERTINO BELTRAN, 1987:31)

O objetivo básico do modelo positivista era o **Progresso e a Ordem**.

A oligarquia desenvolveu uma profunda admiração pela Europa e assumiu pautas de consumo e de educação comuns aos países desenvolvidos, o que determinou ainda mais sua dependência cultural.

Existe um certo consenso com respeito ao tipo de função que teve a educação neste período: autores como Weinberg e Tedesco falam da função política da educação como forma de consolidação da dominação oligárquica.

Portanto, a educação "Devia garantir o 'ajuste' ao modelo, à 'ordem', através da difusão de suas pautas para conseguir o consenso necessário e da formação da classe dirigente e administradora. Manteve-se distante do ensino de orientações produtivas, porque as mudanças econômicas não implicavam em modificação qualitativa da produção e portanto, não era necessária a formação local de recursos humanos."(LUBERTINO BELTRAN, 1987:31)

As elites oligárquicas, portanto, orientadas pela filosofia positivista, rejeitavam seu passado hispânico e católico, o que foi traduzido na legislação educativa. Assim, a lei 1420 de educação popular definia uma educação do tipo leiga, gratuita e obrigatória, o que motivou o primeiro conflito da oligarquia com a Igreja Católica.

Do ponto de vista econômico a oligarquia manteve o mesmo modelo até 1930. Mas lentamente aparecem críticas, na medida que as camadas médias aumentavam e começavam a questionar a falta de participação na vida política, educativa e cultural do país. Porém as críticas feitas pelos setores médios não foram capazes de propor um modelo alternativo, tema este que tem sido tratado na contextualização do presente texto.

A educação é vista pela população como um canal de acesso e prestígio social. Durante o período radical a escola primária entra num estado de estagnação, fundamentalmente a partir de 1920.

A partir de 1930 teve início uma "reação antipositivista" que propunha reformas pedagógicas demostrando o interesse pelo desenvolvimento da iniciativa dos alunos. Os responsáveis por esta tendência foram: José Rezzano, Juan Mantovani, Carlos Octavio Bunge Juana P. Ramos, Saúl A. Taborda, Ernesto Nelson e Juan Emilio Cassini.

Porém na prática até a década de 40, o sistema educativo vigente era o mesmo que se tinha esboçado no período oligárquico do século passado e que respondia de certa forma a seu

projeto político. A educação elementar, segundo Lubertino Beltrán (1987), era para alfabetizar, "acabar com a 'montonera', 'civilizar', assimilar e nacionalizar os filhos dos imigrantes".

Tanto o ensino secundário quanto o superior estavam dirigidos fundamentalmente à formação dos dirigentes políticos da classe hegemônica, assim como a unificar e integrar os quadros da administração pública, além de capacitar para a docência universitária, a condução econômica e o exercício dos professores liberais.

Lubertino Beltrán afirma que "... embora o sistema educativo não se produz por evolução das instituições coloniais, subsiste em 1943 posturas e atitudes constantes desde aquela época, tais como a predominância do Estado e a debilidade dos órgãos públicos, a ingerência da Igreja (no ideológico e como efetivo fator de poder), o financiamento das escolas primárias pela autoridade local, a estrutura corporativa, a autarquia financeira e a comunidade acadêmica nas Universidades; a didática fundada na aula magistral, o autoritarismo e o individualismo, especialmente na atitude docente no ensino médio e superior."(LUBERTINO BELTRÁN, 1987: 30)

A mesma autora menciona que, até 1943, a escola e a família tinham sido "aparelhos ideológicos" da classe hegemônica a serviço do "anti-povo", apesar de algumas tentativas democratizadoras levadas a cabo. Portanto, a educação foi reprodutora da ideologia da oligarquia latifundiária.

Por sua vez, a política que desenvolveu o peronismo a partir de 1946 teve como principal objetivo a institucionalização definitiva da educação religiosa nas escolas como um fator de coesão do povo.

Promulgou a Lei 12.987/47 ratificando o Decreto Nº 18.411/43 que havia imposto o ensino religioso nas escolas públicas primárias, médias e superiores dependentes do Conselho Nacional de Educação. Além disto, iniciou os primeiros passos para a organização do ensino privado com apoio estatal através do Estatuto do Docente Privado, que era uma estratégia montada pelo Executivo para a subvenção obrigatória do Estado aos institutos privados, obrigação esta que fosse mantida apesar da ruptura do peronismo com a Igreja.

Por outro lado, tem início uma sutil repressão moralista na vida cotidiana das escolas.

Assim, "... com esta conquista, a Igreja iniciou uma profética mudança de estratégia, que lhe permitiu no futuro não lutar mais pelas estruturas do sistema educativo estatal para implantar seus ensinados, valendo-se das próprias estruturas pagas com o orçamento da Nação. A disputa não será mais pelo ensino laico ou pelo ensino religioso, mas sim em torno das verbas orçamentárias que lhes são concedidas."(LUBERTINO BELTRÁN, 1987: 43)

Sabemos que alguns homens ligados à Igreja influenciaram a gestão de Perón, entre eles o jesuíta Hernán Benítez, confessor de Eva Perón, o padre Virgilio Filippo que chegou a ser deputado pelo peronismo, o Cardenal Caggiano, que apoiava Perón. Da mesma forma, católicos laicos tiveram uma participação direta no governo, como por exemplo Tomás Casares.

Concordamos com a opinião do Prof. Cucuzza[6] quando considera que o aparelho burocrático escolar (funcionários, inspetores, docentes do diferentes níveis) assim como seus beneficiários (em especial os estudantes do nível universitário e médio) eram recrutados, fundamentalmente, nas camadas médias e altas da sociedade argentina. A escolarização era percebida nessas camadas como fonte de prestígio e meio de acesso ao poder político e econômico. Estes setores expressaram seus interesses enfrentando lutas pelos conteúdos teóricos, os fins, o governo da educação, seu financiamento, etc..

O mesmo autor afirma que o peronismo tentou obter o controle dos aparelhos repressivos, religiosos, sindicais e também o aparelho escolar. Para isto contou com um heterogêneo quadro de intelectuais provenientes do nacionalismo católico.

Como já manifestado, o peronismo tentou controlar o aparelho escolar não sem resistências, dado que os professores tinham uma tradição laica e liberal. As críticas que os mesmos faziam ao regime eram muitas: que sua política rompia a tradição laica; que as leis eram opostas aos princípios constitucionais e que não eram democráticas, além de considerarem a proposta peronista um retrocesso histórico.

Apesar destas críticas, as medidas adotadas por Perón não foram poucas: modificou a estrutura do governo do sistema educativo (introduziu mudanças no Conselho Nacional de Educação, promulgou a Lei 13.031/47 para as Universidades, e a Lei 13.047/47 para o ensino privado, etc.); periodizou a formação espiritual, deixando em segundo plano a formação intelectual, o que aprofundou a polêmica positivismo-antipositivismo; reformulou os conteúdos sobre a base na "doutrina nacional justicialista"; criou uma organização sindical de professores peronistas que deixou de lado as organizações de orientação liberal e de esquerda.

Estas medidas foram reforçadas através da criação de cursos para professores nos quais se difundia a "nova ideologia peronista" e o desenvolvimento de uma série de meios de difusão escritos para serem utilizados nas escolas tanto pelos alunos quanto pelos professores.

---

[6] Ver CUCUZZA, H.R.: Relevamiento de discursos para el estudio de la história de la educación durante los primeros gobierno peronistas, 1943-1955, mimeo, Universidad Nacional de Luján, 1989

Também impôs o uso de textos escolares e não escolares, tentando transmitir suas idéias para as escolas.

Os livros difundidos na época são qualificados por Lubertino Beltrán (1987) de sectários e intolerantes, e refletem as idéias antidemocráticas dos nacionalistas católicos, hegemonizando os setores educativos.

Rubén Cucuzza (1989) cita também uma série de estratégias não escolarizadas que foram desenvolvidas na época:

- Ação nos bairros das "Unidades Básicas"
- Escolas sindicais e partidárias
- O trabalho da Fundação Eva Perón na organização de campeonatos esportivos, construção de edifícios, criação de instituições para proteger as crianças abandonadas, etc.
- Difusão do esporte como âmbito de "encontro da família"
- Organização sindical dos estudantes (UES,CEU)
- Criação de símbolos de tradição liberal (escudos, marchas, monumentos, cartazes, medalhas.)

No período de 1949 a 1953 o peronismo definiu os objetivos do que chamou de a Doutrina Nacional Justicialista. Através da Constituição de 1949 deu a conhecer a filosofia, os fins e objetivos da "Nova Argentina", e no Segundo Plano Qüinqüenal estabeleceu seus fundamentos doutrinários.

Da mesma forma que o peronismo não teve um modelo alternativo de desenvolvimento, também não apresentou um modelo que fosse alternativo no que diz respeito à educação, aceitando o sistema herdado, que foi modificado e adaptado às novas necessidades. Pode-se comprovar um visível aumento da matrícula em todos os níveis do ensino. No entanto, o o nível médio e superior se constituíram num canal de ascensão social. O crescimento quantitativo pode ser definido como uma 'explosão educacional', utilizando a expressão acunhada por Weinberg.

O nível médio continuava sendo um degrau para chegar à universidade e os graduados deste nível não estavam capacitados para se desenvolver adequadamente dentro da estrutura ocupacional. Neste período multiplicaram-se o número de estabelecimentos de ensino para satisfazer a demanda pelo nível médio de ensino, mas os objetivos escolares não foram modificados. Ante o desenvolvimento da economia e sua diversificação, o regime criou uma série de estabelecimentos que passaram a ser como uma espécie de para-sistemas que absorveriam os jovens e adolescentes para formar o pessoal qualificado necessário, que supostamente satisfaria a demanda do mercado de trabalho nesta etapa de substituição de

importações. Mas a preparação que recebiam os estudantes não era satisfatória, ela não conseguia prepará-los para a vida trabalhista porque os estabelecimentos eram quase sempre improvisados e só tentavam oferecer um adestramento para formar a mão de obra necessária. Estes graduados dos estabelecimentos de orientação prática, ou seja, escolas industriais, profissionais, comerciais e agropecuárias, na maioria dos casos estavam condenados. Logo depois, quando o número cresceu o suficiente para exercer uma pressão política, conseguiram que fossem criados estabelecimentos superiores de segunda categoria, com o qual a demanda do ensino tradicional continuou em aumento.

Deste modo é possível constatar que são os grupos tradicionais que exerceram um papel hegemônico na condução política do sistema educativo, onde já estavam desempenhando funções de relativa importância na tomada de decisões. Entretanto, os novos grupos que ascendiam ao sistema educativo ficavam na maioria das vezes relegados, sendo os conservadores quem dirigiam a mudança acelerada.

Na universidade é possível encontrar uma rápida modernização, mas continuam sendo as carreiras tradicionais as que contam com o maior prestígio (medicina, direito, etc.) e os graduados destas universidades se inserem na sociedade como elementos 'conservadores' apesar de se pensar que estavam-se formando "agentes renovadores".

Neste período está presente a incapacidade para modificar a extração social dos estudantes universitários. Como alternativa, criou-se a Universidade Operária, que era o reflexo da impotência de levar os operários e os campesinos à universidade, e isto fez com que esses estabelecimentos fossem universidades de segunda categoria.

Um aspeto positivo foi o ingresso de novos grupos sociais às universidades, especialmente provenientes dos estratos baixos das novas classes médias urbanas, devido à retirada das travas e limitações de ingresso que só beneficiavam os grupos tradicionais. Assim, havendo maior número de ingressantes, também aumentou o número de deserção e o rendimento do sistema viu-se muito afetado. Tal situação dava-se não só porque o regime não possuía uma política alternativa, mas também porque não havia número suficiente de docentes que tivessem uma qualificação mínima, indispensável para atender a crescente população estudantil. Ao mesmo tempo, o número de estabelecimentos não era suficiente, faltavam laboratórios e bibliotecas que satisfizessem a grande demanda do sistema universitário, o que levou a uma diminuição qualitativa dos níveis de ensino.

Cabe frisar que existiu no peronismo uma clara intenção de homogeneizar ideologicamente o aparelho estatal. O regime não podia aceitar a existência de setores que mostrassem um pensamento crítico ou que postulassem alternativas diferentes das adotadas. Por isso era

necessária a consolidação de uma doutrina nacional que estabeleceria uma 'ordem' de obediência absoluta às decisões tomadas pelos líderes do governo.

Nesse sentido Mariano Plotkin realizou um estudo sobre os mecanismos utilizados pelo peronismo para gerar o consenso político e a mobilização maciça, criando uma série de rituais e mitos. O autor considera o peronismo como um regime de corte autoritário que, para criar o consenso político, valeu-se de práticas políticas que procuravam gerar um imaginário político indispensável para assegurar sua legitimidade. Com efeito, "... o peronismo tentou ocupar com seu sistema simbólico a totalidade do espaço simbólico público, tornando impossível a existência de sistemas alternativos e gerando o que Perón chamava 'unidade espiritual'. (...) Este imaginário político se converteu num componente crucial da cultura política" (PLOTKN, 1994:7)

Assim manifesta-se o intento peronista de apoderar-se do aparelho escolar como um espaço legitimador de sua política social geral

Por sua parte, Pittelli e Somoza (1990) mostram, a partir de um estudo sobre os debates parlamentares do período, que existiu uma intenção do peronismo de reisignificar os valores e símbolos tradicionais: não pretendeu liquidar a ordem simbólica tradicional, mas procurou apresentar o movimento peronista como herdeiro e continuador dos grandes acontecimentos fundadores da história argentina.

CAPITULO II

OS DISCURSOS DE JUAN DOMINGO PERÓN, MINISTROS E SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO:

AS BASES DOUTRINARIAS

Neste capítulo aprofundaremos a análise dos discursos de Perón, Ministros e Secretários da Educação, com o objetivo de identificar problemáticas que nos orientem na análise da lógica discursiva. Buscaremos estabelecer o marco referencial a partir do qual Juan Domingo Perón constrói sua doutrina. Quais são os postulados básicos da doutrina? Como difunde seu pensamento? Qual é o plano de governo que desenvolve em torno da nova composição política e social que a sociedade argentina enfrenta a partir da Segunda Guerra Mundial? Também tentaremos evidenciar o grau de participação e importância que o regime atribui à educação, nas mudanças políticas, econômicas e sociais do país. E qual é o papel atribuído à escola para colocar em ação a Nova Doutrina Justicialista?

Assim, daremos ênfase aos discursos que revelam conceitos referentes à concepção doutrinária do regime e, fundamentalmente, àqueles que Perón e as autoridades do regime pronunciaram para os setores ligados à educação, com ênfase especial naqueles referentes à escola primária. Tentaremos desvendar as idéias que o governo desenvolveu para a escola e sua função dentro da sociedade argentina, além de procurar evidenciar as coincidências conceituais entre os discursos do líder do movimento e seus funcionários mais diretos.

Durante o governo peronista, a administração do sistema educativo esteve sob a orientação de três ministros, cujas atuações definiram em parte a política educativa de doutrinamento do regime, conforme a ideologia do nacionalismo católico.

Belisario Gache Pirán[1] foi Ministro de Justiça e Instrução Pública de 1946 a 1948. Durante este período, o decreto de 1943 sobre ensino religioso foi convertido em lei, medida que assegurou a legitimidade do regime, porque concretizava a promessa feita por Perón à Igreja Católica durante a campanha eleitoral.

Entre 1948 e 1950, o doutor Oscar Ivanissevich[2] exerceu o cargo de secretário, após o recém criiado cargo de ministro da Educação. Este período foi marcado por reformas na

[1] Belisario Gaché Pirán nasceu em Buenos Aires o 5/1/1908; graduou-se como escrivão e advogado na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA). Desempenhou cargos no Ministério de Justiça como secretário do julgado federal, e procurador fiscal. Sobre este tema consultar Puiggrós, A. e Bernetti, J.: Ob. Cit.

estrutura do sistema educativo. A partir da promulgação da Constituição de 1949, o Ministério da Educação foi separado da Justiça, conquistando autonomia. Cabe esclarecer que já a Secretaria de Educação conduzida por Ivanissevich, desde 1948, estava atuando de forma autônoma. Também durante este período seriam modificados os programas escolares.

Finalmente, o período considerado mais polêmico durou até o final do regime, sendo Armando Méndez de San Martín quem ocupou a pasta do Ministério da Educação. Durante sua gestão foram introduzidos os livros com textos "peronistas" e realização de cursos com caráter político doutrinário junto aos professores e alunos. No final deste período ocorreu o confronto entre o regime e a Igreja Católica, conflito este que havia permanecido latente. O peronismo procurou, durante todo o regime, afastar o catolicismo como religião do Estado e monopolizar o espaço simbólico social.

Na verdade, ainda que com estilos de condução diferentes, os três ministros contribuíram para consolidar o perfil do sistema educativo que o regime procurou desenvolver.

1. A REVOLUÇÃO DE 1943 DÁ LUGAR À DOUTRINA JUSTICIALISTA[3]

Perón reconhece que as bases de sua Doutrina têm como marco referencial a Revolução de 1943, momento este que dá início às mudanças sociais e políticas do país, ele intitulando-se como o responsável pela revolução ocorrida. Como citado no capítulo anterior, a Revolução de 1943 foi um movimento gestado por um grupo de militares jovens, entre os quais o Coronel Perón teve um papel de destaque através da direção da Secretaria de Trabalho e Previdência.

Perón assinala que a Revolução teve um conteúdo social e um conteúdo político, e dentro do conteúdo social procurou melhorar as condições de trabalho e desenvolver uma ampla ação social.

Em sua fala, demostrava uma profunda preocupação em modificar o perfil da Argentina, fazendo dela um grande país. Ele profere no discurso de outubro de 1947 que:

> *"Este país tem dois graves defeitos: por um lado sofremos uma desorganização tremenda. É necessário que nos dediquemos a organizar. Cada um destes estatutos é um passo adiante na organização integral do país. O outro defeito que devemos*

---

[2] Oscar Ivanissevich nasceu em 1885, morreu em 1981, graduou-se em doutor na Faculdade de Ciências Médicas da UBA, em 1918. Enfrentou-se com o movimento reformista universitário argentino durante sua intervenção como professor de clínica cirúrgica durante a década de 40. Sobre este tema consultar Puiggrós, A. e Bernetti, J.: Ob. Cit.

[3] O conceito Justicialismo será aprofundado posteriormente.

reconhecer é que trabalha-se pouco, e muitos não trabalham nada. Temos que converter a Argentina num país de trabalhadores."
(Disc. Gal Perón, Ato da Promulgação do Estatuto dos professores particulares, 15/10/47)

Um dos ministros mais atuantes, Ivanissevich retomava em todos os seus discursos a fala de Perón. E, como Perón, considerava que a Doutrina Peronista teve o início de sua formulação a partir da chamada Revolução de 1943.

Refere-se ao golpe militar de 1943 como uma revolução histórica. Reivindica-a como a "Terceira Revolução a nível mundial" pelo seu caráter **UNIVERSAL**. A revolução, segundo ele, foi feita sem sangue e sem ódio e o objetivo que perseguiu, e ainda persegue, é a **PAZ**.

Ivanissevich equipara a Revolução de 1943 com a Revolução Francesa e com a Revolução Russa. Considera que a primeira vai além das outras duas. Qualifica a Revolução Francesa como uma "faísca" e a Revolução Russa de sangrenta. Contrariamente, a Revolução de Junho de 1943, é colocada dentro das revoluções universais porque marcou ao mundo o caminho definitivo da Paz. Busca a **UNIDADE** e consegue que todos sejam irmãos, até o "mais oligarca", destacando que Revolução é uma luta contra todo extremismo. Com ela, cada argentino tem conquistado sua dignidade de cidadão, portanto o povo não precisará lutar mais para ter suas necessidades básicas satisfeitas.

De fato, esta "revolução" conseguiu uma certa conciliação social, capaz de manter a ordem capitalista. A "irmandade" a que alude o ministro é uma clara intenção do regime de procurar uma "nova ordem" e nos discursos é apresentada como um modelo alternativo. Na verdade é uma nova forma de adequação política e econômica que assume o modelo capitalista, onde o Estado era o encarregado de comandar e planificar a economia. Apesar da intenção de ruptura com algumas práticas políticas e econômicas tradicionais, fica evidente os elementos de continuidade. Podemos ainda ir mais longe e dizer que o peronismo não só conservava, senão que recuperava conceitos políticos anteriores ao advento do capitalismo. Como por exemplo, a intenção de re-instaurar a hispanidade e a religiosidade no fazer político. Existia nos discursos uma intencionalidade política de romper com as estruturas de poder "tradicionais" para criar um novo modelo social, totalmente disciplinado e que revivesse as glórias reais ou místicas de uma época passada.

O regime apresentava a "revolução" como um exemplo que deveria ser internacionalizado. Para isso o governo organizou um complexo sistema de difusão de suas reformas, através de

publicações de folhetos, filmes, livros, etc., que circulavam pelas Embaixadas Argentinas no exterior.

Todos os discursos das autoridades educativas do regime, que temos trabalhado, coincidem na idéia de que a Revolução tem dado o marco político para a construção do que os justicialistas chamam de NOVA ARGENTINA, porque a Revolução tem conseguido evitar a divisão de classes que leva ao enfrentamento entre "humildes e poderosos". Agora **todos são argentinos.** A UNIDADE NACIONAL tem sobrepujado a luta de classes.

Compartilhamos o conceito de revolução de Gramsci (1973), que reportando-se a Marx considera que em determinados momentos do desenvolvimento das forças produtivas materias da sociedade, estas entram em contradição com as relações de produção preexitentes, ou seja, com as relações de propriedade, em cujo interior se haviam movido até então. Estas forças produtivas converteram-se em travas das ditas forças e então abre-se uma época de revolução social, pois as mudanças produzidas na base econômica tranasforrnam mais ou menos rapidamente toda a superestrutura. Porém uma forma social não perece até que não se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que possa conter, e as novas relações de produção não se substituem jamais, sem antes as condições materiais de sua existência não terem sido incubadas no seio da velha sociedade.

Portanto, uma teoria ou movimento é realmente "revolucionário" na medida em que é um elemento de separação e de distinção consciente entre dois campos, enquanto é um vértice inacessível ao campo adversário. A revolução faz referência a uma etapa histórica na qual, por um lado, elaboram-se, unificam-se e ordenam-se as forças em contraste e por outro, o momento em que um sistema ético-político dissolve-se e outro elabora-se, em que um sistema de relações sociais desagrega-se e decai e outro surge e afirma-se.

Sendo assim, quando o regime peronista refere-se à "revolução", não está manifestando que eles tenham chegado ao patamar das relações sociais de produção antes descrito. Em todo caso estaria descrevendo o momento histórico no sentido de "revolução-restauração", fenômeno politico que consiste em satisfazer em pequenas doses exigências políticas, sociais e econômicas dos setores populares em forma legal e reformista, salvando deste modo a posição política e conômica das velhas classes dominantes.

Tomando emprestado o conceito de Gramsci (1973) de "revolução passiva" podemos enquadar ao peronismo neste modelo no qual, por meio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, foram introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas, tanto para acentuar o plano de produção quanto a socialização e cooperação na produção, mas sem tocar a propriedade individual, nem a posição

privilegiada dos grupos de poder. Em resumo, o regime assumiu um papel regulador e fiscalizador.

O peronismo na verdade encarou um processo de evolução reformista, de revolução passiva, que produz "...modificações moleculares que na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e convertem-se em matrizes de novas modificações".(GRAMSCI, 1972: 72)

2. O CAMINHO DA NOVA ARGENTINA

Quando Perón fala da *Nova Argentina*, considera que esta não pode fundar-se em princípios abstratos, muito pelo contrário, deve ter elementos concretos. Uma *comunidade justa* que ofereça símbolos reais da **nacionalidade** e do **patriotismo**. Ou seja:

> *"... em uma comunidade injusta não pode existir o mesmo grau de solidariedade e defesa da comunidade por todos seus integrantes do que em uma comunidade justa. (...) Em muitas ocasiões todos nós temos reagido , porque foram ofendidos os símbolos da nacionalidade; temos relacionados todos, porque todos temos um sentido abstrato do valor desses símbolos. Porém os símbolos da nacionalidade são os da comunidade. Se a comunidade é justa, se é solidária, esses símbolos adquirem um valor extraordinário, mas não têm esse mesmo valor em uma comunidade injusta, em uma comunidade que não se preocupa com os desabrigados e desgraçados. (...) queremos que em nosso país exista um patriotismo profundo, para o qual é necessário criar uma comunidade que seja de todos nós e que a amemos."*
> *(Disc. Gal Perón ante Inspetores de Ensino de Primeiro Grau, Salão Branco da Casa de Governo, 20/3/53)*

Perón apresentava a **comunidade** como uma organização natural do homem, do ponto de vista fraternal, quase sem conflitos. É colocada como um valor atemporal, ahistórico, fora das relações sociais de produção.

Podemos destacar neste parágrafo a categoria **comunidade** : Perón dirige-se às massas, apelando a seus sentimentos de "comum unidade". Coloca neste conceito um sentido nuclear, evitando assim contextualizar a visão macro de sociedade, pois está ligada à divisão de classes sociais. A comunidade faz referência a um todo homogêneo sustentado na **"igualdade"**, como uma *grande familia*, onde todos participam dos benefícios, não existindo diferenças sociais nem conflitos de classes. Assim, toda a população trabalha para ter um país mais justo,

equitativo, visando o "bem comum". **Pátria**, **Patriotismo**, **Nacionalidade** são sinônimos da **Nova Argentina**. Uma "Argentina Justa" que o regime justicialista desejava construir.

Outro aspecto observado neste discurso é a aproximação de Perón com as ideologias de cunho fascista, que faziam uma convocatória às massas nos termos da raça, da nacionalidade e da pátria. Provavelmente Perón estava inserido no momento histórico em que estas ideologias circulavam, talvez tenha tomado o conceito de comunidade para recriá-la no âmbito de seu governo e no contexto de uma índole mais democrática.

A conquista da Nova Argentina é amplamente proclamada por seus ministros e secretários nos discursos proferidos:

*A **nova argentina** tem sido possível por obra e vontade do próprio General Juan D. Perón. Ele tornou realidade a Revolução histórica, porque nunca mentiu para o povo, e sempre trabalhou para a unificação nacional. Graças a Perón, hoje, a Argentina tem um **povo novo**, com homens intelectualmente e espiritualmente novos, capazes de enfrentar ações vigorosas para o bem do país.*

Estas afirmações percebidas nos discursos dos ministros reconhecem em Perón o artífice da 'revolução social'; certamente referem-se às significativas transformações sociais que o regime instaurou na Argentina. A "revolução peronista" criou uma força política cuja sobrevivência estava assegurada pelas poderosas raízes junto aos setores populares da sociedade. Porém, aos poucos, revelou-se a fragilidade das raízes econômicas dessa "nova sociedade", que tinham sido improvisadas durante o fugaz momento de transição entre a Segunda Grande Guerra -que permitiu uma acumulação de reservas sem precedentes- e um pós-guerra.

Não obstante, a nova conjuntura internacional fez romper com a esperança argentina de prosperidade econômica. Depois do fim da Segunda Grande Guerra os Estados Unidos retomou o controle hegemônico da economia internacional e o desenvolvimento interno dos países periféricos foi interrompido. A Argentina sofreu este impacto por ter ampliado em parte sua base industrial, mas não conseguiu mudar sua estrutura econômica fundamentalmente agrária.

O peronismo trouxe consigo uma série de transformações, entre elas a modificação do status político-social que as classes trabalhadoras ocupavam e em especial as classes populares urbanas. A política sindical e o processo de industrialização aprofundado pelo regime criou um novo espaço urbano. A classe operária ocupou uma posição mais visível na cena política, aspecto este que era totalmente desconhecido no passado. Por outro lado, esta "revolução social" conseguiu dar à sociedade argentina um perfil comparável à dos países industriais maduros. Contudo, este fenômeno de modernização industrial sobrepunha-se a uma economia

que em algumas regiões e áreas da produção encontrava-se ainda nas primeiras etapas de um processo industrializador.

Com efeito, as transformações sociais introduzidas pelo peronismo favoreceram sistematicamente os setores urbanos em detrimento do rural, castigando particularmente a grande agricultura pampiana. Segundo Halperín Donghi (1994), esta situação obedecia a razões muito claras: procurava-se manter o valor do peso e reservar os lucros, produto das exportações de cereais para serem aplicados no setor industrial. O Estado, em seu papel de intermediário, assegurava-se dos insumos baratos e investia na indústria, que era muito frágil para sobreviver sem apoio oficial. Além disso facilitava o consumo barato, que atenuava as pressões salariais que os poderosos sindicatos faziam.

Todos os discursos concordam em personificar as mudanças sociais, políticas e econômicas na figura de Perón. Para eles, Perón tem construiu um país de paz e de trabalho, que será **modelo** para as outras nações. Segundo Ivanissevich, a orientação ideológica tem sido definida por Perón na DOUTRINA SOCIAL CRISTÃ PERONISTA, que é uma alternativa ante as propostas dos déspotas, tanto de esquerda quanto de direita, que querem impor uma tirania.

3. A DOUTRINA JUSTICIALISTA, UMA NOVA FILOSOFIA DE VIDA...

Na Doutrina Nacional criada por Perón e sua equipe foi integrado de forma explícita um conjunto de combinação e conceitos nem sempre homogêneos. Provavelmente tinham a intenção que esta doutrina servisse a fins determinados e muitas das vezes diversos, como por exemplo à necessidade de fundar uma relação social baseada na **harmonia social**. A mesma permitia uma ampla liberdade de manobra ao líder, com objetivo de oferecer respostas pragmáticas frente aos diferentes acontecimentos políticos e sociais.

Para Alberto Ciria (1983) a função da doutrina peronista visava legitimar, destacar as idéias sociais, econômicas e políticas de Perón, dentro de um marco eminentemente flexível.

O pragmatismo que caracterizou Perón evidenciava-se na indiscutível *elasticidade* que atribuía ao corpo doutrinário. Por outro lado, do ponto de vista político, é necessário destacar o papel de *árbitro* que Perón se adjudicou.

A definição doutrinária do justicialismo vai-se configurando lentamente, na medida que Perón desempenha seu mandato. Elabora seu discurso tentando dar um conteúdo doutrinário à sua gestão.

Prega um "caminho para o alma dos homens", um "caminho para o povo, de modo que justifique sua existência e que permita estabelecer a **função** que cada argentino deve cumprir dentro da organização social".

O objetivo dessa doutrina era formar uma **alma coletiva**, criar um *espírito único* em torno da "mística doutrinária". Portanto, era necessário doutrinar o povo formando suas virtudes e valores, com objetivos coletivos, constituindo assim uma *única nacionalidade*.

Segundo Perón, esta **doutrina nacional** devia ser **única** e servir a todos os argentinos. Ela organizaria o espírito dos homens em torno de uma aspiração comum. A doutrina nacional era indiscutível, porque convinha a toda a Nação. A Doutrina Justicialista fundamentava-se em idéias **humanistas e cristãs**.

> *"Nós cremos que com a nossa doutrina damos ao povo uma nova alma, de acordo com nossos sentimentos humanistas e cristãos."*
> *(Perón ante Inspetores do Ensino de Primeiro Grau, no Salão Branco da Casa de Governo 20/3/53)*

Segundo Perón, a Doutrina Nacional Justicialista era voltada aos valores humanos e cristãos, valores que o país tinha esquecido como consequência das políticas liberais aplicadas até então, deixando de lado o passado histórico argentino de caráter hispânico. Na lógica justicialista, a política liberal estava baseada em ideologias estrangeiras, que admiravam o modelo burguês capitalista dos países europeus. Portanto, as doutrinas que sustentavam os grupos opositores ao regime não respondiam às necessidades e idiossincrasias da Nova Argentina.

Com efeito, para o peronismo, a Nova Argentina era aquela que se constituía pelos hérois e defensores da Pátria, como Sam Martín, Belgrano, Sarmiento[4], entre outros. Estes personagens pertenciam ao passado de caráter "hispânico" e portanto fundadores da história argentina, porém não estavam ligados à oligarquia, organizada a partir de princípios do século XX.

O peronismo apresentava-se à população como uma alternativa política ante a "velha oligarquia liberal". Isto significava uma ruptura com o passado, período que vinha desde a independência de 1916 até o surgimento do peronismo. Teve que reutilizar os mesmos símbolos usados pela tradição liberal, mas, apesar disso, Perón não mostrou interesse em aderir

[4] Aqui Sarmiento recebe um tratamento diferenciado porque ele é um personagem de ideologia liberal, mas que o regime peronista considerava como herói nacional.

a uma visão alternativa do passado nacional, motivando uma certa resignificação dos símbolos tradicionais, bem como dos personagens históricos nacionais.

A Doutrina encerrava uma prática solidária, de amor entre os homens que formavam a comunidade, eliminando o individualismo, o egoísmo e a luta entre os homens. Incorporava à comunidade o sentido **solidário e altruísta** que as filosofias liberais e conservadoras haviam esquecido.

Ou seja, a nova doutrina deveria:

> *"...unificar uma doutrina que sirva para todos e que encaminhe os espíritos de todos (...) se juntarmos homens com inclinações e aspirações mais ou menos similares, que pensem da mesma maneira, que sintam do mesmo modo e os pusermos na mesma situação, na hora, é provavel que comprove-se que são todos amigos, que fizeram-se amigos porque coincidem. De modo que primeiro tem-se que organizar o espírito dos homens, para lograr uma única aspiração, onde os argentinos não possm discutir..."*
> *(Disc. Juan D.Perón ante Inspetores de Ensino de Primeiro Grau, no Salão Branco da Casa de Governo 20/3/53)*

Perón propõe uma doutrina que não só unifique, mas também ***discipline*** o povo em torno de uma **causa comum**, que organize a ação dos homens de maneira quase ***uniforme***. Para conseguir este objetivo, propõe o **doutrinamento**, que não implica só em ensinar. Consiste em persuadir o povo, em **incutir**, não só ilustrar o conhecimento dos homens, mas **modelar sua alma**.

É possível destacar no discurso peronista uma influência da **filosofia espiritualista** que se confronta com o positivismo, orientador da oligarquia argentina até os anos quarenta. Assim, observamos no discurso feito por Perón no Primeiro Congresso Nacional de Filosofia (Mendoza 9 de abril de 1949) que o texto está constituído por referências ao idealismo alemão, onde a rejeição do racionalismo filosófico e do liberalismo político é evidente. Também aproveitou o espaço para citar vários autores clássicos como Sócrates, Parmênides, Platão, Aristóteles, Hesíodo, Anaximandro, o Rig-Veda, Protágoras, Jesus Cristo, Santo Tomás, Spinoza, Descartes, Voltaire, Comte, Darwin, Leibnitz, Kant, Hobbes, Marx, Humboldt, Hegel, configurando sua idelogia de caráter extremamente eclética.

3.1 Os postulados básicos da Doutrina Nacional Justicialista

Os postulados básicos estavam contidos em três itens: a) Justiça Social; b) Consciência Social; c) Unidade Nacional; e d) Comunidade Organizada.

a) No que diz respeito à **JUSTIÇA SOCIAL**, o discurso de Perón deixava claro que este princípio ético fundamentava-se em três postulados:

1°) Elevação da cultural social;

2°) Dignificação do trabalho;

3°) Humanização do capital.

Perón considererava que a **elevação da cultura social** seria alcançada através de um plano de reformas educativas e culturais que colocassem ao alcance do povo os benefícios da educação e que as crianças tivessem garantido o ensino básico. A elevação da culturava significa democratizar os espaços culturais e para isso o governo desenvolveu um conjunto de estratégias que asseguraram o acesso aos benefícios sociais.

Por outro lado, a **dignificação do trabalho** se conseguia com salários justos, com melhorias nas condições de trabalho, seguridade social e previdência. Isto foi garantido pelo Estado, os trabalhadores organizaram-se em sindicatos, garantindo seus direitos.

Um conceito usado repetidas vezes no discurso peronista é **humanização do capital**, que tem relação com uma nova concepção da economia, ou seja, "o capital deve estar a serviço do homem, evitando a exploração do homem pelo homem". "O capital não faz mal, ele é bom na medida que são respeitados o direitos dos trabalhadores e dos proprietários". Neste sentido, o regime aplicou a Justiça Social, num sentido distributivo e retributivo, procurando nos primeiros tempos elevar os setores submergidos até uma situação digna. Por outro lado, a justiça social estava intimamente relacionada com a idéia de conciliação de classes, buscava a harmônia social dentro de uma ***nação unida***, através do acordo entre operários e proprietários, sobo controle Estatal.

Esta política econômica tem a ver com o modelo de Estado Benéfico. Com efeito, Perón assumiu em muitas de suas medidas econômicas elementos que parecem muito próximos ao modelo acima citado. Esta determinação política foi fundamentalmente desenvolvida durante o primeiro período do governo (início da década de 50), porém Perón redefiniu sua política econômica, como conseqüência do esgotamento do modelo de substituição das importações dos conflitos econômicos, provenientes da queda de preços no mercado internacional. O governo assim abre espaços para maior intervenção dos setores privados na economia, mas o Estado não deixou de intervir na vida econômica do país e em geral continuou assumindo aquelas áreas que a iniciativa privada não encarava.

b) Para assegurar as conquistas sociais do povo argentino era necessário "desenvolver uma verdadeira consciência social". Assim, a função do governo era propiciar o clima necessário para gestar a **CONSCIÊNCIA SOCIAL** apoiada na **solidariedade social**. Portanto, a consciência deveria conduzir o povo a responsabilizar-se pelos outros e pela Pátria. Assim cumpria-se um:

> *"... princípio essencial da doutrina nacional e que expressa-se no lema: todos por um e um por todos!"*
> *(Disc. do Presidente da Nação inaugurando os cursos do Ano Letivo 9/4/53)*

Perón manifesta que a formação da consciência social foi um dos maiores esforços de seu governo:

> *"Um dos trabalhos em que mais me empenho em minha obra pessoal, é desenvolver a consciência social do povo argentino. Eu penso que os povos modernos não podem viver felizes em nenhuma latitude da terra se não tem desenvolvido em profundidade sua consciência social. (...) consciência social que unirá mais fortemente os cidadãos argentinos e a suas agrupações internas, tratando por este meio de chegar ao mais alto dos objetivos que a Nação pode perseguir: a união indestrutível e absoluta de todos os argentinos."*
> *(Disc. de Gal Perón no ato inaugural da Casa do Docente e do Estudante Argentino, 18/6/49)*

Assim, através desta **consciência social,** o povo consegue chegar à **Unidade Nacional**, onde o homem não pensa em si mesmo como uma entidade autônoma, senão como membro de uma comunidade. Essa unidade não podia ser entendida como uma união fundada numa legislação fria e rígida, muito pelo contrário, baseava-se num sentimento e pensamento unificado pelo povo, regendo-se pela ordem da coesão e não da obrigação.

c) Perón afirma que o mundo nos anos de 1947 a 1949 estava atravessando uma profunda crise, mas a Argentina conseguiu passar por esta crise estando **unida**.

> *"Da unidade do povo argentino, da aglutinação de todas suas forças morais e materiais, pode sair a salvação, qualquer que seja o processo que o mundo siga nestes anos de encruzilhada histórica."*
> *(O Gal Perón fala ao magistério, 19/12/47)*

Esta concepção está baseada na idéia de comunidade, que é a "Mãe" de todos os homens dentro de um clima solidario, justo e bom. Esse contexto de amor levou naturalmente ao patriotismo. A criança formada neste ambiente de unidade e de justiça aprendia a amar o seu próximo. O conceito de comunidade está intimamente relacionado com o da **organização**, que é outro dos postulados básicos.

d) O tema da **ORGANIZAÇÃO** permite visualizar certas contradições inerentes à teoria e prática do justicialismo, e compreender como adaptou suas lições de origem militar ao governo civil. Nas colocações de Perón, fica clara a influência de dois fatos: sua vida militar e sua viagem à Europa, especialmente à Itália e Espanha, durante a Primeira Guerra Mundial. Elas levaram Perón a assumir posições muito marcantes durante toda sua vida política, o que de certa forma afetou sua formação pessoal e seu pensamento.

Durante a vida militar Perón desenvolveu e estruturou as idéias que posteriormente aplicaria na vida política. Com efeito, sendo militar percorreu todo o país e confrontou-se com a miséria dos estados do interior argentino. Por outro lado, durante sua viagem à Europa (entre 1939 e 1941) conseguiu desenvolver seu universo mental. Lá observou a organização dos regimes fascistas e apreciou os erros da pós-guerra civil espanhola. Destas viagens tirou a conclusão de que era necessário controlar as massas; da Itália fascista Perón tomou como exemplo as formas organizativas de controle de massa.

A **organização** é vista por Perón como a base de toda sociedade. Ele encarregou-se de diferenciar organização de militarização, dado que o Peronismo era acusado por seus adversários de aplicar políticas de caráter militarista.

Frente a estas acusações, Perón colocou o Exército como exemplo de disciplina e camaradagem. Considerava que a organização interna do exército era justa e que a sociedade argentina devia tomá-la como exemplo a seguir. Ou seja, a organização do exército argentino era concebida como um modelo de organização pertinente. Referia-se ao exército da seguinte forma:

> *"Pertenço a uma profissão onde a solidariedade, a camaradagem, o companheirismo formam parte de suas regulamentações básicas. (...) penso que a comunidade argentina somente estará bem organizada quando, além da organização que a aglutina do ponto de vista jurídico institucional, estiver complementado pela unidade de espírito, que somente se encontra quando uma consciência social ilumina os agrupamentos de homens dedicados a uma mesma atividade."*
> *(Disc. Presidente da Nação Gal Juan Perón pronunciado na Associação dos Professores, 24/6/49)*

É indiscutível a influência militar que muitos autores alemães *pré-hitleristas* exerceram (fundamentalmente o Conde Alfred von Schlieffen, Karl von Clausewitz e o marechal prussiano Colmar von der Goltz) nas idéias do coronel Perón e em sua forma de conduzir o país, ele mesmo o reconhece numa biografia autorizada escrita por Pavón Pereyra em 1953. Também Perón admirava figuras como Ciro o Grande, Epaminondas, Alexandre Magno, Julio César, Gustavo Adolfo da Suécia (1594-1632), Frederico o Grande da Prússia (1712-1786) e o contemporâneo coronel Francisco Fasola Castanho, militar de extrema direita argentino.

Algumas destas idéias serão adotadas posteriormente em questões de políticas gerais e particulares. Na sua *Teoria de guerra* quanto nos ensinamentos sobre a *Doutrina de Guerra*, Perón seguiu princípios estratégicos e táticos fundados em autores alemães e italianos. Em sua concepção da *arte da guerra*, predomina a idéia de um 'comando único para todas as forças' incluindo os tempos de paz. Perón tomou como "modelo de condução" as figuras de Napoleão e do General San Martín. Admirava muito estes personagens e os chamava de "mestres". Durante o período 1946 a 1955, fará referências elogiosas a estas figuras por suas estratégias e astúcias na ação e economia de forças.

Deste modo, a **organização** é apresentada como um valor essencial na ação individual e coletiva. O peronismo desde seu início teve preocupação pela organização estrutural e funcional do país. A organização estava relacionada com um "plano de ação", adequado pela "planificação racional", para permitir a economia de esforços e garantir a eficácia das ações.

Perón considerava que a organização tinha quatro princípios:

1. Objetividade: ter um objetivo, estabelecer onde se quer chegar.
2. Simplicidade: evitar apresentar planos de ação complicados que dificultem o resultado dos objetivos.
3. Estabilidade: o fracasso das organizações acontece por falta de estabilidade. Não é necessário estar "começando sempre" porque prejudica a continuidade dos projetos.
4. Perfeccionismo orgânico: a organização deveria ser suficientemente dinâmica para permitir uma adequação às mudanças sociais.

Para encarregar-se da organização do país, o peronismo criou o Ministério de Assuntos Técnicos, que desenvolvia uma planificação orgânica e racional. Assim, na consolidação da desejada *organização*, o aparelho escolar ocupava um papel central dentro da ideologia peronista.

Como conseqüência, a organização necessitava de **incurtidores** e os professores eram chamados para desempenhar esta tarefa. Eles deviam formar a alma dessa organização porque

"a organização sem alma é como um homem sem alma". Portanto, os professores deviam persuadir as crianças e os jovens na construção da nova alma.

Nesta **organização da comunidade** o governo tinha um papel preponderante, devendo **centralizar** todas as vontades e oferecer os espaços para que o povo se organizasse livremente.

> *"Para mim, a comunidade organizada é a associação dos homens na forma mais livre possível. Não tem associação que possa viver se não tem a liberdade necessária para respirar essa vida. Por isso temos estabelecido que o regime justicialista tem três graus: na ordem institucional, um governo centralizado onde ninguém discute outro direito que o de sacrificar-se pelo povo; um povo livremente organizado como povo, dirigido e representado pelos homens que surgem desse mesmo povo, sem pressão de nenhuma natureza."*
> *(Disc. Presidente Juan Perón durante o ato realizado no Teatro Colón pela Agremiação do Docente Argentino, 1/12/50)*

De certa forma, o governo cumpria uma função centralizadora de vontades. Ninguém melhor que o governo peronista "para saber o que era melhor para seu povo!"

É importante destacar que Perón utilizava constantemente a palavra **incutir**, como um sinônimo de difusão, mas **incutir** é um vocábulo utilizado pela Igreja na doutrina Católica. De certo modo o líder considerava-se um **apóstolo**, um sujeito que desenvolvia uma "nova forma de fazer filosofia". Perón apelava às estratégias de comunicação utilizadas pelas instituições eclesiásticas. Utilizava os espaços políticos e as diferentes concentrações de massa como se estivesse num púlpito, dentro de um templo. Procurava difundir suas idéias de modo direto, sem nenhuma intermediação, buscando formar uma *consciência unificadora* na comunidade.

A filosofia peronista está baseada numa pregação de corte político e social de convencimento, de "integração" a uma nova causa que, segundo Perón, é a causa do povo. Quando fala de povo, fala daqueles que haviam saído do circúito econômico: os "oprimidos", os "descamisados". Assim, os trabalhadores que de certo modo vinham sendo explorados, agora eram incorporados às atividades econômicas de um modo orgânico e "humanizado".

INCUTIR, portanto, é ensinar o povo, informar, formar o espírito e a mente, de tal modo que seja capaz de defender o "Novo Regime".

As mudanças e os benefícios obtidos pela "Histórica Revolução" são difundidos e reafirmados pelos Ministros e Secretários da Educação.

Nos discursos, destaca-se o caráter **social** da Doutrina no que se refere à defesa dos direitos dos trabalhadores e à "humanização do capital". A justiça social substitui a caridade praticada

até então. No **político**, a doutrina veio romper com a prática tradicional da fraude eleitoral. A mentira instaurada pelos governos anteriores é apagada por um discurso fundamentado na verdade absoluta.

A Doutrina Justicialista é uma doutrina de paz, de trabalho racional que cultiva a irmandade. Nela não existem castas, raças, nem privilégios. Inspira-se na lei e protege-se no comício. Ela tem um eixo unificador que abarca todo o **organismo social** e busca a transformação dos homens em *"cidadãos"*.

Nesta descrição feita dos discursos percebe-se uma concepção de sociedade que se liga à idéia de uma sociedade de caráter biológico.

Existia entre as autoridades do Ministério da Educação um consenso a respeito de que a "salvação da humanidade" seria possível na medida em que o mundo todo adotasse, paulatinamente, a Doutrina Justicialista, porque tem a fórmula de **convivência** nacional e internacional.

Pode-se falar então que a idéia que circulava naquela época revelava uma concepção do **universal**, ou seja, a Doutrina poderia transformar a realidade mundial, e no transcorrer do tempo todo o mundo estaria orientado pelo pensamento peronista. A NOVA DOUTRINA não era tão nova, segundo os ministros, ela era a própria doutrina que Jesus Cristo deu a conhecer ao mundo: a doutrina do amor e da irmandade. Daí o caráter de **universalidade**.

> *"... como o próprio Presidente Perón tem falado, a nova doutrina nasceu faz dois mil anos: 'Amai-vos uns aos outros', mas amai-vos verdadeiramente procurando os pontos de coincidência e não os de discordância."*
> *(Disc. Secretário de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na entrega de promoções designações dos funcionários da Secretaria de Educação, no Teatro Cervantes 29/12/49)*

É importante destacar o interesse dos justicialistas em propor ao mundo os conteúdos da Nova Doutrina. Para isso, a doutrina devia trazer uma concepção de mundo e de sociedade que ultrapasasse as fronteiras nacionais, oferecendo uma alternativa a nível internacional.

A intenção era evitar que os qualificassem de personalistas. O Ministro Ivanissevich, num discurso de junho de 1949, encarrega-se de estabelecer a diferença entre Peronismo e Justicialismo: a nível nacional denovinavam Doutrina Peronista e a nível internacional, de Justicialismo.

3.2 Unidade e Justiça Social x Luta de Classes

Um aspecto constante no discurso de Perón é o chamado ao **POVO** e a seus valores espirituais. Parece-nos que esse "povo" faz referência aos setores trabalhadores, os operários, que poderiam formar as forças humanas capazes de mudar a face da Argentina. Provavelmente o uso do conceito **povo** estava ligado às caraterísticas que assume o regime peronista politizando os amplos setores populares através das reformas culturais, econômicas e sociais. Enfatizando a idéia de **povo** e não de classes, as relações antagônicas apareciam desvanecidas, eram abordadas simplesmente como fenômenos isolados, que seriam resolvidas através de uma política de "justa distribuição da riqueza".

Com efeito, o sujeito político ao qual ele se dirige não é só a classe trabalhadora, é o **povo**. Mas a construção deste sujeito-povo se faz a partir da definição do seu inimigo histórico que é a 'oligarquia'. Nessa contradição social se encontram os desprotegidos, os despossuídos, os humildes, os produtores contra quem os oprime e explora. Também se trata de uma contradição entre o nacional e o internacional, entre o criolo e o estrangeiro, entre o argentino e o 'intruso' que só vem "explorar o **povo** argentino para satistazer seus próprios interesses mesquinhos".

Sua reiterada apelação ao povo era acompanhada da afirmação do papel regulador do Estado defendendo a soberania, a paz e a ordem social. Por outro lado, o **líder do povo** apresentava-se como um sujeito que exercercia seu direito de Chefe de Estado, defendendo a justiça contra a injustiça.

O peronismo manifestava-se contra a luta de classes e apresentava-se como um *movimento unificador* conduzindo à unidade e à fraternidade do povo.

A grande preocupação do peronismo, no início de sua intervenção na vida política argentina, era interpretar de modo mais adequado os interesses da sociedade argentina. De fato, Perón soube interpretar inteligentemente o temor que os grupos conservadores argentinos manifestavam a respeito da internacionalização da Revolução Russa, grupos estes compostos pela Igreja, os nacionalistas católicos e não católicos e alguns setores da indústria.

Deste modo, Perón, durante os primeiros anos de seu governo, utilizou reiteradas vezes a fórmula discursiva na qual se declarava contrário à luta de classes e a qualquer forma de comunismo. Esta posição define uma concepção política, centrada na conciliação de classes. Suas bases de sustentação política estavam representadas nos operários, mas também soube

muito bem convocar outros setores da sociedade, como industriais, empresários, eclesiásticos e outros.

Dentro da doutrina social peronista, o ***trabalho*** é considerado a suprema "dignidade do homem"; assim, na "comunidade argentina" não existem classes, senão "homens que trabalham". Estes homens não são apenas os operários fabris ou camponeses, faz referência a qualquer trabalhador, desde o "Presidente da República até o último cidadão", desde o "mais poderoso capitalista até o mais pobre dos artesãos" (Manual do Peronista, 1954: 55)

> *"Buscamos suprimir a luta de classes e repensá-la por um acordo justo entre operários e patrões, protegidos pela justiça que emana do Estado. Como prometemos ao iniciar esta cruzada do Trabalho, temos defendido 'a unidade e compenetração dos propósitos entre patrões, operários e Estado como a única medida para combater os verdadeiros inimigos sociais, representados pela falsa política, as ideologias estranhas sejam quais forem, os falsos apóstolos que se introduzem nos sindicatos para atuar com engano e traição das massas e apoiando-se nas forças ocultas de perturbação do campo político-internacional."*
> *(Disc. Cnel. Perón na Secretaria de Trabalho transmitido a todo o país pela Rede Argentina de Radiodifusão, 1/5/44)*

Neste parágrafo, podemos observar a grande importância que Perón atribui ao **TRABALHO**, considerado um elemento unificador da comunidade conduzindo a uma causa comum. Cada homem ocuparia o seu lugar, sem setores privilegiados ou seja, não existem classes dos homens", mas sim atividades de homens que habitam a Argentina e buscam o bem comum. A igualdade entre os homens só era conquistada quando a comunidade fosse educada nos ***princípios humanos*** da ***justiça social.***

O conceito ***trabalho*** ocupava um lugar central nos discursos de Perón, pois foram os setores operários que sustentaram sua vigência política. Como temos dito, Perón teve como base fundamental para seu projeto político os trabalhadores urbanos, e em menor medida os assalariados camponeses. A construção desse aparelho político-gremial o consagraria Presidente da República e chefe de um notável setor do proletariado.

Deste modo, o Estado adquiriu nesse período um verdadeiro controle sobre o movimento operário organizado na Central Geral dos Trabalhadores (CGT), fundamentalmente a partir do momento em que foi Secretario Geral José G. Espejo (dirigente representativo da burocracia sindical do primeiro peronismo). A taxa de sindicalização e o número de trabalhadores aumentaram durante os primeiros anos, mas também se registraram greves e conflitos trabalhistas.

De 1946 e 1955, os sindicatos são instituições de direito público e não simples associações civis, fundamentalmente através da "pessoa jurídica" outorgada pelo governo: a mesma permite atender os sindicatos por ramo de atividades, e servirá historicamente aos objetivos do regime peronista.[5]

A questão social, ou seja, o interesse pela **justiça social**, não é novo. Nos anos 1890, a Igreja desenvolveu a doutrina internacional da harmonia das classes sociais, ideais que os nacionalistas levantaram durante o século XX e que posteriormente o próprio Perón retoma.

Na Argentina, a Igreja manifesta-se a respeito das classes sociais a partir dos conflitos sociais que aparecem devido à maciça imigração de fins do século XIX e início do século XX. A presença no país de operários de origem anarquista e socialista que procuram mobilizar a massa de assalariados era um dos motivos preocupantes da Igreja. Assim, os liberais deixaram de lado suas diferenças com a Igreja para se uniram a fim de resistir a esses movimentos.

A encíclica papal de 1891, *Rerum Novarum*, serviu de fundamentação teórica para os católicos. Procurava oferecer aos católicos alternativas ao capitalismo liberal e ao conceito socialista de lutas de classes. Atacava os capitalistas definindo-os como "um reduzido número de gente enriquecida que havia conseguido impor sobre a massa dos pobres um peso apenas melhor que a escravidão". Por outro lado, condenava o socialismo por negar a sociedade privada e corromper o juizo dos homens, além de atentar contra a propriedade privada, que segundo a Igreja, se ajustava à lei da natureza; considerava também a desigualdade entre as pessoas como 'natural'. Segundo a encíclica, o erro era acreditar que as classes são naturalmente hostis entre elas: muito pelo contrário, as classes sociais deviam 'manter laços de amizade'.

A *Rerum Novarum* simpatizava com a idéia de que os governos deveriam oferecer um 'equilíbrio' entre as classes, através de uma justiça distributiva, evitando a acumulação de riqueza em excesso. Aliás, a encíclica aceitava os direitos de formar associações sindicais, como inerentes à 'sociabilidade natural dos seres humanos'.

Deve-se notar que muitas destas idéias serão aplicadas no regime peronista.

A *Rerum Novarum* defendia posições progressistas e conservadoras. De um lado, representou um avanço na definição da Igreja Católica no que diz respeito à questão social

---

[5] "Os sindicatos participam do poder, mas estão subordinados a liderança de Perón. Isto se evidencia no Congresso Extraordinário da CGT que, ao modificar seus estatutos em 1950, declara explicitamente a identificação da central operaria com a doutrina justicialista e o chefe do movimento. (...) O sindicalismo argentino se *nacionaliza e peroniza*, substitui o abstrato internacionalismo de classes pela solidariedade com outros setores do povo, identificados com uma mesma política de justiça social." CIRIA, A. Política y cultura popular: La Argentina Peronista 1946-1955, pag.28

interessando-se pelos problemas dos operários nos grandes centros urbanos. Do outro, adotou posições de caráter conservadoras, quando considerava necessário resistir a 'luta de classes', ainda que para isso tivesse que usar a repressão. Segundo esta encíclica, a 'harmonia" de classes poderia ser alcançada aplicando reformas paternalistas.

Esses conceitos católicos de 'harmonia entre as classes' e de 'justiça distributiva' estavam baseados nas idéias gregas de equilíbrio, medida ou proporção. Em resumo, os católicos e o próprio Perón rejeitavam tanto o Estado *laissez-faire*, quanto o socialista, e aspiravam instaurar um sistema orgânico e paternalista, para implantar a reforma social e instituir a 'justiça'.

Em muitas oportunidades, tanto no início de seu governo quanto em momentos posteriores, Perón manifestou claramente o caráter *multiclassista ou policlassista* de seu movimento. Fez apelos à classe média e em muitas oportunidades chegou a manifestar que a justiça social chegaria à classe média: "Aspiramos a uma sociedade sem divisões de classes." Mas em verdade, este projeto não foi formulado nos termos do *capital* ou da *burguesia nacional*, foi pensado como um projeto social, para instaurar uma "nova ordem", impulsionado e controlado pelo Estado.

Para alcançar uma sociedade igualitária e harmônica era necessário trabalhar, ensinar e convencer o povo, para que adquirisse cultura.

Durante todo seu governo Perón mostrou-se muito preocupado em defender o conceito de **UNIDADE,** contra a luta de classes que ele considerava a destruição da sociedade. Assim podemos verificar em seu discurso esta preocupação:

> *"Sob as bases orgânicas que já estamos oferecendo ao povo e que está dando frutos muito bons, obtém-se organizações de colaboração e cooperação, fazendo desaparecer a existência de classes que tem sido motivo de luta permanente nas comunidades modernas."*
> *(Disc. Gal Perón ante Inspetores do Ensino de Primeiro Grau, no Salão Branco da Casa de Governo 20/3/53)*

Os conflitos políticos são colocados como conflitos espirituais. Estes são responsáveis pela desunião dos argentinos. O **papel** de Perón é desenvolver estratégias para conseguir a unidade dos argentinos, como mediador destes conflitos.

De fato, o enfrentamento das classes é considerado uma questão ligada aos aspectos externos das relações de produção. Os sujeitos são definidos como "seres espirituais" que podem comportar-se como homens bons, convivendo num espaço social saudável e justo. Ficando fora de qualquer discussão das relações de produção capitalistas, na qual a divisão do

trabalho leva a contradições, produto de uma distribuição desigual, todas as lutas no interior do estado são lutas reais entre as diferentes classes.

Embora Perón veja no capitalismo uma política econômica que exagera o individualismo, em seus discursos não questiona de nenhuma maneira o "modo de produção capitalista" baseado na dominação de uma classe social sobre outra.

Para os Ministros e Secretários da Educação o justicialismo marca um grande momento de diferenciação histórica, pois Perón ampliou a liberdade política de 1810 através de sua política econômica, conquistando a Unidade Nacional.

De acordo com o Secretário de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, o Justicialismo combate qualquer tipo de luta, porque a luta é produto do ódio e destrói os valores. O justicialismo é produto do amor e, portanto, constrói o contexto social, econômico e político necessário para o **bem do país**.

A ***união*** do povo em torno de uma doutrina comum que prega e pratica a cooperação, faz com que se feche para sempre o período fatídico da **luta de classes estéril,** da luta entre capital e trabalho. A proposta justicialista é uma realidade de harmonia, onde os bens materiais repartem-se eqüitativamente, porque são bens que Deus semeou sobre a terra para que todos os homens desfrutem sem avareza, sem ambição e sem inveja.

Com efeito, o regime peronista achava que a melhoria da qualidade de vida seria possível mediante uma colaboração entre as classes sociais. As mesmas atuariam como uma barreira que impediria a entrada do comunismo, além de considerar os sindicatos como elementos estabilizadores do sistema.

Somente uma doutrina que ofereça iguais oportunidades para os homens consegue a unidade evitando uma luta destrutiva, conforme o seguinte discurso:

> *"Por sua doutrina justicialista, o general Perón economiza à República a luta de classes e dá a todos os argentinos as mesmas oportunidades. Escolas e colégios gratúitos, universidades gratúitas. Prepara assim os jovens. Economiza para o presente e para o futuro muitos males para nosso país e evita a submissão a outros países ligados ao capitalismo internacional sem pátria e sem Deus, que exploram sem compaixão, abusando de nossa ignorância!."*
> *(Disc. do Ministro de Educação Dr. Oscar Ivanissevich, no Dia Universal da Economia, 31/Queiram/49)*

Neste parágrafo podemos perceber toda a intencionalidade dos Ministros em reforçar a idéia de que as diferenças sociais podem trazer a luta de classes considerada destrutiva. Para evitar conflitos utilizam-se medidas de caráter asistencialista no combate aos problemas sociais. As

mesmas são legitimadas frente a um discurso homogeneizador que não admite diferenças de nenhum tipo. Tentam convencer ao público que as pessoas têm o que merecem conforme suas capacidades e seu desenvolvimento pessoal. Só o esforço **individual** pode conseguir mudanças comunitárias.

Constantemente aparece um jogo discursivo que ressalta e pondera a unidade social da comunidade e o coletivo. Mas, paralelamente, existe um chamado ao indivíduo, sua subjetividade, a seu progresso como sujeito, dentro da comunidade.

4. NEM CAPITALISMO NEM COMUNISMO JUSTICIALISMO, A TERCEIRA POSIÇÃO

Para o justicialismo, a organização sindical é uma saída para os males produzidos pelo capital. Desde o primeiro momento Perón alentou junto aos operários a idéia de se organizarem em sindicatos, considerados por este como uma conseqüência natural do ser humano.

Trabalhando esta idéia desde 1943, Perón deixa nas mãos das organizações (ao menos em seu discurso) a liberdade de dispor de seu futuro. Faz dura crítica ao regime capitalista que não permite as organizações sindicais:

> *"No regime capitalista era lógico que o domínio das minorias econômicas combatessem sem piedade o sindicalismo, porque eles estavam empenhados em impor um regime de exploração que não seria possível no dia em que as maiorias tivessem se organizado sindicalmente".*
> *(Disc. Juan Perón durante o ato realizado no Teatro Colón pela Agremiação do Docente Argentino, 1/12/50)*

Para Perón, o Capitalismo tem um valor negativo, porque não permite que as organizações sindicais proliferem livremente. Na lógica do capitalismo esta expressão atenta contra seus interesses de dominação.

O Justicialismo trazia consigo uma nova concepção de economia: não discutia a propriedade privada, só procurou regulamentar melhor as relações econômicas, para permitir que todos os homens desfrutassem da produção material. Segundo Perón, o Justicialismo não tem a intenção de explorar o homem, ele quer que desapareça a luta entre os homens oferecendo melhores condições de vida. Os operários já não lutam contra o capitalismo, porque o justicialismo instaurou uma nova Ordem Social.

> *"Não queremos cometer o erro do capitalismo que durante um século se tem oposto a uma força que hoje é o comunismo. Os povos vão conhecer o justicialismo e verão a catástrofe que é o comunismo."*
> *(Disc. Juan Perón durante o ato realizado no Teatro Colón pela Agremiação do Docente Argentino 1/12/50)*

Para evitar a "indiferença" e o "individualismo" o justicialismo propunha ao povo que atuasse em conjunto. Essa luta contra o individualismo só seria conseguida quando se desse à vida um sentido social, um sentido humanitário. O justicialismo deixava claro que não era coletivista. Eles "tomam" do individualismo o positivo, que era o desenvolvimento pessoal, mas procuravam modificar na comunidade aquele individualismo exagerado que atentava contra os valores espirituais.

Perón queria chegar ao coração dos homens para convencê-los de que havia apenas um só caminho para salvar a Argentina da crise mundial, e esse caminho era o **justicialismo**, doutrina carregada de "humanidade e bondade", componentes estes que o capitalismo e o comunismo não tinham.

Para conseguir uma **comunidade organizada**, era necessário organizar um plano com uma orientação econômica, política e social. Perón descrevia esse plano através de um programa destinado ao bem estar e riqueza do povo.

Dentro desse plano de governo estavam contempladas as intenções de organizar os docentes. O Poder Executivo estimulou as associações que agrupavam os homens de uma mesma atividade. Na realidade, o interesse de Perón estava orientado a constituir associações que, de certo modo, estivessem sob o controle do governo e colaborassem com ele. O Ministério de Educação mantinha, ajudava e impulsionava estas instituições sindicais. Na verdade, as associações criadas por inspiração em Perón tinham por objetivo contrapor-se às oposições sindicais existentes na época.

Em várias oportunidades Perón defendeu a sindicalização e criticou duramente quem a combatia, porque o sindicalismo deveria ser visto do ponto de «vista gremial e não político»; era um "sentimento natural" da união dos homens, como a família era um direito natural. "Ninguém pode negar que os homens se reúnam para formar forças coletivas".

Mas deixa claro que o sindicalismo promovido não tem nada a ver com o fascismo, comunismo e socialismo, porque estas são organizações antinaturais:

> *"O mundo passou das organizações anti naturais, que são as organizações políticas, evoluindo para as organizações naturais, que são as organizações sindicais. Apesar dos fascistas deformarem-nas*

> *em corporações. Apesar dos comunistas deformarem-nas com o sindicalismo de Estado, e apesar dos socialistas, sempre 'amarelos', desprestigiarem o sindicalismo quando se apoderaram dele; apesar de toda essa ação contrária, o sindicalismo surge poderoso quando se lhe dá uma verdadeira liberdade para atuar..."*
> *(Disc. Presidente da Nação Juan Perón durante o ato realizado no Teatro Colón pela Agremiação do Docente Argentino 1/12/50)*

Assim, essa *terceira posição* é apresentada como uma alternativa entre o individualismo e o coletivismo, entre o idealismo e o materialismo. Em certos momentos Perón mostrava-se idealista ao vincular de maneira direta a política ao conceito moral. Mas em 1951, ao dissertar sobre *condução política*, manifesta outra posição. Com efeito, coloca o movimento peronista como uma receita de conciliação entre adversários (capital e trabalho) que deixam de ser antagônicos, devido à ação vigilante do Estado. Nesse sentido, para o justicialismo existem quatro forças conflituosas dentro da sociedade: idealismo, materialismo, individualismo e coletivismo. Cada uma delas cumpre seu papel mas nenhuma exclui as outras.

A nível internacional o justicialismo gostava de apresentar-se como uma TERCEIRA POSIÇÃO, onde o Estado empregava certos mecanismos para atuar como regulador dos conflitos sociais entre as classes antagônicas, e contribuia para que "existissem menos pobres e menos ricos". Ou seja, o Estado, encarnado pelo chefe do movimento, empregava táticas para evitar a luta de classes.

A **Terceira Posição** era a alternativa frente ao mundo. Não representava nem a extrema direita nem a extrema esquerda. O Peronismo representava o equilíbrio, a harmonia entre estas duas tendências.

Fica evidente que o regime peronista propunha uma revolução de "terceira via" "entre a crise do capitalismo e a crise do socialismo", com o objetivo de criar um "Estado Novo" de base popular, educando as massas nos valores nacionais e cristãos, organizando solidariamente os "produtores" proletários e burgueses visando conquistarem o bem-estar da nação.

Da mesma forma que Perón, seus ministros articulavam em seus discursos os princípios doutrinários tendo como centro o **TRABALHO.** Para eles, o **capital** era definido como trabalho acumulado, que não estava a serviço do povo. Ele servia a um pequeno grupo de privilegiados. Com o advento do Justicialismo, o **capital** tinha uma nova função: estava a serviço do povo, conseguindo melhores escolas, casas, vestuários, alimentos, transportes, diversões etc., para toda a população.

A concepção filosófica que sustentava a doutrina justicialista era de caráter dualista, ou seja, dividia o homem em corpo e alma, fundamentada nos aportes de Max Scheler[6].

> *"... o homem é como uma unidade de dois princípios: vida e espírito. Vida e espírito são para a filosofia contemporânea os agentes protagonistas do drama íntimo do homem. Por um lado, segundo Max Scheller, enfrenta a realidade material, impulso efetivo, instinto, ímpeto; por outro lado, realidade espiritual, razão, objetividade. Por outro lado, inteligência prática, vontade de domínio, por outro, valores e hierarquia de ordem moral."*
> *(Disc. Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Belisario Gachéconservação Pirán, 1947)*

Segundo o Dr. Oscar Ivanissevich, o ideólogo da nova doutrina era Perón que, se fundia à massa de corpo e alma. Tomou os postulados da Lei Divina para constituir sua doutrina e deu-lhe forma humana ao falar para o povo argentino. Portanto, Perón estava cumprindo a vontade de Deus.

De certa forma, nos discursos podemos notar um interesse de legitimar a doutrina justicialista, assemelhando-a ao dogma cristão ou seja, à Doutrina da Igreja Católica. Com efeito, os discursos ministeriais assumiam conceitos próprios da filosofia neo-escolástica[7].

Por isso a **Religião Católica** ocupava um lugar central na definição doutrinária do justicialismo. Embora Perón fizesse uma série de formulações a respeito da religião, é nos discursos dos representantes do Ministério da Educação que encontramos uma clara definição a respeito da concepção religiosa que serve de suporte filosófico.

Para eles, o conhecimento científico não era suficiente para formar as pessoas, não resolvia educar só o intelecto. Portanto, era um erro pensar que os **sentimentos** podiam ser ensinados

---

[6] Max Scheler (1875-1928) foi um pensador católico, autor da chama "ética material dos valores", de certa forma pertencia ao movimento fenomenológico de Husserl e de Heindegger. Se ligou à fenomenologia por duas razões: porque tinha aversão pelas construções abstratas e porque acreditava na capacidade de captar intuitivamente a verdade da essência. A diferença de Kant, Scheler afirma o primado do valor sobre o dever.

Considera que os valores não são objetos de atividades teóricas, senão de *intuição emocional.* Segundo Scheler, o homem possuí um instrumento inato, a *intuição sentimental,* que capta e reconhece a hierarquia existente entre esses valores. O filósofo faz uma hierarquização dos valores segundo a seguinte sucessão:
1.valores sensoriais (alegria- tristeza, prazer- dor); 2.valores da civilização (útil-danoso); 3.valores vitais (nobre-vulgar); 4.valores culturais ou espirituais: estéticos (belo-feio), ético-jurídicos (justo-injusto), especulativos (verdadeiro-falso); 5.valores religiosos (sagrado-profano).

[7] A neo-escolástica é a filosofia baseada no pensamento filosófico desenvolvido na Idade Média, ou seja o pensamento cristão daquela época e o confronta com o pensamento filosófico contemporâneo. Assim, falam das "verdades da fé", das provas da existência de Deus, com o objetivo de compreender a *essência do homem* e a racionalidade das normas morais. Todos esses aspectos são descobertos pela razão humana e não pelas puras verdades da fé. Os neo-escolásticos consideram que a fé dá o essencial: somente ela "salva". Mas a razão é a "philosophia" da fé.

de modo racional. Também era um erro fazer acreditar às crianças e aos jovens que todos os problemas da vida poderiam resolver-se com a matemática ou as ciências naturais. Era imprescindível oferecer às crianças uma adequada formação moral e religiosa que suscitasse vivências na alma e dessem lugar a sentimentos bons, valorizando o sagrado. Assim:

> *"Tem que fazer sentir a religião por contágio, pela emoção, por incitações à imaginação, transmitindo com o exemplo os conteúdos morais e religiosos consubstanciais do espírito humano."*
> *(Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Gaché Pirán, dezembro de 1947)*

Aqui, podemos fazer uma leitura clara da intencionalidade que o justicialismo tinha ao colocar em contato com o povo uma ideologia baseada no cristianismo. Para eles, a Religião Cristã objetivava a **SALVAÇÃO DA HUMANIDADE**, igual à Doutrina Justicialista. Tanto o catolicismo quanto o justicialismo "tentavam evitar o individualismo liberal e o coletivismo despótico". Portanto, o justicialismo emprestava desta doutrina a idéia de salvação e a incorporava a seu discurso cotidiano. Para os ideólogos justicialistas, a sociedade contemporânea estava a caminho da destruição e só a Doutrina poderia salvá-la.

Podemos constatar que a avaliação feita sobre a crise da sociedade tradicional e da nascente sociedade de massa permitia que a ***política*** ultrapassasse sua próprias dimensões, conseguindo englobar aspectos da vida individual e coletiva até então considerados próprios da esfera privada. Assim, assumia um caráter integrativo, "religioso", que exigia o empenho total do homem e alcançava, em última instância, a transformação da sociedade.

Deste modo, a ideologia que o regime peronista tentava desenvolver prometia a reintegração do indivíduo à coletividade através de uma radical renovação de valores e instituições, que daria vida a uma nova ordem, solidamente fixada no sentido da comunidade.

Assim, o Justicialismo apresentava-se à sociedade universal como o futuro salvador do mundo, porque colocava em prática a verdade revelada por Jesus Cristo: "Amar a Deus sobre todas a coisas e ao próximo como a si mesmo."

O peronismo era apresentado como um regime que foi capaz de reconstruir a integridade do homem, que estava em crise moral devido às transformações econômicas e sociais do pós-guerra.

De certa forma, o peronismo poderia ser considerado como uma "nova religião civil"; que vinha ocupar o espaço simbólico da religião tradicional. O próprio Perón utilizava estratégias de convocação que faziam parte dos discursos da Igreja Católica, além de apresentar-se como

um substituto do próprio Jesus Cristo. O líder real passaria a ocupar o lugar de um ser abstrato que só seria possível conhecer através da revelação divina.

A reação que experimentaram os peronistas através do espiritualismo era evidenciada na adoção de uma orientação humanista, dirigida fundamentalmente por interesses religiosos e morais que o positivismo não contemplava. O espiritualismo prevê um retorno à alma, ou seja, a uma autoconsciência, onde o homen é o objeto de sua própria interioridade. Mas, para o peronismo, esse homem não era um ser solitário, era um homem coletivo, que deveria respeitar os interesses da comunidade, considerada uma organização superior que continha o sujeito.

Deste modo, a religiosidade na vida espiritual do homem atuava como uma "força espiritual superior" à sua própria natureza finita, que se manifesta na vida religiosa. Segundo a tradição cristã, Deus é a condição que antecede a todo fenômeno natural e a todas a leis, é a unidade que liga todo o universo.

Segundo o pensamento peronista, na formação da alma do povo argentino deveria estar presente a doutrina nacional unificadora, que não pertencia a um partido político.

A doutrina justicialista conduzia à elevação da cultura social da massa operária, tentava formar uma **"mística social"** que fosse a força motriz guiando o coração e a mente dos trabalhadores.

Perón concedia um papel central aos dirigentes no desenvolvimento dessa "mística", ajudando os operários a desenvolverem "sentimentos comuns", objetivando a melhoria da qualidade de vida.

Para conseguir isso seria necessário que a **matéria** e o **espírito** estivessem equilibrados. O idealismo era necessário, se apoiado em um amplo sentido de realidade.

5. O NOVO PLANO DE GOVERNO

O peronismo enfatizou o papel do Estado como criador de novas fontes de trabalho. Desenvolveu uma política seletiva de nacionalização incrementando a burocracia governamental e as autárquicas. Os famosos Planos Qüinqüenais trataram de impulsionar o Estado como um instrumento de desenvolvimento.

O governo definiu dois planos, organizados para cinco anos, que chamou **Primeiro Plano Qüinqüenal (1947 a 1952) e Segundo Plano Qüinqüenal (1952 a 1957)**. Nesta iniciativa estava presente a idéia de organização, da política do governo e das atividades da sociedade. Perón apresentou os planos de governo como uma idéia nova e revolucionária, porém não

eram noveidades, já que foram adotadas na União Soviética (após a Revolução), na Alemanha e Itália (durante os regimes fascistas), assim como nos Estados Unidos (durante a década de quarenta). Referia-se aos planos como um ordenador do trabalho, sendo instrumento capaz de dar uma concepção de unidade e de conjunto à comunidade.

> *"O que queremos com isto é dar uma orientação uniforme a todos os homens que trabalham em nosso país, para que cada um em sua atividade conheça qual é o objetivo que persegue a Nação, para que nenhum de nós trabalhe para nós mesmos, mas sim para o país. (...) mostrar aos 16 milhões de argentinos essa direção, que todos marchem com este objetivo, com uma visão de conjunto, com uma unidade de concepção e com uma unidade de ação (..) que todo povo esteja unido e marche na mesma direção..."*
> *(O Gal Perón fala ao magistério, 19/12/47)*

Os planos, segundo o discurso, não têm como objetivo resolver todos os problemas do país. Na realidade eles deverão ser continuados pelos sucessores de Perón. O Primeiro Plano tinha como objetivo a reativação da economia: criar trabalho e criar riqueza, oferendo bem estar aos trabalhadores argentinos. Com esta orientação comum poderiam conduzir o país ao **progresso.**

Este progresso estava ligado a uma mudança social generalizada, onde todos os homens tinham acesso aos benefícios da ciência, da cultura, da participação política e de melhores condições sociais de vida.

Na formulação teórica do plano de governo, os Ministros e Secretários utilizavam os conceitos proferidos por Perón para justificarem as medidas tomadas no Ministério da Educação.

Diferenciavam-se de seus opositores fazendo uma dura crítica às administrações que os antecederam. É sabido que a oposição criticava profundamente a política desenvolvida pelo Peronismo. A resposta dada pelo Secretário de Educação Dr. Oscar Ivanissevich era sumamente forte:

> *"Os que combatem nossa política, que defrontem nossa idéia com uma outra idéia melhor, mais progressista, mais argentina! querem levar-nos novamente às cavernas, à miséria, à opressão. Acabou-se o privilégio!. Trabalhem senhores opositores! Trabalhem! O trabalho e o estudo são os únicos meios de liberdade efetiva. Não recriminem; se não lhes atrai nossa doutrina de paz, proclamem a guerra. Se não lhes atrai nossa doutrina de Independência Econômica, promovam a escravidão econômica. Se não lhes conforma a economia social,*

> *promovam o individualismo egoísta. Se não lhes cabe a justiça social, lutem para voltar a impor a injustiça social. Mas para cumprir esse programa, têm que trabalhar..."*
> *(Disc. Secretário de Educação Dr. Oscar Ivanissevich sobre «Reforma da Constituição no Teatro Nacional Cervantes 9/1/49)*

Percebemos aqui como o Secretário da Educação não só se defende dos ataques da oposição, mas apresenta a política justicialista como uma alternativa diferente do modelo econômico, político e social que se conhecia até então. Os opositores são estimulados a formular um plano de governo que seja suficientemente convincente para sensibilizar o povo. Mas não conseguiram responder ao desafio proposto.

Para os Peronistas, o único modelo possível era o justicialista porque através dele seria possível sair de um estado social e econômico envergonhador da Nação. Consideravam que suas acões ofereciam ao país apoio, bem-estar, conforto espiritual e participação popular.

"O Justicialismo tem feito um grande ***"milagre"****: acabou com a escravidão imposta pela oligarquia nacional e estrangeira".* Ressaltavam que a antiga política liberal era colonial, entreguista e explorava o povo com sua ideologia europeizante.

Ivanissevich considerava que a propaganda opocisionista era destrutiva alcançando todos os estratos sociais e instalando-se nas universidades, que eram focos de resistência ao regime.

Defendiam-se através da chamada **política realista,** ou seja, as vitórias do peronismo são uma realidade que resolvem problemas muito antigos que os anteriores governos não tinham atendido

> *"Aí está a realidade: ferrovias argentinas, telefones argentinos, barcos argentinos que levam produtos argentinos. Tudo é argentino. Isso se tem conseguido em dois anos de governo. Não são palavras, mas sim conquistas materiais que se vêem, que se tocam que se vivem todos os dias e que não foram obtidas em cem anos de governos anteriores."*
> *(Disc.. Secretário de Educação Dr. Oscar Ivannisevich na reunião realizada com docentes de escolas particulares 25/6/48)*

Em junho de 1947, o então Ministro Dr. Belisario Gaché Pirán também defendia o governo através das propostas contida no Primeiro Plano Qüinqüenal. Falava da nova legislação que estava sendo discutida no Congresso: a Lei Universitária e o Estatuto do Docente.

Novamente em junho de 1948, o Dr. Oscar Ivanissevich informava que o Ministério estava estudando o Estatuto do Docente, Novo Escalão Docente, e a lei que vai reger a educação comunitária. Anunciava a organização do Congresso de Docentes, que permitia a discusão dos problemas referentes ao ensino.

Podemos verificar que na fala dos Ministros e Secretários existe uma clara intenção de mostrar à população as obras que Perón estava desenvolvendo e a maneira enfática de propagandear estas acões impedia que a oposição tivesse credibilidade junto ao povo.

Perón relacionava o atraso do país com a falta de ensino. Dizia que o **progresso** era garantido por um adequado Plano de Governo que garantisse a educação e uma formação cultural em todos os níveis.

Tanto no Primeiro quanto no Segundo Plano, está presente a idéia de eliminar o analfabetismo considerado uma síndrome de atraso cultural e social. Para combater o analfabetismo e o atraso, o justicialismo pedia aos docentes que assumissem o papel de pregadores e que transmitissem às crianças e jovens as diferentes reformas que o governo estava realizando, ou seja, os professores deviam **incutir** os fundamentos nos planos. Tinham a responsabilidade de formarem o espírito do povo e desenvolver os seus valores intelectuais e trabalharem para que a cultura fosse de fácil acesso ao povo.

O analfabetismo aparecia na fala discursiva, e ainda que mencionado nos dois planos qüinquenais, não fazia parte dos grandes problemas nacionais. A idéia de "alfabetizar todo o povo" estava próxima de uma concepção generalista da educação, objetivando sua popularização. Apesar da divulgação oficial em 1950 da implantação da "Campanha de Alfabetização" no Boletíim do Ministério da Educação, não encontramos em nossas pesquisas ninhum documento que registrasse o conteúdo do plano e indicasse as regiões em que o programa foi iniciado, o número total de analfabetos no país, o número de analfabetos matriculados nos programas, nem tampoco os resultados que pudessem comprovar a eficácia do mesmo.

> *"... nós pensamos que temos de lançar esta reforma, porém temos de lançar primeiro ao coração e ao espírito dos que hão de absorvê-la e hão de pregá-la. Vocês, os professores, são os milhares e milhares de pregadores de que o governo necessita para levar ao povo as grandes idéias, com a bondade e a humildade, que são as forças mais poderosas que criaram a humanidade, em todos os tempos."*
> *(Disc. Presidente da Nação ante professores santigaguenhas no 'Lar Escola 24 de Fevereiro' 10/8/53)*

No discurso de dezembro de 1947 enumerava e especificava as reformas já realizadas no Primeiro Plano Quinquënal:

1.- A ***reforma social***, segundo Perón era necessária para a coesão e humanidade do povo. Evitava a divisão social que atentava contra a estabilidade do país. Na medida que o povo

tinha satisfeitas a suas necessidades básicas, deixava de lutar para obter melhores condições de vida. O governo assegurando a saúde, educação, moradia, trabalho etc., o grau de conflito era neutralizado por "uma política social justa".

Perón, diferenciava muito bem o que ele considerava beneficência, atividade desempenhada pelos governos que o antecederam, do que, no Plano de Governo, era chamado de ASSISTÊNCIA SOCIAL. Portanto a política estatal estava orientada para uma ação planificada, pensada e executada por agentes de assistência social do Estado capacitados a compreender e a atuar na realidade social. Para isto criou uma série de organismos como o Registro Geral de Assistência Social e a Comissão Nacional de Ajuda Escolar, que atuavam na promoção das necessidades escolares, para os filhos dos operários, e ainda o Patronato Nacional de Cegos, responsável pela ajuda aos deficientes visuais. Todas estas organizações e outras que surgiram no período estavam orientadas a obter melhores condições de vida para os cidadãos.

Nessa epoca, desenvolveu-se também o conceito de MEDICINA SOCIAL, que tinha por objetivo proteger a força de trabalho, através do Instituto Nacional de Nutrição e do Corpo Médico do Conselho Nacional de Educação. Perón enfatizava:

> *"A medicina social é outro dos aspectos de nosso plano. A medicina social tende a prevenir e curar com o objetivo de conservar o material humano. Já que todos os dias temos exposições e congressos para ver como melhoramos as raças dos touros ou das vacas, é bom também que comecemos a nos ocupar de como melhorar o homem e a mulher, para conserva-los bem durante a vida, para que sejam úteis e felizes."*
> *(Disc. de Juan Perón ante a reunião de dirigentes sindicais sobre a planificação social do governo 9/4/45)*

Na prática, o interesse pela saúde do operário estava intimamente ligado à atividade produtiva. Um corpo enfermo não poderia ser útil para o desenvolvimento do país.

Outro serviço que o Estado implementou foi o TURISMO SOCIAL; criando uma série de colônias de férias, hotéis e parques destinados ao lazer dos operários. Cabe lembrar que cada sindicato teve também um ou mais hotéis em diferentes pontos turísticos do país. Perón refere-se ao tema da seguinte forma:

> *"O descanso é outro dos aspectos de nosso plano. Se organizamos o trabalho, é necessário organizarmos também o descanso. Pensamos que cada homem deve ter o necessário descanso diário para repor sua energia do corpo e da alma. Esta organização é, sem dúvida, a mais longa, porque pensamos estruturar também o turismo social de tal*

> *forma que não seja um privilégio dos que têm dinheiro; oxigenar seu corpo depois da cada ano de trabalho."*
> *(Disc. Perón ante a reunião de dirigentes sindicais fala sobre a planificação social do governo 9/4/45)*

Outro organismo que teve um papel preponderante no desenvolvimento da assistência social foi a Fundação de Ajuda Social Eva Perón[8], a cargo de Eva Duarte de Perón, que construiu escolas, albergues estudantis, provia roupas, comida, etc.. Mas o estudo desta instituição merece outra pesquisa, que não temos condições de oferecer neste trabalho.

2.- A **reforma econômica** servia para manter e consolidar a reforma social, assim como para assegurar as conquistas sociais. Os trabalhadores recebiam salários justos, os empregadores tinham garantidos seus rendimentos, porque os operários não faziam greves nem organizavam rebeliões contra o capital.

3.- Por último, Perón anunciava que o país passaria pelas **reformas políticas e judiciais**. Estas reformas assegurariam ao povo uma plena participação política e um desaparelhamento partidário das instituições e dos orgãos públicos.

Segundo ele, tanto a **Reforma social** quanto a **Reforma Econômica** eram necessárias para a criação de um contexto econômico que permitsse a melhoria das condições de vida do povo.

Passaremos agora a analisar as referências discursivas que Perón realizara a respeito da **Reforma Educativa.** Esta reforma, conforme a Doutrina, devia conduzir a "alma dos argentinos" e prepará-los para a "nova vida de felicidade" e grandeza que o justicialismo propunha.

> *"... é necessário encarar, sem perda de tempo, a reforma educacional, encarregada de desenvolver um trabalho científico e cultural que permita criar, manter e difundir de modo permanente essa nova escola filosófica dos argentinos. Sem um alma argentina, sem um pensar argentino e sem um sentir argentino, este povo seria uma massa amorfa cujo destino seria confiado aos audazes, aos maus e aos mentirosos. E*

[8] O governo criou em 1948 a Direção Nacional de Assistência Social, deste modo, todas as entidades de beneficência do país passaram a depender juridicamente deste órgão. Poucos meses antes, através do decreto 20.564 em 17 de julho, a denominada Fundação de Ajuda Social teve reconhecimento oficial e contou com verbas que o próprio governo peronista tinha aprovado por Lei.

> *esses não podem ser os condutores de um povo que aspira à felicidade presente e à grandeza futura de sua pátria."*
> *(Disc. Gal Perón no Ato de Toma de Possessão do Secretário de Educação, 19/2/48)*

Para o regime, tanto a Reforma Social quanto a Reforma Econômica fizeram-se de modo rápido por estarem trabalhando com valores materiais. Porém a Reforma Educativa teve como primeira meta observar a educação existente, e em segundo lugar manter o que se tinha de bom na área. O objetivo da reforma era alcançar o mais alto grau de perfeição orgânica e funcional. Por isso, ela deveria ser lenta, flexível e racional.

A preocupação que tinha Perón pelo modo de aplicação da reforma, na verdade, era um problema que o inquietava muito, pois enfrentava as resistências dos agentes educativos, que atuavam no sistema de origem liberal.

Devemos lembrar que os docentes eram recrutados nos setores da classe média. As suas posições políticas em geral não eram coincidentes com o regime, mantinham certa distância e desconfiança no que diz respeito à intencionalidade da política de Perón e suspeitavam de que o regime pretendia "peronizar" o sistema educativo.

Reforça esta idéia o grau de intencionalidade posto na fala de Perón quando se dirigia aos docentes:

> *"É mediante o caminho de uma reforma circunstanciada, flexível e lenta, que iremos alcançar, por racionalização, a única perfeição que esta ordem de coisas pode ambicionar deixando 50% à iniciativa dos professores, tomando nós os outros cinqüenta por cento para dar maior uniformidade e a mais alta perfectibilidade orgânica e funcional à educação."*
> *(Disc. Gal Perón ante Diretores e Inspetores da Provincia de Buenos Aires, 24/4/53)*

Para o peronismo a Reforma Educacional tinha como objetivo "retroceder à FILOSOFIA ELEMENTAR E FUNDAMENTAL DA VIDA", ou seja, aos postulados do cristianismo.

Estando a verdade no mesmo homem, a filosofia da vida só perseguia um objetivo: formar homens e mulheres bons. Para isso, era necessário montar uma Nova Ética, uma Nova Pedagogia, uma Nova Sociologia. E os professores deviam participar desta tarefa.

Para facilitar o trabalho dos professores o governo reativou o Conselho de Educação, que era qualificado de "sui generis", formado pelo Ministro da Educação Federal e pelos Ministros de todos os Estados Provinciais. Esta medida ofereceria maior contato com todo o território nacional e facilitaria as soluções de modo mais rápido e direto. Assim, obteriam maior uniformidade no ensino público.

O objetivo que o regime perseguia era a centralização do sistema educativo, mas não explicitava a intenção de controle porque isto motivaria mais resistências nos ambientes escolares. De fato o regime deveria transitar com muita cautela no âmbito educativo, porque não havia conseguido legitimar um consenso maciço na comunidade educativa.

Em 1947 o Ministro Gaché Pirán, em seus discursos refere-se ao plano de reforma educativa, aprofundando os aspectos gerais da proposta peronista, como se segue:

1) Propunha transformar a ação docente na escola elementar em um ensino de caráter **preparatório** e de índole **configuradora**. Para isto seriam revisados os planos e programas escolares e os professores receberiam orientação adequada. Os aspectos a serem reestruturados eram:

- Os planos e programas teriam como princípio organizador o **idioma** e a **historia**
- Vitalização da Escola, devendo desempenhar uma ativa participação na **vida social** e no **trabalho**
- Organização das atividades extra-escolares e de ajuda social dentro dos princípios da Justiça Social.
- Organização de programas e atividades centrados na aprendizagem do trabalho integral.
- Utilização de métodos de observação, experimentação e pesquisa, obtendo uma educação autônoma e estimulando a iniciativa dos jovens.
- Utilização de Guias Orientadoras com indicações e instruções doutrinárias para evitar o automatismo e anarquia docente.

2) Incluia as **Práticas de Pré-aprendizagem Geral,** que não eram consideradas como um novo curso, mas sim eram o *"centro"* das tarefas nos dois últimos anos do primeiro ciclo (ensino primário). O objetivo fundamental era despertar atitudes e contribuir com os problemas de orientação vocacional. Tais práticas eram compostas por:

- Prática e noções das tarefas do lar, a indústria, o comércio, a agricultura, a pecuária, etc.
- Os planos e programas de estudos estavam conectados com o meio que va a escola.
- Diagnósticos de atitudes psicofísicas, dentro da escola primária para facilitar a orientação profissional.

Podemos observar que o plano do governo tinha uma certa tendência a privilegiar a educação do tipo técnica, tema este não desenvolvido nos currículos que antecedem ao Peronismo. O regime manifestava claramente a intencionalidade de formar o homem

disciplinado para o **trabalho**, e implementava no ensino primário uma orientação educativa que introduzia o trabalho técnico. Mas esta preocupação, presente nos discursos, não foi totalmente contemplada nos programas escolares. O maximo atingido foi a colocação de disciplinas ligadas ao treinamento manual (carpintaria, tecelagem, jardinagem, etc.).

Estabeleceram a **COORDENAÇÃO DO ENSINO,** ou seja, conseguiram as equivalências no estudo entre as escolas federais e as estaduais. Em setembro de 1949, o Ministro de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, anunciava o convênio entre a Nação e os Estados. O reconhecimento dos estudos em ambas jurisdições era a meta que formava uma **Consciência Nacional** mais justa, mais humana, com uma sólida vontade de triunfo, sem jurisdições separatistas.

Entendemos que na prática este convênio trazia consigo a intenção de conquistar a centralização da educação nas mãos do Ministério da Educação da Nação tendo, deste modo, maior controle das ações dos agentes educativos.

Segundo Perón, a reforma educativa devia trazer consigo a **Reforma Cultural.** Criticava a falta de "cultura" do povo pois, segundo ele, o "país tem alguns **poucos sábios** e o resto eram milhões de **ignorantes"**. Afirmava que o povo podia alcançar a verdadeira ***Cultura***, quando a "média cultural" fosse elevada. Portanto, a socialização da cultura era uma das metas do justicialismo. Eles estavam contra a cultura dos "privilegiados e queriam desenvolver uma CULTURA POPULAR, onde cada homem, até o mais humilde, tivesse acesso aos valores e benefícios da cultura.

Perón criticava a "cultura liberal" que o povo argentino havia recebido, já que a mesma havia colocado o país numa situação de "submissão econômica e política", manifestando-se na ordem cultural, onde as coisas do espírito só tinham validade com um selo "estrangeiro". Falava-se do caráter minoritário e elitista das empresas culturais da Argentina pre-peronista; deste modo, a chave da política cultural oficial peronista fundava-se na aplicação de estratégias que ofereciam a gratuidade na educação e extensão cultural.

Assim, a propaganda peronista elogiava as acões de Perón na procura de uma recuperação da ***cultura nacional***. Para eles a *cultura era um bem comum*; tanto ela quanto o ensino em todos os níveis educativos estavam dirigidos ao povo.

A aparência de grandeza da reforma educativa anunciada por Perón, pelo que temos pesquisado, tanto nas leis quanto nos decretos e portarias ministeriais, não foi tão profunda como eram anunciadas nos discursos. Elas foram mais de forma que de fundo, dirigiram-se a mudar as modalidades na distribuição de conteúdos, como por exemplo incorporar disciplinas

ligadas às atividades produtivas. Fundamentalmente, incorporam conteúdos que tiveram a finalidade de difundir a Doutrina Justicialista e informar sobre os atos de governo.

No final do governo peronista foi elaborada uma estratégia de criação da Lei de Coordenação do Ensino, porém não tiveram tempo para discuti-la no Congresso, pois o governo foi destituído por um sublevação militar.

É possível que, ante as resistências dos professores, Perón tenha desenvolvido estratégias que buscavam evitar uma ação direta contra o sistema vigente. Tais medidas podem resumir-se nas ações que vinculavam a família e a comunidade escolar, por exemplo: criação de clubes escolares, oficinas de cinema e rádio, turismo escolar, sanidade escolar, orientação vocacional etc.. Estas atividades transcorreram no mesmo espaço escolar, porém não estavam dentro da grade curricular.

6. O CONCEITO DE EDUCAÇÃO

Nos discursos de Perón observamos uma diferenciação entre INSTRUÇÃO e EDUCAÇÃO e uma critica à formação liberal e laica que esquecia a "Educação dos homens", formando apenas **eruditos**, sem cuidar da base moral.

> *"É mister que na comunidade argentina, pelo menos nos preocupemos de educar um pouco mais, ainda que não instruamos todos quanto desejamos instruir. Para isto, a tarefa formativa tem de ser predominante na educação das pessoas, segundo nossa maneira de ver e de entender."*
> *(O Gal Perón deu uma aula Magistral antes professores da Província de Córdoba 8/9/53)*

Perón possuia uma concepção tradicional de Educação. Educar estava relacionado com a formação do homem, que partia de fora e é conectada à formação do espírito e não do intelecto. Esta definição é encontrada nos momento em que Perón posicionava-se a respeito da educação. Portanto, educar é exercer influência sobre o outro. O educando «assimila» quase que numa posição passiva, como se fosse possível entrar na alma do aluno através apenas da vontade e paciência.

Portanto, a Reforma Cultural pretendia deixar de lado a **cultura dos sábios** e estabelecer um nível médio de cultura para todo o país pois um povo culto é aquele que tem desenvolvido os

meios de acesso à cultura para todos os seus habitantes. Para isso propôs criar uma "indústria da cultura nacional" evitando "importar" pautas alienígenas aos interesses nacionais.

Durante o regime peronista foram propostas várias medidas para fomentar atividades culturais, como a assistência técnica e econômica, a hierarquização de formas culturais de origem popular, a difusão dos livros argentinos, a criação de uma Academia Nacional de Língua, que prepararia um eventual "Dicionário Nacional".

Podemos assinalar que, para Perón, educação e cultura são sinônimos. O conceito de cultura faz referência aos conteúdos da cultura elaborada, aquela que é construída nos âmbitos institucionais da burguesia. Não observamos uma concepção de cultura ligada a produção humana, em termos de construção social, ou seja, tudo o que tem a ver com o fazer do homem. Quando fala de Cultura Popular, estáse referindo à massificação da cultura elaborada. Queria fazer com que o "povo" se apropriasse da cultura das classes dominantes.

A preocupação de Perón sobre a **"bondade"** do homem tem um papel importante na concepção de educação. O homem é um sujeito capaz de se modificar pela influência da sociedade. Essa **sociedade** deveria oferecer-lhe elementos exemplificadores para formar um bom homem . Para isso o desenvolvimento dos membros da sociedade seria gradual e conjunto onde, tanto os:

> *"... organismos institucionais como os indivíduos, nenhum membro ou nenhum órgão pode progredir em prejuízo dos outros, sendo que há de ser um processo orgânico, onde nenhuma questão se desenvolva exageradamente em prejuízo da outra que não se desenvolve."*
> *(O Gal Perón fala ao magistério 19/12/47)*

Na produção discursiva de Perón, aparecem muitas referências e metáforas organicistas, que às vezes assemelham-se muito ao discurso de Spencer ou Durkheim. Encontram-se expressões como *'organismo ou corpo social, luta pela vida, seleção natural, vírus social, saúde ou doença do corpo social, metabolismo, evolução, etc..'* Segundo De Ipola (1982), o uso de uma linguagem biologista para se referir ao social tem um certo interesse pedagógico mas o uso recorrente e sistemático destes conceitos indica uma tendência ideológica muito próxima à biologista, dado que não faz uso de outros conceitos das ciências sociais existentes na época.

Com efeito, "durante a segunda metade do século XIX o pensamento social e político dominante, notoriamente inspirado no organicismo e no darwinismo, consagrou o essencial de suas reflexões à questão da *ordem social*. O modelo biológico-evolucionista de Perón revelava-se extraordinariamente fecundo: ao tempo que excluía todo 'extremismo'

revolucionário, deixava aberta as portas para uma concepção flexível e pragmática do fazer social, no interior do qual o conservadorismo e o reformismo podiam coexistir harmoniosamente. Assim, por exemplo, se determinados fenômenos 'patológicos' afetavam seriamente o equilibro do 'corpo' social, certas reformas se impunham para assegurar a ordem ameaçada e nunca para subverter ou transformar radicalmente tal ordem. A um organismo social enfermo não se revoluciona; no melhor dos casos se 'restaura' sua saúde." (De IPOLA, 1982:144)

Tanto Perón quanto seus Ministros faziam uma diferença substancial entre **educar** e **instruir**, pois consideravam que para restabelecer e renovar os sentimentos que subjazem na consciência dos jovens, era imprescindível um "SISTEMA EDUCATIVO que abrisse a oportunidade de desenvolvimento integral e formasse um ser pensante, para servir à comunidade".

A educação era concebida como uma sabedoria prática para formar as *pessoas*, uma ***arte ministerial*** a serviço da natureza humana, torndo-a livre. A educação procurava alcançar a plenitude pessoal e social, sendo, portanto, *formação para a vida democrática.* Esta não se dava por meio da violência ou da imposição. Os valores humanistas e científicos deviam ser transmitidos sobretudo pela ação moral do próprio educador, que cooperava com o educando. Esta cooperação era possível pelo processo da semelhança de natureza entre o educador e o educando. Rejeitou o permissivismo, porque o educador "é causa eficiente e agente real" que transmite os conhecimentos através de sua autoridade moral e de sua liderença positiva. Aqui existe uma certa influência do pensamento de Giovani Gentile[9], cujas obras circulavam entre os intelectuais argentinos. Com efeito, ele considerava o ato de educar como uma unidade do professor e do aluno num espírito absoluto. Esta unidade eliminava o problema da comunicação espiritual.

Para o Ministro Gaché Pirán, era um erro pensar que educação é sinônimo de instrução. Devido à super-valorização do intelecto se perde o fundamental do homem, ou seja, o

---

[9] Giovani Gentile (1875-1944), idealista e hegeliano define sua filosofia como atualismo. Onde a noção do ato puro é entendido como pura atividade. O atualismo mantém o primado ontológico da atividade como tal, e está imerso num subjetivismo absoluto. Gentile foi professor em Palermo e em Pisa, depois foi nomeado ministro da instrução Pública do governo fascista (1922-25) Mas não existem afinidades particulares entre o fascismo e a filosofia idealista de Gentile; com efeito, em seu início o fascismo não possuía uma doutrina, só contava com um genérico e intolerante nacionalismo. Durante sua participação no ministério, montou uma vasta e radical reforma da escola italiana que, no entanto, o próprio fascismo desmontou posteriormente. Gentile exerceu uma grande influência na cultura italiana, como conseqüência dos vários cargos culturais e político que desempenhou. Sobre este filósofo ver, ABBAGNANO, N.: História da Filosofia, Editorial Presença, Lisboa, 1970. FERRATER MORA, J.: Dicionário de Filosofia, Ed. Sudamericana, Bs.As. Tomo I. REALE, G. e ANTISERI, D.: HISTÓRIA DA FILOSOFIA, Do Romanticismo até nossos dias, Edições Paulinas, São Paulo, 1991, Vol.3

ESPÍRITO e dizia também que a **instrução** devia ser uma conseqüência da realidade nacional, "porque deve-se formar para que haja desenvolvimento no meio em que se vive".

O Secretário de Educação Dr. Oscar Ivanissevich remetia-se ao Dicionário da Real Acadêmia Espanhola para definir o termo "educação" e o termo "instruir":

> *"Educar (...) quer dizer: 1º Dirigir, encaminhar, doutrinar. 2º Desenvolver o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais e morais das crianças e do jovem por meio de preceito, exercícios, exemplos etc. 3º Desenvolver as forças físicas por meio do exercício para fazê-las mais aptas para seu fim. 4º Aperfeiçoar, afinar os sentidos. Educar o gosto. 5º Ensinar os bons usos de urbanidade e cortesia.*
> *Instruir segundo o mesmo Dicionário é: 1º Ensinar, doutrinar. 2º Comunicar sistematicamente idéias, conhecimentos e doutrinas. 3º Dar a conhecer o estado de uma coisa, informar sobre ela..."*
> *(Conferência pronunciada por Oscar Ivanissevich, no Círculo da Aeronaútica, 26/11/46)*

Esta diferenciação mostra claramente que para o regime, **educar** estava relacionado com a formação do espírito e através dela tentava-se transmitir idéias e doutrinas que chegam ao inconsciente.

A **instrução** ligava-se com os sentidos, com a consciência que capta, memoriza e conserva a informação. Para instruir "são necessárias as palavras, para educar não são necessárias, porque, na maioria das vezes, só com exemplo e com a ação educa-se a criança".

Nos discursos colocam a **educação** como fundamental e em compensação a **instrução** como absolutamente secundária. Primeiro, era necessário formar o ser ***transcendental***, permanente e definitivo e, logo após, "encher" sua cabeça com conteúdos.

Como conseqüência, educação significava homogeneizar as pessoas. Pretendiam alcançar assim, homens com interesses iguais, comuns, que viessem a satisfazer as necessidades da comunidade. Para educar era necessário uma **técnica elementar**: os professores deveriam ser um EVANGELHO VIVO pois, antes de informar, deve-se formar. **Formar** com desejos do "bem", destacar a "moral" sobre o material, pois a cultura literária, artística, filosófica e científica era um ARMA DESTRUTIVA para um homem que não tinha recebido uma formação religiosa.

Toda esta formação deveria ser equilibrada, buscar o centro, evitando os extremos: nem excessivamente materialista, nem superestimar o idealismo.

Para eles, foi importante dar ao homem princípios morais, que educavam seus instintos primários e transformavam o mesmo em um **animal social**, **político**, **educado**. Com efeito, o

homem como um animal educado poderia controlar seus impulsos orgânicos e adaptar sua vida respeitando a liberdade dos outros homens.

Ivanissevich ia muito mais longe em sua dissertação quando dizia que para Educar **não era necessário** ser um erudito ou um sábio. O fundamental estava na **bondade**, no carinho, e na compreensão. Devia-se ser capaz de inspirar simpatia, segurança, respeito e amor, como na educação dos filhos. Tomava a mãe como a coluna vertebral da sociedade porque dela dependeria a continuidade dos lares. Ela perpetuava os valores da família, que são a lei de Deus.

Em todas estas colocações podemos assinalar que existe um certo desprezo pela formação intelectual, que era patrimônio da educação positivista. Toma-se a educação como uma "coisa de família", de amor fraternal.

Da mesma forma que seus ministros, Perón tinha uma visão funcional da organização social: uma **SOCIEDADE** que evolui de modo quase linear, sem conflitos e sem diferenças, fazendo progredir o desenvolvimento da mesma. A sociedade deveria prever a mobilidade, porém controlada e contida pelo Estado. As pessoas iriam ocupar um lugar na sociedade conforme seu esforço pessoal e a sua capacidade. O Estado tinha a obrigação de preservar o homem, de cuidar e atender suas necessidades. Oferecer-lhe-ia um espaço próprio para seu desenvolvimento e bem estar social.

> *"Sim, o Estado obriga ao indivíduo viver de uma forma convencional, submetido à lei; ele tem a obrigação também de atendê-lo e de cuidar quando os males que o ameaçam ultrapassam as possibilidades da própria lei."*
> *(Disc. Gal Perón no Ato de a Promulgação do Estatuto dos docentes particulares, 15/10/47)*

O Estado persuadia, educava e ensinava o povo, para que não fossem enganados pelas mentiras dos "falsos políticos" que trabalhavam em favor da exploração e da opressão. O povo deveria saber quais eram suas novas condições de vida e terem instrumentos para defender seus direitos. Esses instrumentos deveriam ser proporcionados pelo Estado através da educação.

O Estado começaria suas tarefas com as **crianças** porque, para o peronismo, "as crianças são as únicas privilegiadas". O Justicialismo trabalhava neste sentido, construindo "ambientes ideais para o ensino, onde a alegria e a comodidade caracterizavam as novas escolas construídas no período". O objetivo do governo era oferecer um "amplo bem estar à famílias para que todas as crianças cresçam em lugares melhores e sem necessidades". Isto faria com

que as crianças fossem mais alegres, porque não sofreriam dor nem miséria. Todos esses cuidados farão com que a criança seja uma "matéria-prima mais pura e mais harmoniosa para modelar".

Aqui novamente notamos o caráter passivo do sujeito do aprendizado e o interesse explícito de intervir na formação das crianças de um modo diretivo. Perón queria formar um argentino ***obediente***, capaz de amar e servir à Pátria, pois segundo ele até o momento só estavam se formando homens sábios, porém sem uma preocupação com o país e com a comunidade:

> *"Nós temos falado que não queremos que na Argentina existam privilégios; temos sustentado que somente as crianças são as únicas privilegiadas desta terra. Por isso que felicito ao governador Mercante por haver interpretado e cumprido tão cabalmente este enunciado peronista, levando adiante, com exata e perfeita interpretação, como há de cumprir-se o privilégio das crianças: em sua casa, dando bem estar à família argentina, para que essa criança possa fazer e viver satisfeita de sua própria vida, para que aprenda a sorrir como cidadão argentino, desde seu berço e termine com um sorriso no último ato de sua vida."*
> *(Disc. Presidente da Nação no Ato de Inauguração de Escolas na Província de Buenos Aires 6/3/50)*

Assim, a educação foi um instrumento necessário para o consenso social. De certa forma procurava a formação do homem de um modo individual, sendo capaz de se adaptar à sociedade existente, porém sem questionar o sistema.

Neste sentido, a educação adquiriu um papel "neutro", ela era "legítima" porque o próprio regime era quem havia definido os objetivos. Deste moto tirava-se a função libertária, não estava orientada a desenvolver e levar adiante um discurso contra-ideológico, no melhor dos casos só procurava uma transferência da cultura da eleite para as massas .

Sabemos que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos e que os homens, como seres da natureza, necessitam produzir continuamente sua própria existência. "Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia o homens dos outros animais é o trabalho." (SAVIANI, 1991: 19)

Sendo assim, a educação é uma exigência para o processo de trabalho, uma vez que ela mesma também é um processo de trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção. Isso permite "situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos, sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma

segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas históricamente determinadas que se travam entre os homens". (SAVIANI, 1991:30)

7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO: formação integral

O objetivo da educação fundamentava-se na formação moral, intelectual e física do povo conforme os princípios essenciais da Doutrina Nacional Justicialista que era a felicidade do povo, a grandeza da Nação, a Justiça Social, a Independência Econômica, a Soberania Política, harmonizando com os valores materiais e espirituais.

No discurso de março de 1953, Perón colocava que os objetivos gerais em todos os ciclos eram:

- Exercer uma ação educativa para capacitar o cidadão a exercer condição social, econômica e política.
- Criar nos habitantes do país, através da educação, uma **CONSCIÊNCIA NACIONAL**.

Portanto, o ensino não poderia ser fragmentado como no passado. Deveria ampliar-se a todas as atividades da vida nacional. O que ensinar então?

Toda a população estaria preparada para a vida e os operários capacitados para dar soluções aos problemas da sociedade. Porém, a extensão cultural incluiria todas as atividades, sendo feita com a colaboração e cooperação dos professores. Para Perón:

> *"Ensinar não é tanto gravar na memória da criança os conhecimentos da história, da geografia, o idioma e todas as demais coisas que se pressupõem necessárias para a vida dos homens. É sim, conformar-se um espírito para enfrentar a vida com virtudes e com sacrifício. Creio que a tarefa do professor não pode ser tão vulgar como seria a de levar à inteligência dos homens um pouco de luz, tão infinitamente pequena como a luz que pode acompanhar em toda sua vida, sem o que seu trabalho há de ser maior e mais nobre: a de dar a imensa luz da bondade a cada um dos espíritos em contato com sua prudência e com sua sabedoria. Essa tarefa é, sem duvida, a tarefa dos santos, dos heróis e de Deus. Imitá-la é aproximar-se dos santos, dos heróis de Deus."*
> *(Disc. Gal Perón ante Diretores e Inspetores de Ensino da Província de Buenos Aires, 24/4/53)*

Sendo assim, imitando a tarefa dos santos, dos heróis e do próprio Deus, os homens aproximavam-se da perfeição. Aqui a fala de Perón adota definições de tipo iluministas e tomistas.

Sobre a ótica do regime o ensino deveria ser uma **"coisa simples"** porque a vida não é complexa, complexas são as mentalidades que dificultam o aprendizado. O excesso de TÉCNICA complicava muito as coisas, era necessário voltar à simplicidade, para que as crianças pudessem aprender, eliminar as **"coisas raras"**, voltarar ao ensino simples da vida. Não era preciso, pois, perder de vista a técnica, porém esta não seria o centro da tarefa.

Não bastava ensinar conhecimentos às criança pois o importante era a formação ampla e integral. Portanto, deveriam ter uma alma muito bem formada, o que era indispensável para formar "grandes cidadãos", antes que "grandes sábios". Ou seja, generalizando a educação esta chegaria a todo o povo, de modo que a realização pessoal viesse a repercutir na comunidade toda.

7.1 Um chamado à virtude, à moralidade e ao espírito...

Durante toda sua fala, Perón mostrava-se preocupado com a formação de um **homem** útil, virtuoso e criterioso, que fosse capaz de servir ao país com obras úteis. Primeiro a formação moral e logo após a formação intelectual.

> *"Nós pensamos que tem que dar uma nova mística e uma nova tônica à execução dos professores argentinos. Eles devem conformar a moral e o espírito de nossas crianças; para fazer isso, ainda que fosse necessário sacrificar o tempo dedicado a formar sábios, porque os homens sábios que não estão animados de prudência e virtudes, podem ser elementos negativos na vida dos povos. Carregar a força da instrução sobre o espírito dos homens mais que sobre sua inteligência, é para mim o decisivo, no momento que vive a República."*
> *(Disc. Gal Perón ante Diretores e Inspetores de Ensino da Província de Buenos Aires 24/4/53)*

Para Perón, o país precisava de homens virtuosos, prudentes, humildes, bons, solidários, que soubessem trabalhar para o bem da comunidade . Portanto, a escola deveria ser **formativa**, preocupando-se com a moralidade antes de formar eruditos.

A Nova Argentina exigia homens que fossem capazes de amar a seus semelhantes, segundo Perón; neste momento então a Pátria se encontraria nas mãos de homens bons, ainda que não

tão capazes. Antes, a Pátria estava governada por grupos privilegiados e inteligentes, porém de "Consciência turva".

Neste contexto, a função dos professores era formar o coração das crianças, ensinar-lhes o respeito aos homens que trabalhavam manualmente, porque não eram sábios, não tinham muito conhecimento das leis, da ciência, mas conheciam a **"ciência da bondade"**, a única que poderia salvar a Pátria.

Aqui aparece um elemento fundamental na fala de Perón: é o valor central dado aos operários. Toda sua política social, educativa e de assistência está centrada na promoção destes trabalhadores. O sentido dado ao trabalho, neste contexto, denota uma rivalidade entre os intelectuais da época e os novos líderes sociais. Aparecem nas novas condições de participação social e política que oferece o país por volta dos anos quarenta e cinqüenta. O trabalho era apresentado como um **valor**, e como tal ensinado às crianças.

A criança aprendia que o sacrifício é necessário para alcançar a felicidade, pois a vida não é só prazer. Os males da sociedade capitalista tinham por base a falta de humanidade na educação:

> *"Temos recebido um mundo com demasiados homens sábios porém sem coração. É urgente voltar a construir uma humanidade cujos homens tenham muito coração, porque ainda que não saibam tanto, pelos menos com eles poderemos viver um pouco tranqüilos..."*
> *(Aula Magistral, ditada pelo Presidente da Nação, Juan Perón inaugurando o Curso Letivo 9/4/54)*

Por isso, para que as futuras gerações pudessem continuar com um projeto de Justiça Social no tempo e no espaço, era necessário inculcar, desde o berço, os valores e a virtudes da Nova Filosofia Justicialista, que são: "a verdade, a tolerância, a sabedoria, a prudência". Todos eram responsáveis: os padres, a escola, o governo, os dirigentes e finalmente as Forças Armadas, velando pela moralidade dos jovens.

Como temos manifestado, Perón fazia uma opção pela formação moral antes da formação intelectual. Com isto, aprofundou a discussão que o país vinha enfrentando a respeito da educação positivista implantada no final do século XIX. O positivismo que teve lugar na Argentina pôs o acento na formação científica e intelectual da sociedade e mostrou admiração pelos países europeus. A educação para eles devia estar a serviço do progresso social e econômico. O positivismo era vinculado a certas correntes liberais modernistas e seu otimismo pedagógico dava à educação uma função política, ou seja, a formação das classes que

desempenham o poder político e econômico. No entanto a proposta positivista manteve-se afastada do ensino de orientação produtiva.

Com a incorporação da Argentina ao mercado internacional como exportadora de produtos primários, produziu-se um aumento de mão de obra qualificada. A educação, orientada num esforço de conseguir melhor ajuste ao novo modelo econômico, visava também formar a classe dirigente e administradora e buscar o consenso na sociedade.

O positivismo foi combatido por várias correntes de pensamento de cunho espiritualista. Podemos falar que a proposta educativa do justicialismo esteve embebida de uma concepção espiritualista, incorporou ao discurso educativo as questões da educação técnica que até o momento não haviam sido desenvolvidas intencionalmente.

Na medida que Perón criticava o tipo de educação que as escolas ofereciam no passado, estava criticando a oligarquia, porque foi ela quem implantou uma educação orientada à formação de uma elite. Nesta crítica, o grupo que sustentava o poder propunha como alternativa uma extensão da educação a setores que até então não haviam sido levados em conta. Perón está pensando na educação dos filhos dos operários e dos próprios operários que agora recebiam uma formação dentro da fábrica, nos sindicatos e ainda com a Campanha de Alfabetização que teve lugar em 1950. Para Perón, resgatar as raizes culturais do passado significava uma ruptura com a educação liberal.

7.2 A urgência de recuperar nosso passado histórico...

Os Ministros e Secretários reforçavam a posição de Perón ao afirmarem que uma sociedade não seria capaz de ter consciência de seu passado se não valorizasse seus heróis, se não respeitasse suas tradições; sendo assim jamais poderia fazer o progresso material e espiritual necessários à sua felicidade.

Ao mesmo tempo adjudicavam ao Estado um papel central na planificação da economia, da justiça, da educação e da assistência social. O Estado proposto é um **ente** carregado de religiosidade, o que permite uma organização social democrática, livre e progressista.

> *"... quando um Estado educa e instrui dentro da Religião Católica, esse Estado tem necessariamente que ser unido, democrático, livre e progressista.*
> *... na hora em que vivemos, sem certa religiosidade ou mística, as nações precipitam-se ao derrube (...) e na medida em que uma nação é*

religiosa e sente os grandes problemas do destino humano, nessa mesma medida logra patriotismo, abnegação, heroísmo e coesão solidária..." (Conferência sobre a "Instrução Religiosa" Diretor Geral de Instrução Religiosa, Don Alfredo Soares 27/10/47)

O Diretor de Instrução Religiosa, Alfredo Soares, continuava sua fala explicitando que o Plano Qüinqüenal tinha como premissa fundamental o ensino para todos e não só para alguns, porque persegue uma educação democrática. Mas essa educação oferecida respondia à religião herdada, que era a Católica. Também o Estado preservaria as ***tradições***, que eram transmitidas pela **família**, de geração em geração. Esse ***patrimônio tradicional*** estava constituído pela **história**, o **idioma** e a **religião**, o culto da família, a poesia popular etc..

Nesta colocação manifestava sua intençao de voltar ao passado que a oligarquia havia sepultado. A recuperação da cultura hispânica era o centro da discussão. O Estado deveria trabalhar intensamente para que o povo voltasse ao ***Humanismo***, afirmando-se no passado, para projetar-se no porvir. Era uma tendência que ia do vital ao espiritual, permitindo que o homem tivesse um sentido da liberdade e pudesse aperfeiçoar-se no caminho do humano. De certa forma, está presente no discurso oficial o pensamento de Maritain, que fala de um *Humanismo Integral*[10].

No Plano de Governo, o ***Humanismo*** foi entendido como o ideal de "ser melhor" tanto no plano individual quanto na comunidade. Deste modo, a educação teria como fruto a formação de um *homem* "que existe de bom grado", por se sentir respeitado em sua personalidade. Através dela, poderia reconhecer-se inserido na comunidade humana sem ser esmagado e expressar o seu próprio desejo de verdade e sua própria tendência ao bem.

O povo argentino seria formado intelectualmente, moralmente e socialmente dentro da Religião Cristã, que é a essência da ***Hispanidade*** e de toda a cultura do Ocidente.

---

[10] Maritain chama *Humanismo integral*, a distinção entre Igreja e Estado, por serem duas instituições com fins diversos, cada uma delas autônoma em seu próprio campo e inconfundíveis em sua natureza. Na Idade Média, as instituições tinham caráter sacro. Na atualidade isto não é possível. Portanto se faz necessário pensar um novo *humanismo integral*, no qual a inspiração cristã seja o fator motivador e animador, e onde as instituições laicas mantenham toda a sua *autonomia*

Maritain propõe a unidade destas duas instituições (Estado e Igreja) em cooperação pela comunidade humana, mas com distinção muito clara entre elas. Só Deus é a fonte de toda sabedoria. Ele investe primeiro no povo, de modo que o Estado é instrumento nas mãos do povo para a realização dos fins sociais. A Igreja aprecia esses fins sociais e os serve a seu modo. Por conseguinte, adota a idéia de "cidade laica vitalmente cristã" ou de "Estado laico cristianamente constituído". Um "Estado no qual o profano e o temporal tenham plenamente a sua função e a sua dignidade de fim e de agente principal, mas não de fim último e de agente principal mais elevado".

É possível ler nos discursos analisados uma intencionalidade que vai além da história. Na verdade, eles queriam recuperar os valores, as normas e incluir as leis hispânicas que regiam o país antes que a oligarquia tomasse o poder. Como colocamos neste trabalho, o debate gira em torno da discussão entre **espiritualismo** x **positivismo**.

Para o regime a salvação do mundo estava na correta aplicação e difusão dos valores do HUMANISMO, da RELIGIÃO e da recuperação da HISPANIDADE. Assim, poderia se constituir uma sociedade justa, integrada, cooperativa e unida. Cada integrante da sociedade desempenhará seu **papel** de maneira solidária, em busca do **bem comum**, porque do esforço de cada argentino depende o futuro de toda a Nação.

A questão da hispanidade estava ligada à corrente dos intelectuais nacionalistas que defendiam o retorno à "verdadeira identidade hispânica", com base no pensamento de Marcelino Menéndez y Pelayo que no século XIX predicou a necessidade de restaurar a "verdadeira identidade católica" da Espanha. Com efeito, Menéndez y Pelayo buscava a volta da "Espanha real", portanto desprezava o século XVIII, e com ele o Iluminismo. Para ele a Idade Media e o Século de Ouro Espanhol representavam a verdadeira grandeza da Espanha. Portanto, fazia-se necessário reviver e aquecer a disciplina de Sêneca e o espírito das Cruzadas. Este autor elogiava a Inquisição espanhola e considerava que a Ilustração do século XVIII conduziu a história a uma época de perversão e descrença. A Ilustração trazia o ceticismo, o relativismo e o materialismo. Já o Mito de Castilha ressaltava a figura dos Reis Católicos, que representavam o máximo da pureza religiosa tanto para Espanha quanto para Hispanoamérica. Considerava a conquista da América como uma empresa evangélica.

A influência de Menéndez y Pelayo sobre os intelectuais argentinos manifesta-se, por exemplo, quando os nacionalistas reivindicavam a reunificação da América Latina, inspirando-se nos conceitos fundacionais, metafísicos e essencialistas sustentados por Menéndez y Pelayo, que postulava 'a unidade dos povos baseado na Fé Católica, Apostólica e Romana'.[11]

---

[11] Os nacionalistas argentinos como Ibarguren defendiam a dinastia dos Habsburgo do século XVI e XVII como a 'fonte de honra e autoridade". Pelo contrário, a dinastia dos Borbones do século XVIII estava inspirada no despotismo francês, centralista e totalitário. Os Borbones fizeram da religião uma 'questão de Estado', e foram a fonte do infortúnio, 'estrangerizante e liberais'. Deste modo, a 'razão" substitui a 'vocação espiritual' e a metafísica. O mundo da razão aristocrática destitui a "Única Verdade", ou seja, a revelação cristã interpretada por um Papa infalível e a converte numa questão sujeita ao juízo de cada homem.

No início, os nacionalistas se apropriaram das idéias de Menéndez y Pelayo e de seus seguidores sem modificações. Mas em fins da década de 1930, os revisionistas históricos começaram a sublimar esta visão da história espanhola no culto do autóctone que estava representado pela personalidade de Juan Manuel de Rosas. Rosas passou a ocupar o mesmo papel que os Reis Católicos e os Habsburgos na Espanha de Menéndez y Pelayo, e seu regime se converteu no arquétipo da autocracia autóctone, católica e paternalista que os nacionalistas desejavam estabelecer. Para os revisionistas, os sucessores 'liberais' de Rosas ocuparam a mesma posição que os Borbones para Menéndez y Pelayo como instigadores da declinação espiritual e agentes de um destrutivo materialismo. A oligarquia liberal argentina, afirmavam os nacionalistas, 'governou o país depois

Ao mesmo tempo estava presente uma concepção funcional da sociedade, que esta era vista como um organismo, onde cada indivíduo atuava como uma **célula** de um mesmo **corpo** e cada membro da sociedade unia-se aos outros através dos laços de **solidariedade.**

Além de aparecer em elementos do pensamento tomista nos discursos estudados, verificamos a existência de um "realismo moderado", ou seja, a idéia de uma sociedade na qual as pessoas satisfazem suas necessidades de seres humanos como indivíduos biológicos. Sendo assim, a "pessoa humana" era respeitada na medida que ela transcendesse o nível biológico e o nível da sociedade temporal.

A sociedade era vista assim:

> *"Na complicada engrenagem de um povo, todos somos peças de um mesmo mecanismo. Ninguém deve crer-se superior ou inferior pelo papel que lhe toca desempenhar, seja criança, jovem, adulto ou idoso."*
> *(Diretor Geral de Ensino de Primeiro Grau, Sr. Ernesto Pietrani, discurso no Ato da Festa dos Trabalhadores na Praça Colômbia, 21/4/50)*

Neste discurso o **HOMEM** era visto como um animal superior que possuia uma inteligência superior. Logo, essa inteligência permitia atuar no mundo e modificá-lo. Como **ser espiritual**, o homem não estava condicionado pelo biológico, nem por um substrato vital. Ele só ajustaria sua conduta a normas e valores. Através do espírito, vislumbrava os valores que iluminariam o seu caminho à **"santidade"**.

> *"É o homem, não como número, não como ente biológico, um complexo de valores de tal transcendência, que a felicidade humana depende do estudo de tais valores e conseqüentemente de sua atenção e superação."*
> *(Diretor do Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar, Inspetor Joaquin D. Mosquera, 28/10/49)*

Atrás desta concepção de homem, fica evidenciado o interesse do regime pelo controle social. Percebemos uma fixação no mito da organização, cuja construção do pensamento místico foi caracterizada por uma espécie de 'religião política'. O discurso oficial dirigia-se às massas com a intenção de captar sua adesão num sentido de **Fé**, criando assim uma nova **comunidade moral.** De certa forma compartilham com os princípios da filosofia espiritualista católica, que considerava Deus como o espírito absoluto e o homem como espírito finito[12].

---

[12] O homem é espírito porque é a única atividade que merece esse nome. Entretanto, toda outra atividade material é causada e sofrida, o homem é atividade causal e agente. O espírito nunca é coisa ou objeto, existe

Para o Subsecretário de Instrução Pública, Prof. Jorge P. Arizaga, o homem é uma unidade psicofísica. Mas, quando continua falando da concepção de homem, o descreve a partir de uma ótica dualista e o divide em corpo e alma. Na verdade, o homem é visto como um corpo biológico, que tem uma alma devendo ser educada e nutrida através da filosofia humanista.

Enfim, para o regime,o homem novo deveria nascer desta socialização permanente, um "cidadão consciente e solidário", totalmente dedicado ao Estado, educado para viver, segundo a ética do "crer, obedecer, e servir" com um novo sentido coletivo da vida. Todas as organizações políticas e culturais criadas pelo peronismo deviam contribuir para o processo de socialização, com códigos de valores e de idéias diferenciados em função do papel atribuído a cada organização.

A IMAGEM DE CRIANÇA, que estava presente nos discursos das autoridades do Ministério, aproximava-se de uma concepção do tipo russoniana. Via a criança como um ser com interesses e caraterísticas próprias da sua idade e, portanto, não era um "homem pequeno". Não consideravam a infância como um estado incompleto ou transitório. A criança devia receber um tratamento diferenciado porque estava numa etapa própria de evolução. O Estado privilegiava as crianças por considera-las o futuro da nação.

Segundo as autoridades, o destaque dado as crianças motivou Perón a desenvolver um plano de governo integral, que previa mudanças de várias espécies. No aspecto econômico, humanizaria a economia para conquistar uma Pátria Soberana, enfatizando a fé cristã, que era simbolizada na **Cruz** e o **Livro,** bases da ***"raça hispânica"***.

Possívelmente nestas afirmações existia uma grande influência dos nacionalistas da época que estavam inspirados no catolicismo ultramontano do século XIX, fazendo uma síntese de anti-racionalismo, anti-positivismo e nacionalismo, aparecendo ao mesmo tempo elementos da concepção "tradicionalista"[13]

---

por força de seu próprio exercício. Ele se cria a si mesmo em cada instante. E, produzindo-se a si mesmo, "produz também, não as coisas, mas o sentido das coisas".

[13] Os tradicionalistas acreditavam que havia uma total corrupção da "razão individual", e em nome de uma "razão comum" propunham o retorno à tradição e legitimidade do poder absoluto. Este movimento atuou junto aos pensadores da razão iluminista da época de Restauração pós-napoleônica. Os tradicionalistas defendiam o retorno à *tradição* religiosa e política do período pré-revolucionário. Buscavam seus princípios inspiradores na *revalorização* que o romantismo fizera das tradições, do espírito dos povos, do valor básico da religião e do sentimento. Com efeito, os tradicionalistas consideravam que a religião era o único fundamento da sociedade; em política propugnam o retorno ao princípio da autoridade e o princípio da legitimidade e rejeitam o presente dominado pela *razão iluminista*, e propondo a volta ao passado como modelo de vida.

Luis Bonald (1754-1840), Joseph de Maistre (1753-1821) e Robert de Lamennais (1782-1854) são os representantes mais destacados do tradicionalismo filosófico-político do período.

Os tradicionalistas argentinos do século XX se inspiram nestas idéias e defenderam a espiritualidade, condenando o cosmopolitismo trazido pelas imigrações. Por outro lado condenavam a vida urbana e a cultura

Podemos observar que, por um lado, a ideologia peronista proclamava mudanças revolucionárias na moderna sociedade argentina, e por outro, seus rituais aparentavam uma profunda nostalgia pela volta de um passado medieval místico e fundamentado ideológicamente em um forte sentimento nacionalista e anti-socialista. Apelavam ao romantismo, onde os ritos foram a simbolização da história, olhavam para o passado e desejavam tanto reviver épocas passadas de glória quanto demonstrar que seu movimento era a culminação da história do país.

Também encontramos outro conceito que marcava, notoriamente, os discursos analisados: o uso do *"mito"*. O mito, que era próprio de um pensamento de caráter espiritualista, havia entrado no país através dos grupos de origem nacionalista. Mas a utilização do mito feita pelo regime estava muito próxima ao pensamento de Georges Sorel[14], que defendia o uso do mito com fins políticos para criar "um estado mental épico", na população em geral.

7.3 Crítica à Escola Liberal e Laica: mesquinhas-sórdidas

Perón propunha um espaço escolar diferente, dado que as escolas existentes até então "eram **mesquinhas;** suas salas de aula eram de paredes brancas e de materiais ordinários". Já, as Escolas Peronistas deveriam ser escolas feitas "com visão de grandeza, com uma grande funcionalidade, adequadas às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas". Ofereceriam um "ambiente confortável, para que pudessem servir como exemplo na vida de adulto". Não deveriam ser escolas "miseráveis, porque os cidadãos que se formassem nelas aprenderiam a defender a economia de abundância que o justicialismo tinha objetivado".

Na verdade, aspirava à formação de um "cidadão peronista", com o objetivo de que sua consciência social fosse capaz de defender o regime que criou a Nova Argentina: a Argentina

---

de Buenos Aires, e até os movimentos filosóficos como o positivismo e o darwinismo social. Também criticavam a perda do idioma nativo, produto das influências estrangeiras. Além de idealizar as comunidades provincianas, da Argentina crioula, da Igreja e das famílias hispânicas.

[14] Geoges Sorel (1847-1922), esteve presente em muitas das idéias dos intelectuais argentinos. Este filósofo francês desenvolveu uma corrente filosófica que se conhece com o nome de Filosofia da Ação. **A FILOSOFIA DA AÇÃO** é uma das formas do espiritualismo moderno, e entende-se como à filosofia como uma reflexão interior ou concentração na interioridade espiritual. O tema que estuda a filosofia da ação, igual ao espiritualismo, é a *consciência*. Mas para os filósofos da ação a consciência é, sobretudo, vontade, atividade, ação. É a máxima atividade prática ou criadora do mundo moral, religioso e social, e não tanto uma faculdade de contemplação ou teórica. Também a filosofia da ação tem interesses de caráter religioso. Só com Sorel, ela adquiriu um caráter político. Influído por Nietzche e em parte por Marx e posteriormente por Bergson, Sorel dirigiu-se em seus escritos contra as posições intelectualistas, as que acusava de hipócritas e burgueses, porque pretendiam chegar a verdades absolutas.

das "grandes mudanças sociais" que proporcionava um bem-estar geral a toda a população. A criança passaria a ser então um "agente" do regime.

No discurso de abril de 1953, Perón dirige-se a diretores e inspetores das escolas primárias, reconhecendo que ainda não tinha terminado as construções escolares desejadas pelo governo, mas que o justicialismo estava a caminho de deixar a **escola estática** para dar um novo passo . Para ele, as antigas escolas eram ambientes sórdidos que não faziam felizes as crianças.

Declarava que o Primeiro Plano Qüinqüenal teve como "meta a construção de 5.000 escolas grandes, alegres, com muita luz". Com elas ofereceria às crianças e aos docentes "espaços otimistas e alegres".

Perón foi muitas vezes criticado pela construção luxuosa dos edifícios escolares. Ele contestava esta crítica afirmando que só perseguia um objetivo: "fazer felizes as crianças e oferecer-lhes a oportunidade de valorizar a limpeza, a grandeza e as coisas belas da vida para que no futuro elas mesmas procurassem obter coisas semelhantes para si e suas famílias".

As escolas deveriam ser como um "templo luxuoso", porque não só ensinavam a ler e escrever como também **formavam uma alma digna**.

> *"Não sei por que a escola não deva ser à semelhança dos demais templos que a vida oferece, grandes e brilhantes, para que aí se eduquem nossos cidadãos, pensando em grande e não em pequeno, acostumá-los a viver como deve viver um homem e não uma besta. Sei que se tem criticado as novas escolas pelo luxo em demasia; que não são necessários os salões de atos como estes que estamos vendo para ensinar a ler e escrever às crianças. Estou de acordo: para ensinar a ler a escrever não são necessários; mas na escola, ensinar a ler e escrever é o subsidiário; o importante, é formar uma alma digna desta terra e desta nacionalidade."*
> *(Disc. do Presidente da Nação no Ato de Inaugurar Escolas em Buenos Aires 6/3/50)*

Neste parágrafo, deixava claro que a intencionalidade posta na criação das escolas vai além da formação intelectual. O interesse estava centrado em criar um espaço onde a criança não só aprendesse leitura e escrita, mas que fossecapaz de desenvolver uma série de estratégias que a preparassem para atuar como cidadã. Esses edifícios estão destinados a dar proteção à família toda, para que concorra à escola já não como uma instituição escolar, senão como uma instituição que ultrapassa os limites do ensino escolar. Lá a criança desenvolveria atividades de diversas ordens como: clubes, cinemas, rádio, turismo etc., que descreveremos quando analisarmos os discursos dos Ministros da Educação. A escola passava a ser um lugar de encontro da comunidade toda.

Perón define a **Escola** como o lugar que capacita o homem para sua vida futura, um homem formado através do exemplo moral. A escola era vista como um **templo** (novamente aqui Perón toma a palavra da Igreja). Ao considerar a escola como um templo, equiparava-a a outra instituição de reconhecimento e peso histórico na vida dos argentinos, que era a Igreja Católica. Dava à educação um sentido de religiosidade.

Para ele, a escola oferecia uma primeira visão e um primeiro contato com a vida, e esse contato tinha que ser "amável e feliz", o que levava o governo a criar escolas "dignas", com ambientes asseados, confortáveis e belos. As antigas escolas só se ocupavam de instruir. Contrariamente, as escolas peronistas ocupavam-se de **educar**, ou seja, de formar a alma, para que, quando o homem receba conhecimentos, sejam usados para o bem da sociedade e não contra o próximo.

Nesta crítica, manifestava a intenção de mostrar o regime como uma forma de governo mais adequada às necessidades da população. Também pretendia se apropriar dos símbolos da Igreja Católica. O uso do termo "templo" não é casual. Constantemente, em seus discursos aparecem conceitos próprios da religião católica. Lentamente o regime através do Estado foi monopolizando o espaço simbólico público, e a doutrina peronista foi substituindo a doutrina católica.[15] Claro que esta intervenção política do peronismo não foi levada a cabo sem conflitos, pois a Igreja reagiu criticamente e paulatinamente foi tirando o seu apoio ao regime.

Em vários discursos das autoridades do Ministério da Educação verificamos uma dura crítica à escola que eles encontraram quando Perón iniciou o seu mandato.

Para eles, a **Escola Liberal e Laica** serviu a interesses estrangeiros. Esteve atrofiada pela **teoria** e invadida por temas e tarefas supérfluas. Serviu inicialmente para que os estrangeiros que entravam no país pudessem integrar-se e dar à Pátria um grau de unificação. A educação liberal não teve uma estrutura nacional porque estava atrelada a uma condição de **universalidade** que não lhe permitia ter uma relação direta com os valores nacionais. Também não observava a formação social argentina e estava afastada das necessidades políticas, econômicas e sociais do país.

A escola liberal é acusada de teórica, verbalista e de não adaptar-se para o trabalho:

> *"Entretanto, nas cidades, um afã erudito e indiscriminado forja em nossos estabelecimentos de educação um professor teórico e verbalista e um aluno cuja hipertrofia intelectual contrasta com a inépcia de sua capacitação para o trabalho, provoca um semi-analfabetismo destruidor, de sua precária ilustração; esses elementos, privados de*

[15] Sobre este tema ver Plotkin, Mariano: Mañana es San Perón. Ariel, Bs As, 1994.

> *hábitos mentais e morais vão engrossar a clientela dos comitês políticos."*
> *(Disc. Ministro de Justiça e Instrução Pública Dr. Gaché Pirán, dezembro de 1947)*

Os Ministros consideravam que a antiga escola não perseguia um fim **formativo**, nem uma finalidade **humanística**. Não conduzia os sujeitos para que fossem aptos a responder às necessidades econômicas e sociais. Em alguns casos, preparava estudantes para os estudos secundários mas sem orientação precisa; aqueles que não conseguiam chegar à escola média, ficavam desorientados, sem saber para onde ir.

Além disso, colocavam que apesar da escola ser gratuita, ainda era uma obrigação onerosa para a população. O tipo de escola vigente contribuiu para a desagregação da população camponesa causado pelo sistema "medieval" do usufruto da terra. A população urbana não tinha horizontes claros porque ainda não havia sido desenvolvida a industrialização do país, mas a escola continuava aplicando um modelo do tipo positivista, com métodos mecanicistas e incapaz de responder às exigência do mundo moderno.

Consideravam que o liberalismo havia feito sumir a moral cristã, os valores do direito natural e em seu lugar construiu uma noção puramente relativa determinada pela razão, que convertia o indivíduo no centro do mundo. Deste modo, a moral racional fez com que a vaidade humana prevalecesse sobre os valores da Igreja e levou o homem a ter um sentimento de auto-suficiência. Assim, o individuo foi convertido num ser humano alienado e 'a-social'.

Sendo assim, punha-se em evidencia o pensamento de caráter espiritualista-nacional[16], que lutava contra o "materialismo ateu e estrangeirizante, desprezando o que era verdadeiramente argentino".

O Diretor Geral de Instrução Religiosa Alfredo Soares, em uma conferência difundida pela rádio em 27 de outubro de 1947, desqualificou a Lei 1.420 como instrumento ordenador da educação primária:

> *"... no ordenamento jurídico, a lei laica de 1884 foi um enxerto empírico que corrompeu a Constituição e opôs-se às nossas tradições essencialmente católicas. Na ordem filosófica, foi produto do cientificismo materialista e do liberalismo antropocentrista, hoje definitivamente desacreditado. Na ordem social, atentou contra a*

[16] É marcante a presença nos discursos dos representantes do regime peronista, conceitos de origem nacionalistas. Por exemplo podemos citar Galvez, autor nacionalista que atacava o "materialismo científico" positivista, porque este não podia explicar os "mistérios do ser. Além de considerar que o homem devia ser mais transcendente que um "animal evolucionado". Nesta linha de crítica situavam-se pensadores espanhóis como Ganivet, Macías Picavea, Costa, Unamuno, etc.)

> *austeridade tradicional católica e rompeu a unidade da Nação, transformando-a em fácil presa de ambições imperialistas estrangeiras. Na ordem religiosa, logrou que uma grande parte do povo trocou o culto a Deus por um fetichismo degradante."*
> *(Conferencia sobre "A Instrução Religiosa", Diretor Geral de Instrução Religiosa Don Alfredo Soares, ante a Rádio do Estado, 27/10/47)*

Neste parágrafo é possível perceber que a discussão em torno da educação laica era sumamente acalorada. Vários dos discursos trabalhados fazem um ataque feroz à Lei 1420. Fundamentalmente, aqueles que se seguiram à promulgação da Lei de Educação Religiosa, falam de sua falta de adequação ao novo modelo do país e de uma carência de respeito à história religiosa e às tradições do povo, aprofundando assim os debates entre os defensores da educação religiosa e aqueles que defendiam a educação laica.

Os defensores da Lei de Ensino Religiosa consideravam que a mesma corrige os erros da Lei 1.420 porque permite que a educação do Estado seja orgânica e benéfica para o educando. Contribui na salvaguarda da liberdade, que é o espírito instruído, educado dentro da moral milenar; recupera a espiritualidade da Nação e une a todos os cidadão em torno de uma só Fé, a de Deus.

O Ensino Laico, segundo os discursos analisados, era uma conseqüência do sistema liberal capitalista que assumiu a condução do país há 150 anos, consolidando um **ateísmo** constitucional que tirou do povo a Fé, base da sua solidariedade.

Esta crítica ao sistema educativo estava inspirada nas idéias dos intelectuais espiritualistas como Charles Maurras[17] que exerceu grande influência entre os pensadores nacionalistas argentinos. Segundo Maurras, o liberalismo convertia o homem em mera máquina de produção, na qual perdia o caráter de ser nacional para internacionalizar sua essência humana, o que conduzia a uma despersonalização social e desumanização da cultura. O capitalismo era

---

[17] O pensador **Charles Maurras**, da direita européia, foi quem mais cativou aos intelectuais nacionalistas da Argentina. Assim, Marcelo Sánchez Sorondo, conhecido nacionalista argentino, declara que Charles Maurras inspirou o movimento nacionalista argentino. Também Juan E. Carulla reconhece em Maurras um dos grandes filósofos de todos os tempos. Irazusta e Alberto Falcinelli reconhecem a contribuição deste pensador.

Maurras foi o líder de "Action Française", fundou o nacionalismo integral na França na busca da restauração da monarquia. Para ele, a ressurreição do Antigo Regime seria possível, a substituição das 'leis do oro' - próprias de uma sociedade corrompida pelo materialismo- pelas 'leis do sangue, que permitiram unificar a França restaurando sua grandeza. Como Menéndez y Pelayo, Maurras aspirava instaurar um regime absolutista retomando a autonomia local e os direitos consuetudinários, bem como Barrés idealizava os cultos populares da antiga França provinciana.

A influência de Maurras na Argentina não chegou a ser total, não por sua posição monárquica mas por sua distância com a Igreja, que considerava uma arma do Estado. Por outro lado, a Igreja não partilhava sua posição de que a política "vem primeiro", porque dotava o homem de um poder superior ao de Deus. Os nacionalistas argentinos consideravam, como Maurras, que o liberalismo era ante-eqüitativo e tirânico. Para eles o liberalismo "contradiz a 'tradição nacional", e era, portanto, 'bastardo'; resultado de uma 'liga maçônica exterior", uma malignidade herética'.

considerado uma perversão moral que promovia a avareza e a inveja, seu caráter errante permitia a penetração estrangeira, com o que manifestava sua adversão a um capital que era móvel e impessoal.

O regime considerava que, apesar do país enfrentar grandes mudanças, a escola aparecia estratificada e organizada conforme uma concepção positivista[18]. Os reformadores insistem em denunciar os métodos pedagógicos caducos e as receitas estrangeiras que a escola laica tinha aplicado sem fazer uma avaliação que justificasse a adoção das mesmas.

Também nos discursos aparece claramente o ataque à formação intelectual que as escolas liberais proporcionavam à população, deixando fora a formação da interioridade espiritual, da vontade e da ação do homem.

O justicialismo, frente a este estado de coisas, apresentava-se como uma "frente de luta". Falavam em lutar contra o **intelectualismo**; queriam recuperar o passado católico sepultado pelo "aberrante" positivismo. Pretendiam retomar a herança espanhola, de caráter cristão. Para eles, a escola deve adaptar-se aos novos tempos; proporcionando um profundo ***Sentido Moral*** e ***Religioso***, respeitando as ***Tradições*** e ensinando a valorizar o **nativo**. Para tudo isso era necessário uma NOVA ESCOLA ARGENTINA: a **escola peronista.**

A **Escola Peronista** foi apresentada como **realista**. Segundo eles, atendia a todas as mudanças e aos interesses do povo. Ela permaneceu em constante contato com o povo e o mundo.

No discurso ministerial, o liberalismo era colocado como um modelo que havia sido incapaz de resolver os problemas das massas e do Estado numa época de rápidas mudanças, ao mesmo tempo em que diminuía a confiança na sua legitimidade para governar o país.

Somente a superação da "democracia liberal fraudulenta do período oligárquico" permitiria a criação de uma nova solidariedade, reconciliando o indivíduo e as massas em uma nova comunidade orgânica.

---

[18] O positivismo ou 'cientificismo' alcançou na Argentina sua maior influência entre 1880 e 1910. Este movimento definia-se como uma corrente que buscava fazer um exame crítico das denominadas verdades absolutas. Seus seguidores procuravam descobrir o objetivo, o real e natural, tudo que significasse progresso na esfera da sociedade e da política, deixando de lado a metafísica. O movimento nacionalista secular começou por criticar no positivismo a noção de 'progresso', o seu 'materialismo' e o 'cosmopolitismo', considerando o positivismo como uma ofensiva pagã contra a cristandade. Neste sentido, os nacionalistas manifestam uma defesa do 'nativo' contra o 'estrangeiro' representado pelo positivismo. Assim fizeram um culto da Argentina pré-liberal e pré-imigratória, e mostravam uma considerável simpatia pelo 'espiritualismo' que vinha sendo desenvolvido na Espanha. O escritor uruguaio José Enrique Rodó foi quem difundiu essas idéias. Em conseqüência, os Estados Unidos representavam o utilitarismo de Spencer e Comte.

8. A NOVA ESCOLA ARGENTINA: educação física, religiosa e técnica.

> *"A escola serve à nacionalidade em formação e deve constituir um instrumento catalisador que leve a criança a formar sua consciência com caráter argentino."*
> *(Ministro de Justiça e Instrução Pública Gaché Pirán, dezembro de 1947)*

Neste sentido, a escola deveria responder às características geográficas do país; portanto, num país de natureza agrária, é impróprio formar só cidadãos urbanos, que desconheçam todo o relacionamento com a vida camponesa. Seria necessário ensinar a amar o trabalho, os ofícios, porque isso ajudaria os jovens a evitar o abandono da terra para se dirigirem às cidades de porte estrangerizantes e dissolventes.

Reivindica-se a educação agrícola nas escolas primárias, além de manifestar que a escola devia ser o eixo de desenvolvimento do **Humanismo** e da **Justiça Social,** tornando-se-ia um laboratório que **modelasse** o homem argentino. Com efeito, a escola deveria depositar na inteligência das crianças a herança da verdade e da moralidade, cumprindo sua missão cultural e dando ao estudante a possibilidade de ascender aos avanços das ciências.

Conseqüentemente, era fundamental que na Escola Primária as crianças aprendessem os fundamentos da **"Doutrina Revolucionária"**.

> *"que saibam menos e que queiram mais! Que aprendam menos e que pensem mais! Que não se transformem em feras irritadas e acossadas desde os primeiros anos da escola!"*
> *(Secretário de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich na cerimônia inaugural do curso escolar, 20/3/48)*

Compreendia-se, então, que a escola deveria formar homens aptos para a Nova Argentina, que pudessem adaptar-se ao meio com a sabedoria que dá a humildade, a bondade e espiritualidade. Nesse sentido, esta escola peronista deve contribuir à formação do cidadão e capacitá-lo para o exercício da democracia.

Fica evidente como o regime tomou o principio doutrinário castrense de "unidade espiritual" e o adequou a seu objetivo de legitimar um "único pensamento", o pensamento peronista. Para a consecução de tal objetivo, a escola deveria transmitir a doutrina peronista, através de seus conteúdos escolares, fazendo possível uma "única" doutrina, válida para toda a sociedade. Assim, o Estado, através de outras instituições, também deveria encarregar-se de inculcar a

doutrina e convertê-la num "contexto mental coletivo", que permitisse uma única interpretação da realidade.

Por último, as autoridades do Ministério da Educação definiram novas funções a serem atendidas pela escola: **educação física**, **educação técnica** e **educação religiosa**. Tais áreas ajudariam a desenvolver no sujeito as capacidades naturais para servir à nação.

A) A Educação Física: o valor dos esportes

Em 1947, o Inspetor de Educação Física, Prof. D. José Ramón Dausá, definiu o papel da Educação Física. Para ele, era fundamental desenvolver as qualidades físicas e morais do ser humano, favorecendo a ordem, a disciplina, o respeito às leis, às regulamentações e despertando o espírito de cavalherismo e de moralidade.

Por sua parte, o Dr. Oscar Ivanissevich refere-se à **educação física** como necessária e indispensável para se desfrutar de uma saúde integral da alma e do corpo. É ótima para construir uma personalidade equilibrada, pois atua não só sobre o corpo, mas fundamentalmente sobre o espírito. Se os jovens fossem submetidos a esforços físicos e sofressem deficiências nutritivas não poderiam ter ideais porque "os ideais são esforços da alma e a alma vive da energia do corpo". Portanto, um corpo "mal cuidado" não pode ter um alma boa.

Diante desta colocação entendemos a profunda preocupação do Estado Peronista em atender a saúde da população.

O Ministro, com a intenção de reforçar sua tese sobre o cuidado com o corpo, colocava como exemplo de vida **harmoniosa** e de saúde física, intelectual e moralidade, Juan Domingo Perón.

Percebe-se também, na fala dos representantes ministeriais, que os esportes regrados e os jogos espontâneos, livres, permitiam descobrir a personalidade, a inclinação e a vocação das crianças. O jogo permitia aos jovens oportunidades de se mostrarem fortes, competir e superar seus colegas e pôr à prova suas qualidades combativas, e desenvolvendo ainda o espírito de cooperação. Ou seja, os jogos e os esportes preparavam para a vida.

Embora existisse uma intenção de integração social através da educação física, consideramos importante destacar aqui a função disciplinadora desta área da educação, além de significar, também, um instrumento de promoção e difusão das idéias do regime. Não podemos esquecer o papel e a repercussão que tiveram durante este período os encontros esportivos organizados pelo Estado ou através da Fundação Eva Perón, que aglutinavam uma multidão de cidadãos para assistir e participar ativamente deles. Ao mesmo tempo, o controle do corpo estava

também em discussão; pois a massa devia ser organizada, através dos jogos regrados, da ginástica, etc,.

B) A Educação Religiosa

Dentro do IDEAL EDUCATIVO da doutrina Justicialista, foi muito importante também o desenvolvimento dos valores religiosos. O Plano de Governo considerou que a "concepção racionalista" que constituía a velha educação liberal só se ocupava da vida racional do homem e deixava de lado a formação moral.

Por isso o peronismo incorporou a Educação Religiosa nas escolas, procurando limpar o erro cometido no passado liberal. A Religião contribuiu na formação integral e harmoniosa do homem. Excluir a formação religiosa significava **mutilar** a personalidade e descuidar do cultivo dos valores espirituais.

A Lei de Educação Religiosa foi uma iniciativa do Poder Executivo e segundo o Ministro Gaché Pirán respondia a uma demanda da maioria dos padres. Considerava a Lei como democrática porque respeitava os direitos das minorias e não obrigava a receber educação católica quem não aceitasse o culto.

A Educação Religiosa foi considerada vital para a coesão do povo, sendo a base da **unidade da nação**, que conduziu a sua grandeza e felicidade.

Por outro lado, a formação religiosa estava legitimada pelo passado histórico e espiritual do povo. Os argentinos, segundo os peronistas, tinham feito uma opção pela religião cristã.

C) Educação Técnica

O Justicialismo dava uma profunda valorização à **educação técnica**. A idéia que estava oculta nesta ação era formar uma mão-de-obra nacional que pudesse enfrentar a industrialização que o Plano de Governo tinha previsto para o desenvolvimento econômico. O culto ao **TRABALHO** foi imposto na escola, especialmente no ensino primário e secundário. A escolha das escolas técnicas de certa forma vinha manifestar uma rebelião contra o ensino do tipo intelectual.

Assim foi que implementa a chamada **Pré-aprendizagem Geral**, mas segundo eles, não tinham a pretensão de orientar o aluno acerca de qualquer oficio ou profissão. Buscava-se apenas a valorização do **TRABALHO**, permitindo que os jovens entrassem em contacto com a vida operária. A Pré-aprendizagem Geral tinha como base o trabalho manual e buscava desenvolver no aluno habilidades para o uso das ferramentas.

> *"... a Reforma de Planos e Programas (...) procura um maior número de possibilidades para que o jovem, dentro de suas tendências vocacionais, escolha um trabalho prático ou experimental; ensinar pouco e bem; saber fazer e ter conceito do que faz; iniciar o adolescente argentino nos interesses vitais do país; fazer com que conheça seus problemas para que suas soluções se transformem em ideais ..."*
> *(Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Gaché Pirán dezembro de 1947)*

Eles declaravam que não existiu a intenção de dar uma especialização ou preparação profissional porque seria uma ação antipedagógica. Também não pretenderam converter o trabalho manual em matéria do plano de estudos porque cairiam no utilitarismo. Buscava-se acercar lentamente a escola à vida produtiva, ao meio geográfico e econômico, evitando o espírito sectário, que tem como meta "subjugar a vida do homem aos fins estatísticos".

Nesta fala é possível ler que a vontade do Justicialismo não era aplicar a Escola do estilo Polivalente, mas sim uma tendência para a profissionalização, aproximando a escola da vida produtiva.

Em geral, no discurso ministerial existia uma defesa da escola técnica e toda sua justificativa estava relacionada em orientar o futuro profissional dos filhos dos operários.

Esta escola "voltada para o trabalho", presente no discurso dos dirigentes do regime peronista, procurava encontrar mecanismos de controle social, fazendo do mito da juventude o mito do futuro. Desenvolveu toda uma mitologia futurista e revolucionário-nacionalista, baseada nos valores da ordem e da tradição. Este interesse em preparar para o trabalho não estava muito refletido nos conteúdos escolares, que em verdade não preparavam para o desenvolvimento da industria moderna dos anos 50, senão que só ofereciam uma série de técnicas ligadas à produção de tipo artesanal.

Sendo assim, é possível comprovar, a partir da análise dos discursos, toda uma tendência a "peronizarar" os costumes e o comportamento público. Este fenômeno foi crescendo e conforme o justicialismo consolidava-se no poder ia assumindo simultaneamente a função de uma instituição religiosa para guardar a FÉ no Estado Peronista. Deste modo, iniciou um enfrentamento com a Igreja ao reivindicar para si o monopólio da educação política das novas gerações, restringindo o papel da religião católica a meros elementos da "nova religião justicialista".

8.1 Os Programas Escolares e seus Conteúdos

Os discursos agora analisados são da segunda etapa de seu governo, que reflete o momento de concretude e avanço na definição doutrinária. Também foi o momento em que sua gestão encontrou-se mais consolidada, o que facilitou algumas mudanças na organização dos currículos escolares.

Em abril de 1953, Perón anunciava as modificações nos programas escolares. Os mesmos estavam orientados ao conhecimento das riquezas do país, a administrar noções de economia e geografia argentina, com a intenção de formar "homens úteis à comunidade". Os novos programas estavam ordenados segundo os objetivos do Segundo Plano Qüinqüenal e seriam aplicados durante o qüinqüênio 1953/1957.

Em seu discurso, Perón descrevia os programas da seguinte forma:

No **Ensino Primário**: previam a formação da criança com consciência da solidariedade e da unidade nacional. O objetivo era formar o espírito e as virtudes, fundamentando-se na concepção de que o povo era a essência viva da Pátria. Procuravam "introduzir" na criança a idéia da "missão histórica" que o povo argentino tinha na construção do NOVO MODELO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO do país.

Os conteúdos do **Ensino Primário** centravam-se no "ensino das coisas". As crianças são essencialmente boas, são os homens que a fazem "perder-se". Por isso era imprescindível lutar para aperfeiçoar as condições naturais das crianças, ensinando as coisas boas da vida.

Neste pensamento podemos perceber uma concepção de caráter roussoniano, onde se considera a criança como naturalmente boa e a sociedade como um agente que perverte as puras consciências das criança e as converte em mesquinhas, egoístas e más.

- No **Ensino Secundário**, os novos programas observaram uma orientação de caráter "prático e humanista" para formar um "homem de bem" seguindo os princípios doutrinários do justicialismo. No caso dos planos de ensino técnico, contemplavam seis anos de estudo, pois era importante formar especialistas que dominassem novas tecnologias dado que o país necessitava, urgentemente, de muitos técnicos para o desenvolvimento da indústria e da agricultura.

Para os conteúdos do **Ensino Secundário,** recomenda-se ensinar as questões humanistas, ou seja, **"o homem"**. Ensinar sua relação com os outros homens, com a história, com a vida dos homens, para que possa conhecer a si mesmo.

Além disso, Perón anunciou a incorporação de uma nova disciplina: **CULTURA CIDADÃ** nos currículos de todos os níveis escolares. Tinha como objetivo capacitar os estudantes para o desempenho da vida política, social e também para que tomassem conhecimento dos princípios básicos da Doutrina.

Afirmava que:

> *"No qüinqüênio 1953/1957, o ensino primário tem os seguintes objetivos especiais: Os programas de estudos serão orientados em ordem ao conhecimento do presente plano e a escola primária será um centro de irradiação de seus objetivos, a fim de criar na população de seu raio de influência o clima favorável para seus conhecimentos e o respectivo cumprimento do quanto corresponda ao povo."*
> *(Disc. de Juan Perón ante Inspetores de Ensino de Primeiro grau, no Salão Branco da Casa de Governo 20/3/53)*

Deste modo, o governo oferecia uma educação escolar transmitindo os "exemplos de honestidade e humanidade do regime" para que o homem do futuro pudesse construir uma personalidade honrada e justa.

Nas **Universidades**, os estudantes deveriam entrar em contato com as ciências e aprender que estas estavam a serviço do homem para melhorar suas condições de vida. Para Perón a ciência, em si, não tinha nenhum valor intrínseco, ela podia ser boa ou má. Se estivesse a serviço do homem era boa; caso contrário não. Portanto, a responsabilidade dos professores era ensinar aos jovens o bom uso da ciência.

A ciência foi vista como um objeto abstrato, impessoal, quase sem a participação do homem, onde o estudante participa de modo passivo, recebendo uma bagagem de informações. Não foi considerada dentro do processo de relações sociais. Era uma ciência sem história, sem tempo, sem espaço.

Perón fazia uma referência aos novos textos escolares falando que eles deveriam estruturar-se de acordo com os princípios doutrinários assinalados no Segundo Plano Qüinqüenal.

Para finalizar, podemos assinalar a profunda importância que tinha para o projeto político peronista a escola *como órgão difusor de sua ideologia. Além de ser um veículo ideológico, representava um meio para convocar a comunidade através das crianças. A escola era vista como um* ***ente de influência*** *para a formação da vontade da população. É tomada como um transformador e nivelador dos interesses, expectativas e objetivos do povo. A escola é um agente* ***disciplinador*** *e* ***ordenador*** *da comunidade.*

8.2 Um Novo Método Pedagógico

No discurso dirigido aos professores em dezembro de 1947, Perón, compartilhando a ideologia dos educadores da época, anunciava a necessidade de criar um **NOVO MÉTODO ARGENTINO**[19], porque a "nova planificação justicialista" do país trazia consigo uma nova metodologia e convidava os professores a ensinar com **Métodos Argentinos**. Considerava que não havia necessidade de copiar Pestalozzi, nem a nenhum outro pedagogo, porque o método argentino devia contemplar a idiossincrasia, a inteligência argentina e o pensamento nacional. Os educadores poderiam basear-se nos princípios enunciados por Pestalozzi, mas adaptá-los e recriá-los para que fossem "nossos". Criando os próprios métodos, evitava-se a discussão entre escola ativa e inativa.

Posteriormente, no discurso de setembro de 1953, Perón dizia que o Novo Método deveria servir para convencer sobre a eficácia e importância do Segundo Plano Qüinqüenal. Portanto era um **MÉTODO HUMANISTA** capaz de transmitir os sentimentos, já que o método técnico era frio e científico, desumanizando. O novo método deveria estar baseado na pregação do peronismo, pois era preciso formar mais discípulos capazes de impregnar o conhecimento do jovem e seu coração.

Perón considera que o ***método humanista*** era o mesmo aplicado por **Cristo** para inculcar sua doutrina, portanto foi um caminho para chegar ao coração e ao espírito dos indivíduos. Nesse método, o homem foi o eixo mobilizador e o objeto as questões do espírito.

> *"...milhares de homens persuadidos, eles serão os encarregados de levar minha palavra aos outros que não estejam persuadidos. É necessário persuadir, ir de homem a homem, de coração a coração, para que se estruture o país com novas idéias, algum dia os fatos falem por si. (...) pregar o justo, pregar o nobre, e não enganar a ninguém, (...) De modo que o melhor método é o da persuasão, o da verdade e o de jogar limpo."*
> *(Disc. Presidente da Nação ante Professores santiaguenhos no Lar Escola «24 de Fevereiro» 30/8/53)*

Novamente o discurso de Perón alude às formas e esquemas metodológicos da Igreja Católica. Ele apresentava-se como um seguidor de Jesus Cristo, que levava a verdade ao

---

[19] A idéia de criar um método argentino havia sido definida pelo pedagogo J.E. Cassani, defendendo uma pedagogia de caráter nacional. Reconhecia a existência de grandes sistemas pedagógicos e teóricos, a nível mundial, mas considerava que a pedagogia devia manter uma unidade entre os conteúdos e a cultura na qual desenvolvia-se. Acreditava na necessidade de desenvolver uma pedagogia argentina adequada aos interesses e necessidades do país.

povo. Nessa pregação está presente a idéia de que a palavra de Perón é a própria "Palavra de Deus". Não faz mais do que difundir uma ideologia que já estava presente no povo desde o início do cristianismo. Com efeito, a doutrina justicialista foi considerada natural e humana, porque "nasceu com o homem e, portanto, não oferecia nenhum tipo de discussão e crítica, sendo a filosofia própria e natural da comunidade cristã".

Um aspecto importante que marcou Perón, foi a necessidade de **unificar** os Métodos, ou seja, dar uma unidade tanto na concepção quanto na ação, porque o justicialismo não formava homens por regiões, muito pelo contrário, ele pretendia formar homens que tivessem uma só intenção, sentissem de uma só forma, pensasssem de modo similar e que fossem capazes de trabalhar de modo comum. Assim poderiam conseguir a **unidade nacional.**

O Dr. Oscar Ivanissevich disse que nenhum país do mundo tinha conseguido uma só maneira de educar e instruir. Só o General Perón definia em sua política a NOVA DIDÁTICA ARGENTINA, que poderia inclusive chegar a ser **universal**. Alegava que aqueles que têm educação devem educar quem não tem. Ou seja, deve-se educar o "soberano".

Para ele, Perón instaurou uma ***Nova Didátiva***, uma nova ***Pedagogia***, que é a **nova doutrina**, escrita no Manueal do Peronista, livro que todos deveriam ler. A **nova doutrina** não era uma plataforma política, não era um programa partidário mas sim a ***Doutrina Fundamental*** que permitia a "condução" da República e da Humanidade. Colocava-se a serviço dos povos transformando-se em **Ciência**.

Esta **Nova Didática Argentina** fazia com que a educação fosse a ciência e a arte de conduzir os povos. Por isso, o presidente Perón construiria escolas e desenvolveria uma série de medidas visando outorgar aos professores melhores salários e condições materiais. Portanto,a nova didática apóiava-se no **trabalho**, na **verdade** e no **exemplo**, princípios estes que davam à educação uma hierarquia **política**, por sua capacidade de transformação.

Tanto os representantes do Ministério da Educação quanto o próprio Perón nos falam de uma **Didática Argentina**, mas na verdade falam de uma forma diferente de fazer política. Dirigiam-se às massas com o objetivo de elevá-las à condição de cidadãos livres e pensantes, mas guardavam para si a possibilidade de conduzi-las, guiá-las e de dirigi-las, dentro do plano de governo idealizado a partir dos preceitos de caráter nacionalista e quase corporativista.

Neste sentido, desenvolveram uma série de estratégias para convocar as famílias ao **novo** âmbito escolar. Agora é uma escola "ativa", "convocadora", "alegre", que chamava os pais a participarem de atividades recreativas, culturais, e principalmente, a escutar as palavras da Doutrina Justicialista.

Clubes Escolares, Turismo Escolar, Biblioteca Escolar, Cinema e Rádio Escolar, Campeonatos infantis, Coros Escolares, Debates, Festas de Atletismo etc., eram eventos que transcorriam no "novo espaço escolar". Foi definido pelo justicialismo como um lugar onde confluem a ação do governo e a participação do povo numa nova proposta de participação social.

As atividades não transcorriam no horário escolar, mas penetravam diariamente na vida da aula. Os professores foram quase que "obrigados" a tratarem aqueles temas "extra-escolares". Reforçava esta explicação o modo como foram considerados os clubes escolares na fala das autoridades do ministério.

Assim, quando o assunto referido eram os objetivos dos **CLUBES ESCOLARES,** afirmavam a intenção de unir a escola e o lar. Fazendo com que cada criança, pai ou irmãos entrassem no **edifício escolar** como sendo sua *"própria casa"*.

O Clube Escolar ofereceria um ambiente aconchegante, funcionava tanto no inverno quanto no verão, para que a família toda desfrutasse de suas instalações, lendo, escutando rádio, assistindo a filmes, costurando nas máquinas comuns ou, simplesmente, compartilhando uma conversa amena.

Na inauguração do Primeiro Clube Escolar, em 13 de março de 1948, o Secretário de Educação Dr. Oscar Ivanissevich afirmava que o Clube Escolar permitia concretizar a Doutrina Peronista, pois "oferecia aos trabalhadores o que lhes pertencia". O novo clube era um local confortável, que mantinha suas portas abertas e oferecia ao povo a oportunidade de aperfeiçoar-se e educar-se, livrando-se da ignorância que o escravizava. Esta obra foi uma contribuição que a "Fundação de Ajuda Social, Eva Perón" ofereceu ao Ministério da Educação e ao país.

Os Clubes Escolares organizaram pela primeira vez as férias escolares, denominando-as **Férias Úteis.**

O **TURISMO ESCOLAR** foi outra estratégia usada pelos justicialistas para integrar a escola e a família. Assim, organizaram várias excursões visitando diferentes pontos de interesse cultural, histórico ou simplesmente lugares de interesse turístico. Para eles, estas visitas ofereciam maior proximidade com o conhecimento e uma vivência efetiva entre os argentinos. Geralmente o Turismo Escolar atendia aos setores de baixos recursos.

Estas estratégias de convocação popular foram muito significativas, pois caracterizaram de certa forma a marca da política escolar peronista. Logo, a escola deixava de ser uma

instituição "neutra", "acéptica", "despolitizada". Com o regime peronista, a escola assumiu um novo papel: passava a ser um espaço de convergência popular e familiar, rompendo o espaço tradicional adjudicado à escola; ela agora transcendia o contexto educativo. Os clubes escolares foram elementos sumamente importantes que colaboraram na política de consenso.

Outros dois instrumentos usados pelo Justicialismo para se dirigirem-se às massas eram a **RÁDIO** e o **CINEMA**. Estes meios audiovisuais eram de uso comum entre Juan Domingo Perón, seus ministros e secretários de governo. Através deles transmitiam seus discursos, conferências ou simplesmente mensagens didáticas de âmbito educativo.

Eles usavam muito bem este canal de comunicação de massas, que no caso das rádios chegava diretamente à casa de todos os argentinos. Deste modo, criaram uma nova **"fala escolar"**: a fala do Rádio e do Cinema, feita na escola e para a escola. Em muitos casos, tinham só uma intenção: de que as próprias crianças fizessem uso delas em suas práticas escolares. Em outros, o objetivo ia além da escola e o ato radiofônico e cinematográfico ultrapassava os limites da instituição escolar. As produções podiam ser assistidas nas cadeias radiofônicas e cinemas da cidade. Também produziram filmes para serem distribuídos nas embaixadas estrangeiras, com o objetivo de difundir ao mundo a doutrina justicialista e dar conhecimento das mudanças que a Argentina estava sofrendo. Aliás um objetivo não manifestado, mas muito estimado pelo regime, era apagar a imagem negativa do peronismo na opinião internacional no que diz respeito à sua simpatia pelo fascismo europeu.

O Dr. Oscar Ivanissevich fazia uma defesa do uso da rádio e do cinema dizendo que não era luxo, mas sim um serviço público, poder contar com estes meios audiovisuais. O cinema e o rádio apoiavam o governo na tarefa de dar soluções aos problemas da marginalidade e pobreza.

Em 1° de junho de 1947, teve início em várias jurisdições as atividades da Rádio Escola e a Cinematografia Escolar. Por meio de três ondas radiofônicas difundiam-se as palavras de Perón e dos ministros.

A **Radio Escola** difundia os programas destinados ao ensino primário. O Estado criou a Comissão de Rádio-ensino e Cinematografia Escolar com o objetivo de organizar e coordenar as audições radiofônicas e as montagens dos filmes. A Comissão de Rádio-Ensino e Cinematografia Escolar estabelecem contato com os estudantes que estão de **"Férias Úteis"** em todo o país e mostram tudo de bom que há na Argentina.

Assim, o ciclo de audições radiofônicas oferecido pela Secretaria de Cultura, permitia que "todo" o País pudesse **vincular-se** e entrar em contato com as diferentes manifestações

culturais do Ministério da Educação. Esta nova forma de comunicação objetivava o intercâmbio informativo, técnico, científico e sobretudo, afetivo.

Os jovens intervinham nos programas escolares, inclusive os da primeira série. Portanto, a Rádio-escola, além de transmitir as suas lições e informações, funcionava como uma ESCOLA DE LOCUTORES permitindo aos jovens comunicar suas idéias.

No que diz respeito ao **Cinema**, o governo desenvolveu um programa de Cinema Escolar com um sentido **"argentinista"**, contribuindo para o conhecimento dos homens, seus costumes, suas obras, suas paisagens, ou seja, colaborava com a **"Unidade dos Argentinos"**.

O Departamento de Rádio Ensino e Cinematografia Escolar produziu varios filmes de curta metragem, organizando uma filmoteca a serem exibidas nas escolas. O departamento contava com ajuda de empresários cinematográficos para a elaboração do programa de cinema educativo.

Um aspecto muito interessante foi o de garantir os resultados dessas exibições, ou seja, assegurar a quem assiste uma profunda reflexão sobre o filme. Para isso, montaram um plano de treinamento dos professores através de cursos.

Um dos objetivos que o governo tinha previsto com o Cinema Escolar era conseguir, a longo prazo, colocar o país num alto nível mundial, no uso do cinema escolar como instrumento educativo. O governo tinha interesse que os filmes argentinos chegassem ao público estrangeiro, pois deste modo "acercava" a Argentina do mundo, ou seja, pretendia exibir ao mundo as condições de vida e de bem estar social alcançado pelo povo argentino. Para isso, fizeram dublagens em inglês e francês e mandaram muitos destes filmes às embaixadas estrangeiras.

Embora os discursos analisados tenham colocado como objetivo da rádio e do cinema escolar o interesse de oferecer informação e formação educativa, admite-se também que o maior empenho do regime foi alcançar uma meta propagandista, permitindo difundir de modo maciço as atividades desenvolvidas pelo governo.

Esta estratégia de comunicação escolar obedecia a uma política mais ampla que caraterizava o regime peronista. Com efeito, a orientação autoritária do mesmo fez com que lentamente os órgãos jornalísticos opositores fossem cedendo às pressões do governo. Em 1951, a maior parte dos jornais do país haviam-se incorporado ao oficialismo (HALPERIN DONGHI, 1986). A imprensa radial, sumamente controlada pela Secretaria de Imprensa e Difusão, dava as instruções políticas. Deste modo, lentamente, a imprensa em geral foi se convertendo num órgão de publicidade das atividades do governo e passou a estar a serviço do regime.

8.3 Formar Homens Aptos às Mudanças...

Para o Ministro Dr. Gaché Pirán, o NOVO PLANO DE GOVERNO falava de uma verdadeira **justiça social**. Nele a juventude educava-se de acordo com suas atitudes e segundo seus meios.

A educação deveria oferecer as oportunidades para que desenvolvessem suas capacidades de compreensão e ***Adaptação às Mudanças.*** Para isso, deveriam ter iniciativa e criatividade.

Segundo Gaché Pirán o plano de governo previa duas finalidades essenciais: a **preparação** e a **configuração**.

A **Preparação** procurava que o homem "estivesse melhor no mundo" tendo um fim *materialista*: onde preponderava a destreza e a inteligência prática.

A **Configuração** era uma formação *idealista*, equivalia à formação interior, ao desenvolvimento da própria pessoa, a sua maturidade pessoal. Representava as normas, o sentimento, a vontade, a superação moral, dentro de uma concepção "argentina" de mundo e da vida.

A preparação e a configuração eram conceitos que obedeciam ao espírito "*Humanista*" da educação dentro do princípio de *"Justiça Social"*. Por isso o **idioma** e a **História Nacional** são os princípios básicos que organizam as disciplinas configuradoras.

Na verdade, o justicialismo pretendia formar um NOVO SUJEITO SOCIAL, ou seja, o **Peronista**, que devia ser "trabalhador, honesto e patriota", pois para o Poder Executivo o sujeito de aprendizagem não era só a criança. A educação era contemplada em todos os períodos do desenvolvimento humano. O governo aspirava a conseguir a *"Unidade Nacional"* e dar à Nação uma **"doutrina única"**.

O Ministro manifestava que era imprescindível que a criança aprendesse desde muito cedo as *"virtudes"* que conformam um alma **humilde e heróica**. Primeiro se fazia necessário conformar a moral dentro dos princípios cristãos, em segundo, formar o intelecto com conhecimentos da ciência.

Para objetivar esta formação do tipo Humanista, o governo peronista implementou a Reforma da Educação, com conteúdos de caráter religiosos e moralistas. Também teria temas relacionados à história, à geografia, à música, à poesia da argentina e atividades manuais nos dois últimos anos do ensino primário.

9. O PROFESSOR NO NOVO CONTEXTO NACIONAL...

Perón fazia um chamado à docência argentina para levar adiante os planos de reforma. Já em junho de 1944, num Discurso ante uma delegação de professores de primária e média, manifestou o seu interesse e sua admiração e falou-lhes sobre a posição que ocupavam no ambiente nacional. Convocava-os a considerarem a Secretaria de Trabalho e Previdência como um **"templo"**, onde os professores eram os **"sacerdotes"**.

Perón chamava os professores a trabalharem na mesma direção do governo porque desempenhariam um papel multiplicador em todo o território nacional. Seriam ouvidos pela população e chegariam aos lares por intermédio das crianças. Por isso procurava homenageá-los e os colocava no centro de suas manifestações, dando-lhes um lugar central no projeto político.

O professor "formava a alma dos argentinos", estando nele a responsabilidade da formação dos homens do futuro. Eram considerados o veículo através do qual o governo podia direcionar a Nova Doutrina Nacional. Portanto, os docentes tinham a obrigação de ter uma ***única vontade***:

> *"...cada um de vocês é uma roda importante neste imenso mecanismo que é a Nação; porque de cada uma dessas rodas depende o movimento harmônico de todo o país..."*
> *(O Gral. Perón fala ao magistério 19/12/47)*

O professor foi considerado um exemplo espiritual e moral e, para tanto, devia cuidar de sua conduta: formava o homem e este poderia herdar suas virtudes ou seus defeitos. De certa forma, o professor completava a formação que a criança recebia em sua casa, portanto, o docente deveria ser nobre e puro.

Para denotar o papel **apostólico e sacerdotal** que o professor deveria desempenhar, podemos encontrar em vários discursos de Perón referência a Plutarco, que mudou os costumes da antiga Esparta, com respeito ao recrutamento de professores para educar as crianças. Plutarco suprimiu a prática grega de recrutar seus professores entre os escravos obtidos nas guerras de conquista, pois considerou que a docência deveria ser exercida pelos melhores e mais nobres homens. Desde então, a profissão passou a ocupar um lugar de privilégio no mundo.

Sendo assim, o **governo** buscava oferecer um ambiente adequado aos docentes que facilitasse o processo educativo. Na formação da alma das crianças estaria sempre presente o conceito de **prudência e sabedoria.**

Perón define-se a si mesmo como o **REFORMADOR**, e como tal necessitava dos docentes para desenvolver a reforma. Eles iriam formar o espírito e a mente das novas gerações, que continuariam a Reforma. O destino do **Movimento Justicialista** estava nas mãos dos docentes, porque eles formariam primeiro homens bons e virtuosos, que trabalhasem pela grandeza do país. Em segundo lugar, iriam instruí-los, colocando as armas do conhecimento na mente do homem para que pudesse vir a lutar pela vida. A nova Argentina necessitava dos professores para lutar contra a sociedade individualista, egoísta e ambiciosa que o justicialismo encontrou ao iniciar sua gestão de governo.

Em vários discursos, Perón classificava os professores argentinos como os melhores docentes do mundo, porque eles, antes de mais nada, eram bons, e como já temos manifestado, Perón valorizava mais a **bondade** que a **inteligência**.

Podemos ler em um discurso dirigido aos docentes no final do período, o seguinte:

> *"Não desejamos professores que apóiem a nenhum partido político. Nem sequer pedimos-lhes que apóiem nosso Movimento, apesar de ser majoritário e que conta com todo o apoio dos humildes.*
> *Mas queremos, sim que cada professor argentino sirva lealmente ao Povo e à Pátria inculcando nas gerações futuras -que vão conduzir a Pátria- a Doutrina Nacional."*
> *(Aula Magistral, ditada pelo Presidente da Nação Juan D. Perón inaugurando o curso letivo 9/4/54)*

Observamos aqui que para o regime o professor ocupava um certo destaque na vida social e política do país. Mas cabe esclarecer que o regime esperava dos professores uma atitude de certa *"obediência"* e *"complacência"* que em muitos dos casos não foi cumprido. Na verdade, tanto Perón quanto as autoridades do governo tiveram alguns conflitos com os setores docentes. Com efeito, o "chamado ao professorado" feito por Perón exigia uma fidelidade ideológica e política, que o peronismo nem sempre conseguiu conquistar.

Estes conflitos tiveram uma forte expressão no campo universitário. Ciria e Sanguinetti (1968) sintetizam a política universitária durante o regime peronista: 1) eliminação dos docentes opositores, que foram substituídos por outros mais fieis ao regime, sem considerar sua formação acadêmica ou científica; 2) promulgação de uma nova lei (Lei 13.031/47) que anulava a autonomia universitária. A mesma permitia o controle na nomeação das autoridades

universitárias através de uma prédica de a-política (os reitores e professores universitários eram nomeados pelo Poder Executivo); 3) difusão da doutrina do regime, tentando cooptar o movimento estudantil com a criação de entidades estudantis leais ao regime.

Deste modo a Lei 13.031 de 1947 eliminou muitos aspectos da autonomia universitária, que eram uma das maiores reivindicações do movimento reformista. Estabelecia que os alunos e professores não poderiam atuar direta nem indiretamente em política, nem formular declarações conjuntas que suponham militança política ou intervenção específica, sendo passível de suspensão, cessante, exoneração ou expulsão da casa de estudos.

Na procura de um sistema mais "democrático" o governo ditou o Decreto 6.401 de 1950, que eliminava as mensalidades universitárias e estabelecia a gratuidade do ensino universitário, fazendo possível a consigna peronista: "a universidade 'aberta ao povo' ".

O controle ideológico das universidades foi desenvolvido, por um lado pelas Bases da Constituição de 1949[20] e por outro lado, a lei 14.184 de 1952, que fez obrigatório o ditado de 'Cursos de Formação Política'.

Também o regime adotou medidas coercitivas dentro do sistema educativo a nível do ensino primário. Estes enfrentamentos não foram tão difundidos, nem tiveram tanta repercussão na imprensa, porém existiram demissões e perseguições para com os docentes dissidentes. Para romper com a oposição dos sindicatos dos professores procuraram montar uma organização sindical leal ao regime. O setor docente do ensino primário mantinha uma relação ambígua no que diz respeito às políticas do governo. Em muitas oportunidades, os órgãos da imprensa do magistério, como a Revista "La Obra", manifestavam criticas ao governo e outras vezes o elogiava.[21]

A politização do setor docente no nível primário era muito menos desenvolvida que nos âmbitos universitários. De fato os professores do ensino primário não estavam preparados em sua "formação pedagógica e política" para enfrentar a nova ordem. Assim, só aqueles setores mais politizados fizeram críticas ou simplesmente se manifestaram contra. O regime por sua vez adotou uma estratégia de centralização administrativa, o que favorecia o controle

---

[20] A Constituição estabelecia que "as universidades deviam criar cursos obrigatórios e comuns, destinados aos estudantes de todas as faculdades para sua formação política, com o propósito de que cada aluno conheça a essência do argentino, a realidade espiritual, econômica, social e política de seu país, a evolução e a missão histórica da República Argentina, e adquira consciência da responsabilidade que deve assumir na empresa de lograr e afiançar os fins reconhecidos e fixados na Constituição" (art.37,IV,ap.4 in fine, 'Dereitos da Educação e a Cultura', *Constituição* 1950:28).

[21] Sobre este tema ver PUIGGRÓS, A.: Peronismo: Cultura política y educación (1945-1955), Editorial Galerna, Bs.As., 1993

ideológico do sistema, seguindo uma política repressiva que aplicava demissões ou simplesmente transferindo os "dissidentes políticos", gerando tensões.

Outro aspecto que teve muita importância e que de certa forma marcou a conduta dos professores foi a posição que tomavam os pedagogos da época. A maioria dos intelectuais que estavam encarregados de formar o corpo docente defendiam posições espiritualistas[22] e em muitos casos compartilhavam os critérios pedagógicos do peronismo. Sendo assim, os professores do ensino primário não possuiam outros fundamentos científicos que pudessem questionar a política educativa do regime, dado que o próprio ambiente acadêmico era grato às mudanças que o regime introduzia.

No discurso de dezembro de 1947, o Subsecretário de Instrução Pública, o Professor D. Jorge P. Arizaga, pedia aos docentes sua **cooperação** na implementação do Plano de Governo e os qualificava de ***Soldados Desconhecidos*** da cultura argentina. Também os definia como ***Arquitetos e construtores*** da alma das crianças e apelando ao seu espírito **apostólico e militar** próprio dos sacerdotes e militares.

Para isso, o professor necessitava de uma alta dose **filantropica**, descobrindo a sensibilidade da criança e elevando-a até o *"domínio da luz da civilização"*.

---

[22] Entre os pedagogos defensores do pensamento espiritualista durante a década 40 e 50 destacaram-se:

Saúl Taborda (1885-1944), graduou-se como advogado. Em sua viagem pela Europa entrou em contato com as doutrinas alemãs e francesas que influenciaram seu pensamento filosófico. Taborda desenvolveu um tipo de pedagogia especulativa, destinada a refletir sobre a trama interna da educação. Defendeu uma pedagogia da personalidade, que se opôs à pedagogia política de Sarmiento.

Juan Emilio Cassani (1896-1981) foi professor universitário. Também desempenhou funções públicas nos sistema educativo. Como representante da escola idealista italiana, colocava à pedagogia no centro de todas os outras ramos das disciplinas pedagógicas. Por outro lado, fazia uma direta conexão entre Pedagogia e a Filosofia, onde em muito dos casos chegava a uma fusão de ambas. Além disso, considerava que era necessário estimular o interior do sujeito deixando de lado o método, que era substituído pela personalidade.

Juan Mantovani (1898-1961) foi uma figura representativa do anti-positivismo pedagógico, mostrou-se contrário ao didatismo e a qualquer desvio unilateral das posições psicologistas, biologistas e sociologistas. Era um defensor da corrente culturalista alemã, que provinha da pedagogia científico-espiritual e da antropologia filosófica. Concebia a pedagogia como uma ciência do espírito, seguindo o pensamento de Spranger e Dilthey. Por outro lado distinguia dois princípios: "a vida e o espírito", onde seguia a linha antropológica de Scheler e colocava a realidade educativa em conexão com o mundo da cultura, o que acentuava o papel da personalidade e o papel formativo dos valores.

Juan P. Ramos (1878-1959) sucedeu a Carlos O. Bungue na cátedra de Ciência da Educação na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires. Participou como funcionário no sistema educativo. Defendia a corrente culturalista de caráter individual. Fazia uma distinção entre cultura e saber ou conhecimento. Para ele cultura tinha a ver com a qualidade inerente ao individuo, além de colocar que a cultura era um ato do individuo.

Juan José Arévalo (1904) intelectual nascido em Guatemala, depois foi Presidente de seu pais. Obteve o título de doutor em Filosofia e Ciências da Educação na Universidade de La Plata e foi docente em várias universidades do país. Também pertenceu ao grupo de pedagogos espiritualistas. Defendia valores humanísticos e acreditava na liberdade responsável do homem. Sobre este tema ver: CIRIGILIANO Gustavo: Educación y futuro, Ed. HVMANISTAS, Bs.As., 1982; MANGANIELLO, Ethel M.: Historia de la Educación Argentina, Libreria del Colegio, Bs.As., 1980; BERNETTI J. L. y PUIGGRÓS A. : Peronismo: Cultura Política y Educación, Editorial Galerna, Bs.As. 1993

Poderíamos, pois, considerar que a função do professor iria desde o cultivo do potencial psicofísico de cada criança até a conquista dos ideais de ética e moral que constituem a concepção da educação peronista. O professor deveria conduzir ao conhecimento de si próprio, das necessidades sociais e dos objetivos nacionais.

Assim, o Diretor do Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar, Inspetor Joaquim D. Mosquera, num discurso de outubro de 1949, carateriza o professor como o responsável na difução das tradições, dos costumes, da cultura e da geografia física da pátria.

Por sua parte, o Diretor Geral de Ensino Primário, Sr. Ernesto Pietrani, na festa dos trabalhadores, em 21 de abril de 1950, qualificava os professores como **"operários da idéia e do livro"**. Considerava os operários como DOCENTES, professores que "sem sabê-lo, davam uma lição diária na escola da vida", eram como um exército de paz, harmônicos, esforçados, cumprindo com o mandato bíblico de "ganhar o pão com o suor do rosto".

Nestes discursos existem duas idéias centrais: em primeiro lugar, a necessidade de contar com o apoio dos professores para levar adiante o Plano de Governo. Em um segundo, existe uma intencionalidade de assemelhar a tarefa dos docentes com a dos operários. Assim, quebra-se de certo modo, a idéia de superioridade que tinha-se até então com a figura do professor.

Qualquer pessoa que seja **boa** poderia, portanto, dedicar-se à educação, pois a informação é uma condição quase secundária na ideologia peronista. Tais considerações mudavam o eixo da função docente: os professores, em primeira instância, deviam dar uma formação moral e espiritual para depois fornecer a formação intelectual.

9.1 Perón, o Primeiro Professor

Perón definia-se como um professor, quando se dirigia aos professores; assumia-se como exemplo de **"apostolado"** e paciência na árdua tarefa de ensinar.

Segundo ele, a atividade de ensinar foi iniciada em sua vida militar, formando os sub-oficiais na Escola Sargento Cabral e os oficiais, na Escola Superior de Guerra, e continuava com sua vocação pelo magistério exercendo sua função de governo, persuadindo e explicando ao povo a idéia da Nova Argentina.

Considerava-se responsável pela formação moral, cultural e espiritual do povo, porque governar "não é mandar, mas sim ***persuadir***", como deveria fazer o professor.

Quando Perón falava aos professores, o fazia a partir de uma posição diferente: como colega, como profissional conhecedor das dificuldades e responsabilidades que competiam aos

docentes. Esta era uma estratégia muito usada nos discursos de Perón, ou seja, ele se colocava no lugar de seu auditório e falava com uma linguagem própria e familiar. O líder tentava captar a adesão dos professores através de uma série de medidas tendentes a melhorar suas condições de trabalho. Anunciava o aumento dos salários, a equiparação das aposentadorias e a equiparação salarial entre professores federais e estaduais. Também promulgou o Estatuto do Docente Privado.

Nos discursos das autoridades do regime, também encontramos constantemente alusões à personalidade, à moral e à educação do Presidente Juan Domingo Perón.

O Secretário de Educação Oscar Ivanissevich referia-se ao General Perón como um exemplo de honestidade além de manifestar que, pela primeira vez o povo foi interpretado por um homem que sentia como ele, pensava como ele, que falava sem mentiras. Diante disso, o Secretário apresentou Perón como o **Primeiro Professor da Escola Argentina**. Por isso era necessário seguir suas orientações, pois ele, mais que um superdotado, era um **mestre** por vocação, "um mestre nato e verdadeiro".

Considerava que, tanto nos discursos quanto em seus gestos e atitudes, Perón servia de **exemplo,** de **fonte de inspiração** para a educação, devido à sua capacidade e inteligência de antecipar-se aos problemas nacionais. Ele era o primeiro professor porque seu coração e seu cérebro estão em completa **harmonia.**

Neste contexto ideológico, o Estado era considerado um dos instrumentos para realizar essa harmonia social . Ele deveria funcionar como um sistema nervoso através do qual a vontade do líder penetraria no corpo da nação. Assim, Perón assumia o papel e a função do "Grande Pedagogo" devendo formar a consciência política "justicialista" dos argentinos e preparar os quadros da futura classe dirigente.

Para Ivanissevich, Perón era um ***Santo Laico*** que dirigia a **cruzada** Argentina da **paz** no mundo e contribuiu com seu exemplo ao consolidar todos os objetivos, concepções e aspirações na Carta Magna. Na fala do Ministro, existia um interesse em colocar Perón à frente de um **"movimento redentor"**, de qualificar sua ação sob o ponto de vista quase sobrenatural.

Com efeito, a política peronista foi exercida baseando-se em três processos fundamentais: a organização, a educação e a integração. Teoricamente, estes três processos fariam com que as massas interiorizassem o mito e o sentido do Estado. Instituição esta que deveria assumir, para a consciência do povo, o ***papel de uma divindade laica.***

10. O DISCURSO APARENTEMENTE MODERNO MARCA A PROPOSTA POLÍTICA

Para concluir, cabe indicar que Perón praticou um estilo muito particular de comunicação verbal com as massas. Por um lado, adequava seu discurso ao tipo de público a que se dirigia. Por outro lado, sempre recorria a um diálogo direto com o público receptor. Contava com uma grande habilidade expressiva, procurava enviar mensagens personalizadas, colocando-se no mesmo plano do auditório. De Ipola (1982), quando analisa o discurso de Perón, remarca seu 'novo estilo de linguagem político' que incluía formas da fala popular, como metáforas esportivas, refrãos, ditos populares, anedotas, citações do Martín Fierro, histórias de humor e conselhos quase paternalistas.

Na verdade Perón colocou uma nova linguagem no discurso político argentino, apelava a conceitos históricos que muitas vezes tinham sido usados por seus opositores e lhes dava uma outra conotação: *"grasa ou grasita", "cabecita negra"* (assim eram chamados os migrantes do interior que chegavam para trabalhar nas indústrias). O termo *descamisado* é um bom exemplo da dinâmica peronista em questões de vocabulário. Este termo tinha sido usado por um jornalista para qualificar a massa que seguia Perón; mas o discurso peronista o incorporava como uma categoria que definia os homens trabalhadores integrantes do seu movimento.

Por um lado estes termos perderam o caráter pejorativo, sendo revalorizados e formando parte da definição política do movimento popular. Por outro lado, articulou elementos democráticos a um discurso político, cujo eixo polêmico era a denúncia da velha oligarquia em nome do povo trabalhador.

No estilo particular do vocabulário peronista, Félix Luna (1969) o define do seguinte modo: era duro e ao mesmo tempo alegre; prepotente e vulgar, sentimental, ou melhor ainda, de uma sensibilidade excessiva, atrevido, exclusivista e com algo dessa saudável barbárie que acompanha inevitavelmente a todo movimento popular vigoroso.

Os discursos estavam carregados de frases ou slogans que adquiriam diferentes valores conforme as situações conjunturais. Por exemplo, quando criticavam a União Democrática colocavam "Nem nazista nem fascista, peronistas" e, referindo-se à Terceira Posição, colocavam "Nem yanquis nem marxista, Peronistas".

Perón, como os discursos políticos tradicionais, expressava-se de modo polêmico quando estabelecia os objetivos de sua política. Articulou o ataque contra seus adversários mostrando o discurso deles como mentiroso e falso, além de defini-lo como um discurso abstrato, totalmente afastado da realidade. Ou seja, tentou colocar o discurso de seus adversários como

uma simples fraseologia, palavreado sem sentido, demostrando que fala foi feita por profissionais da arte da política.

As massas reconhecem Perón como um deles, mas também como alguém que é diferente deles. Esse reconhecimento não equivalia a um 'efeito de nivelação': em seu diálogo com a massa, a primeira e a ultima palavra eram do Líder.

No que diz respeito às condições de sua recepção, a fala de Perón era dirigida às massas populares, fundamentalmente àquelas que antiga ou recentemente tinham-se incorporado ao processo de industrialização.

Os discursos de Perón estão carregados de conceitos do tipo humanista, fazendo com que a educação seja considerada como a formação harmônica do homem. Assim, a educação deveria consolidar a unidade ideológica e política da comunidade argentina, além de contribuir para a "coesão social". Com efeito, a educação, para o peronismo, é concebida como um elemento "unificador" das forças sociais. A escola era o instrumento através do qual o regime conseguia difundir e sistematizar a difusão e instrumentação da doutrina peronista.

Aparece claramente uma valorização negativa no que diz respeito à educação intelectual, oferecida pelas escolas tradicionais. O regime estava interessado na formação de um novo sujeito social, que neste caso deveria ser obediente, bondoso, honrado, capaz de ser útil à sociedade.

Assim a formação intelectual no programa de governo peronista deixava de ser central. Agora o interesse estava colocado na formação moral e física do homem. Um homem que deveria atuar de maneira "adequada" e "adaptada" na nova sociedade, porque a sociedade argentina estava transitando para uma industrialização de sua economia. O regime pretendia que a educação oferecesse os instrumentos necessários para que o "novo homem" argentino pudesse acomodar-se melhor às novas condições produtivas.

Aparecem elementos de crítica ao racionalismo da educação de origem positivista, que a oligarquia havia difundido através do sistema educativo. Mas no discurso de Perón também aparece um novo "racionalismo", vinculado à formação das forças produtivas. Por isso o conceito "trabalho" ocupa um lugar central. Os trabalhadores serão, em última instância, os destinatários de suas políticas sociais e salariais, porque é a classe operária que sustenta o governo peronista.

Portanto, a "preparação do povo para o trabalho" é o eixo que ordena o discurso peronista, embora esteja intimamente tingido por expressões de caráter paternalista, que no fundo nos fazem duvidar de seu interesse por consolidar uma verdadeira transformação social das forças produtivas. O trabalho socialmente produtivo está fora da fala peronista; o discurso fazia mais

uso da categoria trabalho num sentido de doutrinação, de moralização da sociedade em seu conjunto. Tentou transmitir a idéia de que o trabalho era um elemento disciplinador, capaz de mudar a Argentina e transformá-la num pais moderno e produtivo. Mesmo falando da transformação da economia argentina, ele não estava introduzindo o conceito de transformação das forças produtivas, isto é, o peronismo não tinha como meta que os trabalhadores dominassem os processos e os meios de produção. Em nenhum momento esteve presente o interesse em desenvolver um tipo de educação capaz de formar sujeitos que fossem aptos a se apropriarem dos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à sua transformação.

Na verdade, aparecem elementos indicando que o "líder" estava interessado em manter o controle político das massas, evitando assim sua emancipação. Certamente o desejo perseguido era de aglutinar o povo em torno de um só objetivo. A escola era a instituição que contribuía para formar os sentimentos de uma "alma coletiva".

Neste contexto os professores eram os "agentes transformadores" que dariam continuidade aos conteúdos ideológicos do regime. Seriam os encarregados de transmitir os conceitos e educar os sentimentos das crianças conforme o modelo da "nova Argentina".

Outro elemento marcante do discurso de Perón é a sua alusão à organização, fazendo uso de conceitos próprios dos conteúdos da educação militar. Na realidade essa "organização" deveria contribuir para que o povo se organizasse conforme suas categorias de trabalho. Assim, a sindicalização mostrou-se como uma estratégia organizativa adequada e coerente com a ideologia do regime. De fato vários sindicatos participavam de forma efetiva no governo. Muitos líderes sindicais desempenharam funções públicas no governo, bem como atuaram no Congresso Nacional.

A idéia de organização estava baseada nas práticas militares que Perón havia aprendido durante sua carreira militar. Esta organização possuia marcante tendência centralizadora. Organizar significava racionalizar os esforços e consolidar uma Argentina produtora e industrializadora, mas também contribuía para afiançar um maior controle do regime sobre as forças produtivas. A organização era sinônimo de eficiência e de desenvolvimento.

Outro aspecto fundamental na fala de Perón é a presença dos conceitos de caráter católico. Perón não nega sua origem cristã, muito pelo contrário, afirma que sua política educativa e social estava apoiada nos postulados da Igreja Católica. Com efeito, dentro do pensamento político de Perón achamos pontos de contato com a doutrina da Igreja Católica. Alguns intelectuais católicos colocavam em evidência esses contatos, como o sacerdote Filippo, que procurava deixar muito claro, em suas intervenções discursivas, esta proximidade entre o

pensamento de Perón e a Igreja Católica. Filippo participou ativamente do governo peronista. Foi designado como Adjunto Eclesiástico da Casa de Governo quando Perón assumiu o governo e a partir de 1948 foi deputado nacional pelo partido peronista. Na Câmara declarava que Perón desenvolvia sua política dentro dos postulados das encíclicas sociais e cristãs de Leão XIII, Pío XI e Pío XII.

O corpus da doutrina social da Igreja, na década de 40, estava conformado basicamente por duas encíclicas papais: *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891) e *Quadragésimo Año* (Pio XI, 1931). Mas os pontos de contato da proposta peronista se dão fundamentalmente com a segunda encíclica, partilhando uma terminologia comum. Assim, o conceito de 'justiça social' empregado por Perón a partir de 1944 designa a política distributiva de seu governo, estando em conformidade com a encíclica de 1931, que "proibia que uma classe exclua a outra da participação dos benefícios materiais".

Além desta terminologia, como assinalam os autores Susana Bianchi (1990) e Cristian Buchrucker (1993), a coincidência entre o peronismo e o *Quadragésimo Año,* se dá em de dois pontos fundamentais: o "terceirismo" e o objetivo de "superação da luta de classes", através da conciliação dos conflitos sociais, o que exigia do Estado um papel de mediador dos conflitos. Tanto a Igreja quanto o peronismo se apresentavam a si mesmos como uma alternativa diante do individualismo capitalista e do coletivismo comunista.

Porém existem outros conceitos eclesiásticos que Perón não compartilha, como o **corporativismo** que está presente na encíclica *Quadragésimo Ano.* Com efeito, a Igreja católica considerava que, para regular os conflitos sociais e evitar que o povo terminasse no comunismo, era necessário instaurar um Estado e uma organização sindical corporativa. Perón afasta-se deste conceito porque não tinha como objetivo modificar a organização constitucional do Estado. O abandono da democracia era impossível devido "... à força da estrutura capitalista e à influência dos esquemas liberais e neo-liberais que alimentavam o sistema mundial, impedindo assim que fosse demasiado longe na busca dos caminhos para instrumentar o populismo. A crise dos países nazi-fascistas, em 1945, desalentou novos experimentos'".(BIANCHI, 1990: 84) De todo modo, Perón não deixava de despertar suspeitas entre os partidos políticos liberais, por sua acentuada política várias vezes considerada autoritária.

Existe um outro ponto em que a política peronista e a encíclica católica estão em discordância: é no que diz respeito à **política sindical.** O projeto peronista estava muito longe de instaurar uma sindicalização de cunho clerical: contrariamente, a encíclica tinha por objetivo formar sindicatos com orientação cristã.

No entanto, essas diferenças não foram obstáculo para que o próprio Perón manifestasse publicamente, em reiteradas circunstâncias, que os conteúdos da sua proposta política continham pressupostos de características católicas.

É preciso esclarecer que as coincidências do peronismo com a doutrina social eclesiástica de 1931 são muito claras. Mas como o pensamento da Igreja não é imutável, nos anos 1940 mudam muitos aspectos de sua concepção. Deixam de considerar que os conflitos sociais podem ser eliminados através de uma conciliação de classes. Deste modo, conforme a nova conjuntura política, a proposta do Vaticano sofre sérias modificações, no que diz respeito às Concordatas realizadas com os Estados autoritários europeus (Itália, Espanha e Áustria), que objetivavam transformar a doutrina Católica no conteúdo ético do Estado. Tais acordos não deram bons resultados.

O fim da guerra, o fracasso dos regimes nazi-fascistas e a ascensão da União Soviética fizeram com que o Papa Pío XII abandonasse as posições 'terceiristas'. O capitalismo foi apresentado como 'um mal menor', ante os avanços da coletivização. Ainda subsistia a idéia de que o Estado devia ter um papel regulador dos conflitos sociais, mas evitando uma intervenção que pudesse se converter em *"Estatismo"* ou totalitarismo. Paralelamente, a Igreja começa reivindicar a democracia como sistema político. Na mensagem de Natal de 1944, o Papa Pio XII coloca que é necessário assumir a 'democracia como um caminho válido' e condena o absolutismo do Estado. Nesse momento, as esperanças da Igreja começam a ser colocadas na Democracia Cristã. Essas idéias serão defendidas pelos católicos liberais argentinos, mas a hierarquia eclesiástica as assumirá mais tardiamente. Só a partir da década de 50, os grupos católicos mais progressistas começaram a difundir estas idéias no país, movimento que contribuiu para a criação do partido Democrático Cristão.

Cabe assinalar que nas bases ideológicas de Perón encontram-se misturados elementos de nacionalismo local e do fascismo europeu. Sua forte filiação com o nacionalismo o levou a pronunciar ásperas consignas contra o liberalismo e o comunismo, assim como a aderir à doutrina clerical da harmonia de classes. Sua vinculação com as posições fascistas está presente nas exortações sobre a integração nacional, a mobilização das massas, o desenvolvimento do potencial humano do país, mediante a justiça social e o controle da sociedade civil pelo Estado.

Achamos alguns pontos de contato entre a *Doutrina Peronista* e algumas obras de intelectuais nacionalistas, como por exemplo, o economista Alejandro E. Bunge[23] que,

segundo David Rock (1994), criticava a influência estrangeira, a imoralidade do capitalismo e colocava que a propriedade privada tinha que cumprir uma função social. Nos finais da década de vinte, o economista propõe medidas econômicas tendentes a robustecer e diversificar a economia nacional através de certa intervenção estatal na industrialização.

Manuel Ugarte, outro nacionalista, começou seu trabalho político no socialismo junto a Alfredo L. Palacios e José Ingenieros, e terminou como diplomático do peronismo no México, Nicarágua e Cuba, pois esboçou conceitos muito parecidos com a chamada **Terceira Posição.**

O novelista Manuel Gálvez, em seu livro publicado em 1934, enumerava uma série de elementos de que a Argentina necessitava: patriotismo, ordem, disciplina, um sentido de hierarquia social, e a justiça social que o Estado deveria instrumentalizar, para assim evitar a luta de classes ou as polêmicas entre partidos políticos. Estes conceitos também serão considerados na doutrina justicialista.

Percebemos ainda que as teses econômicas de Raul Scalabrini Ortiz, viram-se refletidas nos documentos do regime peronista, como a 'independência econômica' e medidas concretas de nacionalização de ferrovias e outros serviços públicos.

Integrantes da corrente chamada *populismo oligárquico*, como Manuel Fresco, que foi governador da província de Buenos Aires, podem de alguma forma ter influído no pensamento de Perón, fundamentalmente em aspectos ligados à propaganda eleitoral e atividades políticas conexas, tais como a organização partidária, que se utilizava do moderno emprego da rádio e dos cartazes de rua.

Enfim, o pensamento de Perón é constituído por diferentes concepções políticas e filosóficas que estão muito proximas a conceitos espiritualistas e clericais, conjugados com idéias de caráter reformistas e modernizantes da economia. Também tomou contato com as idéias políticas européias, sendo algumas de caráter autoritário, como o fascismo e o franquismo, e de caráter democráticas, inspiradas no liberalismo francês. Tudo isto contribuiu na elaboração

---

[23] David Rock define Alejandro Bunge como um economista católico partidário da reforma social. Bunge considerava que a economia argentina tinha que ser desenvolvida internamente, deste modo se poderia evitar a dependência dos mercados externos. Esta formulação tinha a ver com as conseqüências negativas que a economia argentina tinha sofrido depois da crise econômica a nível mundial. Por outro lado, Bunge criticava o controle do capital estrangeiro do mercado nacional, além de propor um programa de diversificação econômica com um plano de substituição de importações, a colonização planificada do campo, o crescimento da construção e da industria, incrementar as inversões no desenvolvimento tecnológico e expandir o Estado na economia. Sua proposta tinha a ver com uma "independência econômica" que permitiria criar uma verdadeira cultura nacional e estabelecer as bases reais para o consenso social e político. O país por ele delineado era de agricultores e industriais e não dos clássicos fazendeiros e importadores. Esta forma de entender a economia estará presente no regime peronista fundamentalmente durante a primeira presidência.

de uma fundamentação doutrinária ambígua e eclética, razão pela qual nos é difícil situar o peronismo em uma única corrente político filosófica.

Podemos comprovar que os discursos do regime estão imersos em um emaranhado de idéias, aparecem elementos biologistas, funcionalistas e fundamentalmente conceitos muito próximos ao pensamento espiritualista[24].

Do ponto de vista gnosiológico, o espiritualismo considera a consciência o ponto de partida de qualquer objeto: só é possível "para" a consciência e "só" na consciência. Desta forma nega a matéria como tal e a reduz ao espírito, submetendo o mecanismo e todo o sistema da necessidade causal a uma ordem providencial ou divina dominada pelo finalismo.

A maior preocupação do *ESPIRITUALISMO* foi estabelecer a irredutibilidade do *homem à natureza*, contrariamente ao positivismo. Procuraram identificar grupos de acontecimentos tais como valores estéticos, valores morais, liberdade da pessoa, finalismo da natureza, transcendência de Deus, entre outros, sendo considerados constituintes do "mundo do espírito". Assim, buscavam caminhos ou procedimentos típicos para indagar e falar sobre o mundo do espírito.[25]

---

[24] Depois da guerra de 1914 começou-se a criticar na Europa a exagerada regulação metodológica do positivismo e o mundo intelectual sofreu um movimento de reação ante o positivismo. Na Argentina, viveu-se este movimento como um reflexo dos acontecimentos europeus. Varias figuras desenvolveram esta reação espiritualista e anti-positivista no país, mas existem diferentes correntes e posições. O movimento anti-positivista teve sua maior expressão durante a terceira década do século XX. Com efeito o positivismo pareceria ter chegado a um ponto de culminação e debilidade científica. Embora na Argentina já houvessem existido atitudes anti-positivista, nos grupos religiosos que defendiam o humanismo espiritualista, isso facilitou o "triunfo da reação espiritualista".

Atuaram duas correntes anti-positivistas:

a) De ***influência italiana***, onde o idealismo neo-hegeliano estava presente, com Gentile, Radice e Vidari. A partir de 1922 figuras como Juan Cassani e Hugo Calzetti começaram a defender esta posição.

b) De ***influência alemã***, penetram no país idéias de Dilthey, Litt, Spranger, através de Juan Mantovani, um defensor da pedagogia científico-espiritual e Juan P. Ramos, que propunha uma pedagogia da cultura.

Estas duas correntes anti-positivas desenvolveram-se nas faculdades de Filosofia e Letras de Buenos Aires, de Humanidades, Ciência da Educação de La Plata e do Instituto do Professorado Secundário.

Por outro lado, o positivismo universitário, tem sequência com **Alfredo Domingo Calcagno** (1891-1962) que foi chefe titular do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Humanidades e Ciência da Educação da Universidade Nacional de La Plata, sendo também Presidente da mesma Universidade entre 1944 e 1946. Defendia a vigência do método positivo. Foi um continuador da corrente cientificista e experimental de Víctor Mercante, ainda que com características próprias. Sem aderir totalmente à fundamentação filosófica positivista da pedagogia, Calcagno dedicou-se aos estudo da psicopedagogia, especialmente da psicometria e da psicoestatística, consagrou suas pesquisas e experiências de laboratório. Este pedagogo exerceu grande influência em muitos de seus discípulos.

[25] Segundo Reale e Antiseri, os pilares do programa espiritualista estavam fundados nas seguintes premissas:

1) A filosofia não pode ser absorvida pela ciência. Distingue-se da ciência pelos problemas que trata, pelos resultados que obtém e pelos procedimentos que adota.
2) A filosofia espiritualista parte do pressuposto e da constatação da *especificidade* do homem em relação a toda a natureza: o homem é interioridade e liberdade, consciência e reflexão.
3) Essa especificidade do homem leva à exigência de instrumentos de investigação diferentes dos positivistas,

Dentro da concepção espiritualista o pensamento argentino também esteve influenciado pelo que na filosofia foi chamado de **culturalismo**[26]. Esta corrente vê na figura do **educador** o sentido da pedagogia. Sendo assim, o educador tem como objetivo dirigir a personalidade de quem educa, desprezando o método experimental. O educador deve colocar o aluno em contado com o universo dos valores.

Assim, o regime propunha através de seu discurso uma série de **programas escolares** constituídos pela experiência de valores, que resumiam a cultura.

A "nova argentina" necessitava de um **MÉTODO ARGENTINO,** que fosse um instrumento apto a vivenciar e captar o sentido dos valores, conforme a realidade do país. A intuição emocional era o meio pelo qual o sujeito se aproximava do mundo dos valores, permitindo tomar contato com sua realidade.

O **fim da educação,** portanto, era o desenvolvimento harmônico da personalidade integrada, procurando desenvolver uma educação moral, com ênfase nos valores da religião Católica.

Portanto, **o homem** não era uma coisa, senão um fim em si mesmo. O homem não é só estímulo-resposta, é também espírito, personalidade, liberdade, etc.. Deste modo, a proposta metodológica peronista afastou-se do experimento como uma forma didática e confiou na "intuição". Com efeito, o professor apenas apresentava "valores" ao aluno e este captaria segundo suas condições particulares. No entanto esta nova teoria pedagógica não ofereceu aos

---

4) A realização dos objetivos do espiritualismo implica não somente a crítica ao cientificismo positivista, mas também a investigação sobre a estrutura e os limites do saber científico propriamente dito.
5) O espiritualismo é uma reação ao positivismo, em nome de interesses morais e religiosos. Ele confronta com o idealismo romântico, que identifica o Infinito com o finito: o espiritualismo enfatiza a transcendência do Absoluto ou de Deus em relação às consciências individuais.
6) Para o espiritualista Deus também é igualmente transcendente em relação à natureza, que é causalmente determinada, conforme a providência superior.

O Termo "espiritualismo" remonta a Coussin. Mas esta posição espiritualista é muito antiga, se reporta a Plotino, Agostinho, Descartes, Pascal.

[26] O culturalismo esteve presente nos intelectuais italianos e alemães. Na Argentina a influência alemã teve muita força. Idéias de autores como W. Dilthey, M. Scheler, H. Nohl, E. Spranger, T. Litt, Messer e J. Cohn, aparecem nos trabalhos de Juan Mantovani, Juan P. Ramos e J.J. Arévalo.

O Culturalismo do ponto de vista ontológico, segundo Cirigliano, aceita junto ao mundo físico um mundo espiritual. O homem é visto como um espírito subjetivo que é constituída por tendência de diferentes valores. Por outro lado, está o espírito objetivo, ou seja, a cultura, dividida igualmente em áreas segundo seu valor central (teórico, econômico, religioso, político, social, estético). A pessoa que se coloca em contato com os valores, desenvolve-se segundo o valor que predomina em sua constituição. No ponto de vista epistemológico, o culturalismo está baseado na intuição emocional dos valores de M. Scheler, que são alcançados por um caminho não racional. Faz uma diferença entre ciências do homem e as ciências da natureza. No aspecto axiológico, o culturalismo defende uma hierarquia de valores. Faz uma distinção entre o ser (natureza) e o dever ser (moralidade).

Esta corrente acha na figura do **educador** o sentido da pedagogia. Com efeito a personalidade do educador tem como objetivo dirigir a personalidade de quem educa. Deste modo despreza o método, como na corrente pedagógica idealista italiana. O educador deve pôr o aluno em contato com o universo dos valores.

professores uma metodologia adequada à sua aplicação, fazendo com que os docentes continuassem reproduzindo a "velha" metodologia normalista e positivista.

Assim, o regime peronista definiu como objetivo pedagógico o desenvolvimento da liberdade do homem baseado na **doutrina justicialista.** Este desenvolvimento provinha de uma força interior que tem lugar dentro do âmbito cultural que circunda o sujeito. Este encerrava a união de um "novo naturalismo rousseauniano", junto a uma liberdade individualista, que acabou deixando de fora o aspecto social inerente a todo sujeito, e o substituiu por um conceito de "cultura pura". Deste modo, formaram homens abstratos, metafísicos, não conseguindo prepará-los para a vida produtiva. Esqueceram que o homem é um ser histórico, condicionado por forças econômicas, políticas, sociais, históricas, geográficas enfim, condicionado pelas relações sociais de produção.

No discurso oficial estava presente o interesse de introduzir uma pedagogia vinculada ao trabalho, mas apesar de terem feito colocações referentes ao desenvolvimento industrial e à importância da profissionalização, os conteúdos pedagógicos não foram além de ensinamentos referentes ao trabalho manual (artesanato). Deste modo não conseguiram preparar o "homem para a vida produtiva", como era definido pelas diferentes intervenções discursivas dos membros do regime peronista.

A partir desta análise dos discursos, podemos afirmar que a escola era considerada um instrumento de consenso social. Enfim, o interesse do regime era consolidar sua legitimidade política. Para isso o papel da escola foi chave, porque contribuía em afiançar a imagem da existência de *"unanimidade"* que incluía todo o "povo". Deste modo, o controle do aparelho escolar foi de vital importância para a criação do imaginário político do regime.

O aparelho escolar tinha como objetivo o doutrinamento e a organização das massas, além de reforçar a imagem de Perón como líder carismático. Por esta razão manipularam o sistema educativo, mediante a criação de rituais políticos. Através da Escola e da Subsecretaria de Imprensa e Difusão, o governo desenvolveu uma intensa propaganda dirigida à criação da "unidade", da "comunidade argentina", da "solidariedade", da "harmonia social".

Enfim, o regime peronista utilizou o sistema educativo, e em particular a escola primária, como um mecanismo de socialização, na busca do que eles chamavam "unidade espiritual". Ou seja, a escola era vista como um instrumento de socialização política, onde a população adquire valores e crenças que definem sua cultura.

Portanto, a escola primária foi uma ferramenta central na construção da doutrina do regime e de sua mística política.

CAPITULO III

A TENTATIVA DE UM SISTEMA PERONISTA DE EDUCAÇÃO

O propósito deste terceiro capítulo, em primeiro lugar, é tentar uma aproximação com a legislação educacional aplicada nas escolas públicas federais pelo governo justicialista, com o objetivo de determinar as mudanças ocorridas no ensino primário. Em segundo lugar, captar a essência da legislação e ver em que medida a mesma concorda com os enunciados dos discursos tanto de Juan Domingo Perón, quanto das autoridades do Ministério da Educação.

Nesse sentido, dividimos o capítulo organizando a legislação de tal forma que facilite o acesso ao corpo legal e colocando à disposição do leitor a "letra escrita. Optamos por esta ação porque geralmente os estudos presupõe o conhecimento prévio das fontes, o que na maioria das vezes dificulta a compreensão do texto.

1. O GOVERNO ESCOLAR A CAMINHO DA CENTRALIZAÇÃO...

O sistema educativo organizado pelos governos liberais no final do século XIX, era regulamentado pela Lei 1420[1]. A mesma estabelecia que a educação primária deveria ser laica, comum, gratuita, obrigatória e seriada em toda a Capital Federal e Territórios Nacionais[2]. As escolas primárias que o governo federal administrava estavam sob a jurisdição do Conselho Nacional de Educação[3].

O laicismo foi o fundamento ideológico que os grupos liberais usavam como instrumento para manter o consenso e como elemento de integração dos imigrantes. Durante o período de

---

[1] Sobre este tema ver Bravo H: A cien años de la Lei 1420; CEAL; Bs.As.; 1985 e Weinberg, G: Debate parlamentario Lei 1420 1883-1884, Bs.As.; CEAL; 1984.

[2] O país em 1947 estava dividido em um Distrito Federal, 14 Províncias (Buenos Aires, Catamarma, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Jujuy, La Rioja, Mendoza, Salta, San Juan, San Luis, Santa Fé, Santiago del Estero e Tucumán) e 10 Territorios Nacionais (Comodoro Rivadavia, Chaco, Chubut, Formosa, La Pampa, Misiones, Neuquén, Rio Negro, Santa Cruz, Tierra del Fuego), sendo os governadores dos Territórios designados pelo Poder Executivo Nacional. Por Lei 14.037 de 8/8/51 foram provincializados os Territórios Nacionais do Chaco e La Pampa e em 22/12/53 por Lei 14.294 o Território de Misiones. A Lei orgânica de Territórios Nacionais 14.315 de 25/8/54 reconhecia os seguintes territórios nacionais: Formosa, Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz, Comodoro Rivadavia e Tierra del Fuego.

[3] O Conselho Nacional de Educação foi criado por Decreto de 28 de janeiro de 1881, durante o governo do General Roca, substituindo o antigo Departamento Nacional de Escolas. Sendo presidente Domingo Faustino Sarmiento, em 1882, o Conselho convocou, o Congresso Pedagógico Internacional. Das discussões do mesmo surgiu em 1884 a Lei 1420. Sobre este tema ver VEDOYA, Juan Carlos: Historia de la Instrucción Primária en la República Argentina, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 1984. (Mimeo) e CUCUZZA, Ruben e outros: El sistema educativo argentino, Editorial Cartago, Bs.As., 1986.

imigração o sistema educativo foi o espaço institucional onde se inculcavam os sentimentos patrióticos aos filhos dos imigrantes ; também serviu como um mecanismo fundamental para se opor às ideologias consideradas "dissolventes", fundamentalmente o anarquismo, apropriando-se do discurso destas correntes no que diz respeito à defesa de uma 'educação obrigatória sob a responsabilidade do Estado". Assim, em 1910, José María Ramos Mejía, presidente do Conselho Nacional de Educação iniciou um programa de "educação patriótica" estabelecendo os rituais patrióticos e o ensino da história nacional.

Este interesse pela educação patriótica novamente aparece na cena educativa durante a década de 1930, início de 1940 e na Segunda Guerra Mundial. Plotkin (1994) afirma que nos anos 30 os inspetores do Conselho Nacional de Educação descobriram escolas particulares de orientação germânica que praticavam o doutrinamento nazista. Em 12/7/1940 o deputado Adolfo Lanús apresentou um projeto de "Fiscalização dos estabelecimentos escolares onde se ensinavam idiomas estrangeiros propondo o fechamento daquelas que difundiam idéias contrárias ao governo republicano". (TORRASSA, 1956: 85) Com a aprovação do Projeto, o Congresso criou uma Comissão Especial Investigadora de Atividades Anti-argentinas publicando oito informes referentes à "penetração política econômica do fascismo e do nazismo na América e especialmente na Argentina. A Comissão estava contituída por Raúl Damonte Taborda, Juan Antonio Solari, Fernando de Prat Gay, Adolfo Lanús, Silvano Santander, José Aguirre Cámara, Guillermo O'Reilly, sendo presidida pelos deputados Raúl Damonte Taborda e Antonio Solari.

Toda esta ação levou o Sistema Educativo a elaborar estratégias para erradicar este tipo de ensino, através da defesa das instituições democráticas e dos princípios da soberania popular.

No final deste período o interesse do governo estava centrado em transmitir uma mensagem de caráter político mais definido, como por exemplo: ensinar nas escolas a importância de algumas medidas políticas do governo em "benefício da comunidade e da unidade nacional" na busca de um consenso social.

Na revolução de 1943, o novo governo questionou amplamente as bases ideológicas do sistema educativo até então proposto pelos liberais. Os militares da "revolução"[4] achavam que os "vícios sociais" da sociedade argentina deviam-se em parte a um sistema "ateu e

[4] O GOU (Grupo de oficiais Unidos) responsáveis pelo golpe militar de 1943, iniciou suas atividades nos anos 1941-1942. Estava constituído por 17 oficiais (Tenentes Coroneis e Coroneis), os que tiveram maior gravitação na vida política foram: Perón, Avalos, González e Ramírez. Este núcleo seleto não era homogêneo em seu pensamento, explicando em parte suas desavenças na condução do governo nacional que culminou com a sua disolução em 1944.

cosmopolita", que contaminava as almas dos argentinos. Portanto a missão do governo era corrigir este grave erro[5].

Rápidamente o governo através do Ministro de Justiça e Instrução Pública, o almirante Elbio Anaya, emitiu uma portaria pela qual estruturava as novas bases do sistema educativo, buscando colocar novamente o "nacionalismo" e a "religião católica" como base moral da sociedade civil. O objetivo da educação pública era a "formação do caráter individual e familiar, através do patriotismo e dentro dos princípios da moral cristã ".

O sistema educativo passou a ser dirigido por militantes do nacionalismo católico, a exemplo do ministro de Justiça e Instrução Pública, Gustavo Martínez Zuviría que era um conhecido militante da direita católica ; também o nacionalista católico Manuel Villada Achával ocupou a subsecretaria de Educação em 1944. O Conselho Nacional de Educação teve como interventor outro militante nacionalista católico: José Ignacio Olmedo. Este último, colocou todos os professores das escolas públicas à disposição do Conselho, alegando ser esta uma medida "preventiva", até que fossem esclarecidas todas as filiações políticas dos professores.

Os professores e funcionários sofreram demissões e perseguições. Para as novas autoridades a ideologia oficial deveria ser o nacionalismo católico, base da 'nacionalidade"; as nomeações para os cargos docentes deveriam fazer-se conforme esta filiação ideológica.

Assim, a intervenção na Universidade de Buenos Aires ficou a cargo do doutor Tomás Casares, que era membro da Ação Católica Argentina. B. Genta foi o interventor na Universidade do Litoral e posteriormente diretor do Instituto Nacional do Professorado Secundário. Paralelamente as associações estudantis universitárias (Federação Universitária Argentina e Federação Universitária de Buenos Aires) foram declaradas ilegais.

Em 31 de dezembro de 1943, o governo militar decretou a introdução da educação católica nas escolas públicas que estivessem sob jurisdição federal. Esta resolução levou os grupos liberais e as associações de professores a manifestarem-se de maneira contrária.

Com efeito, em 4 de junho de 1943 uma das primeiras medidas do governo "de facto" foi declarar a intervenção no Conselho de Educação, com o objetivo de "tirar o Conselho de sua crise", dada a desorganização nas áreas técnicas e administrativas. Desde 1920 até 1943, salvo alguns períodos de administração ajustada estritamente às normas da lei de educação comum, as atividades do conselho haviam sido motivo de observações periódicas, que repercutiram no Congresso Nacional. Nomeações, ascensos, criações de escolas, construções de edifícios haviam sido questionados e criticava-se a gestão das autoridades escolares. Isto justificou a intervenção do governo de fato. Pela primeira vez na vida do Conselho chegou à sua alta

---

[5] Documento segreto do GOU, citado por Carlos Ibarguren em La Historia que he vivido; Ed. Pend; Bs.As.; 1955

direção um interventor nacional, um membro da armada nacional, cujas atividades produziram "boa impressão" na opinião geral. O jornal "La Prensa" referia-se ao interventor "como um homem que tinha boas intenções e que aplicava a lei de educação com lealdade, fez todo o possível para defender a instituição e corrigir alguns de seus males".(La Prensa, 17/1/47:5)

A seguir o Conselho teve mais três interventores até a normalidade constitucional, mas em relação a nenhum deles repetem-se os elogios como no caso do interventor inicial.

Segundo "La Prensa": "Todos foram simples executores de decretos leis que modificaram ou anularam preceitos fundamentais da lei educativa. Em alguns casos nos pareceu que iriam implantar uma política de orientação fundada em distinções raciais e ideológicas, sobretudo quando declarou-se em comissão todos os funcionários e aproveitando-se desta circunstancia deixam em disponibilidades sem remuneração mais de 500 professores do primeiro grau, a maioria dos quais foi lentamente restituída a seus cargos. Em geral, as três administrações contradizem-se entre si e procuram corrigir erros das anteriores, mas por vezes incorreram em outros".(La Prensa, 17/1/47:5)

Durante os três anos de governo revolucionário não houve uma orientação única, o Conselho não melhorou e sua obra não foi destacada. Os defeitos e anomalias já citados no Conselho de Educação repetiram-se durante a maior parte dos três anos transcorridos. Quando da normalidade constitucional o governo não só não retomou à lei 1.420, como também manteve sua intervenção.

Quando finalmente Perón assumiu o governo em 1946 dando continuidade ao "processo da revolução", manteve por vários meses a organização do Ministério da Justiça e Educação sem introduzir mudanças. Através do **Decreto Nº 240** de 10 de junho de 1946, reforçou a intervenção no Conselho Nacional de Educação, órgão este que regulava o ensino primário.

Não estando em condições de estruturar uma Lei de Educação Comum adequada a suas finalidades, o governo resolveu introduzir pequenas reformas na estrutura hierárquica atendendo assim à educação moral, intelectual e física das crianças, conforme os objetivos da Nova Argentina.

Lentamente foi sendo modificada a estrutura do Ministério. Assim, em 16 de janeiro de 1947, pelo **Decreto Nº 939**, foi suspenso o Decreto Nº 9122 de setembro de 1943, que reconhecia ao Interventor do Conselho Nacional de Educação plenos poderes de atuação. Em 1947, o peronismo excluiu estas atribuições porque considerou :

> *"Que a adequação do ensino primário argentino à doutrina contida no Plano Qüinqüenal do governo faz necessária a intervenção mais direta do titular do Ministério de Justiça e Instrução Pública no Conselho Nacional de Educação, única forma pela qual os conceitos*

> *fundamentais expressos encontrem uma exata interpretação e uma fiel tradução prática."*
> *(Decreto Nº 939, 16/1/47, Boletim do Ministério de Justiça e Instrução Pública da Nação Ano X Nº 83)*

Este Decreto suspendeu a amplitude das funções conferidas ao Interventor. Deste modo, o Ministro de Justiça e Instrução Pública ganhou amplos poderes e faculdades, provocando uma centralização de poder. O Interventor (como estabelece o artigo 2^0 do Decreto) ficou hierarquicamente abaixo do Ministro da Justiça e Instrução Pública.

Esta medida foi duramente questionada pela imprensa opositora da época. Em seu editorial do dia 11/6/47 "La Prensa" referia-se ao Conselho da seguinte forma:

> *"Este organismo desapareceu de "fato" faz mais de 4 anos, e suas atribuições foram transferidas ao Ministério de Instrução Pública, pelo que resulta impróprio atuar em nome do Conselho Nacional de Educação". Na realidade a pessoa encarregada da Instrução elementar na ordem nacional não pode adjudicar-se a representação do CNE porque ele é um interventor que foi nomeado pelo Poder Executivo e exerce as funções conferidas ao conselho e aos conselheiros escolares de distritos pela lei 1420.*
>
> *O Conselho tem sido convertido "em uma espécie de superintendência da educação elementar (...) tem substituído ao sistema criado pela lei 1420, que colocava a direção facultativa e a administração geral a cargo de um corpo formado de um presidente e 4 vocais que integravam o Conselho Nacional" Os conselheiros eram nomeados pelo Poder Executivo mas só com o acordo do Senado. Se bem que o corpo funcionava sob a dependência do Ministério de Justiça e Instrução Pública, a instituição tinha caráter autárquico administrando os fundos consagrados ao sustento e fomento da educação comum.*

Também na Câmara de Deputados a oposição apresentou Projetos de Lei pedindo informações ao Poder Executivo para que explicasse a razão pela qual mantinha-se a intervenção do Conselho Nacional de Educação[6].

---

[6] 28/8/46 Projeto de interpelação sobre medidas do governo em matéria de ensino: Os deputados Santander, Busaniche, Aráos, Mántaras, Zara, Liceaga, e Zanoni, apresentaram um projeto pelo qual intimavam o Ministro de Instrução Pública a informar sobre: "Porque razões o Poder Executivo mantém ainda sob intervenção o Conselho Nacional de Educação; e as causas que têm determinado as transferências e disponibilidades sem remuneração dos professores e o porquê da proibição do texto de Juan Bautista Alberdi: "O crime da guerra".

21/3/47 Projeto pedindo informações sobre o Conselho Nacional de Educação do deputado López Serrot: solicitava tratamento de urgência que explicasse o porque da intervenção no Conselho Nacional de Educação e a razão pela qual deixou em disponibilidade sem remuneração os professores do ensino primário, como também os motivos da proibição do livro de leitura "O crime de guerra"de Alberdi. O deputado diz que "a ação descabida dos interventores segue causando alarme entre os professores e a população do país. Esse pedido também foi encaminhado a uma comissão igualmente como o de Santander ãpresentado em 28 de agosto de 1946.

5/9/48 Projeto solicitando informações sobre as causas pelas quais tem-se impedido o funcionamento dos Conselhos Escolares, apresentado pelo deputado Oscar López Serrot.

Porém, a mesma situação repetia-se em alguns Conselhos Gerais de Educação provinciais. Assim constatamos que em março de 1947 O Conselho Geral de Educação de Córdoba opunha-se à centralização no governo federal do ensino primário de todo o país, respondendo negativamente à circular enviada pelo governo nacional que enfatizava a "necessidade de uma organização centralizada de todo o ensino primário argentino". O Conselho de Córdoba em nota referia-se a necessidade de respeitar os preceitos constitucionais que opunham-se a essa iniciativa, e diziam que: "sempre haviam tido "zelosa susceptibilidade por sua autonomia constitucional na ordem do ensino primário" e não opunham-se ao propósito de estabelecer bases comuns para a organização da educação elementar em todo o país". Mas consideravam que: "é possível encontrar coincidências entre os pareceres da Nação e da província desde que a atuação nacional, (...) não chegue a anular, por absorção, a obra escolar de caráter local". O Conselho ponderava prudentemente, "a separação de jurisdições, para que cada parte desenvolva o papel que lhe corresponde" (La Prensa, 12/3/47:7). Finalmente em 7/2/49 o Conselho de Córdoba foi substituído por um interventor.

Outro caso semelhante era o governo escolar de Corrientes, onde a Constituição dessa província estabelecia que a educação pública provincial estaria sendo dirigida e administrada pelo Conselho Superior de Educação, mas o organismo escolar local estava nas mãos de um interventor, assim como em outras jurisdições importantes: Santa Fé que em 14/6/47 sofreu sua intervenção, Buenos Aires, desde abril de 1947 e Tucumán. Como podemos observar, não só a jurisdisção Federal sofreu com as intervenções o mesmo ocorreu em todo o país.

A organização ministerial federal até 1948 contemplava um só Ministério de Justiça e Instrução Pública, dividido em duas Subsecretarias (VER ANEXO I).

Em fevereiro de 1948 ocorreu uma grande mudança no Ministério; pelo **Decreto Nº 4026** o Departamento de Instrução Pública passou a ser a **Secretaria de Educação da Nação.** Justificava-se a criação pelo grau de complexidade dos problemas educacionais e culturais que deveriam ser resolvidos por uma Secretaria de Estado.

No artigo 2º fixou-se a função da Secretaria de Educação:

> *"Cabe ao Secretário da Educação as seguintes atribuições: promover a cultura científica, literária e artística da Nação, bem como todos os assuntos de competência do atual Departamento de Instrução Pública..."*
> *(Decreto Nº 4026, Boletim da Secretaria da Nação Ano I, Nº 1, 2 e 3; Janeiro-Fevereiro e Março de 1948, pag. 25)*

Em agosto de 1949 foi promulgada a **Lei Nº 13.548,** que determinou que o Conselho Nacional de Educação transformava-se em DIREÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO.

Deste modo, as funções e atribuições do ex-Conselho Nacional de Educação foram exercidas pelo "Ministro Secretário de Estado da Educação". De fato a "transformação" do Conselho Nacional da Educação[7] em uma mera Direção, fazia com que esta instituição de longa trajetória na direção da educação argentina, passasse a ocupar um lugar secundário na organização ministerial, perdendo o status de autarquia[8] e as funções de direção técnica, disciplinar e administrativa, além de desaparecer o seu caráter "colegiado". Esta medida foi uma das mais polêmicas juntamente com a Lei de Educação Religiosa, gerando no ambiente docente e político um clima de extremo descontentamento. O jornal "La Prensa" em seu editorial de 27/8/49 defendia fervorosamente o Conselho Nacional de Educação:

> *"A criação do Conselho Nacional de Educação autárquico é disposição votada pelo Congresso. Ninguém, salvo este, pode suspender, modificar ou revogar. Portanto em estrito direito, o Conselho existe e também seu regime autárquico. Só falta que o Poder Executivo cumpra os preceitos legais correspondentes. Desde sua criação até 1943 o Conselho teve autonomia administrativa e técnica. Desde 1884 o Conselho é autárquico e os inconvenientes e erros de suas administração não foram frutos da lei nem da autarquia, senão do abandono de suas disposições e deste regime que não admite interferências de nenhuma espécie na condução do Conselho."*

Pelo **Decreto Nº 32.483** de 23 de dezembro de 1949, integraram-se as dependências administrativas, técnicas e didáticas da nova Direção Geral do Ensino Primário, e se fundiram serviços do ex-Conselho com outros análogos do Ministério.

Finalmente em 1949, pela **Lei 13.529**, a "Lei Orgânica dos Ministérios"[9] determinou que a Secretaria de Educação criada em 1948 fosse transformada no MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA NAÇÃO[10], autonomizando-se da Pasta da Justiça.

---

[7] O Conselho Nacional da Educação, segundo a Lei 1420/1884, dirigia e administrava as escolas da Capital Federal e dos territórios nacionais. A partir de 1905, por disposição da Lei No. 4874 (Lei Láinez, de Escolas Federais nas provincias), ampliou-se a jurisdição do Conselho. A Lei Lainez estabelecia que o mesmo poderia criar escolas naqueles Estados Provinciais que as solicitassem

O Conselho era um corpo colegiado constituído por um Presidente e quatro vocais e tinha amplas atribuições: entre elas dirigir a educação das escolas primárias, fiscalizar o ensino das Escolas Normais da Capital e Territórios Nacionais, administrar os fundos da educação elementar, ditar os programas escolares, expedir os títulos dos professores, adotar os livros de textos escolares, suspender ou destituir professores, supervisores ou funcionários, etc..

[8] O Capítulo V, da lei 1420 "Tesouro comum das escolas - Fundo escolar permanente" previa a necessidade de gerar as medidas suficentes para a condução autónoma do Conselho Nacional de Educação. O mesmo pretendia afastar o ensino primário dos vaivens da política e possíveis medidas arbitrárias. Gregorio Weinberg (1984) afirma que os contínuos avanços sempre eram contra o espírito da lei 1420, impedindo a formação do "Tesouro comúm das escolas"e do "fundo permanente".

Segundo Héctor F. Bravo (1985) o princípio de autarquia previsto na lei nacional de educação comum, foi desgastando-se prematuramente, nos seus aspectos financeiros, com as supressões introduzidas no artigo referente ao *tesouro comúm das escolas em* lei orçamentária de 1935. A lei complementar de 1943 e outros textos legais, determinaram que os recursos genuínos do Conselho, alcançassem só 0.08% do total dos gastos.

[9] Em nota editorial de 16/9/49 o jornal "La Prensa" criticava esta medida: "Por efeito de um artigo incluído na lei sobre dependência de organismos administrativos, desaparece o Conselho Nacional de Educação, entidade

A **Lei 13.529/49**, dispunha em seu Artigo 16 que era competência do Ministério da Educação todos os assuntos relacionados com a educação, instrução, ciência e cultura. Determinava as seguintes funções:

1° Cuidar do ensino escolar, secundário, profissional e artesanato, capacitação universitária, graduação universitária e a educação nos estabelecimentos carcerários conforme previa a Constituição Nacional em seu parágrafo IV no artigo 37.

2° O Ministério deveria:

- lutar contra o analfabetismo;
- promover o sistema médico e assistencial dos educadores;
- cuidar da assistência escolar e da recreação cultural, moral e física;
- promover o turismo escolar nacional e internacional;
- garantir uma educação física integral;
- Ocupar-se da proteção e fomento das ciências e artes.
- conservar, orientar e difundir a cultura científica e artística, mediante academias.
- promover a investigação científica, técnica e histórica, além de ocupar-se do registro, conservação e defesa das riquezas e valores históricos e artísticos.

Em 1950 o **Decreto 16.251**, dispunha sobre a nova estrutura e organização do Ministério de Educação da Nação. Através do artigo 2° extinguiu-se a Subsecretaria Universitária criada em 1949. As relações entre as Universidades e o Poder Central se dariam através do Ministro da Educação. Isto obedecia às relações altamente conflitantes entre o governo e as universidades. Antes de Perón assumir foi decretada a intervenção nas universidades pelo decreto 12.195/46 do governo de Farrell. Em 4 de maio de 1946 o doutor Oscar Ivanissevich assumiu como delegado interventor das universidades acompanhado por um grupo de autoridades que deixavam claro sua posição católica de direita, compondo uma estranha equipe ao misturar ex reformistas como Carlos Astrada junto a conservadores reacionários como Tomás Casares. Durante todo esse ano sucederam-se demissões de docentes, suspensões e expulsões de

---

autárquica criada no ano de 1884, que prestou grandes serviços à República. Foi substituído por uma direção Geral do Ensino Primário, dependente do Ministerio de Educação, pondo-se fim assim, a uma das maiores criações legislativas argentinas."

[10] Durante o governo peronista a burocracia estatal sofreu um considerável aumento. Inicialmente através do artigo 87 da Constituição de 1853 os Ministérios eram cinco: Interior, Relações Exteriores, Fazenda, Justiça Culto e Instrução Pública, Guerra e Marinha. Com a Reforma de 1898 passaram a ser oito Ministérios : Interior, Relações Exteriores e Culto, Fazenda, Justiça e Instrução Pública, Guerra, Marinha, Agricultura e de Obras Públicas. Durante o governo "de fato" de 1943 e no início da gestão peronista o número de ministérios aumentou para 17, os mesmos foram criados por decretos. Depois da sanção da nova Constituição Nacional em 15/3/49 foram designados os seguintes ministros: Justiça; Educação; Relações Exteriores; Defesa Nacional e Interino do Exército; Marinha; Aeronáutica; Economia; Fazenda; Finanzas; Obras Públicas; Agricultura; Industria e Comércio; Trabalho e Previdencia; Transportes; Saúde Pública; Comunicações; Asuntos Políticos. A Constituição de 1949 não determinava o número de ministérios. No artigo 86 estabelecia-se que: "Por uma Lei da Nação, e por proposta do Poder Executivo, se determinara a denominação e os ramos dos ministérios assim como a coordenação dos respetivos despachos". Finalmente em 1954 pela Lei 14.303 "Orgânica de Ministérios" passaram a ser 16 ministérios: Relacões Exteriores e Culto; Interior e Justiça; Trabalho e Previdência; Asistência Social e Saúde Pública; Educação; Comunicações; Obras Públicas; Transportes; Fazenda; Agricultura e Pecuaria; Industria; Comercio; Finanzas; Exercito; Marinha; Aeronáutica.

alunos. "Perón queria uma Universidade onde 'não existisse a política'. Este processo foi se agravando à medida que transcendia o projeto de Lei Universitária que o Executivo levara ao Congresso e diante do qual a Federação Universitária Argentina iniciaria uma campanha de denúncias e repúdio, além de propor um projeto alternativo da lei".(MANGONE C e WARLEY, 1984:24)

O mesmo **Decreto 16.251/50** em seu artigo 3^0 extinguiu a Subsecretaria de Cultura criada em fevereiro de 1948 e em seu lugar foi criada a DIREÇÃO GERAL DE CULTURA, que constava de três Direções: 1) Ação Cultural, 2) Ensino Artístico, 3) Fomento e Estimulo Cultural.

Assim, o Ministério organizou-se em cinco Direções Gerais, que estavam subordinadas diretamente ao Ministro de Educação: 1) Ensino Primário; 2) Ensino Secundário, Normal, Especial e Superior; 3) Ensino Técnico; 4) Administração; e 5) Pessoal. Também constavam de cinco Direções específicas: Ensino Religioso; Saúde Escolar ; Assuntos Jurídicos; Assistência e Serviços Sociais; Biblioteca e Informação Educativa. Portanto, na nova estrutura do Ministério de Educação não estavam previstas secretarias nem sub-secretarias.

Entendemos, pois que o governo desenvolveu uma política educativa de caráter intervencionista, conduzindo a uma maior centralização do poder, contradizendo assim as bases da Lei 1420 que previa a autonomia ténico-administrativa do Conselho Nacional da Educação sendo este um órgão colegiado que possibilitava maiores canais de participação.

2. ORIENTAÇÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO: na procura de uma LEI GERAL DE EDUCAÇÃO

Durante todo o período peronista, o governo fez várias tentativas de introduzir uma legislação para coordenar a educação em todos os seus níveis, mas não promulgou uma lei única de ensino.

Passaremos a analisar as diferentes tentativas de legislar sobre o tema, através dos itens a seguir: 1) Primeiro Plano Qüinqüenal, 2) A Constituição de 1949 e 3) Segundo Plano Qüinqüenal.

2.1.A Educação no Primeiro Plano Qüinqüenal

Por acordo dos ministros em 11 de junho de 1946, foram transferidas as funções do Conselho Nacional de Pós-guerra, seu pessoal, bens e orçamento à Secretaria Técnica da Presidência da Nação, sendo seu titular o doutor José Figuerola. A missão desta Secretaria era

Imediatamente estudar e propor uma reforma ou racionalização administrativa que planificaria e coordenaria um plano de ação para responder aos problemas econômicos e sociais do país. Deveria também criar um corpo consultivo anexo, o Conselho Econômico e Social integrado por representantes do Estado Nacional, dos empresários e dos trabalhadores. Sendo assim, no início do segundo semestre de 1946, sigilosamente a Secretaria Técnica preparou um Plano de Governo para o período 1947-1951, que surpreendeu a opinião nacional.

O Plano de Governo 1947-1951, denominado assim inicialmente, logo adotou a designação de Plano Quinquenal e foi apresentado ao Congresso Nacional através de uma mensagem Presidencial. O Plano entrou no dia 23/10/46 no Senado em forma de projeto de lei, cujo artigo 1° aprovava o Plano de Realizações e Inversões, contento 27 leis [11] . O artigo 2° do projeto previa total liberdade ao Poder Executivo para o financiamento, autorizando a emissão de títulos da dívida pública na quantia que fosse necessária e posteriormente, prestando contas anualmente ao Congresso. O Plano foi acompanhado de uma extensa fundamentação e um prolixo sumário.[12]

Em uma conjuntura de expectativas e fortes críticas o Poder Executivo expôs no Congresso um Plano frente a uma assistência concorrida. Havia muitas pessoas fora do Congresso que esperavam por Perón.

A forma de apresentação do Plano foi uma novidade, convocou ambas as Câmaras do Congresso Nacional, não em caráter formal de Assembléia, mas sim um convite cerimonioso a senadores e deputados nacionais para escutarem a exposição do Presidente. Compareceram ao ato apenas a bancada oficialista, e foram convidados especialmente os governadores das províncias e dos territórios nacionais, também os Ministros e Secretários do Poder Executivo,

---

[11] 1. Lei de criação do Corpo de Advogados do Estado; 2. Lei de Organização dos Ministérios (autorização ao Poder Executivo); 3. Lei de Bases modificando o Regime Municipal para a Capital Federal; 4. Lei concedendo Direitos Eleitorais à Mulher; 5. Lei concedendo Direitos Eleitorais aos Sub-oficiais das Forças Armadas; 6. Lei de Organização da Saúde Escolar; 7. Lei de Construções, Habitação e Funcionamento dos Serviços de Saúde Pública; 8. Lei de Bases sobre Educação Primária, Secundária e Ténica; 9. Lei de Reforma Universitária; 10. Lei de Bases reoganizando a Justiça Federal; 11. Lei de extensão do Fórum do Trabalho; 12. Lei regulando as Funções Notariais; 13. Lei de Bases criando a Jurisdição Contencioso Administrativo; 14. Lei de organização do Serviço Exterior da Nação; 15. Lei de Bases sobre Imigração, Colonização e População; 16. Lei de Arrendamentos Rurais e de Parceria; 17. Lei do Acionar Operário; 18. Lei de Bases instituindo o Seguro Social; 19. Lei de Bases para o Fomento da Moradia; 20. Lei de Reorganização da Direção Nacional da Energía; 21. Lei Nacional da Energía; 22. Lei de Pesca e Caça Marítima; 23. Lei de Defesa da Riqueza Forestal; 24. Lei criando o Centro Nacional de Investigações Agropecuárias; 25. Lei de Fomento da Industria Nacional; 26. Lei Modificando a Lei de Aduanas; 27. Lei de Bases de Criação do Corpo de Aduanas.

[12] TITULO I: *Governação do Estado*

Cap. I. Política; Cap. II. Saúde Pública; Cap. III. Educação; Cap. IV. Cultura; V. Justiça; VI. Exterior.

TITULO II: *Defesa Nacional*

1. Exército; 2. Marinha; 3. Aeronáutica.

TITULO III: *Economia*

Cap. I. População; Cap. II. Obra Social; Cap. III. Energía; Ca. IV. Trabalhos Públicos e Transporte; Cap. V. Produção; Cap. VI. Comercio exterior; VII. Finanças.

Agregou-se também um resumo estimativo dos gastos, tanto para iniciar a organização dos serviços como para financiar os investimentos, discriminados nos principais capítulos e conceitos.

autoridades do Banco Central e da Nação, autoriadades das Universidades, Faculdades, e o Prefeito Municipal.

O governador de Corrientes, única provincia cujas autoridades não pertenciam ao oficialismo, não compareceu, alegando que: "como a legislatura local estava em recesso e só dia 22 de outubro reuniria-se em sessões extraordinarias, o governador não poderia solicitar a autorização correspondente exigida pela Constituição da provincia, para ausentar-se da jurisdição"[13].

A oposição em todos seus setores -demócratas nacionais, antipersonalistas[14], democratas progressitas e radicais- abstiveram-se de comparecer porque "não se tratava de uma assembléia legislativa, portanto não necessitavam estar presentes".

A apresentação do Plano teve uma introdução do Presidente da República que expressava os motivos do governo ao propor uma nova legislação para o governo escolar: ***Projeto de Lei com Bases para Educação.***

No seu discurso referia-se as desigualdades existentes no país em relação à quantidade de crianças que não entraram no sistema educativo por problemas econômicos e outras que pelas mesmas razões, não conseguiram terminar a escola primária. Por isso, defendia a **Universalidade** da educação, ou seja, uma educação **"para todos"**, sem privilégios nem diferenças sociais, evitando "no país lutas inúteis que desgastavam os homens".

Anunciava ainda, que o país buscava formar homens capazes e virtuosos; para tanto, a Secretaria do Trabalho e Previdência, criaria escolas de instrução para menores na indústria.

Todo seu discurso defendia a educação técnica e politécnica, por entender que estas garantiam a capacitação de uma mão de obra eficiente, necessária para o desenvolvimento econômico da Nova Argentina.

Sendo assim, o Presidente da Nação considerava que a educação deveria levar à população o conhecimento, conservação e desenvolvimento da cultura nacional. Por isso as escolas, institutos, colégios e centros científicos promoveriam e cuidariam da tradição, ensinando folclore, danças, comemorações cívicas, poesia popular, valores da história, da religião, da família e do idioma.

Perón fazia referência também, ao descuido da educação e da cultura nacional, criticava duramente a educação vigente até então. Na mesma apresentação frente ao Congresso, o Secretário Técnico falou do Plano de Governo e do interesse pela educação popular sem privilégios econômicos.

---

[13] Nota enviada pelo governador de Corrientes ao Presidente da Nação em 21/10/46

[14] Antipersonalistas: Partido formado na década de '20 por uma ala dissidente do Partido Radical.

> *"O democrático no ensino consiste em dar a todos as mesmas possibilidades conforme suas aptidões, porque a igualdade implica equilibrar as diferenças de posição econômica e social fazendo com que a continuidade nos estudos não dependa de um privilégio patrimonial..."*
> *(Plano de Governo, 1947-1951, Tomo I Apresentação do Plano na Câmara de Deputados, por J.D. Perón e os Ministros 21/10/46)*

Como podemos perceber o governo estava interessado em garantir o livre ingresso do povo nas escolas públicas e fazer da educação um direito, apoiando economicamente às famílias necessitadas.

Por fim, o Secretário Técnico ressaltou que o ensino primário não só deveria dar conhecimentos básicos e elementares, como também conter os rudimentos necessários para o desenvolvimento das habilidades manuais. Portanto, a educação não só deveria oferecer conhecimentos teóricos como também, facilitar o desenvolvimento da personalidade social e o patriotismo. Estes conhecimentos seriam ampliados no nível secundário.

O PROJETO DE LEI na primeira parte referia-se aos fundamentos e na segunda aos artigos da lei propriamente dita .

- **A Primeira parte do Projeto de Lei** consistia numa exposição de motivos visando esclarecer a intenção do governo com a proposta de Reforma Educativa. Assim manisfetavam que a educação não podia ser concebida como um conjunto de partes, ela deveria ser uma estrutura totalmente entrelaçada, contemplando a unidade entre a escola primária e média, o técnico e a universidade.

Nesse sentido, o ensino perseguia duas finalidades: a **preparação** e a **configuração**. A **preparação** tinha um caráter instrumental, supunha um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos permitindo ao homem desenvolver-se na vida cotidiana; este conceito estava ligado ao aspecto material. A **configuração** consistia na formação moral, sendo o elemento idealista da educação que modelava a personalidade, favorecia a iniciativa e a cooperação permitindo assim valorizar a justiça social.

O texto criticava o caráter **materialista** da educação por ter esquecido a formação moral e espiritual do indivíduo, além de acusar os órgãos da educação de antidemocráticos por estarem em poder das minorias anti-populares. Isto estava intimamente ligado à definição que o próprio Perón fazia de seu regime como os "verdadeiros representantes do Povo".

Concluía afirmando que a intenção do projeto de lei era promover uma educação democrática e igualitária, oferecendo a toda população as mesmas possibilidades de ingresso e término, sem ter como parâmetro a sua condição econômica.

- **A Segunda parte do projeto da Lei de Bases** era constituída por 27 itens que continham as linhas gerais para organizar a educação primária, secundária e superior.

No **item I** estabelecia-se que a educação em todos os seus níveis e graus deveria guardar uma conexão e interdependência. Considerava também:

> *"...procurar criar e afirmar o conceito de personalidade, o espírito de iniciativa, de cooperação e de trabalho e o sentimento de responsabilidade dentro de uma concepção humanista da vida e da justiça social."*
> *(Plano de Governo, 1947-1951, Tomo I, Apresentação do Plano na Câmara de Deputados, por J.D. Perón e os Ministros 21/10/46)*

O Projeto previa a criação de um novo Conselho Nacional da Educação subordinado ao Ministro de Justiça e Instrução Pública.

O **Conselho Nacional da Educação** se divide em três níveis:

- Ensino Primário;
- Ensino Secundário;
- Ensino Técnico.

Verificamos que a proposta peronista estendia a competência do Conselho aos níveis do ensino secundário, sendo que na Lei 1420 o mesmo legislava e administrava só para o nível primário

O Conselho seria formado por um presidente; três vice-presidentes, um para cada uma das áreas de ensino acima citada; os vogais e quatro secretarias. Todos os cargos seriam designados pelo Poder Executivo, sendo a presidência referendada pelo Senado.

Um elemento importante a assinalar era a presença de operários[15] no Conselho Nacional de Educação; no **item IV** do projeto ficou estabelecido que os vogais seriam nomeados da seguinte forma:

- Três pelo Ministério de Instrução Pública, sendo um para o ensino primário, outro para o ensino secundário e o terceiro para o ensino técnico.
- Três pela Secretaria de Indústria e Comércio, sendo um em representação dos operários, outro pelos artesãos e o último pelos patrões.
- Três pelo Ministério de Agricultura, sendo dois deles em representação dos operários rurais e o terceiro representa os proprietários do campo.
- Três pela Secretaria de Trabalho e Previdência na proporção e forma estabelecidos para o caso da Secretaria de Indústria e Comércio.
- Nove pelo Poder Executivo, sendo três para o ensino primário, três para o ensino secundário e três para o ensino técnico. O terceiro de cada um deles deveria ser um operário, artesão ou empregado que tivesse uma capacitação adequada.

---

[15] No que diz respeito à participação de operários no Conselho não encontramos nenhuma documentação que nos informasse sobre a forma na qual interviriam na organização escolar. Sabemos que esse projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional, portanto não temos maiores dados sobre o tema.

- Um vogal por cada estado e território nacional.
- Dois pelo ensino privado.
- Três pelas associações ou agrupamentos de pais de família.

O Projeto de Lei estabelecia que para cada "província ou território e aos efeitos que lhe concernem, o Conselho Nacional de Educação em plenário e por maioria absoluta de votos, designaria com caráter estável e por um prazo não superior a 3 anos, sendo reelegivel, um delegado, que se ocuparia dos três aspectos do ensino, e em alguns casos poderia nomear até três delegados por Estado.

Entre as **funções** que o projeto previa para o Conselho Nacional destacaremos as mais importantes:

> 1) Criar e sustentar escolas primárias, secundárias e técnicas, que fossem necessárias assim como nos circuitos de educação onde escolas ou centros não fossem completos.
> 2) Organizar e modificar o ensino nas três classes indicadas.
> 3) Nomear os professores e delegados do Conselho.
> 4) Dirigir e inspecionar o ensino em suas três classes.
> 5) Ditar o Estatuto do Ensino em seus três aspectos.
> 6) Estabelecer o orçamento anual da educação.
> 7) Administrar os fundos designados para o sustento e fomento da educação.
> 8) Reunir os dados primários para conformar as estatísticas escolares.
> 9) Realizar a cada três anos um Congresso Nacional de Educação que trate dos temas educacionais do ensino primário, secundário e técnico.
> 10) Criar e manter revistas e publicações de todo tipo, que tenham a ver com a educação.
> 11) Criar e outorgar bolsas de estudos e de viagens para estudantes e professores.

O Projeto fixava como premissa fundamental que o ensino seria **obrigatório, gratuito e seriado** ; compreenderia as crianças entre cinco e quatorze anos, organizando os ciclos da escola primária (VER ANEXO II)

No Item VIII do Projeto[16] estabelecia que o ensino primario dependeria em todos seus aspectos do Conselho Nacional de Educação (secção primeira) e dividia o ensino primário em três ciclos: um pré-escolar de dois anos de jardim da infância, um segundo de cinco anos de educação primária, e um terceiro de dois anos no qual seguindo o ensino básico, se completaria o mesmo com rudimentos de um oficio, arte ou ocupação manual. Também previa-se o ensino primário para deficentes mentais e transporte das crianças às escolas.

---

[16] Este Projeto retoma o Projeto de "Reformas Orgânicas en la Enseñanza Pública" apresentado por U. de La Plaza e C. Saavedra Lamas em 1916. Previa um primeiro ciclo de 4 anos obrigatório para a escola primária e um segundo ciclo de três anos que era chamado de Escola Intermediária, perdendo o caráter de obrigatoriedade. Introduzia duas novidades: a) professores do ensino primário e secundário por grupos de disciplinas b) introdução de manualidades, com vistas a uma futura orientação profissional. A escola intermediaria abarcava duas áreas: ensino geral (matemática, história argentina, geografia econômica da República Argentina, castelhano, francês, inglês, história natural, geografia física e descritiva, física, química, direito usual). O ensino profissional completava-se com desenho obrigatório. A escola secundária mantinha seu papel de preparatória para a universidade.

Logo que conhecido o Plano de Governo de imediato começou uma batalha política tornando-se um magnífico pretexto para reavivar a profunda disputa que culminou nas eleições de 24 de fevereiro desse ano.

Por um lado, o governo realizou uma ampla campanha de difusão, começando pelas exposições de Perón, primeiro aos trabalhadores e depois aos representantes da velha União Industrial Argentina, como também para a recentemente criada Associação Argentina da Produção Industrial e do Comercio, todos reunidos num transitório idílio. Esta campanha de difusão procurava despertar adesões em toda a sociedade. Assim, nas páginas dos jornais da época (como por exemplo "El Mundo", "La Nación" e "La Prensa) apareciam notícias e avisos publicitários que informavam das palestras, seminários e encontros organizados pelo próprio Poder Executivo.

Também o governo contou com o apóio de educadores que se dedicaram a difundir o Plano de Governo. Assim o recentemente criado Sindicato Argentino de Mestres inicou uma campanha de divulgação e esclarecimento do plano[17].

Por sua parte os Mestres de Territorios Nacionais organizaram o Primeiro Congresso do Magistério de Territórios Nacionais entre 26 e 31 de janeiro de 1948[18]. No dia 31/1/48 o Congresso de Magistério de Territórios Nacionais tornou públicas suas conclusões, apoiando o Plano Quinquenal:

> *"1º que a escola argentina deve ter como finalidade a formação do futuro cidadão que desenvolverá sua ação na comunidade democrática resultante de nossa tradição histórica e dos principios da constituição Nacional. (...) 3º Que à democracia e à liberdade chega-se pelo caminho do respeito à personalidade humana, não com sentido de desmedido individualistamo, senão como consequência de normas de convivência baseado em ideais de solidariedade, cooperação e de Justiça Social. (...) 5º Que o plano de governo propõe uma profunda transformação da vida nacional em seu triplo aspecto econômico, social e cultural, para cujo sucesso tem de mobilizar os recursos materiais de seu territorio e os espirituais, com o objetivo de conquistar a independência econômica, promover o bem-estar e fazer a felicidade do*

---

[17] No dia 15 de fevereiro iniciou-se na Caixa Nacional de Poupança Postal um ciclo de conferências de capacitação e difusão do Plano Quinquenal, organizados pelo sindicato. No ato inaugural falaram a Sra. María Eva Duarte de Perón que referiu-se à proteção da criança e ao ensino religioso no Plano Quinquenal. Depois falou o presidente da associação Dionisio Chaile sobre o Plano Quinquenal e o assesor dos cursos de capacitação do sindicato de Mestres Sr. Carlos Alberto Puriccelli. Os dicursos foram transmitidos pela Radio do Estado e Rede Argentina de Radiodifusão.

No dia 28/3/47 o jornal "La Prensa" informa sobre a convocatória do Sindicato Argentino de Mestres ao ato público no Teatro Municipal da Capital em apoio do Plano Quinquenal, onde falaram Eva Duarte, o Secretario de Saúde Pública Dr. Ramón Carillo, e o Secretário da CGT Aurelio Hernández.

[18] O Congresso teve lugar na Caixa Nacional de Poupança Postal, organizado pelo Centro de Magisterio de Viedma, Rio Negro. Os temas foram: Plano Quinquenal e a escola; O ambiente; A criança; O professor, A escola e o local escolar; instrumentos didáticos; cooperativas escolares e Organização Nacional do Conselho Nacional de Educação. Falaram autoridades do Centro que organizou o Congresso e o Delegado Interventor do Conselho Nacional de Educação Paulino Mussacchio.

povo argentino. O Plano concretiza melhores condições de existência e possibilidades de alcance dos bens da cultura indispensáveis a formação integral do homem argentino..."

Alguns filiados ao Partido Radical apoiaram o novo plano, o que motivou a expulsão partidária sendo acusados de colaborar com o governo nacional.

Mas apesar das adesões dos empresários, dos setores operários, e de alguns grupos de docentes, a proposta de planificar a vida econômica e social do pais não foi recebida com bons olhos pelos setores de oposição. Assim os ex-coligados da derrotada União Democrática, dirigiram seus ataques ao governo criticando duramente o plano. Os democratas nacionalistas acusaram o Plano de ser um conjunto heterogêno de normas, de autorizar plenos poderes ao executivo, de estar imbuído de uma psicose bélica. O Partido Democrata Progressita considerava o mesmo totalitário no econômico, inspirado num cerrado nacionalismo que levaria a um aumento dos preços das importações encarecendo assim o consumo".

Os legisladores nacionais da União Cívica Radical[19] taxavam o regime de totalitário. Os socialistas lhe imputaram o fato de não prever um programa financeiro; de conter grandes segredos e de ser um elemento que iniciava uma etapa de penetração e domesticação.

O Partido Comunista também estudou o plano e aclarou que apoiaria aquelas propostas que consideravam progressitas e combateriam o negativo. Isto ocasionou a crítica de muitos de seus aliados da ex-União Democrática e também suscitou a desconfiança dos próprios peronistas.

Durante os meses posteriores à apresentação do plano os partidos opositores realizaram atos, encontros, seminários e utilizaram a sua própria imprensa para questioná-lo. Também organizações como o Centro de Arquitetos, os Construtores de Obras e Anexos assim como o Colégio de Advogados de Buenos Aires e a Asociação de Proprietários de Bens de Raíz manifestaram-se contráriamente.

A imprensa conservadora como o jornal "La Nación" e a liberal, no caso "La Prensa", em seus editorias questionaram duramente durante vários meses as propostas do Plano.

No que diz respeito ao Plano Quinquenal e a Educação as organizações que reuniam a maioria dos educadores manifestaram-se contrárias. Assim em 3/11/46 o Centro de Estudantes do Insituto Nacional do Professorado Secundário" declarou-se contrária ao plano. No seu aspecto educativo considerava que:

---

[19] A União Cívica Radical, durante os primeiros meses depois das eleições de fevereiro de 1946, caiu em uma série de conflitos internos que terminaram com renúncias de alguns dirigentes. Assim a proposta da organização da economia do pais mediante um plano encontrou o radicalismo em uma situação de profundas lutas internas.

> *"... se bem se julga acertada a centralização do ensino primario e secundário -porque aspira a que este último tenha caráter obrigatório-- se considera anti-democrático o sistema de eleição dos membros do futuro Conselho Nacional de Educação, por não oferecer um amplo critério de liberdade a educadores e pais de familia, para designar suas autoridades. [Acrecenta] "é preocupante a heterogeneidade da composição desse conselho, (...) não responde à necessidade de melhorar o ensino e (...) só teria por finalidade servir para propósitos demagógicos, fazendo acreditar a operários da cidade e do campo que estes conduzem a instrução pública (...) no plano predomina um afã de especialização técnica, que aparece em forma reiterada, e o que é mais grave, com caráter obrigatório para o ensino primário e secundário." (La Prensa 3/11/46: 16)*

O Centro de Professores Diplomados de Ensino Secundario manifestou que o referido Plano não tinha sido submetido a um debate público que permitisse o aporte das opiniões dos setores especializados, e acrecentava dizendo existir uma disparidade de critérios, pois no nível universitário articula-se uma regulamentação minuciosa, nos três restantes anunciavam-se simples bases que deveriam servir para uma posterior redação da lei orgânica de ensino primário, secundário e técnico. (La Prensa 13/11/46: 9)

Considerava também que a invocação da justiça social mencionada no plano não era um elemento inovador no ensino argentino, já que o mesmo tinha inspirado a escola na lei 1.420. No que se refere às finalidades sobre a instrução primária e secundária, considerava inadequada o sentido dado ao aprendizado de um oficio nos dois últimos anos.

Considerava, ainda, "excesivamente numeroso o Conselho Nacional, integrado por quase 60 pessoas. Julgava heterogênea sua composição, e injusta a exclussão de representantes autênticos das entidades de educadores, arbitrária a distrubuição dos vocais, entre ministérios e atividades que nada aportaram à orientação do ensino".

Em síntese, o Centro de Professores Diplomados de Ensino Secundário afirmava que em lugar de uma solução, o projeto de bases só trazia complicações ao ensino público, acentuando sua frondosa e estéril burocracia, dando a sensação de novidades inexistentes, introduzindo nele problemas e inquietudes que lhe são estranhas.

A União Argentina do Magistério em 12/2/47 entregou ao Presidente da República um extenso memorial[20] no qual detalhou suas conclusões sobre o Projeto de Lei de Bases da

---

[20] "Estudio del Plan Quinquenal en la parte relativa a PROYECTO DE LEI DE BASES EDUCACIÓN PRIMARIA (Memorial apresentado ao Presidente da República en fevereiro de 1947), Publicación N° 3, Unión Argentina del Magisterio, Bs.As., 1947. Rubém Cucuzza, Archivo Privado de Anunciada de Mastelli, UNLu., Luján. "A Unión Argentina del Magisterio", teve sua origem no Congresso realizado em Tucumán em 1943, era uma entidade federativa das associações gremiais dos mestres da República, que segundo declarações da instituição nucleava mais de quinze mil educadores. Estava constituída por docentes de diferentes partidos (socialistas, radicais, militantes de origem liberal). Em várias oportunidades tiveram sérios enfrentamentos com o regime peronista.

Educação. Concordava com a necessidade de planificar a ação governamental no que diz respeito ao ensino, mas com participação dos educadores e do povo em geral. Lamentava que esse ponto não estivesse contemplado no Plano Quinquenal. Afirmava seu apoio a todos os passos progressistas em favor da educação, da escola, da criança e do professor, mas faria sua crítica objetiva, no sentido construtivo. Sua oposição seria igualmente firme a toda medida antidemocrática ou que significasse atraso para a educação e a Escola.

Defendia do princípio do federalismo e a descentralização do ensino, em oposição à nacionalização do mesmo, entendendo que se podia conseguir a solução dos problemas econômicos do magistério mediante a equiparação dos salários em todo o país.

Por um lado a União Argentina do Magistério defendia que uma nova lei de educação deveria fundar-se nos seguintes princípios fundamentais: gratuidade, obrigatoriedade e laicidade, ser gradual e coeducacional. Manifestava-se partidária da existência de um Conselho Nacional de Educação para atender ao distrito federal, os territórios e as escolas nacionais que funcionavam nas províncias. Deveria ser integrado por representantes do magistério agremiado, propugnando autonomia técnica e administrativa para os territórios nacionais.

Por outro lado, a organização sindical considerava prejudical a tendência de formar somente operários qualificados, provocando assim um ensino exclusivamente técnico; pelo contrário, deveria objetivar a uma educação integral do individuo, antes de sua especialização.

Cabe frisar por fim, que o Projeto de educação explorado não teve o caráter de Lei; segundo Atilio Torrassa[21] a parte correspondente à instrução pública foi considerada inconstitucional pela oposição e o oficialismo retirou a proposta do Congresso. Mas o mesmo foi considerado através de decretos do Poder Executivo e portarias ministeriais como base de conceitualização para a educação e sua organização.

O Plano de Governo era apelidado de lei "ônibus" por conter 27 projetos de leis; não foi considerado pelo Congresso Nacional desta forma, mas sim estudado separadamente, sendo encaminhado à Comissão de Negócios Constituicionais.

O trâmite parlamentar estendeu-se durante os anos 1947 e 1948. As primeiras leis aprovadas foram a N° 12.951/47 de Organização do Serviço Exterior e a N° 12.954/47 de criação do Corpo de Advogados do Estado e, em março de 1947, sancionou-se a N°12.966/47 de Recursos para Financiar o Plano.

---

[21] TORRASSA, A: Enseñanza Primaria. Ediciones de Sarmiento. Bs As. 1956.

A atividade legislativa foi lenta, sendo que dois anos depois de sua apresentação sancionaram-se outras leis e só se aprovou metade das projetadas[22], ficando as restantes nas gavetas das comissões. Também foi novo o critério adotado para a lei Nº 13.012/47 que dispunha sobre a realização de estudos e investigações para criar um projeto do código sanitário e de asistência social, fixando princípios para sua redação. O Código projetado adequava um moderno conceito sanitário constituido de um rigor jurídico estrito e não chegou a converter-se em lei.

Devemos também registrar que o Poder Executivo mediante o Decreto Nº 21.144 do 3/12/46 dispunha que o Secretário Técnico da Presidência Dr. Figuerola fosse o coordenador do Plano. Porém, como Figuerola era espanhol, a oposição o acusava de falangista e de preparar um plano de governo com caraterísticas franquistas, fixando apenas leis de princípios gerais, normas programáticas sem eficácia imediata, pois ofereciam apenas as pautas obrigatórias para as futuras leis delegando ao Poder Executivo a normatização das mesmas.

Estimamos que em parte pelas críticas que a oposição lhe conferia e em parte porque os próprios grupos[23] que constituíam o governo começaram a resistir ao poderio que Figuerola havia adquirido, Perón deixara sem efeito o Decreto 21.144/46 e assumiu pessoalmente a direção do Plano. É possível que esta mudança na condução do Plano tenha feito com que a proposta de lei para educação perdesse sua força, já que não estava em poder de Figuerola impulssioná-la. Influía também a situação de crise e confronto com o setor docente por conta da implantação do ensino religioso. Provavelmente o governo apesar de seu poder político dentro do Congresso, teria preferido esperar uma melhor oportunidade para introduzir a reforma do sistema educativo, introduzindo uma série de estratégias para aproximar a escola do plano de governo.

Sendo assim, o Ministério da Justiça e Instrução Pública em 4 de setembro de 1947 tornou público o caderno que foi intitulado: "Orientação e Coordenação do Ensino Nacional". O mesmo continha discursos de J.D. Perón e do Ministro de Justiça e Instrução Pública

---

[22] 2/4/47:Lei 12.963 Cria o corpo técnico de aduanas; 2/4/47: Lei 12964 Cria a Administração Geral de Aduanas e Portos da Nação; 3/7/47: Lei 12.990 Regula as funções do notário; 23/9/47: Lei 13.010 Direitos políticos da Mulher; 22/9/47: Dispõe a formação de um Código Sanitário e de Asistência Social; 25/947: Lei 13.019 Dispõe a construção, habilitação e funcionamento de serviços de Saúde Pública; 2/10/47: Lei 13.031 Estabelece um novo Régime Universitário; 10/9/48: Lei 13.246 Arrendamentos rurais e parcerias; 21/9/48: Lei 13.250 Modifica a lei eleitoral, acordando o voto aos sub-oficiais; 20/9/48: Lei 13.254 Organiza as tarefas de investigação e experimentação agropecuárias; 30/9/48: Lei 13.273 Bosques e terras forestais; 27/10/48: Lei 13.511 Fixa o procedimento para o recurso contenção administrativa.

[23] Aproveitando a Reforma Constituicional de 1949, a candidatura de Figuerola para Secretário técnico foi vetada na Convenção Nacional Constituinte e na ausencia da oposição, aprovou-se no geral o novo texto considerando em particular o artigo 84 do capítulo referente aos ministérios do Poder Executivo. No último momento um convencional propos que o requisito para cumprir tais funções era ser argentino nato, com o único

explicando o Decreto Nº 26.944 da mesma data, sendo distribuído entre os docentes para conhecimento e discussão.

O **Decreto Nº 26.944/47** (este decreto legislava sobre as escolas de jurisdição federal) passou a cumprir os dispositivos do Primeiro Plano Qüinqüenal esquematizando a política econômica, social, jurídica, cultural e educativa a ser desenvolvida no período de cinco anos. O fundamento desta modificação estava na necessidade de dar uma:

> *"... formação ao homem argentino, com ampla consciência de sua linhagem, uma autêntica visão do destino nacional e uma vontade histórica de servir à Pátria e à humanidade."*
> *(Orientação e Coordenação do Ensino Nacional, Ministério de Justiça e Instrução Pública, Subsecretaria de Instrução Pública, Bs.As. 1947)*

A promulgação deste Decreto, segundo o governo resolveria um grave problema nacional: a "falta de uma coordenação orgânica e funcional do sistema escolar argentino". Os peronistas consideravam que a causa deste problema era o "progresso acelerado" e a falta de um plano para conduzi-lo.

Portanto, o **Decreto** buscava uma **Unidade de Pensamento**, que orientasse as mudanças no país. Deveria assegurar a interdependência entre os diferentes níveis e modalidades educacionais, servindo de base teórica para a **formação humanística.**

Perón falava a respeito da intencionalidade do **Decreto Nº 26.944/47**:

> *"Lutamos por uma unidade nacional ainda não realizada, e é tarefa dos professores conquistar essa absoluta unidade no espírito e nos corações (...) É impossível aceitar nestes tempos modernos que neste país os homens de diferentes atividades pensem de maneira distinta, por ter recebido uma cultura distinta e carente de coordenação. Sem essa coordenação, continuaremos ensinando em compartimentos estanques e formando argentinos com mentalidades e sentimentos diferentes, o que individualmente será muito perigoso para a própria Nação e para a própria nacionalidade."*
> *(Orientação e Coordenação do Ensino Nacional, Ministério de Justiça e Instrução Pública, Subsecretaria de Instrução Pública, Bs. As., 1947)*

O objetivo que perseguia o peronismo ao tentar introduzir mudanças na organização do sistema educativo, era conseguir a unificação de critérios pedagógicos que permitissem formar homens com um pensamento **"uniforme"**.

Para fazer valer tal discurso, o Estado deveria intervir como regulador das relações sociais conservando o equilíbrio entre todas as entidades sociais, mediante uma ação unificadora.

Assim, na justificativa do **Decreto Nº 26.944/47**, falava-se da carência de uma legislação orgânica que orientasse a política cultural da Nação, como da falta de um plano de educação que desse unidade e continuidade à tarefa educativa.

O **artigo 2º** estabelecia uma adequação dos planos e programas à formação e consolidação da unidade do povo:

- Conexão dos conhecimentos entre os diferentes níveis.
- Os planos, programas e tarefas educativas devem ter como princípio organizador "nossa história e nosso idioma", consideradas disciplinas formadoras da consciência histórica nacional.

O **artigo 3º** estabelecia que a educação pública deveria ser gratuita, democrática e basear-se na justiça social. O Estado fomentaria a educação, criando e sustentando escolas e institutos, proporcionando elementos didáticos e concedendo bolsas para os alunos carentes.

O **artigo 4º** falava da extensão do ensino público que ia desde a pré-escola até os estudos universitários. No que diz respeito ao ensino primário, adotava-se como princípio fundamental a **preparação e instrução** e a **configuração do desenvolvimento** . Também no mesmo artigo, estava prevista a implantação de um mesmo plano de estudos em todas as escolas da República , garantindo conteúdos uniformes e uma só orientação. Assim, os programas correspondentes às matérias instrumentais e às de formação patriótica, moral e religiosa seriam os mesmos. As disciplinas restantes seriam desenvolvidas conforme as características e possibilidades do meio ambiente.

O **artigo 6º** convidava os governos das províncias a adotar as normas fixadas no decreto e designava representantes para uma conferência coordenadora de planos convocada pelo Ministério de Justiça e Instrução Pública.

Deste modo o governo assegurava-se de transmitir uma formação doutrinária uniforme, dado que as disciplinas ligadas às ciências sociais, moral e religião, deveriam ser implantadas com os mesmos conteúdos em todo o território nacional. Apesar do Decreto 26.944/47 só ter alcance para as escolas nacionais, não podemos esquecer que a penetração nas províncias por parte do Estado Nacional já ocorria desde 1905 em decorrência da lei Láinez. Lei esta que permitia a criação de escolas federais nas províncias mediante solicitação. Além disso, os governadores de 13 províncias eram de origem peronista, salvo Corrientes[24] que era Democrata Progressita, o que nos leva a supor que estas jurisdições acompanhavam as decisões centrais.

---

[24] Província que sofreu intervenção federal em setembro de 1947 por Lei 13.008, alegando que se pretendia "restabelecer a forma representativa republicana de governo" Também sofreram intervenção: em agosto de 1946 por Lei 12.829 a província de Catamarca; em 3/7/47 por Lei 12.993 a província de Córdoba; em 28/1/48 as províncias Catamarca, La Rioja e Santiago del Estero por decreto 2.583; em 2/2/49 a província de Santa Fé por decreto 2.676 e em março de 1955 novamente Santa Fé, Santiago del Estero e Tucumán, por decreto 2.843.

Nesse sentido o Ministério da Justiça e Instrução Pública emitiu uma série de portarias dando conhecimento das novas disposições em torno do novo Decreto.

Na **Portaria de 17 de setembro de 1947** ficou estabelecido que os diretores das escolas primárias, secundárias e técnicas, deveriam organizar reuniões entre os professores para comentar o texto do Decreto, além de fixar as tarefas pedagógicas que os professores iriam desenvolver. Enfocariam as disciplinas com **Critério Histórico**, ou seja, incluir referências da cultura nacional. Esta particular interpretação do "critério histórico" fazia referência à necessidade de privilegiar os temas ligados à história factual argentina destacando os momentos e fatos onde falava-se do "ser nacional", dos "próceres" e "das raizes hispânicas". Assim, por exemplo: nos estudos da Natureza, mencionariam as descobertas dos naturalistas argentinos; na História fariam conhecer os estudos e interpretações dos investigadores argentinos, na Arte procurariam colocar o aluno em contato com as expressões dos artistas e escritores argentinos. O objetivo maior era "fomentar o amor à Pátria e conhecer o presente e o passado em suas diversas atividades".

A mesma portaria determinava aos supervisores e diretores que estimulassem palestras, demostrações práticas, conversações e leituras com os professores, tornando-os conscientes das finalidades essenciais do **"espírito nacional"** no ensino primário.

Por último, cabe frisar que o **Decreto N° 26.944/47** foi o eixo que orientou todo o programa de governo no que diz respeito à educação. Durante toda a gestão peronista ditaram-se vários decretos que procuravam aportar elementos tendentes a organizar o ensino, mas nenhum deles foi tão marcante quanto o referido.

No âmbito da proposta do Primeiro Plano Qüinqüenal e do Decreto N° 26.944/47, a Secretaria de Educação da Nação convocou a **"Conferência Nacional sobre Coordenação do Ensino"** em 5 de julho de 1948 na cidade de San Juan, dado que o "sistema educativo carecia de uma legislação adequada às características da Nova Argentina". Segundo as autoridades, o sistema estava regido por disposições "fragmentárias e muitas vezes contraditórias criando desorientação nos professores e alunos".

A Resolução que convocava à Conferência previa que os representantes da Secretaria de Educação, seriam o Interventor do Conselho Nacional de Educação e o Diretor Geral de Ensino Secundário e Normal. Cada governo provincial poderia designar dois representantes. A Capital Federal e as Províncias enviariam um aluno dos cursos superiores das Escolas Normais e dos Colégios Nacionais. Os Institutos de ensino superior estavam representados pelo Reitor do Instituto Nacional do Professorado Secundário; também convidaram a

participar da Conferência entidades como a Confederação Geral do Trabalho, a Confederação do Pessoal Civil da Nação, Universidades Nacionais e docentes particulares entre outros.

A Conferência durou sete dias e tratou dos seguintes temas:

- Problemas atuais mais urgentes em cada uma das Províncias e territórios nacionais.
- Problemas atuais mais urgentes do Conselho Nacional de Educação.
- Coordenação do Ensino Nacional e Provincial.
- Equiparação da educação física com a educação moral e intelectual.
- Discussão do anteprojeto de Lei de Educação Primária e Secundária.

O Relatório da Conferência foi transmitido por rádio, dando a conhecer as conclusões finais:

> *"Em geral, nosso ensino teve maus programas, sua ineficácia, não obstante, é conseqüência da falta de um critério estável que o guiasse. Esse critério ficou fixado na Conferência de San Juan.*
> *Quer-se lograr uma educação argentinista em sua orientação e prática.*
> *Busca-se educar a criança para que atue no seu meio, oferecendo todos os conhecimentos que sejam úteis para seu desenvolvimento.*
> *(Editorial Radial, informando a finalização da Conferência Nacional sobre Coordenação do Ensino, Boletim da Secretaria de Educação da Nação, Ano I, Nº8, Agosto de 1948, pag. 2842)*

A Conferência sugeriu a necessidade de alcançar uma efetiva e solidária unidade de orientação na ação dos poderes nacionais e provinciais que intervinham na educação, além de manifestar uma ordem de importância quando se distribuíssem os conhecimentos escolares. Educação **"argentinista"** supunha intensificar o estudo do país, sua história, sua geografia e seus recursos naturais. Educação prática implicava, segundo o relatório da Confêrencia, no oferecimento do ensino manual, dado que o papel da Escola era despertar a ânsia de possuir conhecimentos e ensinar o modo de alcançá-los, o que não significava converter o estudante numa enciclopédia de conhecimentos. "Ao cidadão e ao país lhes bastará que cada um seja dono dos conhecimentos indispensáveis para viver com dignidade e sem necessidades. A escola pode despertar esforçadas vocações, mas não deve impor."

O Ministro Oscar Ivanissevich trabalhou na articulação da Conferência Nacional de Coordenação de Ensino para que fosse aprovada a **"centralização"** do ensino primário. Mas segundo Atilio Torrassa, os ministros das Províncias opuseram-se, já que esta proposta atentava contra o artigo 5º da Constituição de 1853, onde estava estabelecido que os Estados Provinciais eram os que legislavam sobre educação primária. Porém, lentamente o governo nacional com a disculpa de obter uma maior coordenação das tarefas educativas teve uma intervenção direta nos conselhos gerais de educação das províncias, como já explicitamos neste capítulo. Por outro lado o decreto 26.944/47 permitiu que o Ministério de Justiça e Instrução

Pública tivesse uma direta interferência na determinação dos conteúdos acadêmicos, interferência esta reforçada nas reformas das constituições provinciais.

Outro evento organizado pelo Ministério da Educação com vistas a estimular o consenso entre os educadores foram as **JORNADAS PEDAGÓGICAS SARMIENTINAS**, em setembro de 1949. As mesmas objetivaram homenagear o trabalho de Domingo Faustino Sarmiento em torno da educação e contribuíram na discussão sobre a organização e coordenação da educação. Os temas que foram discutidos nessas Jornadas foram:

- O Educando: valorização psicopedagógica da criança na escola primária. Determinação, orientação e estímulo das vocações.
- O Educador: Formação do magistério e capacitação docente.
- A Escola: O ambiente escolar e a interação da escola com o lar.

Enfim, como dissemos anteriormente, no discurso de apresentação ante o Congresso Nacional do **Primeiro Plano Qüinqüenal**, ficou evidente a intenção do governo da "democratização da educação", entendida como expansão da matrícula.

Oferecia como alternativa ampliar o sistema de educação técnica; assim, a expansão desta área da educação era considerada como um grande passo para a democratização do sistema, além de propriciar um sistema centralizado e unitário que desenvolveria nos sujeitos o "amor pela pátria e a unidade nacional".

Deste modo a educação em seu conjunto oferecia as chaves para a "argentina nacionalista dinâmica e trabalhadora" dentro das consignas de "paz e trabalho" que o peronismo não deixava de repetir em cada espaço tanto escrito quanto falado. De fato este sistema educativo não fazia mais que contribuir à proposta política e econômica do capitalismo de Estado.

Nesse sentido, em 1947, segundo Plotkin (1994) criou-se um sistema de "missões monotécnicas e de extensão cultural" para homens e outro de "missões de cultura doméstica" para mulheres, que segundo o autor tinham certa semelhança com as "missões culturais" mexicanas. Com efeito, o propósito destas missões era fixar a população agrícola no campo evitando as migrações aos centros urbanos.

Em 1948, foi sancionada a lei que dava lugar à criação da Universidade Operária Nacional, inaugurada em 1952. Esta Universidade era o nível máximo a que poderia chegar o estudante de origem operária. A universidade estava sob a jurisdição da Comissão Nacional de Aprendizagem e Orientação Profissional (CNAOP).

Apesar do discurso presente sobre a democratização do sistema, a educação técnica nunca esteve integrada ao resto do sistema educativo. A CNAOP era um orgão paralelo destinado a oferecer educação prática aos jovens de origem operária, que se matriculavam nas escolas do

sistema técnico podendo ingressar na Universidade Operária Nacional. Este tipo de educação post-primária técnica era de caráter terminal ou seja, os egressos não estavam habilitados para entrar nas universidades tradicionais. Mas teve um caráter de democratização diferenciadora, já que para muitas pessoas foi uma ferramenta de mobilização social. O peronismo foi respondendo às pressões sociais e ampliou a oferta do sistema educativo em todos os seus níveis, fundamentalmente o técnico, permitindo aos trabalhadores ter acesso a trabalhos com maiores graus de especialização.

Mas esta expansão do sistema educativo não foi um fenômeno próprio do governo peronista. Na América Latina podemos constatar que países como Chile e Uruguai, a exemplo da Argentina, tiveram estruturado um sistema educativo desde finais do século XIX. Expandindo a educação básica com uma crecente expansão da matrícula em todos os níveis e especialmente no nível médio[25].

O Primeiro Plano Qüinqüenal também previa um projeto de Lei universitária; o mesmo eliminava a autonomia universitária e proíbia as atividades políticas nos âmbitos universitários. A Lei Universitária foi sancionada em 1947 pelo Congresso com algumas modificações menores. Este plano também incluiu o projeto de reorganização do Conselho Nacional de Educação, que estendia sua jurisdição ao ensino secundário e técnico. O projeto de reforma do Conselho Nacional de Educação jamais chegou a ser discutido no Congresso. Este Primeiro Plano Qüinqüenal previa a possibilidade de eximir o pagamento das mensalidades àqueles que não tivessem condições econômicas. O programa estimulava medidas para incentivar o setor privado, fundamentalmente o industrial, a pagar bolsas de estudo aos jovens carentes.

Perón procurou durante todo seu governo integrar todos os níveis da educação num sistema único, sob o controle direto do Estado, porque considerava o sistema educativo como uma ferramenta indispensável para a consecução da "unidade espiritual".

2.2. Constituição de 1949

Educação, Direito Natural da Família

A Constituição de 1949 foi um dos maiores intentos do peronismo de sistematizar os princípios da doutrina justicialista.

---

[25] Sobre este tema ver RAMA, Germán: Desarrollo y Educación en América Latina y el Caribe, Tomo 1; CEPAL-UNESCO-PNUD, Kapelusz; Bs.As.; 1987.

A Carta Magna teve um caráter "'estatista e nacionalista'. De um lado buscava romper com a tradição declamatória da Constituição de 1853 e oferecer ao país um verdadeiro programa político que tivesse um 'sentido nacional' tanto no plano econômico quanto no social e espiritual"[26]. De outro, procurava abandonar uma concepção de Estado abstencionista e de neutralidade liberal para adotar a idéia de um Estado cuja missão fosse reguladora, com um poder "supletivo e integrador". Ou seja, um Estado de caráter capitalista que intervinha na atividades econômica como regulador e produtor, desenvolvendo políticas tendentes ao bem-estar social.

Félix Luna (1969), relatando os antecedentes e o contexto no qual se produz a reforma constitucional, manifesta que em 1947 vários deputados do oficialismo apresentaram projetos para obter do Congresso uma declaração que expresasse a necessidade da reforma na Constituição Nacional[27]. Ao analisarmos o autor percebemos a existência de um consenso na reformulação da Carta de 1853, já que a oposição não divergia nesse sentido do oficialismo. Mas a polêmica teve lugar quando nas reformas pretendeu-se introduzir a reeleição de Perón.

Sendo assim, em 14 de agosto de 1948, o Congresso sancionou uma declaração estabelecendo a necessidade da reforma Constitucional, elegendo posteriormente uma Convenção Constituinte. Esta declaração legislativa foi impugnada por juristas e políticos opositores que alegavam o não cumprimento constitucional do requisito de dois terço da maioria, e que a lei não definia os artigos que seriam objeto da reforma[28].

Esta Lei suscitou uma avalanche de críticas e reclamações de diferentes setores da sociedade. No dia 16/8/48 o jornal "La Prensa" informava sobre um documento do Partido Progressista que censurava o projeto de Reforma, e negava-se a participar nas eleições.

Também criou-se uma Comissão chamada "Clube 53" em defesa da Constituição aprovada em 1853 e iniciou-se uma campanha de duras críticas ao governo e sua intenção de mudar a

---

[26] LUBERTINO BELTRAN, M.: Perón y La Igleisa (1943-1955); CEAL; 1987; Pag. 64.

[27] Temos registrado no Diário de Sessões da Câmara de Deputados de agosto de1948, Tomo IV a entrada de seis projetos de declaração da necessidade de Reforma da Constituição Nacional. Os deputados Angel J. Miel Asquia; Luis Atala; Juaquín Diaz de Vivar; José Emilio Visca e Bernardino Hipólito Garaguso fizeram um pedido à Câmara de Sessão Extraordinária para tratar dos seguintes projetos da Reforma apresentados:
a) Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Colom.
b) Projeto de Lei apresentado pelo Deputado José Emilio Visca.
c) Projeto de Lei apresentado pelos Deputados John Willian Cooke; Ricardo C. Guardo; Oscar E. Albrieu; Joaquín Diaz de Vivar; Ernesto Palacio; Antonio J. Benítez; Manuel E Lema; Alejandro H. Leloir; Alcides E. Montiel; Eduardo I. Rumbo.
d) Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Luis Atala.
e) Projeto de Lei apresentado pelo Deputado José Maria Villafañe.
f) Projeto de Lei apresentado pelos diputados Héctor J. Cámpora; Angel J. Miel Asquía; José Emilio Visca; Luis Atala; Roberto Dri; Raúl Bustos Fierro; Luis Armando Roche e Pedro Tilli.

[28] A sessão do Congresso que aprovou a necessidade da reforma da Constituição Nacional esteve marcada por um clima de desordem e tumulto. Os radicais negaram a validade da medida e reservaram-se o direito a impugnar, "La Prensa" 14/8/48 Pag. 8.

Constituição Nacional. A imprensa opositora também manifestou-se contrária a esta iniciativa, através de vários editoriais nos jornais como "La Nación" e "La Prensa".

No dia 24/8/48 a Academia do Direito junto à Federação do Colégio de Advogados pronunciou-se de forma adversa porque não realizaram o estudo adequado que demonstrasse a necessidade de uma reforma constitucional". De sua parte, a União Cívica Radical realizou alguns atos públicos em defesa da Constituição Nacional, mas apresentou candidatos para a eleição de constituintes. O Partido Socialista manifestava que a reforma tinha por objetivo ampliar notavelmente as faculdades e duração do mandato executivo, assim como restringir muito mais do que já estão, as liberdades e direitos dos cidadãos, não apresentando candidatos para a constituinte. Declaram-se também em congresso permanente em Defesa da Constituição que decidiu não concorrer à eleição de constituintes.

O governo por sua vez encarregou-se de desenvolver uma intensa campanha em apoio à Nova Constituição fundamentalmente nas instituições escolares, o que suscitou duras críticas: o jornal "La Prensa" de 17/9/48 informava sobre o pedido de informações do deputado radical Alberto M. Candioti, reclamando do fato de se ditarem nas escola em geral conferências aos professores de caráter político-peronistas, com o aparente propósito de divulgar a reforma constituicional.

Apesar dos questionamentos o processo de reforma continuou. Em dezembro de 1948, ocorreram as eleições dos convencionais constituintes, com a vitória esmagadora do oficialismo: 158 convencionais constituintes eram peronistas e 49 da U.C.R.. Tanto os peronistas quanto os radicais elegeram seus homens mais representativos para a Convenção

No final de janeiro de 1949 começam as sessões, no entanto, inicialmente não aparecem as modificações propostas pelo oficialismo em relação à inclusão da reeleição do presidente. Mas segundo Felix Luna (1969), por obra da intervenção pessoal de Eva Perón junto aos membros da bancada oficialista, foi aprovada a reeleição de Perón. Este fato fez com que o bloco radical saísse do recinto, acusando o oficialismo de manipular o processo de reforma e declarando a nulidade da Constituição que o peronismo pretendia aprovar, porque consideravam que a proposta só tinha como objetivo a reeleição do Presidente da Nação. Finalmente, em 11 de março de 1949, a Convenção aprovou a nova Constituição, que reformava 56 dos 110 artigos da Carta de 1853.

A nova Constituição continha um item chamado "disposição transitória" pelo qual em seu artigo 5° autorizava às legislaturas provinciais num prazo de 90 dias a contar da sanção da nova Constituição a reformarem totalmente suas constituições "objetivando adaptá-las aos princípios, declarações, direitos e garantias consagrados na nova Constituição". Deste modo, foram reformadas as 14 constituições provinciais existentes. Somente Mendoza realizou

conveção. As demais assembléias legislativas assumiram o poder constituinte autorizadas pela cláusula transitória. Dessa forma descaracterizou-se o regime federal, violando seu princípio fundamental, consagrado pelo artigo 105 da Constituição, que estabelecia: As províncias organizam suas próprias instituições locais e por elas regem-se . Também o governo, seguindo a "disposição transitória" em seu artigo 6º, para unificar, prorrogou os mandatos legislativos de senadores e deputados até 30 de abril de 1952, com clara intenção autoritária, visto que por três anos não seriam renovadas as representações do parlamento.

A nova Constituição diferenciava-se da Constituição liberal adotando caraterísticas corporativistas, mas conservava a estrutura formal do governo, com a separação de poderes e sua índole federalista. Em contrapartida, aumentava o poder do presidente. O regime adotou uma legalidade democrática formal para conseguir seus propósitos, recorrendo muitas vezes a "aritificios" que eram procedimentos formalmente legais. Deste modo, a participação da minoria estava condicionada por estratégias parlamentárias, tais como a fórmula "fora de questão", que fazia com que as minorias opositorias nos corpos legislativos e municipais fossem perdendo o direito a expor suas idéias. Também vários projetos de muita importância foram votados na Câmara sem dar à minoria a oportunidade de conhecer, estudar e prepar o debate. Assim, foram aprovados projetos sem o conhecimento antecipado dos mesmos, imposibilitando a formação de opinião.

O governo peronista desenvolveu medidas políticas que procuravam subordinar tanto as instituições quanto as organizações políticas existentes, e a reforma constitucional contribuiu a tal efeito. A vigência da Constituição tinha uma real limitação. Historicamente o país havia experimentado um estilo de governo caracterizado por uma fachada legalista, que não conseguia ocultar práticas políticas repressivas, contrárias ao espírito liberal da Constituição. Deste modo o intento de Perón de reduzir o poder das instituições políticas submetendo-lhes a um esquema constitucional caraterizado por uma manipulação, foi uma ruptura menos radical do que a própria oposição queria demonstrar, uma prática já aplicada pelos governos anteriores.

Assim, a política direcionou sua ação no sentido de controlar os órgãos estatais, o Congresso, a Justiça e os governos provinciais, além de procurar o controle de forças sociais através dos meios de comunicação de massas e uma intensa campanha de "disciplinamento político", ou seja, valeu-se da perseguissão dos opositories ao regime para legitimar sua "força renovadora". Com efeito, o governo instrumentou uma série de elementos legais que

limitaram o acionar político[29]. Aplicou um estrito controle à imprensa motivando profundas críticas deste setor, centralizando a difusão das informações oficiais de todos os organismos da administração nacional, incluindo as repartições autárquicas, entidades semi-oficiais e mistas e os bancos oficiais. Todos deviam remeter-se à Subsecretaria de Informações para os pedidos de publicações ou difusão de seus anúncios e textos publicitários. Este organismo contava com fundos próprios e regia o modo e a forma em que deviam dar-se as informações oficiais.

Segundo "La Prensa" esta medida afetava a liberdade de impensa porque fazia:

> *"censura prévia sobre toda informação que saísse de um escritório, repartição, chefe ou de um funcionário qualquer, exercida por um organismo centralizador único, editor de tudo quanto possa publicar-se no país e no estrangeiro." [Agrega] Foi prática administrativa na Argentina que os presidentes colocassem os expedientes dos escritórios a disposição da imprensa para que cada um de seus representantes sacasse suas próprias impressões".(La Prensa, 25/11/46)*

O governo também foi responsável pela intervenção e fechamento de inúmeros jornais da época. Como o papel jornal era importado, o governo assumiu seu monopólio, controlando o número de páginas a ser editada e sua periodicidade. Mais tarde impediu a importação do mesmo por parte dos órgãos de imprensa, além de confiscar todo o seu estoque de papel.

Ao mesmo tempo no Congresso punia-se a oposição com medidas disciplinares que iam da suspensão até a prisão política. Eram frequentes processos por desacato contra políticos ou legisladores opositores, cerceando a liberdade de análise dos atos das autoridades exigida pela crítica de sua gestão política. (Ver Anexo III)

Deste modo Perón foi despojando do Congresso seus poderes. Para isto contou com um fator decisivo: durante o primeiro período legislativo, de 1946 a 1952[30], o senado estava integrado exclusivamente por legisladores peronistas, e na câmara dos deputados os peronistas

---

[29] Em 28/4/49 o governo colocou certas restrições ao direito de reuniões políticas; em 1/10/49 sancionou a lei sobre atividades políticas regulamentando-a; em 4/9/49 ampliou-se a zona vedada para assembléias públicas; em 28/9/49 sancionou a lei sobre repressão de sabotagem e espionagem.

[30] Alberto Ciria (1983) nos informa que a Câmara de Deputados, durante o período 1946-1955, foi um dos escassos fóruns onde a oposição ao peronismo encontrou representantes permanentes, que passaram de 44 representantes em 1946, a 30 em 1950, 14 em 1952 e 12 em 1955. Nos primeiros anos teve também alguns parlamentares de outra origem: os conservadores Pastor e Justino Díaz Colodrero, e o demoprogresista Mario Mosset Iturraspe e antipersonalista Vanasco. Assim, a maioria oficialista contava com 109 cadeiras sobre um total de 158, mas a sua composição oferecia traços heterogêneos, estava integrada por políticos que vinham do laborismo, do radicalismo renovador, do nacionalismo, do conservadorismo e do sindicalismo.

A oposição caraterizava-se por ser mais experiente, no entanto o bloco oficialista era mais improvisado, adotava táticas parlamentares não convencionais, como declarar a Câmara em comissão para desviar os assuntos do seu trâmite normal, e considerá-los sem o prévio despacho das comissões, eliminavam o tempo das médias consultas ou colocavam o tema no final da sessão para não discutir as propostas da oposição, etc.

enfrentaram uma oposição numericamente muito inferior, integrada por membros do Partido Radical, que foi reduzindo-se ainda mais no segundo período.

Assim sendo a confortável maioria numérica da bancada peronista permitiu ao Poder Executivo contar com uma importante estrutura legal, formalmente in-objetável através da qual modificaria, adaptaria e muitas vezes ampliariaria a legislação. Assim o Congresso transformou-se lentamente num simples receptor de projetos do Poder Executivo, que aprovava sem maiores resistências. Além disso, Perón reunia-se diariamente com os membros do senado que era totalmente peronista e com os deputados do bloco para planificar de modo geral as tarefas do parlamento, impondo uma obediência vertical e uma rígida disciplina .

As mudanças processadas podem ser visualizadas no quadro abaixo comparando o preâmbulo das duas Constituições:

CONSTITUIÇÃO 1853	CONSTITUIÇÃO 1949
"Nós, os representantes do povo da Nação Argentina, reunidos em Congresso Geral Constituinte (...) em cumprimento ao pacto preexistente, com o objetivo de constituir a união nacional, afiançar a justiça, consolidar a paz interior, promover a defesa comum, promover o bem estar geral e assegurar os benefícios da liberdade, para nós, para nossa posteridade e para todos os homens do mundo que desejem habitar o chão argentino, e invocando a proteção de Deus, fonte de toda razão e justiça..."	*"Nós, os representantes do povo da Nação Argentina, reunidos em Congresso Geral Constituinte (...) em cumprimento ao pacto preexistente, com o objetivo de constituir a união nacional, afiançar a justiça, consolidar a paz interior, promover a defesa comum, promover o bem estar geral e a* ***cultura nacional****, e assegurar os benefícios da liberdade, para nós, para nossa posteridade e para todos os homens do mundo que desejem habitar o chão argentino,* ***ratificando a decisão de constituir uma Nação socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana****, e invocando a proteção de Deus, fonte de toda razão e justiça..."* *(Constituição da Nação Argentina, 16/3/49. Anais da Legislação Argentina, Tomo IX-A, 1949)*

Podemos constatar que no Preâmbulo da Constituição peronista aparecem novos conceitos: Cultura Nacional, Constituição de uma Nação Socialmente Justa, Economicamente Livre e Politicamente Soberana. Entretanto, na Constituição de 1853, defendia-se princípios do direito liberal fundados na constituição Francesa e Norte-americana. No caso da Constituição de 1949, observamos a introdução de termos próprios da chamada Doutrina Justicialista que faziam referência a um Estado fundado num modelo de caráter nacionalista e protecionista.

María J. Lubertino Beltrán, em seu livro "Perón e a Igreja", explica que a Constituição de 1949 buscava efetivar um governo dos setores populares, fundamentalmente na educação; pretendia generalizar o ensino fomentando a gratuidade e em caso de necessidade, o Estado custearia os estudos das crianças carentes. Desta forma, segundo o governo, procurou definir e oferecer "um programa educacional que viesse suprir as disposições isoladas e desconexas",

além de rejeitar o monopólio docente do Estado, admitindo o direito natural da família e dos institutos particulares.

Para os peronistas, a Constituição Justicialista consagrou expressamente os direitos à educação e à cultura, assim como os fins da educação; a obrigatoriedade e gratuidade do ensino; a orientação vocacional e profissional dos jovens; a proteção e fomento das ciências e das belas artes; o estímulo à capacitação, o aumento e a defesa do patrimônio artístico e histórico da Nação.

O **artigo 5º** mantinha o princípio previsto na Constituição de 1853, prevendo a obrigação dos estados provinciais de assegurar a educação primária, mas fazia um adendo no artigo que significou a chave legal para de fato poder intervir nas províncias:

CONSTITUIÇÃO 1853	CONSTITUIÇÃO 1949
Art. 5º. "Cada Provincia ditará para si uma Constituição sob o sistema representativo republicano, conforme os princípios, declarações e garantias da Constituição Nacional; e que assegure sua administração de Justiça, seu regime municipal e a educação primária. Sob estas condições o Governo Federal garante a cada província o gozo e exercício de suas instituições"	*Art. 5º. "Cada Provincia ditará para si uma Constituição sob o sistema representativo republicano, conforme os princípios, declarações e garantias da Constituição Nacional; e que assegure sua administração de Justiça, seu regime municipal e a educação primária e* ***a cooperação requerida pelo Governo Federal a fim de fazer cumprir esta Constituição e as leis da Nação que em conseqüência se ditem.*** *Sob estas condições o Governo Federal garante a cada província o gozo e exercício de suas instituições"*

Outro princípio que esta Constituição manteve, foi que o Governo Federal não poderia limitar a entrada de estrangeiros que tivessem por objetivo introduzir o ensino das ciências e das artes no país. Aqui ambas Constituições destacam o fomento das imigrações européias. No século passado os constitucionalistas e os políticos da época achavam que o povo européio era o mais indicado para "civilizar" nosso país, por ser mais desenvolvido. Mas os setores que eles admiravam eram fundamentalmente os "povos superiores" como franceses, ingleses, e nórdicos, porém no país imigraram italianos, espanhóis e muito pouco dos considerados "povos superiores". Durante a administração peronista a admiração era para com os espanhóis da conquista.

CONSTITUIÇÃO 1853	CONSTITUIÇÃO 1949
Art.25 "O governo Federal fomentará a imigração européia; e não poderá restringir, limitar, nem gravar com impostos a entrada no território argentino dos estrangeiros que tragam por objetivo lavrar a terra, melhorar as indústrias e introduzir e ensinar as ciências e as artes."	*Art.17 "O governo Federal fomentará a imigração européia; e não poderá restringir, limitar, nem gravar com impostos a entrada no território argentino dos estrangeiros que tragam por objetivo lavrar a terra, melhorar as indústrias e introduzir e ensinar as ciências e as artes."*

No **CAPÍTULO II** que cita os Direitos, deveres e garantias da liberdade pessoal, fixa no **artigo 26:** "Todos os habitantes gozam do direito de professar livremente seu culto, ensinar e aprender", conservando o mesmo princípio.

CONSTITUIÇÃO 1853	CONSTITUIÇÃO 1949
Art. 14 "Todos os habitantes da Nação gozam dos seguintes direitos conforme as leis que regulamentem seu exercício; a saber: de trabalhar e exercer toda indústria lícita; de navegar e comercializar; de peticionar às autoridades; de entrar, permanecer, transitar e sair do território argentino; de publicar suas idéias pela imprensa sem censura prévia; de usar e dispor de sua propriedade; de associar-se com fins úteis; de professar livremente seu culto; de ensinar e aprender"	*Art. 26 "Todos os habitantes da Nação gozam dos seguintes direitos conforme as leis que regulamentem seu exercício; a saber: de trabalhar e exercer toda indústria* ***útil*** *e lícita; de navegar e comercializar; de peticionar às autoridades; de entrar, permanecer, transitar e sair do território argentino; de publicar suas idéias pela imprensa sem censura prévia; de usar e dispor de sua propriedade;* ***de reunir-se*** *e de associar-se com fins úteis; de professar livremente seu culto; de ensinar e aprender"*

No **CAPÍTULO II**, no seu **artigo Nº 37**, contemplava os **Direitos do trabalhador, da família, dos idosos, da educação e da cultura,** temas estes que eram absolutamente novos dado que na Constituição anterior não apareciam. Não podemos esquecer que a questão social e especialmente a intervenção do Estado nos assuntos de bem estar foi um tema que teve sua aparição a nível mundial durante os anos posteriores da chamada "recessão econômica de 1930". Na América Latina entraram os governos de conjuntura popular durante a década de 40 e 50. Portanto era impossível que na segunda metade do século XIX, os constituintes pensassem em temas ligados ao "social". O grande problema da época era a constituição dos Estados nacionais e a integração da população estrangeira à criola. Por isso centrou-se fundamentalmente na defesa dos direitos dos cidadãos em termos cívicos.

No **Item I**, do artigo Nº 37 especificavam-se os direitos dos trabalhadores, entre eles o ***Direito à Capacitação:***

> *"3.-Direito à capacitação: as melhores condições humanas e dos valores do espírito impõem a necessidade de propiciar a elevação da cultura e das aptidões profissionais, procurando que todas as inteligências possam orientar-se em direção ao conhecimento, e corresponde à sociedade estimular o esforço individual proporcionando os meios para que todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades para exercitar o direito de aprender e aperfeiçoar-se".*
> *(Constituição da Nação Argentina, 16/3/49, Anais da Legislação Argentina, Tomo IX-A, 1949)*

A Constituição também preocupava-se em fixar os direitos referentes às condições de trabalho, saúde, bem estar social, seguridade social, elevação do poder econômico e defesa dos interesses profissionais.

O **Item II** estabelecia as garantias constitucionais para a **família**, que foi considerada o "núcleo primário e fundamental da sociedade" e portanto o Estado deveria ocupar-se de sua ***proteção.*** Cabe esclarecer que a Constituição fazia referência à família de origem católica, portanto outro tipo de união ou relação familiar não era sinônimo de família.

Assim, a Constituição previa:

> *"1. O Estado protege o matrimônio, garante a igualdade jurídica do casal; 2. O Estado garante o bem da família(...); 3. A atenção e assistência da mãe e da criança gozam de especial e privilegiada consideração do Estado."*
> *(Constituição da Nação Argentina, 16/3/49, Anais da Legislação Argentina, 1949, Tomo IX-A)*

O papel central que ocupava a instituição familiar na doutrina peronista, definia os direitos fundamentais que marcavam uma política social, por ser esta a célula básica e a continuidade da sociedade. A proteção do matrimônio estava por um lado relacionada com uma concepção religiosa, que via nele a continuidade da sociedade ocidental, de sua cultura e de sua tradição cristã, baseada tanto na ordem moral quanto na econômica. Por outro lado, defendia-se um tipo de família de caráter tradicional, ocidental, aquela que respondia à concepção da doutrina católica. A reforma constitucional pretendia resguardar a família eliminando todo tipo de elemento que atentasse contra a sociedade nuclear familiar herdada da colonização hispânica.

Assim, os católicos apoiaram a Constituição de 1949, que adotou de forma explícita elementos da doutrina cristã abolindo os princípios laicos de separação entre Estado e Igreja considerados pelo regime como "imorais".

Por último, no **Item IV** falava-se da **Educação e da Cultura**. Aqui aparece um aspecto sumamente importante da política educativa peronista; o Estado perdia o ***Monopólio*** docente ao admitir o direito natural da família e dos institutos particulares à educação e instrução:

> *"A educação e a instrução corresponde à família e aos estabelecimentos particulares e oficiais que colaborem com ela, conforme as leis estabelecidas. Para esse fim, o Estado criará escolas primárias, secundárias e técnicas.*
> *profissionais, universidades e academias.*
> *(Constituição da Nação Argentina, 1949; Anais da Legislação Argentina, 1949, Tomo IX)*

Neste item especificava-se claramente que o Estado assumia o papel de **"orientar"** o ensino oficial e **"controlar"** o ensino privado, fixando o reconhecimento do direito da Igreja sobre a administração e organização da educação. Nesse sentido Maria J. Lubertino Beltrán considera a intervenção do Estado nos diferentes níveis de ensino: "1°) Ensino primário: é um direito próprio do pátrio poder, mas quando resultava impossível ou insuficiente, recorria ao Estado, tratando-se de Ordem Pública. 2°) Ensino secundário: a função estatal primava sobre a família, porque é mais conveniente 'para a formação cívica dos cidadãos'. 3°) Universidade: requeria maior intervenção estatal, porque aí formavam-se 'os homens que iriam reger o futuro do mesmo Estado."(LUBERTINO BELTRÁN, 1987:68)

Hector Félix Bravo (1988) afirma que a Constituição de 1949, seguiu as linhas básicas da constituição portuguesa de 1933 e da italiana de 1947, na reforma da educação. Mas não colocava o Estado como sujeito central na função educadora. A família aparecia no primeiro termo: os estabelecimentos particulares e o setor oficial atuavam como colaboradores, legitimando-se a *subsidiaridade do Estado*.

Puiggrós e Bernetti (1993) consideram que estas ações tendem a ordenar, controlar e apoiar o ensino privado, não eram produto de uma demanda de setores empresariais da educação, tampouco pareciam responder a exigências dos docentes privados. Não parece também simplesmente que se pretendeu abrir uma porta de entrada à Igreja na educação pública, lugar onde tal instituição religiosa estava instalada desde muito tempo antes da chegado do peronismo ao poder.

Os autores se perguntam se na verdade ao conceder um espaço e um tempo curricular e político-administrativos para a atuação da Igreja, não estavam ampliando ainda mais o seu poder. Ou pelo contrário, existia uma intencionalidade de estreitamento desse poder, fazendo com que o aparelho da Igreja formasse parte de um aparelho maior, ou seja, Partido-Estado[31]. Com isso o Estado não estaria centralizando mais fortemente o território privado? Com o Estatuto do docente Privado, aconteceu uma situação semelhante; eram muitas as regulamentações que este colocava em relação ao setor patronal.

Apesar dos autores fazerem referência à instalação da Igreja no aparelho escolar prematuramente, não temos elementos documentais que provem dita participação. Temos provas que desde a década do 30 a Igreja vinha recuperando algum espaço, mas só a partir de 1943 teve uma intensa participação e impôs sua ideologia no âmbito educativo através de suas

[31] O Partido-estado, é uma forma de organização política caraterística dos Estados autoritários, que procuram centralizar o poder político num único partido, tentando hegemonizar a condução de toda a vida social política, econômica e cultural do país.

instituições e dirigentes mais representativos, culminando a ingêrencia com a aprovação da Lei de Educação Religiosa.

Nós acreditamos que na verdade o regime procurou não só compartilhar, senão legitimar imediatamente um novo espaço simbólico que procurava deixar a Igreja submetida à "vontade do Estado". Esta estratégia política inicial do peronismo de dar uma ampla participação à Igreja no âmbito educativo obedeceu a seu "necessário relacionamento institucional". Não podemos esquecer que durante os primeiros anos o governo contou com um amplo apoio das autoridades eclesiásticas, e que sempre existiu por parte da Igreja um interesse de estabelecer contatos diretos com o regime no que diz respeito aos temas educativos.

Sabemos que o regime também procurou desenvolver um tipo de organização política baseada no conceito de Estado-Partido, manifestando claramente suas intenções totalitárias. Na medida em que compartilhava o espaço simbólico, foi entrando em conflito com o setor católico, que até então tinha garantida sua participação na vida privada dos indivíduos. Mas o peronismo foi além, procurando peronizar muitas destas relações que eram patrimônio da Igreja, desencadeando uma crise política com a Igreja que terminou com sua ruptura definitiva no final do período.

Como já temos manifestado a Igreja prestou apoio a Perón, primero através de seus diferentes agrupamentos políticos e periodísticos nacionalistas. Depois em novembro de 1945, dirigindo uma carta pastoral a seus fiéis, na qual convocava todos a votar contra o candidato que propiciava a separação entre Igreja e Estado, a educação laica e o divórcio. Esta pastoral era um franco apoio à candidatura de Perón. Em correspondência em março de 1947, o parlamento votava a ratificação de decreto lei de 31 de dezembro de 1945 que implantava o ensino religioso.

Durante o primeiro governo peronista a Igreja apoiou sua gestão, chegando a separar de sua instituição os padres liberais que criticavam o governo, acusando-os de estar vinculados ao comunismo. Mas a partir de 1952 foi ordenada pelo Vaticano uma política que privilegiava a organização de partidos democratas-cristãos no mundo capitalista para combater o comunismo, além de observar o possível fracasso do peronismo. Sendo assim, a hierarquia eclesiastica e militantes nacionalistas católicos (que se haviam distanciado muito cedo do peronismo) organizam um partido democrático cristão. Também começou a surgir diversas organizações de tipo gremial que competiam com os peronistas: associacões de médicos, professores, advogados, industriais, pecuaristas e operários católicos. Ao mesmo tempo a Ação Católica ganhava impulso e organizava diferentes atos convocando multidões.

Em 1954, o peronismo substituiu o ensino religioso nas escolas pela chama "Doutrina Nacional". Segundo Julio Godio (1985) tal ação era originada pela postura do clero e também

porque o governo sentia-se forte o suficiente para subordinar a original mistificação religiosa à chamada ideologia justicialista e ao carisma pessoal da figura de Perón. Ao mesmo tempo aprovou a lei do divórcio e outras medidas rejeitadas pelo clero. O peronismo colocou este conflito como uma luta ideológica e adotou uma postura "anticlerical", defendendo propostas liberais progressitas, impulsionando a reforma constituicional de 1954 que previa a separação da Igreja e do Estado. Mas esta proposta defrontou-se com a oposição tanto da Igreja, quanto do próprio campo liberal opositor ao governo, que somava forças contra o peronismo.

Com efeito, os liberais passaram a defender uma posição diferente a respeito da relação entre a Igreja e o Estado, exercendo uma espécie de "vingança" contra o peronismo, defendendo "os direitos sagrados da Igreja". Em verdade existiam matizes diferentes entre os líderes conservadores, radicais e socialistas, mas o denominador comum foi a defesa do retrógrado princípio da Constituição de 1853, que reconhecia a religião católica como culto oficial.

A cúpula peronista encarou o enfrentamento com a Igreja como luta religiosa, inicialmente não pensava aprofundar a crise, apenas pretendia chantagear a Igreja, dado que a projetada reforma constitucional inscrevia-se em uma política de crescente retrocesso e concessões frente às bases sociais nacionais, ou seja, à oligarquía burguesa latifundiária e ao imperialismo. O peronismo foi cedendo às pressões do projeto das classes dominates e aos monopólios estrangeiros. Apesar da nacionalização do capital britânico e alemão, o governo não tocou nos interesses do capital monopolista especialmente o norteamericano. Dissolveu a União Industrial Argentina, dando lugar à formação em 1952 da Confederação Geral Econômica (CGE), não tocou nos grandes capitais nacionais, ligados a intereses monopólicos estrangeiros, além de permanecer intacto o domínio latifundista, respeitando assim a Sociedade Rural.

A Constituição prêvia que o ***Ensino Primário*** elementar devia ser **obrigatório e gratuito** nas escolas do Estado. Também fixava que o ensino primário nas escolas rurais introduzia nas crianças o amor à vida no campo, capacitando-as nas tarefas rurais. Para isto, criaria institutos especializados, na preparação dos docentes.

O peronismo demonstrou especial atenção ao desenvolvimento da Educação Rural; de fato, criou numerosas escolas rurais e nas fronteiras. De certo modo, era uma tentativa de evitar o êxodo rural, para fixar a população a suas áreas de origem, implementava uma política de incentivos que ofereciam melhores condições materiais para o trabalho no interior do país.

Cabe destacar que a nova constituição manteve os princípios de gratuidade e obrigatoriedade na educação, porém tirou o **princípio da laicidade**, aspecto este sumamente discutido pela sociedade argentina durante o século XIX, culminando na aprovação da Lei 1420, que

significava uma vitória dos grupos liberais. Portanto, durante o período peronista pode-se ressaltar o avanço das instituições clericais sobre o sistema educativo nacional.

A constituição garantia o cuidado dos aspectos físicos em primeira instância, assim como a formação intelectual, política, moral e doutrinária das crianças e jovens.

> *"O Ensino tenderá ao desenvolvimento do vigor físico dos jovens, ao aperfeiçoamento de suas faculdades intelectuais e de suas potencialidades sociais, à sua capacitação profissional, assim como à formação do caráter e ao cultivo integral de todas as virtudes pessoais, familiares e cívicas."*
> *(Constituição da Nação Argentina, 1949, Anais da Legislação Argentina, 1949, Tomo IX-A)*

É importante destacar a preponderância do culto do aspecto físico sobre o intelectual, caraterística esta muito próximo à educação do tipo fascista. Nos fundamentos do projeto da educação fascista estavam os pressupostos empiristas, do fazer pelo fazer, da generalização e do estabelecimento de leis gerais, partindo de eventos particulares. Apelava-se à indução e ação. Na obra de Gramsci encontramos muitas referências à produção filosófica de Gentille, criticando-a por ser uma filosofia que não se enuncia através de fórmulas, mas se afirma na ação".(GRAMSCI, 1972:151)

A "fórmula" gentiliana é a máscara sofista da "filosofia" política mais conhecida pelo nome de "oportunismo" e "empirismo"(GRAMSCI, 1972: 263). Assim, para Gramsci a posição de Gentille era de caráter "liberal", no sentido de ser o empirismo a ciência que justificava o domínio da técnica e da organização do capitalismo.

Sendo assim, a proposta da reforma peronista parecia-se com a reforma do ensino fascista, que consistiu na redução das aulas teóricas, com um notável aumento das aulas práticas, produzindo um corte dos conteúdos "clássicos" considerados superados e uma tendência de formação disciplinadora. Introduzia mudanças nos conteúdos da história e da língua argentina, encaminhando a juventude para os "ideais peronistas".

Outro tema que o peronismo não descuidou na legislação, foi a orientação profissional dos jovens. Para isso previa-se a criação de instituições que guiassem e orientassem os jovens segundo suas aptidões e capacidades colaborando na busca da vocação profissional. Deste modo, o Estado buscava assegurar aos jovens facilidades para ingresso na vida produtiva. Por último, a Constituição estabelecia a previsão de bolsas de estudos para os "jovens capazes" e carentes.

A Constituição determinava também que o Estado protegeria e fomentaria o desenvolvimento das ciências e das artes, além de estipular que as riquezas artísticas e

históricas, assim como a paisagem natural formavam parte do patrimônio cultural da Nação, permitindo que o governo decretasse expropriações em caso de considerá-lo necessário.

A ciência, as artes, a história de caráter empírico eram consideradas pelo Peronismo como sinônimos da NACIONALIDADE. O patrimônio histórico foi defendido porque assegurava a continuidade da tradição católica e hispânica[32] (faz referência à necessidade de retomar valores de influência espanhola nas letras e na filosafia, recuperando os preceitos da Idade Média), encerrando os ideais do passado e marcando o caminho do futuro do país. Com efeito, o povo deveria ter acesso ao patrimônio cultural que era de todos e não só de uma "classe privilegiada".

2.3. A Educação no Segundo Plano de Governo

Simultaneamente à aplicação do Plano Econômico[33], o Ministro de Assuntos Técnicos prepararou o Segundo Plano Quinquenal que começaria em 1953. Foi apresentado como lei, entrando também no Senado em 28 de novembro de 1952, citando-se ao Congresso a reunião conjunta de ambas câmara, esta forma de convocatória estava autorizada em virtude da Reforma Constituicional de 1949 (artigo 88).

O tratamento do Plano durou cinco reuniões conjuntas, de 1° a 5 de dezembro de 1952, com a assistência exclusiva dos legisladores oficialistas, já que a oposição abstivera-se de participar, alegando que a modalidade não tinha base constitucional nem respeitava o jogo harmônico dos poderes. O Plano foi apresentado mediante discurso do Presidente Perón e do Ministro Dr. Raul A. Mendé, que havia assumido o Ministério de Assuntos Técnicos em novembro de 1949, logo após a demissão de Figuerola. Os discursos foram transmitidos por rádio e televisão e altofalantes instalados nas imediações do Palácio do Congresso, com a seguinte consigna: "O Segundo Plano Quinquenal é uma doutrina, uma teoria e a maneira de fazer práticas".

No día 5 de dezembro logo depois das exposições ambas as câmaras, em separado, iniciaram o período de sessões extraordinárias para considerar o Plano. A estas sessões assistiram os deputados radicais, momento que o deputado Alende aproveitou para acusar o projeto de: "não ser outra coisa senão uma enunciação de objetivos em forma declamatória e

---

[32] Este tema foi desenvolvido no capítulo II desta tese.

[33] O Primeiro Plano Quinquenal foi concluído em 1951. No mesmo ano teve lugar a eleição para Presidente e pela primeira vez as mulheres tiveram direito de voto. Uma vez que Perón foi reeleito, e ante a difícil situação econômica que o país enfrentava, determinou-se a formulação de um Plano de Emergência para o ano de 1952 perseguindo os seguintes objetivos: a) Acrescentar a produção agropecuária e industrial à atividade nacional; b) Orientar o comércio exterior para redução das importações; c) Estimular as exportações dos produtos com saldos disponíveis; d) Promover a austeridade dos consumos, para facilitar o incremento da poupança como fator indispensável na reorganização da futura expansão econômica.

sensacionalista". O deputado Perette considerava que: "a soma do poder público é o caminho para o despotismo".

Ainda em dezembro reuniram-se comissões especiais do Senado e da Câmara de Deputados, para aprovação definitiva do Plano. Após um mês da sua apresentação legislativa o Plano foi aprovado por lei. De imediato repetiu-se a mesma campanha de difusão do Primeiro Plano Quinquenal, incluindo as "aulas magistrais" de Perón no Teatro Colón.

Os setores da oposição praticamente não puderam expresar sua opinião já que os canais de expressão estavam muito controlados pelo governo.

O Segundo Plano fixava três tipos de objetivos: fundamentais -determinavam a política permanente e definida da Nação sobre as matérias do plano em geral-, gerais -assinalavam normas e meios para alcançar o objetivo fundamental- e especiais -que seriam cumpridos no quinquênio-. Além disso, compreendia quatro títulos, subdivididos em trinta capítulos ou planos particulares[34]. Para cada capítulo ou plano particular foi fixado um objetivo fundamental, vários gerais e numerosos especiais. Posteriormente estabeleceram o detalhadamente de cada Ministério a suas responsabilidades principais.

O Segundo Plano teve um caráter orientador e filosófico do mesmo modo que o Primeiro Plano Qüinqüenal. Aliás, o segundo Plano tem um perfil mais prático de execução; foi um documento excessivamente complexo e completo, estando nele contempladas todas as instituições, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do país. Em sua apresentação ao Congresso considerou-se a importância dos avanços feitos mediante a aplicação do Primeiro Plano de Governo e os resultados satisfatórios deste. Sendo assim o governo considerava necessário a instrumentação de um Segundo Plano para continuar a obra já iniciada em 1947.

Nesse sentido, os **Objetivos Fundamentais do Segundo Plano Qüinqüenal** promulgados pela **LEI Nº 14.184** fixavam que:

> *Art. 2º "Fixa-se como objetivo fundamental para o Governo, o Estado e o Povo Argentino, para o Segundo Plano Qüinqüenal, 'Consolidar a*

---

[34] TITULO 1: Ação Social
Cap. I: Organização do Povo., II Trabalho; III Previsão; IV Educação; V Cultura; VI Pesquisas Científicas e Ténicas; VII Saúde Pública; VIII Moradia; IX Turismo.
TITULO 2: Ação Econômica
Cap. X: Ação Agrária; XI Ação Forestal; XII Mineiro; XIII Combustíveis; XIV Hidráulica; XV Energia Elétrica; XVI Regime de Empresas; XVII Indústria; XVIII Comércio Exterior; XIX Comércio Interno; XX Política Crediticia; XXI Política Monetária; XXII Política Impositiva.
TITULO 3: Obras e Serviços Públicos
Cap. XXIII Transportes; XXIV Rodoviário; XXV Portos; XXVI Comunicações; XXVII Obras e Serviços Sanitários.
TÍTULO 4: Planos Complementares
Cap. XXVIII: Racionalização Administrativa; XXIX Legislação Geral; XXX Invesões do Estado; XXXI Planos Militares.

> *independência econômica assegurando a justiça social e mantendo a soberania política'"*
> *Art. 3º "Para uma correta interpretação e efetiva execução da presente lei, define-se como 'doutrina nacional' adotada pelo povo Argentino, a Doutrina Peronista, o Justicialismo, que tem como finalidade suprema alcançar a felicidade do povo e a grandeza da Nação, através da Justiça Social, Independência Econômica e Soberania Política..."*
> *(Lei Nº 14.184, Aprova os Objetivos Fundamentais do Segundo Plano Qüinqüenal da Nação, Boletim de Comunicações do Ministério de Educação da Nação, Ano IV, 23/1/53, Nº 257, pag. 1361)*

O Segundo Plano Qüinqüenal foi a concretização mais acabada da proposta peronista, tanto no plano político-econômico, quanto no cultural, social e educativo, assim como no desenvolvimento dos postulados básicos da reforma peronista. De certo modo sintetizou toda a proposta verbal que o justicialismo vinha estruturando em sua gestão de governo. Na verdade, este segundo plano foi o ponto culminante de uma maneira própria de fazer política.

Com efeito, estabeleceu as bases gerais para a educação de acordo com o seguinte objetivo fundamental:

> *"Em matéria de educação o objetivo fundamental da Nação será realizar a formação física, moral e intelectual do povo; baseado nos princípios fundamentais da doutrina nacional que tem como finalidade superior alcançar a felicidade do povo e a grandeza da Nação através da Justiça Social, Independência Econômica e Soberania Política, harmonizando os valores espirituais, os direitos do indivíduo com os direitos da sociedade."*
> *(Lei Nº 14.184, Segundo Plano Qüinqüenal, Anais da Legislação Argentina, 1952, Tomo XII-A, pag. 88)*

Novamente podemos assinalar a ordem em que o governo coloca os diferentes tipos de formação: em primeiro lugar interessa a formação física e moral, em último lugar o aspecto intelectual denotando uma clara intenção de destacar o valor disciplinador, moralizador e espiritualista da educação.

No **item IV.G.1**, que fala dos **Objetivos Gerais**, considerava que a educação em todos os ciclos devia:

a) Capacitar os cidadãos para a condução social, econômica e política do país.
b) Garantir o livre acesso do povo a todas as fontes do conhecimento e centro de ensino.
c) Criar junto à população uma consciência nacional conforme os objetivos propostos.
d) A educação deverá desenvolver-se em ciclos, garantindo a evolução harmônica das atitudes físicas, morais e intelectuais e de acordo com as aptidões e capacidades individuais.

O **item IV.G.2**, assinala que a educação primária tem as seguintes bases:
a) O ensino deverá atingir as características regionais e ambientais do país.
b) Garantirá ao aluno conhecimentos básicos elementais e práticos para que ele possa desenvolver-se na sociedade.
c) O Estado, como colaborador da família, criará centros que facilitem o exercício do direito de todos à educação.

d) A educação moral insistirá particularmente sobre os princípios da justiça social e solidariedade social que integram a doutrina nacional.
e) A educação física, ginástica, esportista e os jogos tenderão a formar homens fisicamente sãos, e a formação do sentimento, do critério e do caráter.
f) O ensino primário será obrigatório entre os 6 e 14 anos e até o cumprimento mínimo dos estudos equivalentes à quarta série[35].

O segundo Plano Qüinqüenal destacava em detalhe a organização e funções do sistema educativo, explicitando os diferentes conteúdos[36] que deveriam ser desenvolvidos nas escolas primárias:

a) Ensino Religioso e Moral: seria realizado mediante cursos adequados nos distintos ciclos; o Estado garantiria a formação de professores especializados.

b) Educação Física: o ensino era obrigatório nas escolas de primeiro e segundo graus, o fomento das práticas esportivas nos estabelecimentos educativos realizavam-se através de atividades esportivas coordenadas entre o Estado, organizações e entidades privadas.

c) Ensino Artístico: O Estado mediante a educação artística desenvolveria um sentido nacional da arte, com expressões humanistas e populares.

Quanto ao **Ensino Privado** o Plano estabelecia a regulamentação conforme o Plano Qüinqüenal, esclarecendo que o Estado estimularia e sustentaria os centros educativos privados que possibilitassem o livre acesso dos filhos dos trabalhadores.

O plano previa também a difusão dos princípios cooperativos e a constituição de caixas escolares a fim de contribuir para a formação da **consciência nacional cooperativista**, além de citar como métodos auxiliares de ensino a radiotelefonia, a cinematografia, a televisão e os serviços postais.

No **item IV.G.17** falava da **função da escola primária:** referindo-se a esta como "unidade básica" no sentido de organização e instituição promotora da formação e consolidação do "ser nacional" e aglutinadora da população como o eram as chamadas "Unidades Básicas"[37] que eram as células em que o partido Peronista tinha dividido a suas organizações distritais.

> *"A escola primária é considerada como uma unidade básica de ação educativa e social, e ao mesmo tempo, constituirá uma fonte de informação para o censo da população e de promoção da economia popular."*

---

[35] Históricamente as crianças deserdavam na 4ta série.
[36] Os conteúdos referentes a matemática, língua, apareceram posteriormente nos programas escolares posteriores ao plano .
[37] Na Carta Orgânica do Partido Peronista aprovada em dezembro de 1947 estabelecia-se que as organizações de base do PP se chamariam "Unidades Básicas", para diferenciar-lhas dos tradicionais comitês dos conservadores e radicais, dos centros socialistas e das células comunistas, sendo suas principais funções o recrutamento de filiados e divulgação doutrinária para a qual poderiam organizar centros culturais e de assitência social.

(Lei Nº 14.184, Segundo Plano Qüinqüenal, Anais da Legislação Argentina, 1952, Tomo XII,-A, pag. 88)

A implementação do Segundo Plano Qüinqüenal foi acompanhada por uma ampla ação complementar organizada pelo Ministério da Educação. Objetivando ampliar e assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no Segundo Plano de Governo, o Ministério de Educação organizou uma série de Conferências, cursos, palestras e publicações entre o corpo docente e não docente do Ministério. Também publicou vários cadernos informativos para difundir o Plano de Governo entre a população não escolarizada.

Nesse sentido, em 21 de março de 1952 o Ministro do Educação divulgou uma **Resolução Ministerial** na qual o corpo ministerial aderia ao Plano Econômico do referido ano. Estabelecia que em 1953 deveria ser discutido nas escolas sua fundamentação teórica, porque considerava que as crianças e os jovens não podiam ignorar a proposta de mudança do Plano para a Nova Argentina Justicialista.

Em outra **Resolução de 11 de abril de 1952**, o Ministro resolveu que seriam ministradas aulas especiais com objetivo de promover a economia escolar apoiando o Plano Econômico para 1952, e ao mesmo tempo introduzir entre as crianças e jovens os conceitos ligados à economia e seus benefícios.

Através do Segundo Plano Quinquenal o Ministério organizou uma série de cursos para docentes primários, garantidos pela **Resolução Ministerial de 9 de dezembro de 1952** que contemplava os seguintes temas:

- Tema I: Planos de Governo, seu conceito e importância; o Plano de Governo e a Iniciativa Privada.
- Tema II: O Primeiro Plano Qüinqüenal, seus conteúdos, sua realização. O desenvolvimento deste fazia-se junto ao glossário de discursos de Perón, relacionados ao tema.
- Tema III: O Segundo Plano Qüinqüenal: Comentários da Lei e explicação dos objetivos fundamentais que inspiraram todo o Plano.
- Tema IV: Esquema Geral do Segundo Plano Qüinqüenal. Breve referência sobre seus conteúdos nos diversos capítulos.
- Tema V: A educação no Plano Qüinqüenal. Conceitos gerais. Relação de Educação com os diversos capítulos que integram a Ação Social.
- Tema VI: Objetivo fundamental da Educação e Bases Gerais para a Educação.
- Tema VII: A Educação Primária no Segundo Plano Qüinqüenal. Objetivos Gerais e Específicos.
- Tema VIII: O Ensino Secundário: Básico, Profissional e Técnico. Objetivos Gerais e Específicos.
- Tema IX: O Segundo Plano Qüinqüenal e o desenvolvimento e progresso do País. Argentina em 1957: "economicamente livre, socialmente justa e politicamente soberana".
- Tema X: A Escola e o Docente como executor e difusor do Segundo Plano Qüinqüenal. Deveres e Obrigações. O que a Pátria espera deles.

Percebe-se que o interesse fundamental do governo era garantir a correta concretização e aplicação do Plano de Governo em todas as suas manifestações. O professor seria o agente educativo por excelência que permitiria concretizar a "formação de uma consciência nacional", clara e positiva, sobre a necessidade de um Plano que ordenaria a Vida do País, já que ele chegaria às crianças e por seu intermédio à família toda.

Admite-se também, segundo o discurso oficial a forte importância que o Estado outorgava aos aspectos sociais, que são minuciosamente tratados no Plano: educação, cultura e família apareciam no Capítulo referido à Ação Social, além de manifestar o objetivo de proteger a família por considerá-la o núcleo básico da sociedade, garantindo trabalho e salário familiar.

Também neste Plano o papel do Estado no que diz respeito à educação era o de garantir a educação básica, mas deixava um amplo espaço para a educação privada, no sentido de colaboração do Estado junto às famílias na educação das crianças.

Com efeito, o Plano incorporou a proposta discursiva de Perón, centrando o interesse, por um lado, na educação moral e religiosa das crianças e por outro, uma especial importância à educação física, além de considerar a educação vinculada ao desenvolvimento do meio rural.

3. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO[38]

No início do período peronista podemos constatar que a primeira lei sobre orçamento foi uma ratificação de decretos aprovados pelo governo militar. Na mesma sessão foram aprovadas sobre tábuas, sem discussão alguma, mais de 1.000 decretos do governo "de facto", gerando a irritação e consequente crítica da oposição como confirma o jornal "El Mundo" de 20 de outuvro de 1946.

De 1947 até 1949 os orçamentos eram calculados anualmente e posteriormente, os cálculos se faziam de forma bienal.

---

[38] Neste item trabalharemos com as leis de Orçamento promulgadas pelo Congresso da Nação:

- **LEI 12.923/46:** Ratificação de Decretos Leis relativos ao Orçamento para 1944, 1945 e 1946.
  - Decreto 18.228/43: Orçamento Geral da Nação para o ano 1944.
  - Orçamento Geral da Nação para o ano 1945.
  - Decreto 34.685/45: Orçamento Geral da Nação para o ano 1946. Neste decreto prorrogava-se o Orçamento Geral vigente em 1945.
- **LEI 12.931/46:** Orçamento Geral da Nação para 1947.
- **LEI 13.072/47:** Orçamento Geral da Nação para 1948.
- **LEI 13.249/48:** Orçamento Geral da Nação para 1949.
- **LEI 13.558/49:** Orçamento Geral da Nação para o Exercício 1950.
- **LEI 13.922/50:** Orçamento Geral de Gastos e Cálculos de Recursos da Administração Nacional para o Exercícios de 1951 e 1952.
- **LEI 14.158/52:** Orçamento Geral de Gastos e Cálculos de Recursos da Administração Nacional para 1955 e 1956.

Entretanto, no que se refere à distribuição do orçamento para o ano de 1948 a Educação e Justiça apareciam dentro de um mesmo ministério e compartilhavam das mesmas verbas orçamentárias. O Conselho Nacional de Educação e as Universidades contavam com uma parcela própria do Orçamento Nacional .

Em 1949, o Orçamento Nacional destinava uma parcela para o Ministério da Justiça e Instrução Pública, outra para a Secretária de Educação e uma terceira para o Conselho Nacional de Educação. Já em 1950 foi definitivamente separado o orçamento do Ministério de Justiça e do Ministério da Educação (antes Secretaria de Educação). O Conselho Nacional de Educação mantinha sua consignação orçamentária própria.

Passaremos agora a organizar em quadros a distribuição do orçamento nacional destinado à educação. Mas por razões operativas, não podemos discriminar Educação e Justiça, pelas diferentes formas que aparece a Educação dentro do orçamento nacional, até 1949, como já manifestamos. Porém, a partir de 1950, a Educação aparece com orçamento próprio.

QUADRO I

ORÇAMENTO NACIONAL DESTINADO Á JUSTIÇA E INSTRUÇÃO PÚBLICA PERÍODO 1944-1954

(Em milhões de pesos moeda nacional)

TOTAL DO ORÇAMENTO					
ANO	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	JUSTIÇA E EDUCAÇÃO sobre o total do Orçamento		
1944	294,40	101,80	21,79		
1945	314,66	90,86	17,16		
1946	314,66	90,86	17,16		
1947	423,31	91,48	16,77		
1948	540,56	103,29	17,48		
1949	750,99	109,41	19,45	(Justiça)	(Total)
1950	845,38	98,16	17,36*	0,92	18,28
1951	752,97	63,96	15,54	0,87	16,41
1952	752,97	46,96	15,54	0,87	16,41
1953	1230,38	72,47	14,78	0,92	15,70
1954	1230,38	69,62	14,78	0,92	15,70

FONTE: Lei de Orçamento do Congresso da Nação, Diário de Sessões da Câmara de Deputados.
*Tomada do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos.
* Corresponde só a educação porque a Justiça desde 1950 passou a ser outro ministério, cuja pasta representava uma pequena participação no percentual do total do orçamento nacional.

Podemos constatar que no período 1945-1954 o maior orçamento destinado à Educação foi 1949. Até este ano observa-se um significativo aumento no orçamento para a Educação. Outro dado importante que deveremos ter em conta, é que durante os governos conservadores as porcentagens destinadas à educação foram maiores, por exemplo: em 1944 a porcentagem foi de 21,79%. No final do período evidencia-se uma diminuição nos índices orçamentários. Portanto, é evidente que a crise econômica que enfrentou o peronismo a partir de 1950 afetou as cifras orçamentárias destinadas à educação.

Durante toda a gestão peronista o governo manifestou que o magistério tinha uma grande importância para sua política social, outorgando-lhes melhoria, embora sua política salarial não superava os salários que os governos conservadores da década de trinta destinaram aos docentes[39]. Durante todo o período verificamos que as diferentes associações docentes faziam reinvidicações ao governo em razão dos baixos salários[40], fundamentalmente os docentes que prestavam serviços nas províncias e nos territórios nacionais. Isto nos leva a pensar que a "melhoria das condições do trabalho docente" tinha mais a ver com o discurso do que com a prática.

Na distribuição do orçamento da Educação temos um item muito importante que é o dos Gastos com Pessoal:

QUADRO II

GASTOS COM PESSOAL PARA O PERÍODO 1945-1955 (Em milhões de pesos Moeda Nacional)

TOTAL DO ORÇAMENTO PARA GASTOS COM PESSOAL			
ANO	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTATES	%GASTOS em PESSOAL no total de Justiça e Educação
1944	216,62	74,90	73,58
1945	241,43	69,71	76,72
1946	241,43	59,25	76,72
1947	326,70	70,60	77,17
1948	440,35	84,15	81,46
1949	551,04	70,64	73,37
1950	730,10	84,77	86,36*
1951	682,99	58,02	90,70
1952	682,99	41,82	90,70
1953	1.131,77	66,66	91,98
1954	1.131,77	64,22	91,98

FONTE: Leis do Orçamento do Congresso Nacional, Diário de Sessões da Câmara de Deputados.

* Tomada do índice de Preços ao Consumidor do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos.

* Desde 1950,Educação tem seu próprio orçamento.

---

[39] Sobre este tema consultar LEMOS, Maria Luisa, ROGGI, Carlos, DEL CAMPO, Francisco: Evolución de los salários docentes 1906-1975, Ministerio de Cultura y Educación, (miméo)

[40] O jornal "El Mundo" de 26/10/46 falava da situação econômica dos professores e informava que a União Argentina de Mestres havia se reunido para tratar o tema da equiparação salarial entre professores do ensino primário das províncias e professores nacionais.

Em 18/11/46 "La Prensa" informava que uma carta dirigida ao Presidente da Nação pela União Argentina de Mestres pedia ao Poder Executivo que cumprisse a Lei 2737 de subvenção federal às províncias, a fim de obter o aumento de salários dos professores. O art. 9 desta lei estabelecia uma subvenção favorecendo as províncias menos desenvolvidas economicamente. Segundo os professores "a 3/6 parte das inversões em Instrução Pública ia para Buenos.Aires., Córdoba, Sta. Fé, e Entre Rios; 2/6 partes a Corrientes, Tucuman, Santigado del Estero, Salta, Mendoza, San Juan, Catamarca e San Luis; 1/6 partes a Jujuy e La Rioja". Também assinalavam a "crescente absorção por parte do Estado Federal, de uma parte apreciável dos recursos provinciais". Por isso a entidade expressava " que é necessário reforçar o federalismo institucional, que só poderá ser verdade absoluta quando for realidade na ordem econômica."

Em3/2/48 "La Prensa", informava sobre pedido de melhoria salarial dos professores da província de Santa Fé. Também em 13/3/48, "La Prensa", informava sobre o mesmo pedido de professores de Santiago del Estero.

Em 13/8/50 "La Prensa", publica um editorial falando da estabilidade nas funções dos docentes e de seus baixos salários. 19/9/50 "La Prensa", falava sobre a situação econômica dos educadores, que seus salários a nível nacional estavam congelados desde 1948. No editorial do mesmo jornal em 1/11/50, falava-se novamente do tema referindo-se à situação do magistério de Santa Fé. No editorial de 27/12/50 "La Prensa" criticava os baixos salários dos docentes.

Conforme os dados do Quadro II podemos observar que a parcela destinada aos gastos com pessoal da educação era muito alta, aumentava gradualmente chegando ao final do período com índice de 91,98% sobre a totalidade do orçamento da Justiça e Educação. Conseqüentemente, as verbas que ficavam para construção, manutenção dos prédios escolares, assim como material didático eram bastante reduzidas.

Também no anexo destinado à distribuição do orçamento da Justiça e Educação aparece o item Outros Gastos:

QUADRO III

OUTROS GASTOS NO TOTAL DO ORÇAMENTO DE JUSTIÇA E EDUCAÇÃO (Em milhões de pesos Moeda Nacional)

TOTAL DE OUTROS GASTOS			
ANO	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	OUTROS GASTOS no total de Justiça e Educação%
1944	77,78	26,89	26,42
1945	78,23	22,59	23,28
1946	78,23	19,19	23,28
1947	103,66	22,40	22,83
1948	88,30	16,87	16,33
1949	191,30	27,88	25,47
1950	100,36	11,65	11,87*
1951	70,40	6,80	9,30
1952	70,40	4,31	9,30
1953	92,16	5,42	8,02
1954	92,16	5,22	8,02

FONTE: Leis do Orçamento do Congresso Nacional, Diário de Sessões Câmara de Deputados.
*Tomada do índice de Preços ao Consumidor do Instituto Nacional de Estatística e Censos.
* Desde 1950,Educação tem seu próprio orçamento.

Durante os primeiros quatro anos do período observa-se uma importante participação de **Outros Gastos** no total do orçamento de Justiça e Educação. Já no final do período encontramos uma considerável diminuição das porcentagens, chegando a 8,02% em 1953.

Existia também na distribuição do orçamento da Educação um Item denominado Gastos em Créditos que estava relacionado com a economia de inversão, ou seja, contemplava a construção e manutenção de prédios escolares. Mas só o encontramos nos anos de 1948 com um porcentual de 2,21%, em 1949 de 1,16 e em 1950 de 1,77, o qual indica que a participação do item créditos no orçamento de Justiça e Educação tinha uma relativa importância.

Apesar do regime ter manifestado por todos os meios e instrumentos de difusão oficial o seu interesse por promover e desenvolver a educação como elemento de consolidação da sua doutrina, nos chama atenção que na distribuição orçamentária os investimentos feitos na

educação não respondiam a estas supostas "características estratégicas" dadas ao setor, demostrando, ao contrário, que a educação não era um ponto tão estratégico para a política peronista como se manifestava nos discursos das autoridades. Conforme as fontes consultadas, durante o regime a questão do financiamento educativo não foi ampliada em termos numéricos, senão que sofreu um considerável declínio, o que representa uma contradição entre o discurso político e a sua prática administrativa concreta.

4. ESCOLA PARA TODOS...

Como já explicamos no capítulo primeiro, o sistema tradicional de dominação perdeu vigência diante das novas condições sociais: por um lado o país vivia um processo de industrialização que requeria acordos políticos entre distintos setores sociais, na procura da criação das bases para a industrialização. Por outro lado produziu-se uma ampla incorporação econômica e política dos setores populares. O regime sob o ponto de vista político aprofundou uma abertura do sistema de poder incorporando os novos grupos sociais (empresários, tecnocratas, militares, etc.) no controle e condução do aparelho estatal, desenvolvendo uma política econômica de redistribuição da renda que favorecia os setores trabalhistas.

A partir dos anos 30 e fundamentalmente nos anos entre guerras, o país experimentou uma situação de desenvolvimento e prosperidade econômica devido a uma expansão comercial como conseqüência da produção agropecuária requerida pelo mercado exterior. Na expansão industrial: têxtil, alimentação, setores da metalurgia, especialmente em Buenos Aires e província de Buenos Aires. Também ocorreu um processo de expansão de pequenas e médias indústrias de capital nacional com nível tecnológico deficiente para abastecer o mercado interno. Tal fato acarretou uma acumulação de importantes reservas, produto das crescentes atividades comerciais (dando lugar ao incremento de pequenos comerciantes ligados à atividade têxtil e alimentícia), além de provocar uma concentração da população nas regiões urbanas da Capital Federal e seus arredores.

O desenvolvimento industrial, em parte estimulado pela carência de importações havia levado à existência de mais de 85.000 estabelecimentos industriais (PASO, 1987: 92). Provocou a ocupação plena com a absorção dos contingentes de mão de obra provenientes do campo que se incorporavam rapidamente à produção, melhorando os salários e o nível de vida.

Mas estas mudanças eram de caráter conjuntural. Os principais beneficiários desta prosperidade foram: a burguesia industrial, comercial e financeira que passaram a ocupar posições políticas preeminentes até então ocupadas pela oligarquia latifundiária.

Outros setores da burguesia agrária não diversificaram seus investimentos e portanto não apoiavam as reformas peronistas.

Um industrial que desempenhou um importante papel neste processo econômico e político foi Miguel Miranda[41], dedicado ao ramo da alimentação. Foi Assessor Econômico durante o governo de Farrel e depois presidente do nacionalizado Banco Central. O Banco Central e o IAPI (organismo encarregado de centralizar a produção para sua comercialização exterior) foram instrumentos que Miranda desenvolveu para efetivar sua política econômica, sendo sua atuação mais destacada que do próprio Ministro da Fazenda.

Apesar da inicial euforia pelos êxitos econômicos favorecidas pela conjuntura, os artigos produzidos eram de qualidade inferior e preços elevados; não se investiu em tecnologia. O governo não produziu a montagem de indústrias básicas, os créditos orientaram-se para a indústria leve como têxtil, alimentação, brinquedos, e outras. A indústria nacional não teve capacidade competitiva em relação à indústria dos países europeus recuperados do pós-guerra.

Outro aspecto que o governo descuidou foi o setor agrário. Durante este período o país sofreu uma marcada diminuição das áreas semeadas com cultivos fundamentais. Este fato estava relacionado com a propriedade latifundiária e o preço pago aos produtores por safras, além da falta de uma política que estimulasse a produção.

Esta política de expansão econômica permitiu a elevação do nível de consumo das classes populares, sem afetar em demasia os grupos tradicionais. A possível promoção econômica, social e política dos grupos urbanos estava intimamente relacionada com a manutenção das relações de dominação do setor rural, o que levou à exclusão ou à participação limitada das massas rurais nos benefícios gerados pelo desenvolvimento industrial.

David Wiñar afirma que a política educativa do peronismo caracterizou-se, por um lado, pela criação de um sistema não tradicional de ensino técnico, que criou uma nova alternativa de ensino médio e superior, o que indicava a existência de uma política educativa definida. Por outro, se observou um acelerado crescimento da matrícula do nível médio durante o período peronista, onde o ensino técnico, tradicional e não tradicional teve uma considerável importância. Portanto o ensino técnico, particularmente o de nível médio, teve um papel fundamental na política educacional do período. Mas apesar da incorporação de novos setores o governo peronista não consegue modificar a estrutura de matrículas que mantém a mesma tendência piramidal histórica.

Cabe frisar que no decênio 1945-1955 observa-se uma expansão acelerada em todos os níveis do ensino. O ensino primário que já tinha alcançado altas porcentagens de escolarização

---

[41] Segundo Leonardo Paso, Miguel Miranda era um industrial monopolista, proprietário de 25 fábricas, explorações agropecuárias e cuja fama havia ultraspassado as fronteiras do país.

nos anos anteriores experimentou um crescimento razoável. Historicamente o ensino primário cresceu aceleradamente nas primeiras décadas do século até 1940 aproximadamente. Este ritmo se deteve bruscamente no qüinqüênio 1940-1945, e ascendeu novamente nos períodos de 1945-1950 e 1950-1955 para, depois descer a níveis similares e ainda inferiores ao crescimento da população total.

David L. Wiñar(1974), no artigo "Aspectos Sociais do Desenvolvimento Educativo Argentino, 1900-1970", manifesta que grande parte dos graduados do nível primário ingressavam no nível secundário. Assim, os grupos ocupacionais não manuais e os estratos ocupacionais manuais urbanos tinham acesso à educação de segundo grau em maior medida, sendo que estes setores constituíam o grande acesso dos graduados do ensino. Estes grupos sociais também cresceram aumentando sua participação no ensino universitário, porém em menor escala.

Esta ampliação do sistema pode ser atribuída às mudanças na distribuição da renda experimentada durante o período e a um certo aumento dos recursos destinados à educação (instalações escolares, número de docentes, salários docentes, materiais escolares, etc.) tal como indica o seguinte quadro:

QUADRO IV

ARGENTINA. ESCOLAS PRIMÁRIAS(1949-1955)*

ANOS	TOTAL	DIFERENÇA	
		ABSOLUTA	RELATIVA
1940	12.879	-	-
1941	13.029	150	1.2
1942	13.198	169	1.3
1943	13.354	156	1.2
1944	13.309	-45	-0.3
1945	13.542	233	1.8
1946	13.575	33	0.2
1947	13.788	213	1.6
1948	14.049	261	1.9
1949	14.238	189	1.3
1950	14.465	227	1.6
1951	14.475	10	0.1
1952	15.432	957	6.6
1953	15.498	66	0.4
1954	15.839	341	2.2
1955	15.996	157	1.0

Fonte: Centro Nacional de Documentação e Informação Educativa, Ministério Nacional de Educação.
* O número de escolas obedece ao número total das existentes em todo o país.

O quadro mostra o crescimento constante dos estabelecimentos escolares oficiais durante o período pré-peronista com exceção do ano de 1944 que teve um crescimento negativo. No decorrer do período observamos o aumento do número de escolas, mas em 1946, 1951 e 1953, detectamos uma abrupta queda dos valores. Já em 1952, observamos um salto quantitativo. Talvez este aumento das escolas estivesse relacionado com o programa de construções escolares promovido pelo Segundo Plano Qüinqüenal. Em geral podemos afirmar que durante

todo o período estudado houve um aumento quantitativo do número de escolas, no entanto não temos dados que indiquem a distribuição territorial das mesmas.

Mas temos os dados que nos informam sobre as escolas criadas pelo Conselho Nacional de Educação nas províncias e territórios nacionais entre 1902 e 1950 na aplicação da Lei Nº 4874 conhecida como Lei Láinez. Denotando a participação do governo federal em todo o interior percebemos que a partir da década de 40 o número de escolas criadas diminuiu.

QUADRO V

ESCOLAS CRIADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM PROVÍNCIAS E TERRITÓRIOS (1902-1950)

ANOS	ESCOLAS CRIADAS EM PROVÍNCIAS	ESCOLAS CRIADAS EM TERRITÓRIOS	TOTAL
1902-1914	1.374	204	1.578
1915-1920	1.356	132	1.488
1921-1930	1.832	546	2.378
1931-1940	520	553	1.073
1941-1947	108	62	170
1948-1950	176	21	197
TOTAL	5.386	1.518	6.884

Fonte: Conselho Nacional de Educação. Ministério de Cultura e Educação, 1976.

No que diz respeito à participação das jurisdisções provincias no percentual de escolas, podemos observar que províncias como Buenos Aires, Córdoba, Entre Rios e Mendoza tinham percentuais que superava 50 % das escolas locais, entretanto no resto das províncias consideradas mais pobres os percentuais de escolas eram muito baixos, sendo Catamarca e La Rioja as de menor percentual, como indica o seguinte quadro:

QUADRO VI

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA. PERCENTUAL DE ESCOLAS PROVINCIAIS (1902-1960)

	1902	1914	1920	1930	1940	1947	1950	1960
Bs Aires	100	94	91	89	97	92	93	94
Catamarca	100	40	22	15	15	24	30	25
Córdoba	100	87	77	69	67	68	68	70
Corrientes	100	73	28	29	21	26	28	32
Entre Rios	100	86	79	76	78	81	81	80
Jujuy	100	61	43	39	39	42	46	49
La Rioja	100	62	10	9	12	19	27	27
Mendoza	100	86	67	66	58	58	57	58
Salta	100	43	28	23	20	23	26	16
San Juan	100	47	27	32	35	45	47	44
San Luis	100	19	21	33	33	30	35	31
Santa Fé	100	72	69	58	76	75	74	71
S.Estero	100	60	37	29	25	29	25	29
Tucumán	100	63	39	38	37	37	37	38
Total País	100	75	61	59	61	62	62	63

Fonte: Conselho Nacional de Educação. Ministério de Cultura e Educação, 1976.

Podemos concluir afirmando que o nível de participação provincial no percentual de escolas era alto mas a intervenção federal nas jurisdições provinciais era considerável.

No que diz respeito ao número de alunos matriculados o quadro seguinte evidencia um crescimento muito baixo no qüinqüênio 1940-1944. A partir de 1946 percebemos um aumento nos valores, o que ressalta a política educativa expansionista desenvolvida pelo governo. No entanto o período que sofre uma expansão considerável é o qüinqüênio 1950-1955, sendo o ano de 1952 o de maior taxa de alunos matriculados nas escolas oficiais.

QUADRO VII

ARGENTINA. ALUNOS MATRICULADOS (1940 1955)*

ANOS	TOTAL	DIFERENÇA	
		ABSOLUTA	RELATIVA
1940	1.829.871	-	-
1941	1.849.220	19.349	1.1
1942	1.834.234	-14.986	-0.8
1943	1.840.774	6.540	0.4
1944	1.858.405	17.631	1.0
1945	1.881.264	22.859	1.2
1946	1.894.379	13.115	0.7
1947	1.929.223	34.844	1.8
1948	1.964.699	35.476	1.8
1949	2.003.651	38.952	2.0
1950	2.094.395	90.744	4.5
1951	2.155.214	60.819	2.9
1952	2.250.557	95.343	4.4
1953	2.338.162	87.605	3.9
1954	2.420.184	82.022	3.5
1955	2.507.056	86.872	3.6

Fonte: Centro Nacional de Documentação Educativa. Ministério Nacional de Educação

* Dados referente a todo o país.

Mas o crescimento da matrícula está relacionado com o próprio crescimento da população do país que demanda um número maior de ofertas das vagas educativas. Com efeito, segundo o Terceiro Censo Nacional de 1914 a população total do país era de 7.885.237 habitantes, entretanto os dados do Quarto Censo Nacional de 1947 registravam 15.893.827 duplicando-se o número de habitantes, que se encontravam distribuídos em 2.808.492 km^2 perfazendo uma densidade populacional de 5,7 habitantes por km^2[42]. Os dados indicam que 62,5% da população do país habitava as zonas urbanas, sendo que a maioria estava concentrada na Capital Federal[43].

---

[42] A região mais povoada era a Capital Federal, que ocupava só 0,007% da superfície do país, estando habitada por 19% da população total, sendo sua densidade de população de 14.978,8 habitantes por km^2. Seguiam-lhe em ordem de importância Tucumán com uma densidade de 22,0 habitante por km^2, Buenos Aires, 14,2 habitantes por km^2, Santa Fé 12,9 habitantes por km^2 e Entre Rios 10,7 habitantes por km^2.

[43] Dados extraídos da Síntesis Estadistica Mensual de la República Argentina, Dirección Nacional de Servicios Técnicos del Estado, Dirección General del Servicio Estadístico Nacional, Año IV N° 1/10, Presidencia de la Nación Ministério de Asuntos Técnicos, octubre 1950

No que diz respeito ao crescimento acumulativo da matrícula, historicamente as taxas do ensino primário na Argentina tiveram flutuações, como podemos constatar no seguinte quadro:

QUADRO VIII

TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULATIVO ANUAL DA MATRÍCULA TOTAL 1900-1960

PERÍODO	%	PERÍODO	%	PERÍODO	%
1900-1905	3,6	1920-1925	2,5	1940-1945	0,6
1905-1910	4,6	1925-1930	2,6	1945-1950	2,2
1910-1915	7,0	1930-1935	3,2	1950-1955	3,8
1915-1920	3,9	1935-1940	2,6	1955-1960	1,5

Fonte: David L. Winär, Aspectos Sociales de Desarrollo, Revista del Centro de Estudios Educativos (México), vol. IV, No. 4, 1974

O período de maior expansão foi o qüinqüênio 1910-1915 que chegou a uma taxa de 7%. Posteriormente observam-se taxas mais lentas. No período estudado, a taxa de crescimento deu um salto quantitativo passando de 0,6% de 1940-1945 a 2,2% no qüinqüênio 1945-1950. Outro momento de crescimento da taxa foi no qüinqüênio 1950-1955, de 3,8%.

O processo de expansão de todo o sistema educativo passou por uma série de etapas: de 1900 a 1930, deu-se um "desenvolvimento para fora", ou seja uma economia baseada no mercado externo, que gerou grandes excedentes junto a uma baixa densidade demográfica que permitiu orientar recursos a áreas educacionais, favorecendo o crescimento de todos os níveis do ensino. Os grupos que exerceram o poder nesse período desenvolveram uma política educativa diferente: a oligarquia latinfundiária que controlou o aparelho estatal até 1916, concentrou seus maiores esforços no ensino primário. Segundo Juan Carlos Tedesco (1970), o ensino médio esteve orientado à formação de uma elite política. Já com o advento do radicalismo- representante das camadas médias-, continuou-se com a política de expansão do ensino primário, chegando nos anos 20 à incorporação da maioria dos setores sociais. O ensino médio foi sofrendo um processo de democratização ampliando-se os setores que até então estavam sendo excluídos. Também a universidade foi perdendo lentamente seu caráter de educação elitista, com a incorporação de novas camadas sociais fundamentalmente dos setores urbanos .

Entre 1930 e 1945, o país sofreu transformações devido às mudanças no mercado mundial, que experimentou um profundo processo de crise. A Argentina sofreu as conseqüências deste processo, caindo os níveis dos produtos agropecuários exportados entrando assim no novo modelo de substituição das importações manufaturadas. Juntamente produziu-se a derrota da proposta política radical e a restauração no poder dos grupos dominantes tradicionais, representados basicamente pelos latinfundiarios ligados ao comércio exterior. O retorno da oligarquia ao poder foi acompanhado por uma situação de exclusão da vida política de amplos

setores da sociedade. Ocorreram mudanças nas concepções oligárquicas a respeito do papel da educação como "fundamento e garantia do progresso", sustentada pela geração dos 80. Houve uma clara conseqüência no crescimento irregular do sistema educativo, que foi mais lento que no período anterior, fundamentalmente o nível primário que permaneceu praticamente estancado.

Já no decênio 1945-1955, se produz uma expansão acelerada de todos os níveis de ensino, incluído o primário, retomando assim a tendência histórica. Este fato está relacionado com um maior grau de penetração do ensino primário nos setores marginais que ainda não assistiam à escola. Mas a maior mudança registra-se no nível médio, onde o recrutamento social do alunado superou os períodos anteriores que passou de 4,1% no período 1930-1935 a 30% entre 1945 e 1950, caindo para 7,8 entre 1950 e 1955, sendo este período onde a grande maioria dos graduados do ensino primário acedem ao ensino médio.

Segundo Wiñar (1974) o rápido processo de expansão do ensino primário permitiu que se escolarizasse a maioria da população em idade escolar num período relativamente breve. As taxas de escolarização observadas nos censos escolares e de população permitem precisar que essa situação deu-se durante o período compreendido entre os anos 1914 e 1931. Tanto que os censos de 1909 e 1914 estabeleciam que metade da população compreendida no grupo de 6 a 13 anos frequentava à escola. Já em 1931 concorriam quase três quartas partes. Esta proporção implica que a extensão do sistema educativo alcançada na década de 1920 fazia acessível a escola primária a praticamente todos os grupos sociais.

Como conseqüência da crescente difusão do ensino primário, diminuiu marcadamente a participação relativa dos analfabetos no total da população de 14 e mais anos de idade. Os dados do censo indicam que a grande maioria da população adquiriu o caráter de alfabetizada no ano de 1914. Segundo o Censo Nacional a porcentagem de analfabetos era de 35,1%, passando a 15% em 1943, e em 1947 a 13,6%, para em 1960 cair a 8,9%.

Mas apesar do crescimento da matrícula durante o regime peronista, os dados estatísticos indicam que o nível de retenção do sistema escolar ainda era deficiente, como observamos no seguinte quadro:

QUADRO IX

"DESGRANAMIENTO"* POR SÉRIES (1940-1956)

ANOS		ALUNOS MATRICULADOS		Desgranamiento		% APROVAÇÃO
1ª SERIE	6ªSERIE	1ª SERIE	6ª SERIE	VALORES ABSOLUTOS	%	
1940	1946	495.781	123.973	371.988	75.0	25.0
1941	1947	495.890	127.026	368.864	74.4	25.6
1942	1948	480.910	131.904	349.006	72.6	27.4
1943	1949	487.148	135.560	351.588	72.2	27.8
1944	1950	484.870	145.782	339.088	69.9	30.1
1945	1951	493.503	153.601	339.902	68.9	31.1
1946	1952	509.536	176.374	333.162	65.3	34.7
1947	1953	527.736	176.769	350.967	66.5	33.5
1948	1954	536.335	187.295	349.040	65.1	34.9
1949	1955	551.905	194.135	357.770	64.8	35.2
1950	1956	578.744	195.924	382.820	66.1	33.9

Fonte: Centro Nacional de Documentação e Informação Educativa. Ministério Nacional de Educação
* "Desgranamiento" é a somatória da deserção e repetência

A porcentagem de desgranamiento era alta em todo o período 1946-1955, mas percebemos uma ligeira diminuição no período peronista em comparação com os anteriores. Também a aprovação escolar sofreu uma melhoria: o período 1940-1946, mostra uma retenção de 25% do total de alunos matriculados, enquanto que no período 1946-1952, a retenção alcança uma porcentagem maior, chega a 34.7%. O período de maior porcentagem de aprovação foi 1949-1955. Portanto, apesar dos esforços que o regime dizia ter encarado para melhorar as condições materiais dos alunos e de procurar otimizar as possibilidades educativas, o sistema continuou tendo dificuldades em relação à retenção da população estudantil.

Conclui-se que o nível de expansão e democratização do ensino de nível primário nestas décadas não obedece a uma ação do setor oficial na implementação de uma política de estímulo para o desenvolvimento da educação nos diferentes níveis (excetuando o nível médio), já que não há um salto quantitativo que permita dizer que foram adotadas medidas nesse sentido. Portanto a expansão está mais ligada a um processo de urbanização que ocorreu em toda América Latina. Uma possível interpretação da evolução descrita, é que o rápido crescimento da matrícula nas primeiras décadas deste século permitiu a escolarização de uma elevada porcentagem da população. Porém, ainda ficaram excluídos deste processo setores sociais que posteriormente, durante o período peronista, seriam incluídos. Com efeito, a taxa de crescimento da matrícula foi superior à da população total, o que implica que durante esse período se amplia a incorporação de setores sociais de menor renda.

5. A RUPTURA DA TRADIÇÃO LAICA NA EDUCAÇÃO

Como manifestamos no primeiro Capítulo do presente estudo, os nacionalistas católicos acompanharam a gestão do Governo da Revolução de 1943, desempenhando funções políticas nos diferentes gabinetes.

A concepção nacionalista católica era dominante na educação. Ela intervinha nas decisões da política educativa e contribuía para que o país abandonasse a sua tradição laica adotando uma concepção confessional. Ao mesmo tempo, o país viveu um estágio de restrições das liberdades e uma repressão política e intelectual: muitos dos professores liberais foram demitidos e as universidades perderam a autonomia que lhe concedera a lei Nº 159[44]. (conhecida como lei Avellaneda) em seu artigo 4to.

Em 31 de dezembro de 1943, pelo **Decreto Nº 18.411** instituiu-se o ensino obrigatório da religião nas escolas primárias e secundárias. Este decreto preparou o terreno para que posteriormente Perón promulgasse a **Lei Nº 12.978/47** de ensino religioso.

Também citamos o apoio da Igreja Católica ao governo de Juan Domingo Perón. Na verdade, para a Igreja, Perón representava a **"ordem e a tradição"**. Por um lado, ele era o herdeiro do governo militar que tinha promovido o ensino religioso nas escolas. Por outro , a Igreja via no peronismo o salvo conduto para defender-se do avanço do socialismo e do comunismo na Argentina. Além disso, Perón tinha incorporado em seu discurso princípios da Doutrina Social da Igreja, que mais tarde formaram parte da Doutrina Justicialista. Por último, Perón representava uma garantia, dada sua postura conciliadora com respeito à luta de classes, coincidente com a Igreja Católica.

Apesar do receio, o Clero decidiu em novembro de 1945 que os católicos não deveriam votar no candidato presidencial que apoiaria a "separação da Igreja e o Estado, o laicismo no ensino e o divórcio legal", reivindicações que eram levantadas pelo candidato da União Democrática. Portanto, os católicos votaram em Perón, que foi amplamente beneficiado nas zonas rurais mais atrasadas, onde a figura do sacerdote era muito respeitada e tinham uma profunda influência em seus fiéis.

---

[44] Nicolás Avellaneda, membro da Câmara de Senadores e reitor ao mesmo tempo da Universidade de Buenos Aires apresentou um projeto de lei que contava só com quatro artigos de caráter geral, deixando que as universidades em seus respetivos estatutos ditassem os aspectos mais detalhados de seu governo e administração. Segundo Juan Carlos Tedesco (1970), Avellaneda argumentou que o projeto era de caráter geral, tinha só 4 artigos para sua pronta sanção evitando uma longa discusão nas Câmara. Mas o mesmo autor afirma que a verdadeira razão era outorgar às universidades uma ampla margem de autonomía para ditar suas próprias formas de funcionamento.

Em contrapartida, o Peronismo implantou o ensino religioso nas escolas através da **Lei Nº 12.978/47**[45], que ratifica o Decreto Nº 18.411 do governo anterior.

Também é possível constatar a participação de católicos tanto no Poder Executivo, quanto na Câmara Legislativa e na Corte Suprema de Justiça.

A Lei de Ensino Religioso tentava romper com o velho laicismo que aos olhos dos peronistas era ***anti-popular***, ***antinacional*** e ***anticonstitucional***. Para ele, o avanço do comunismo soviético só poderia ser detido mediante uma legislação que tirasse o laicismo liberal das instituições educativas.

Nesse sentido a **Lei Nº 12.978** em seu **artigo 1º** estabelecia que:

> *"Art. 1º -Em todas as escolas públicas de ensino primário , pós-primária, secundário e especial o ensino da religião católica será incluída como matéria ordinária nos planos de estudo.*
> *Ficam excluídos deste ensinamento aqueles educandos cujos pais manifestem expressa oposição, por pertencer a outra religião, respeitando-se assim a liberdade de consciência. A esses alunos dar-se-á instrução moral."*
> *(Lei Nº 12.978, 29/4/47; Anais da Legislação pag VII, 1947, pag.258)*

A influência da Igreja na educação foi muito forte, tanto que no **Artigo 2º** a Lei previa que os docentes que ministravam as aulas de religião católica deveriam ser designados pelo governo, mas as nomeações só poderiam ser autorizadas pelas autoridades eclesiásticas. Assim a docência ligada à "Ação Católica Argentina" ocupou parte das vagas existentes, o que suscitou uma grande crítica pela forma de designação docente.

No **Artigo 3º** dava-se ao clero uma ampla participação nas decisões educativas. Tanto os programas quanto os textos destinados ao ensino da religião deviam ser aprovados pelo Governo e com acordo das autoridades eclesiásticas. O **Artigo 5º**, criou a Direção Geral de Instrução Religiosa, para organizar e dirigir a educação religiosa nas escolas dependentes do Ministério de Justiça e Instrução Pública e do Conselho Nacional de Educação; também foi criada a Inspeção Geral de Instrução Religiosa, dependente do Ministério.

Como era de se esperar esta Lei despertou uma profunda crítica por parte dos setores que defendiam a educação laica. Consideravam que o país tinha uma tradição laica na escola, portanto era antidemocrático promulgar uma lei religiosa. Afirmavam que a Igreja buscava monopolizar a formação do povo provocando uma educação sectária. Além disso criticavam os textos escolares por considerá-los sectários, intolerantes e antidemocráticos pois manifestavam que um homem "sem religião não merece nenhuma confiança; não crendo em

---

[45] Sobre este tema ver CAMPOBASSI, JOSÉ S.: Ataque y Defensa del Laicismo Escolar en la Argentina(1884-1963), Ediciones Gure, Bs.As., 1964.

Deus que premia e castiga, só tratará de satisfazer suas próprias paixões, sem respeitar os direitos dos outros..." (LUBERTINO BELTRÁN, 1987: 42)

Os jornais da época nos informam da intensa campanha que os setores opositores à lei de ensino religioso desenvolveram durante esse período na busca de apoio dos legisladores e da população para evitar sua aprovação. Assim, as entidades docentes organizaram-se para resistir à lei, o jornal "El Mundo" de 22/10/46 informava sobre o pedido da União Argentina de Mestres que se dirigiu à Comissão Especial da Câmara de Deputados, designada para o estudo dos decretos leis (aprovados pelo governo "de facto"), solicitando que o decreto Nº 18.411, que modificava a Lei de Educação Comum, na parte que estabelecia o ensino laico, fosse separado do conjunto já aprovado pelo Senado, com o objetivo de que a mesma fosse objeto de debate parlamentar. Por sua parte a A Confederação de Mestres dirigiu ao Presidente da Câmara de Deputados da Nação uma carta na qual declarava-se "em defesa da liberdade de crenças que faz grande aos povos e que deve colocar-se por sobre o religioso"; pedindo ao Parlamento que não aprovasse a lei do Decreto 18.411 do ano 1943.

Também os partidos políticos organizaram mobilizações contrárias à lei (atos, seminários, encontros, declarações, etc.), em novembro de 1946 o Partido Socialista, declarou-se em "Defesa da escola democrática e laica, contra a infiltração fascista nas aulas". Defendiam a lei 1420 porque era "um arma eficaz da classe trabalhadora que, bem empregada, lhe ajudará em sua legitima aspiração de melhoramento moral e econômico. (...) assegura uma escola igual para todas as crianças que habitam o solo argentino..." (La Prensa, 10/11/46)

A "Conferência Nacional de Mulheres Socialistas organizada na Casa do Povo na Capital Federal em 5/6/47 manifestou-se a favor da lei 1420:

> *"...a recente reforma da lei 1420 significa a infiltração da Igreja Católica no ensino argentino. (...) é urgente a necessidade de intensificar uma campanha de esclarecimento dirigida especialmente aos pais para prevenir-lhes do grave perigo que essa e outras formas de infiltração clerical representam para a formação integral da criança e do adolescente. (...) é preciso difundir entre todas as mulheres argentinas que a Igreja como instituição é o principal inimigo de sua liberdade espiritual e dos direitos que tem conquistado legitimamente".(La Prensa, 8/6/47)*

De outro lado o Partido Democrata da Capital Federal em 5/12/47, publicou uma declaração de princípios que referia-se à orientação política, questões sociais, aspectos econômicos e financeiros, cultura e educação, defendendo a liberdade de ensino garantida na Constituição.

Além destas manifestações membros do Partido Socialista, União Cívica Radical, Democratas, e fundamentalmente a docência em geral criaram em 10/11/46 uma Comissão

denominada "Campanha Popular em Defesa da Lei 1420". Esta Comissão no mês de dezembro desse ano organizou o "Congresso Argentino de Educação Laica[46]", no qual trataram dos seguintes temas: Definição do Laicismo; O espírito Laico; O Estado Laico; Fundamentos filosóficos e sociais do laicismo; Filosofia da tolerância; A fraternidade humana; Escola laica e escola dogmática; Política, religião e soberania nacional; Os princípios da escola laica e liberal da Lei 1.420; As bases da educação laica; A educação moral pela educação laica; Métodos de luta em prol da educação laica. Simultaneamente a Comissão da "Campanha Popular em defesa da Lei 1.420 de educação Comum", intensificou sua luta e realizou vários atos populares.

O Congresso Argentino de Educação Laica no dia 21/12/46 deu a conhecer suas conclusões:

> *"1) Já que a escola dogmática religiosa: a) funda-se em uma suposta verdade revelada que não pode ser modificada por considerar-se de origem divina e pretender ser um sistema religioso de valor absoluto e incontrovertível; b) que chega a cercear programas que contradizem suas asseverações e a dar um valor secundário às investigações psicológicas e científicas em geral e em particular à teoria da evolução sem estimular a procura de verdade. c) que combate todo pensamento que não consulte seus ensinos (...) d) que na maioria das vezes impõe seus dogmatismos através do temor e do mistério, sem admitir a dúvida racional.*
> *2) Já que a escola laica: a) É o produto de uma evolução histórica que substituiu o dogma religioso imposta aos educandos pelo conceito de liberdade de consciência; b) Esforça-se por alcançar a máxima certeza por meio da pesquisa, o livre exame no campo científico e a persuasão no terreno moral; c) Respeita o foro interno de cada pessoa, sem impor dogmas, crenças e práticas de índole confessional, sem perseguir a nenhuma religião e, ao mesmo tempo, tende a estimular os fatores criadores do pensamento humana..."*
> *Conclui: a) que a escola dogmática religiosa destrói, fundamentalmente as conquistas obtidas pela escola laica, cuja missão é educar cidadãos em um plano de igualdade, fraternidade e respeito mútuo; b) que é indispensável para o respeito da personalidade humana e a unidade e felicidade do povo argentino manter a escola laica. E recomenda-se : que se peça a todos os poderes (...) mantenham a lei número 1420 no que diz respeito o laicismo nos demais princípios fundamentais".(La Prensa, 22/12/46)*

---

[46] No qual participaram grandes personalidades ligadas à educação e à cultura: Prof. Américo Ghioldi, Gregorio Halperin, Dra. Alicia Moreau de Justo, Cesáreo Rodríguez, Lino Mestroni, Nelly B. Saglie. Dr. Julio González Iramain, Jose Maria Belaños, Carlos S. Fayt, Dra. Margarita Arguas, Federico Bardi, Josefa D. Medina, Sara Badano, Dr. Julio R. Passerón, senhora Leonilda Barrancos entre outros.

Também aderiram diferentes entidades: Partido Democrata Progressita, Socialista Comunista, Federação Universitária Argentina; União Argentina de Estudantes Socialista, Comunistas, Centros de Estudantes, Universitários e Secundários, Federação de Maestros do Interior e Grão Buenos Aires, Associação do Professorado Secundário, Centro de Professores Diplomados de Ensino Secundário, Igreja Metodista, Igreja Evangélica, Espíritas.

Estas conclussões colocam à escola confessional como sinônimo de atraso, de irracional, ocultismo e dogmatismo, atentando contra os avanços científicos e filosóficos. No plenário deste Congresso se dispôs a criação da "Junta de Ação Laica Argentina" como uma instituição permanente na defesa da Educação Laica, sendo suas autoridades: Presidente José Mas, Vice-presidente Emilio Garcia Ituraspe, Secretario Geral o professor I. Mario Flores, Secretario de Atas Dr. Alvaro M. Martínez, Secretário de Imprensa Prf. Patricio F. López.

Esta entidade iniciou uma intensa atividade na procura de um consenso contrário à lei de educação religiosa. Assim a "Junta Executiva de Ação Laica Argentina", em 11/1/47 enviou nota ao presidente da nação destacando a "necessidade de uma consulta séria e prática, para saber com toda autenticidade a vontade dos pais e tutores dos alunos das escolas primárias e secundárias, se desejariam ou não o ensino religioso nas escolas públicas, com o objetivo de contar com um elemento fidedigno e decisivo acerca de tão importante questão.

Também enviou nota em 15/11/47 ao Presidente da Câmara de Deputados pedindo que não se aprovasse o decreto: "porque a imposição do dogma católico contraria a liberdade de consciência, o espírito e letra da Constituição, as conclusões da ciência e o proposito da unidade nacional, incentiva à divisão da família argentina por causa de suas religiões". Organizam atos públicos durante os primeiros meses de 1947 em diferentes pontos do país como Bahia Blanca (Bs.As.), San Rafael (Mendoza) e Tucumán à procura de uma maior conscientização dos "alcances" da lei nas escolas.

Por último em 18/12/47 organizou o "Primeiro Congresso de Ação Laica Argentina"[47] - estando já aprovada a lei de educação religiosa-, declarando que: "Não somos contra a religião, ela pode ser um complemento do ensino para ser distribuída no lar ou no templo. A escola não pode ensinar dogmas senão princípios morais universais de convivência fraternal entre os homens..."

Posteriormente este movimento organizou quatro Congressos da Ação Laica Argentina, sendo o quarto realizado em dezembro de 1950 aderindo a eles diferentes setores: Partido Democrata Progressista, Associação Radical de Cultura Política, Federação Universitária do Litoral e de Buenos Aires. Os informes da comissão versavam sobre "Uma escola sem dogma" o membro informante foi Esteban F. Rondamina. Outro informe tratava-se de "Uma

---

47 Recebeu as seguintes adessões: Instituto Popular Rivadavia, Confederação de Maestras Metodistas Femeninas de Uruguai, Asociação do Magisterio do Departamento Iriondo de Santa Fe, a Federação de Estudantes Secundaristas, a Universidade Popular Alejandro Korn, Ateneo de Buenos Aires, União Gremial do Magisterio de San Juan, A Federação de Igrejas Evangelicas do Rio de La Plata, A Junta Popular de Defesa Laica de Cañada de Gómez Pcia. de Santa Fé, o Sindicato Operários da Indústria do Calçado, a Aliança pela Educação Laica de Montevideo, a Liga de Cultura Laica, a Asociação de Advogados de Buenos Aires, a Agrupação de Educação Democrática e o Partido Democrata Progressitas.

escola com clima formativo para o homem livre" e esteve a cargo da Dra. Delfina Varela de Ghioldi.

Os setores católicos também mobilizaram-se junto a suas instituições emitindo circulares, cartas e telegramas dirigidos a legisladores e autoridades nacionais. Assim em 7/1/47 a Federação de Mestres e Professores Católicos deu a conhecer uma declaração repudiando a organização do Congresso de Educação Laica. Já em 10/2/47 esta instituição junto à Associação Popular de Pais de Família de Cooperação Educacional intensificaram sua pressão sobre as autoridades enviando telegramas de felicitação ao Presidente da Nação pelas declarações dos legisladores propiciando a aprovação da lei de Ensino religioso.

No dia 14/2/47 a Ação Católica aproveitando-se do debate na Câmara de Deputados acerca do decreto Lei 18.411 sobre ensino religioso, convidou as forças católicas de Buenos Aires a se concentrarem frente ao Palácio, realizando uma primeira concentração na Praça do Congresso, com a participação de delegações de vanguardistas, de operários católicos e congregações religiosas, deslocaram-se depois até a casa de governo.

Nos dias que se seguiram o "Sindicato Argentino de Mestres" realizou diversos atos para solicitar a sanção da Lei de Ensino Religioso. Segundo Campobassi: "Em 5 de março a Ação Católica e outras entidades afins realizaram um desfile de adesões e simpatizantes, desde a Catedral da Cidade de Buenos Aires até o edifício do Congresso Nacional, seus dirigentes realizaram audiência com às autoridades da Câmara de Deputados e legisladores peronistas, para solicitar-lhes seu voto em favor da implantação do ensino religioso católico na escolas públicas. Por sua vez, a Ação Laica Argentina realizou no mesmo dia uma concentração na praça Miserere, e vários de seus oradores falaram em favor do laicismo escolar."(CAMPOBASSI, 1964: 57)

Finalmente quando a Lei de ensino religioso foi aprovada pelo Senado o Episcopado Argentino promoveu diferentes manifestações de agradecimento ao governo. Assim em 19/4/47, o Presidente da Nação recebeu a visita da Comissão Permanente do Episcopado Argentino integrado pelos cardeais Drs. Santiago Luis Copello e Antonio Cagiano, arcebispo de Bs.As. e o bispo de Rosario e os arcebispos de Santa Fé, Monsenhor Nicolas Fasolino, de Córdoba, Monsenhor Fermin E. Lafitte, de Paraná, Monsenhor Zanobrón L. Guillano e de San Juan monsenhor Adriano Rodríguez Olmos, que agradeceram a aprovação da lei.

Também a União Popular Democrata Cristã, agradecida pela sanção da lei sobre ensino religioso entregou ao Presidente da Nação um crucifixo de ouro.

Com interesse de regulamentar a Lei de Ensino Religioso nas Escolas Públicas, editou-se o **Decreto Nº 13.182**, de 16 de maio de 1947. No **Artigo 1º** estabelecia o número de membros da Direção Geral de Instrução Religiosa: um diretor geral e cinco vogais. O diretor geral e quatro vogais seriam designados pelo Poder Executivo e o sexto membro seria designado pela proposta do Episcopado Argentino.

O **Artigo 3º**, do Decreto Nº 13.182, fixava que a Direção Geral de Instrução Religiosa devia encarregar-se do estudo dos programas de ensino e seleção dos textos para ensinar religião; estes deveriam ser adotados pelo Poder Executivo, em prévia consulta às autoridades eclesiásticas.

Posteriormente, em 26 de setembro de 1949, através do **Decreto Nº 23.897**, foram estabelecidas as classes de estabelecimentos de ensino de primeiro grau privado, bem como as condições que deveriam preencher para serem subvencionados pelo Estado.

Assim o **Artigo 1º** do decreto determinava que os estabelecimentos privados fiscalizados pelo Conselho Nacional de Educação denominados "Escolas de Ensino Familiar", "Escolas para Adultos" e "Escolas de Adaptação ou de Reeducação", anexas às escolas primárias, deveriam ajustar suas atividades, programas, horários e organização de acordo com as escolas oficiais, muitas destas escolas já eram dirigidas por instituições clericais.

O **Artigo 2º** fixava que o Estado subsidiaria estas escolas. Para que pudessem obter os "benefícios da contribuição do Estado", deveriam funcionar com um mínimo de 10 alunos por série ou grupo. No caso das chamadas Escolas de Ensino Familiar, o mínimo de alunos era de dez.

Apesar do Decreto Nº 23.897/49 só citar três tipos de escolas que recebiam dinheiro do Governo Federal , o Estado já subsidiava a educação privada. Com efeito, em setembro de 1947 promulgou-se a **Lei nº 13.047** sobre Estatuto para o "Pessoal Docente dos Estabelecimentos de Ensino Privados", com o objetivo de outorgar subvenções aos institutos particulares para pagamento dos salários dos docentes. Fundamentava esta lei a "necessidade de oferecer aos docentes privados igualdade salarial e de benefícios". Em alguns casos a subvenção chegava aos dois terço das remunerações. Porém nos colégios privados que não cobravam matrícula a lei outorgava 100% de subvenção

Como afirmamos, a educação católica e religiosa em geral foi excluída dos programas regulares por conta da Lei 1420. No entanto, é necessário lembrar que tal lei só era aplicada dentro da jurisdição federal, ou seja, no âmbito da Capital Federal, territórios nacionais e, após a sanção da Lei Láinez de 1905 incluiram-se as escolas federais localizadas nas províncias.

Portanto, os programas escolares de algumas Províncias adotaram em seus conteúdos a educação católica e em outros foi introduzida posteriormente. Assim, em Buenos Aires na reforma da constituição provincial de 1934, os conservadores lograram introduzir um artigo sobre os fins da educação estabelecendo, que a formação devia ser baseada nos 'princípios da moral cristã'. Em 1936, um decreto do governo de Manuel Fresco implementou a educação católica nas escolas e finalmente, em 1939, a lei 4755 lhe deu definitivo status. (PINKASZ e PITTELLI, 1995)

Em 1937, as províncias de Mendoza e Catamarca, também implantaram a educação católica, seguindo-se as províncias de Corrientes, San Luis, La Rioja, Jujuy, Santa Fé, Córdoba e Salta.

A introdução do ensino religioso em 1943, teve sérios debates em vastos setores da sociedade que defendiam a tradição laica. Diante destes fatos, o decreto de 1943 previu aulas alternativas de educação moral para aquelas crianças cujas famílias não fossem católicas.

O Ministério proporcionava cifras que denotavam a maciça aceitação da educação católica nas escolas. Isto pode ser explicado em parte porque as famíliais não manifestavam publicamente sua desconformidade e "deixavam o governo fazer". A forma como estas aulas eram administradas, fazia com que os cursos "alternativos" não fossem praticamente procurados. A família que quisesse que seu filho tomasse aulas de educação moral deveria solicitar pessoalmente ao conselho escolar, registrando o nome de seu filho numa lista oficial. Isto fez com que muitos deles desistissem, já que se tornava doloroso expor as crianças a uma discriminação. Após 1945, a tramitação dos pedidos de dispensa podia ser solicitada pelo correio. Mas as normas estabelecidas pelo Ministério fizeram com que as famílias desistissem da escolha dos cursos de moral para seu filhos.

Apesar da obrigatoriedade das aulas de educação católica, muitos professores relegavam estes cursos para o final do dia e mostravam uma certa apatia no ensino da disciplina. Prova disso foram as várias portarias ministeriais enviadas às escolas lembrando que a educação católica era obrigatória.

Finalmente em 7 de abril de 1947, o Congresso da Nação sancionou a Lei N^{0}. 12.978, ratificando o decreto 18.411/43. No debate parlamentar da nova lei, o oficialismo defendia a "argentinidade" e o caráter hispânico-catolicista da cultura argentina, criticando duramente a laicidade do sistema educativo.

Assim sendo, a imposição do ensino confessional católico nas escolas formava parte das estratégias de homens que consideravam a religião católica fundamental para restaurar o

respeito às hierarquias e a essência da verdadeira argentinidade, ameaçada pela imigração, o socialismo, a democracia, a liberdade de pensamento e a Lei 1.420[48].

O trabalho de Somoza e Pittelli (1990), evidencia como o oficialismo esforçou-se por inserir no discurso a religião católica como baluarte de permanente estabilidade para a civilização, um elemento unificador, progressista e pacificador na vida dos povos e do próprio desenvolvimento da Argentina. Sendo assim os protagonistas da Igreja eram os seus melhores sacerdotes, constituindo-se nos sujeitos fundamentais da construção da identidade nacional..

O conceito de *unidade* -tema já trabalhado no capítulo II- foi usado no discurso oficial para justificar a Lei. Com efeito, o Ministro Gache Pirán, pronunciou no discurso de 14 de março de 1947, na Câmara de Deputados a defesa da continuidade do ensino religioso nas escolas.

Os docentes católicos se viram favorecidos pela aprovação da lei de ensino religioso e a lei de subvenções escolares. No entanto estes continuaram mantendo pontos conflitantes com o governo sobretudo no campo técnico-pedagógico; por outro lado continuavam fazendo demandas gremiais e aspiravam tornarem-se os líderes e porta-vozes dos docentes a nível nacional. Ocorreu também que o número de professores não foi suficiente para ocupar todas as vagas nas aulas de religião, ficando muitas delas sob a responsabilidade de docentes normalistas que não eram religiosos.

Lubertino Beltrán (1987) afirma que, a partir da conquista do ensino religioso, a Igreja iniciou um novo processo de estratégia política, começou a lutar pelos subsídios estatais para desenvolver uma rede educativa própria, evitando colocar seu esforço no controle do sistema educativo estatal. Esse processo, esteve ligado à ruptura de Perón com o nacionalismo e conseqüentemente ganhou impulso no liberalismo católico, que estava contra o monopólio estatal. Avançaram também as posições privatistas católicas que disputavam o espaço educativo com o Estado. A bem da verdade a Igreja recebeu com felicidade a legalização do ensino religioso e sua participação formal nos organismos do sistema educativo estatal e , ao mesmo tempo, o Estado conseguiu manter sob seu controle as atividades, impondo assim normas de relação trabalhistas aos docentes também das escolas privadas.

Segundo Campobassi (1964) depois de aprovada a Lei 1420, os ataques da Igreja a respeito do laicismo escolar foram intensificando. Entre 1884 e 1930, produziu-se um periodo de acatamento e respeito das autoridades oficias ao laicismo, apesar dos ataques que este sofreu por parte da Igreja Católica. Depois em 1930 esses ataques tornaram-se mais violentos e repetitivos, a Igreja contou então com a ajuda de autoridades nacionais e provinciais atacando

---

[48] Sobre o debate parlamentar referente à Lei de educação religiosa ver PITELLI, C. e SOMOSA RODRÍGUEZ, M.: El Peronismo y la Enseñanza Religiosa Obligatoria en las Escuelas Públicas. 1943-1955, Universidad Nacional de Lujám, Departamento de Educação, Lujám, 1990, Mimeo.

o laicismo escolar. Para o autor houve três momentos culminantes na ofensiva clerical para interferir na educação pública: em 1936/1937, durante a presidência de Agustín P. Justo e enquanto Jorge de la Torre foi ministro de instrução pública da Nação, momento este em que quase todas as províncias encabeçadas por Buenos Aires, implantaram o ensino religioso católico nas escolas públicas, estimulando a Nação na perseguição do laicismo escolar e dos laicistas; em 1943/1944, durante o governo provisório surgido da revolução de 4 de junho de 1943, com Pedro P. Ramires e Edelmiro J. Farrel na presidência da República e Gustavo Martinez Zuviría, Alberto Baldrich e José I. Olmedo na direção da educação pública, implantou-se o ensino obrigatório da religião católica em todo o país e em todos os ciclos educativos; em 1960/1961, durante a presidência de Arturo Frondizi e enquanto Luis R. Mac Kay foi ministro de instrução pública da Nação (os dois ex laicistas), facilitaram à Igreja Católica a reconquistar no campo da educação pública todas as vantagens acumuladas em 25 anos que foram perdidas em seu conflito com o Peronismo.

Porém podemos considerar que na verdade a Igreja teve uma participação um tanto efêmera na vida institucional da etapa peronista -apesar de terem conseguido a lei de ensino religioso e alguns militantes católicos terem participado na área educacional- já que por um lado esta tomou distância prematuramente de Perón, devido à dissidência com a política escolar, baseadas nas manipulações que fazia Perón da União de Estudantes Secundaristas, e no intuito de "doutrinar as crianças sob os padrões totalitários". O governo não conseguiu subordinar as instituições católicas e a Igreja controlou seus sacerdotes, exercendo influência nos leigos através da: Ação Católica, Círculo de Operários Católicos e União Popular Democrata Cristã. Este último órgão canalizou suas atividades político partidárias para desempenhar um papel militante, que culminou com a criação do Partido Democrata Cristão, tema este já trabalhado no capítulo II.

Após alguns incidentes que terminaram em enfrentamento político e graves conflitos de rua, a Igreja afastou-se do regime, revogando-se a lei de ensino religioso em 1955; os argumentos para justificar tal medida eram bastante ambíguos: atacavam fortemente a intervenção da Igreja nas organizações populares não católicas, além de questionar o proselitismo democrata cristã iniciado por muitos católicos[49].

Puiggros e Bernetti (1993) destacam alguns aspectos para explicar a relação entre a Igreja e o regime peronista:

1. A docência argentina era em sua maioria católica, da mesma forma que o conjunto da comunidade educativa.

[49] Sobre este tema ver GUALDIERI, Horacio: Gobierno e Iglesia (1946-1955), Revista Polémica, CEAL, Bs.As. 1972, N° 88

2. Era necessário diferenciar entre a crença católica, a profissão do culto e a militância nas organizações civis da Igreja.
3. Colocam como hipótese que o catolicismo estava presente no discurso cotidiano dos professores normalistas, ainda que a religião formalmente ensinada estivesse fora das horas escolares. (Observa-se que a posição dos professores normalistas era de neutralidade política no âmbito escolar, fato não mencionado pelos autores)
4. A Lei de 1947 teve uma dupla função; por um lado outorgou maior espaço à Igreja dentro do sistema educativo estatal, e maiores possibilidades de transmitir sua doutrina; por outro, limitou o tempo de ensino da religião ou moral a duas horas por semana, equiparando-a com educação física e música. Com isso o Estado conseguiu o monopólio das nomeações dos professores que ensinavam religião, apesar do acordo com Igreja.

Ao mesmo tempo o governo acentuou um ritualismo do espaço educativo, disputando o antigo terreno com os liberais normalistas e com os católicos. Com isso, em muitas salas de aula havia imagens de Perón e Evita e também os textos, os desenhos dos cadernos, assim como os poemas que homenageavam os líderes do movimento peronista. Em conseqüência o discurso e o ritual católico viu-se ameaçado. O peronismo escolar colocava-se no mesmo patamar dos heróis tradicionais, como San Martín, Sarmiento, Mitre, sendo lentamente substituídos pelas novas figuras do regime.

6. A EDUCAÇÃO FÍSICA É PATRIMÔNIO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

Um dos princípios defendidos pelo peronismo era o cuidado para com o físico do homem, como forma de disciplina social. A Moral e o Espírito ficavam assegurados através de uma "adequada educação religiosa". Mas o ideal físico só podia ser atingido por um órgão que oferecesse os delineamentos básicos para obter uma vida saudável. Como a educação física estava sob a jurisdição do Exército e o governo pretendia ter um controle maior das ações educativas (dado que uma das formas de convocar as massas era mediante os campeonatos esportivos e ginásticos), denotando a importância atribuída à Educação Física na organização popular.

Nesse sentido em 6/11/47 por **Decreto Nº 34.817** o Poder Executivo criou o Conselho Nacional de Educação Física[50], presidido por um militar, designado pelo Poder Executivo com

[50] O Presidente do organismo era um oficial superior designado pelo Poder Executivo e o Vice presidente seria escolhido entre os membros do conselho. Estava integrado pelos seguintes vocais: os Diretores Gerais de Tiro e Gimnacia do Exército, do pessoal do Ministerio de Marinha, da Secretaria de Aeronautica e de Educação Física do Minsterio de Justiça e Instrução Pública, o Inspetor Geral de Educação Física do Conselho Nacional de Educação, o Diretor de Medicina do Esporte da Secretaria de Saúde Pública, o Presidente da Confederação

a dependência direta do Ministério de Guerra, tendo a missão de orientar, dirigir, fiscalizar e fomentar todas as atividades desse tema no país, o mesmo tornou-se uma repartição. Participavam do Conselho membros dos diferentes Ministérios entre eles o de Educação. Deste modo o governo introduzia uma primeira intervenção na área, criando um corpo colegiado com representantes de diferentes instituições.

Esta medida suscitou sérias críticas, por um lado censuravam o fato de que o Conselho não tinha sido criado através de uma lei no Congresso, e por outro objetava-se a dependência administrativa já que "a educação física devia ser uma disciplina que competia exclusivamente ao Ministério de Instrução Pública". O jornal "La Prensa" em sua editorial de 13/12/47 manifestou:

> *"Quartel e escola são duas instituições sociais necessárias e indispensáveis num estado bem organizado. Mas seus fins são diferentes, ainda que todos encaminham-se ao bem da Nação e seus métodos e procedimentos também. Por isso, o que é próprio de cada um deles não deve sair de seu campo de ação, nem direta nem indiretamente. A educação física é assunto escolar, e sua direção, a nosso parecer, deve estar nas mãos dos educadores."*

Já em outubro de 1949, o governo avancou sobre a jurisdisção militar e por **Decreto Nº 25.136**, dispunha que o Conselho Nacional de Educação Física e o Instituto Nacional Sanmartiniano que faziam parte do Ministério e Secretaria de Estado do Exército, passaram a depender do Ministério da Educação. Deste modo a educação física saiu do âmbito militar e foi colocada na competência civil. Contudo, o Ministério da Educação continuou mantendo uma íntima relação com o Exército; assim, em 19 de maio de 1950, o Ministério da Educação tornou pública a portaria que informava em nota dirigida ao Ministro do Exército, o pedido de disposição das instalações esportivas, ginásios, piscinas das distintas unidades para serem aproveitadas no período das FÉRIAS ÚTEIS. A fundamentação deste pedido considerava que:

> *"Exército e Escola, que em nosso país sempre marcharam unidos na mesma empresa civilizadora, de paz e de concórdia, estreitarão ainda mais no futuro sua cooperação. Os professores e estudantes argentinos conseguiram acompanhar de perto a nobre tarefa desenvolvida nos quartéis na formação de cidadão úteis para a defesa da pátria. Ao mesmo tempo, o Exército permitirá o uso das instalações esportivas..."*
> *(Os Escolares poderão visitar os quartéis...; Boletim de Comunicações do Ministério da Educação; Ano II, 19/5/50, Nº 117)*

Argentina do Esporte e três representantes do Ministerio de Fazenda e Interior e da Secretaria de Trabalho e Previdência.

Conseqüentemente, tanto os professores quanto os alunos poderiam conhecer melhor as tarefas do Exército, conhecendo assim a instituição que era considerada exemplo de obediência, justiça e patriotismo.

O pedido, segundo o Ministro, tinha uma dupla intenção: educar a moral e o espírito e fazer uso de instalações sumamente modernas.

O **Decreto Nº 15.348** de 03 de agosto de 1951, deixou sem efeito a criação do Conselho Nacional de Educação Física, criado pelo Decreto Nº 34.817 de 6 de novembro de 1947. Os bens do Conselho são transferidos ao Ministério da Educação e os funcionários do Conselho passaram a prestar serviços no referido Ministério.

Por último, pelo **Decreto Nº 5.526** de 28 de março de 1952 o governo criou a **Direção de Educação Física,** objetivando:

a) Centralizar a direção, planificação e controle de todas a atividades e descentralizar suas execuções nos órgãos e agentes encarregados de seu cumprimento.

b) Considerar de natureza complementar as atividades de educação física com relação as tarefas que cumprem as outras direções de ensino.

c) Admitir o princípio de que a obrigatoriedade da educação física pode ser dispensada total ou parcialmente, desde que o educando prove que realiza metodicamente práticas ginásticas ou esportivas em clubes, associações etc., ou quando possa ser prejudicial para a saúde.

Por último, a Direção de Educação Física devia preparar seus planos e programas conforme as caraterísticas territoriais, climáticas, idade e constituição física dos jovens.

Finalmente, em março de 1953 pelo **Decreto Nº 4.199** estabeleceu-se que em todas as séries do ensino primário pertencentes ao Ministério da Educação seriam obrigatórias duas horas escolares semanais de Educação Física. Deste modo, o Estado comprometia-se a oferecer educação física às crianças em todas as escolas de jurisdição nacional, assim esta disciplina tornou-se parte dos conteúdos dos currículos do ensino primário.

7. AS MUDANÇAS FEITAS NOS PROGRAMAS E CONTEÚDOS DOS CURRÍCULOS

O **Decreto Nº 26.944/47,** inicialmente analisado previa a necessidade de mudanças nos planos de estudos com a intenção de proporcionar ***uniformidade e continuidade*** no ensino, através de disciplinas formadoras da consciência histórica nacional.

Como os programas deviam ser iguais para todo o país, o regime assegurou-se que toda a população escolar abordaria os mesmos conteúdos com a devida adequação às caraterísticas regionais.

O peronismo teve um profundo interesse em introduzir nas escolas primárias o ensino prático, ligado ao **trabalho** por considerá-lo um aspecto importante na formação integral do homem. Assim, o **Decreto Nº 1.100** de 16 de janeiro de 1948, autorizou o Conselho Nacional de Educação a implantar a **Pré-Aprendizagem Geral** na 5° e 6° séries das escolas primárias, aumentando em duas horas as tarefas escolares diárias, retomando a proposta do Primeiro Plano Qüinqüenal.

Neste decreto falava-se apenas da escola primária, entretanto o decreto 26.944/47 explicitava também a função do nível médio, mantendo as caraterísticas tradicionais deste nível, mas com a clara intenção de introduzir elementos que permitissem desenvolver nos alunos certas habilidades preparado-os para a universidade, as atividades industriais, comerciais, artísticas e de oficios. Fazia também referência ao ensino superior, considerando o preparo da juventude para as profissões liberais, a pesquisa científica e o desenvolvimento cultural do país.

Já o decreto 1.100/48 estabelecia que o propósito do governo nacional para o nível primário era orientar o ensino para a **formação integral**, conforme as exigências econômicas e sociais da Doutrina, portanto incorporava nas escolas atividades adequadas a uma educação preparatória para os oficios e ocupações manuais.

Esta ação foi questionada pela oposição, por considerá-la uma tendência à profissionalização do ensino primário, mas o governo afirmava que **cultura, trabalho e instrução**, deveriam ser os aspetos básicos do ensino pois "cultivavam a personalidade e capacitavam o domínio das técnicas do saber". A este respeito, o Decreto determinava:

> *"... a educação integral deve buscar em primeiro lugar o desenvolvimento da personalidade, centrando o ensino em disciplinas essencialmente formativas, como a história, idioma, moral e religião sendo também necessário habilitar o educando no domínio de técnicas úteis para sua existência."*
> *(Decreto Nª 1.100, 16/1/48; Boletim da Secretaria de Educação da Nação; Ano I, Nº 1,2,3, Janeiro; Fevereiro; e Março, pag. 40)*

O Decreto considerava que a "Pedagogia contemporânea" concedia ao trabalho e às atividades manuais um alto valor educativo e reconhecia nela uma positiva influência na formação intelectual e moral.

Portanto, a escola primária deveria iniciar as crianças nas práticas e exercícios gerais da formação técnica. Ou seja, a escola não podia só "limitar-se a instruir", ela devia:

> *"...descobrir e fomentar vocações, diagnosticar aptidões, criar hábitos de trabalho e de virtude nos educandos, para a formação e orientação do homem argentino."*
> *(Decreto Nº1.100, 16/1/48; Boletim da Secretaria de Educação da Nação; Ano I, Nº 1,2,3, Janeiro; Fevereiro, e Março 1948, pag. 40)*

Sendo assim, o Conselho Nacional de Educação devia preparar os programas e atividades para serem desenvolvidos nas escolas e submetê-los à aprovação do Ministério de Justiça e Instrução Pública. Os planos deveriam conter as atividades de pré-aprendizagem, possuir íntima conexão com a cultura geral, a região e o ambiente escolar. O trabalho manual tornou-se um recurso educativo que "despertaria a consciência do trabalho; estimularia a criatividade e formaria o homem segundo sua tradição religiosa, patriótica, moral e estética".

Esclarecia em seu **Artigo 2º**, que a incorporação da pré-aprendizagem, não significava introduzir na escola primária o ensino de ofícios, muito pelo contrário, ele buscava informar aos alunos as práticas rudimentares aplicadas nas atividades manuais, iniciar a manipulação de instrumentos, capacitar o conhecimento das técnicas aos graduados das escolas.

As atividades de pré-aprendizagem deveriam transcorrer no horário complementar de duas horas, sendo ministradas pelos mesmos professores do ensino primário.

Em cumprimento dos Decretos anteriormente comentados, o Conselho Nacional de Educação por **Resolução de 7 de abril de 1948** encomendou a organização dos programas escolares uma **Comissão de Programas**. Esta elaborou um informe comentando o porque dos conteúdos escolhidos e sua organização nas diferentes séries conforme a reforma do ensino primário disposta no Decreto Nº 26.944 e no Decreto Nº 1.100, estando assim dividido:

a) Programas Básicos de Conhecimentos:

1. - Os conhecimentos mínimos, técnicas intelectuais elementares: matemática, linguagem (leitura-redação)
2. - Conhecimentos da história, geografia, ciências naturais, e instrução cívica, constitutivos do desenvolvimento humano.

b) Programas de Desenvolvimento:

Os conhecimentos deveriam apresentar-se centralizados em unidades de trabalho permitindo o estudo do homem em relação ao seu ambiente geográfico, somando os fatores culturais e o progresso social. Os programas incorporariam os conteúdos dos **"últimos acontecimentos históricos"**, fundamentalmente aqueles referentes às conquistas sociais derivadas do Plano de

Governo, conhecendo assim as mudanças introduzidas pelo governo. Temas como os direitos do trabalhador, os direitos políticos da mulher, os direitos dos idosos e a dignificação do trabalho seriam tratados pelos alunos nas escolas, além de prestar especial atenção ao estudo da Doutrina Social do Primeiro Plano de Governo.

O professor devia organizar as atividades escolares, aplicando uma didática baseada na participação ativa dos alunos, com o objetivo de inculcar neles valores religiosos, patrióticos, estéticos e sociais, formando assim suas aptidões, hábitos e ideais.

c) Cultivo do Idioma:

O conhecimento do idioma nacional permitiria uma adequada expressão oral e escrita nas crianças e jovens.

d) Pré-aprendizagem:

Incorporavam atividades de pré-aprendizagem por considerar que o trabalho era o meio mais eficaz para introduzir a criança na vida real. "O trabalho exercitava o esforço, educava a vontade e disciplinava o caráter".

e) Atividades extra-escolares:

Consideravam que muitas das atividades de expressão que figuravam nos programas poderiam desenvolver-se nos **Clubes Escolares**. Sendo assim, o professor devia sair do âmbito da aula e estender sua influência nas outras atividades das crianças.

Os programas organizados pela Comissão de Programas procuravam ordenar os conteúdos conforme a doutrina justicialista e aproveitar o tempo e o espaço cultural da comunidade para colocar as crianças em contato com os diferentes aspectos da realidade. (ver ANEXO IV que trata das programações escolares).

A distribuição de conteúdos para o ano de 1948, tinha como intenção divulgar as medidas que o governo adotou como marco do Primeiro Plano Qüinqüenal, assim como a difusão e conscientização da nova doutrina dos argentinos: "o Justicialismo".

Ao mesmo tempo, o governo manteve os temas que eram estudados nas escolas até então, porém, procurou adequar os programas incorporando conteúdos referentes à economia, às políticas sociais desenvolvidas pelo regime. No que diz respeito ao ensino da história e da língua observamos a adoção de temas referentes as origens hispânicas e nacionais. Mas a história era estudada como um conjunto de datas e fatos cronológicos, seguindo um sentido linear, encabeçada pelos principais próceres e heróis, que deveriam ser imitados. Também evidenciamos alguns intentos de introduzir nos conteúdos o sentido popular das organizações sociais, mas conservando o mito do líder e da obediência.

Por último, tanto a **RELIGIÃO** quanto a **MORAL** eram dispositivos adotados pelo peronismo para assegurar o cuidado espiritual do sujeito e conseguir uma adesão ao regime.

Um tema que aparecia em destaque era a **família** e seu sentido de "célula social natural", assim como a importância do matrimônio católico e sua indissolubilidade. Na concepção peronista o Trabalho ocupava um lugar preponderante na escolha de temas dos currículos. Era o eixo da ação política do peronismo devido ao fato de que os trabalhadores eram "os agentes e os destinatários por excelência da política social do justicialismo", além de ser o **trabalho** uma categoria que tinha uma função política e social. Peronismo e trabalhadores faziam parte de uma mesma estrutura de governo. Sabemos que a ala de trabalhadores peronistas participou do aparelho sindical e que mantém o controle dele até hoje, apesar da saída de Perón do cenário político.

Mas para desenvolver toda esta reforma de programas era indispensável capacitar os docentes e para isso o Ministério da Educação organizou numerosos cursos e conferência para que os professores primários e secundários tomassem contato com as mudanças feitas nos programas.

A Direção Geral do Ensino Primário, em 1953 publicou uma série de **Cadernos Informativos** destinados aos professores com observações aos programas introduzidos no sistema de ensino primário.

Deste modo, lentamente os programas tomavam uma clara orientação "peronista", continuavam oferecendo informação básica para o o ensino primário, mas incluíam modificações nos conteúdos introduzindo temas ligados a sua ideologia.

Com o nome de **"CADERNOS PARA O PROFESSOR ARGENTINO"**, o Ministério da Educação produziu uma série de publicações que incluíam sugestões e guias de orientação da tarefa docente. (ver ANEXO V)

Assim, no **CADERNO Nº 2**, de 1953, o professor encontrava exposições doutrinárias e indicações práticas sobre os conteúdos com sugestões pedagógicas e didáticas sobre o pensamento do General Perón e sua doutrina de caráter nacional. Especificava que "A Escola era um instrumento criado pelo Estado para assegurar sua projeção no futuro, e o professor, como agente do Estado, tinha o dever de condicionar seu trabalho aos postulados dessa doutrina"; explicava que a doutrina não continha aspectos insignificantes pois levantava as três bandeiras fundamentais de uma Nação: **justiça social, independência econômica** e a **soberania do Estado.**

Este caderno manifestava também que os fins da educação eram determinados pelo Estado e não pelo professor: o Estado fixava as metas e a escola orientaria suas tarefas para alcançá-las.

Os programas reformados buscavam por um lado oferecer aos sujeitos uma formação espiritual, um harmônico desenvolvimento da personalidade e por outro, procuravam excluir

das escolas o "intelectualismo descarnado e frio da mera instrução", permitindo que as crianças "participassem na formação de sua própria personalidade".

Portanto, a escola segundo o **Caderno Nº 2,** não era uma mera soma de conhecimentos; ela representava uma etapa na vida das crianças, que devia ser vivida em toda sua plenitude.

Assim, os programas propunham um harmonioso equilíbrio entre o que se aprendia e o que se vivia:

> *"... nas escolas primárias se vive para aprender e se aprende para viver. As noções com que se enriquece o intelecto estão como amarradas com a experiência mesma que vai oferecendo a vida (...) A escola resulta então, ciência e experiência..."*
> *(Caderno para o Professor Argentino Nº 2: 'Observações sobre os programas de Educação Primária, Ministério de Educação da Nação, Direção Geral de Ensino Promário, Bs.As., 1953)*

Tais programas buscavam **"introduzir"** a escola na realidade da sociedade, conectando-a com o ambiente circundante. Para os peronistas as crianças deveriam "aprender o ambiente espiritual, social, político e econômico da Nova Argentina". Os programas eram considerados de caráter permanente e variável, o que facilitava sua aplicação em todos os lugares do país, conforme as necessidades, caraterísticas e particularidades das regiões.

Já no **CADERNO PARA O PROFESSOR ARGENTINO Nº 4** sobre **"O Plano Qüinqüenal na Aula"**, de 1953, o governo oferecia ao professor a possibilidade de "conhecer o Plano Qüinqüenal" para sua difusão nas salas de aula e na população em geral. O Caderno previa uma série de recomendações a respeito de como devia ser trabalhado o Segundo Plano na aula. Em primeiro lugar considera que:

1.- O Plano Qüinqüenal não constituía uma Nova Disciplina:

O Plano devia aparecer na programação escolar para ser estudado na escola pelos alunos, uma vez que, através de seu intermédio, os postulados do plano eram difundidos a todo o povo.

Ou seja, para os peronistas os Programas do Ensino Primário procuravam um conhecimento circunstanciado da realidade argentina, em todos os aspectos: físico, espiritual, social, econômico, político, partindo do mais próximo e imediato -a criança, o lar e a escola- para chegar lentamente ao conhecimento do distante: o bairro, o município, a província, o território, a República, o mundo.

O Segundo Plano Qüinqüenal era um "enfoque da vida nacional em sua complexa multiplicidade, e ia desde a organização do povo, sua educação, sua cultura, sua moradia, sua saúde, até o ordenamento institucional, passando pela riqueza do chão, sua conservação e

exploração, a industrialização, a comercialização etc.". Portanto, o estudo deste plano se fez dentro das unidades de trabalho sem forçar a programação escolar.

2.- Um ideal que tem que se procurar:

O Segundo Plano Qüinqüenal devia ser considerado na escola como um "ideal possível dos argentinos e não como uma utopia. A escola devia despertar na almas das criança o amor por ele".

3.- Não é a letra, é o espírito:

A escola deveria inculcar nas crianças o espírito do Plano e sua visão da Pátria. Não poderia ficar só no ensino da letra do Plano, porque ele era uma realidade e a escola tinha que mostrar isso.

4.- Formação de uma consciência nacional:

A Escola formaria no aluno uma nova consciência nacional, conforme os objetivos do Segundo Plano Qüinqüenal.

5.- Os objetivos do Plano Qüinqüenal:

Para que o professor possa difundir o plano deviam conhecer profundamente seus objetivos.

6.- A adaptação do Plano Qüinqüenal à série:

O plano deveria adaptar-se à capacidade intelectual das crianças. Todos os capítulos do plano (trabalho, previsão, saúde pública, moradia) seriam estudados em todas as séries, mas o grau de complexidade seria graduado conforme a faixa etária das crianças.

Os temas seriam organizados conforme as unidades de trabalho dos programas escolares[51]. Assim na:

---

51 Bernetti e Puiggrós (1993)afirmam que: O escolanovismo dos anos '40 foi incorporado ao discurso oficial. Era um escolanovismo reduzido a uma modernização dos métodos de ensino, que outorgava valor ao trabalho coletivo e chegava a afetar resoluções 'normalizadoras' tais como a disposição do mobiliário das salas de aula e o uso dos espaços livres.. Ao mesmo tempo estes autores consideram que o conceito ***trabalho***, não foi levado em conta nos textos da filosofia de educação. Isto é curioso, fundamentalmente pelo projeto de industrialização e modernização do regime peronista que deu ao trabalho uma grande importância não só na legislação, como também no programa de governo.

Em verdade o escolanovismo na Argentina não foi uma corrente que ganhou espaço como concepção pedagógica hegemônica, o que difere do caso brasileiro e colombiano, em que seus sistemas educativos foram estruturados conforme esta corrente pedagógica, durante a década de 20 e 30. Contrariamente a Argentina conservou forte presença das concepções normalistas utilizando-se apenas de alguns elementos do escolanovismo, portanto manteve-se fiel ao espiritualismo que era a sua base filosófica, outorgando ao conceito do trabalho uma valorização de cunho moralista e disciplinadora.

O escolanovismo influiu nos pedagogos progressistas sobre tudo nos aspectos didáticos e serviu mais como um recurso didático que como uma "nova filosofia pedagógica". Assim, podemos mencionar entre outros o professor Carlos Vergara que no principio do século aplicou métodos inovadores na Escola Normal de Mercedes (Buenos.Aires.); a Sra. Olga Cossittini que trabalhou numa escola rural nos anos 30 ensaiando um tipo de escola alternativa seguindo Lonbardo Radice e outorgando-lhe um papel fundamental à pedagogia criativa. Posteriormente no Bairro Alberdi de Rosario criou uma escola onde continua aplicando seus métodos. A professora Delia Echeverri, militante socialista, também tomou parte junto com o professor Iglesias da "Renovação Pedagógica". A professora Clotilde Guillen Rodem de Rezzano participou deste movimento, assim como o professor Iglesias que trabalhou durante muitos anos numa escola rural de Coronel Suarez (Buenos.Aires.)

- Primeira série inferior estudariam: "Minha escola e meu lar"; "O caminho da casa à escola"; "Minha saúde".
- Primeira série superior: "Nossa Escola; O Local; O Bairro; Os Alimentos; Os Vestuários; A Pátria".
- Segunda Série: Nosso panorama físico; Espanha civilizadora; Nosso panorama econômico; Nossas povoações, Vida e costumes nas diferentes regiões do país.
- Quarta Série: O território argentino; Espanha civilizadora; Como satisfazer no homem a necessidade de alimentar-se; Como o homem proteger da situação de desabrigo; As grandes construções do homem.
- Quinta série: Argentina; Rumoroso campo de trabalho; a Epopéia de Espanha nas terras de América ; O trabalho na zona agropecuária; O trabalho nas terras subtropicais; o trabalho nos bosques; O trabalho em jazidas, minas e canteiros; O trabalho nas águas e a conquista do ar.
- Sexta Série: O homem na história; Europa, berço da civilização ocidental; O trabalho do homem; Organização da sociedade argentina, A saúde, tesouro inapreciável- A mulher na sociedade.

Percebe-se então como o peronismo organizou os conteúdos conforme a Doutrina Justicialista e em todas as séries partia de temas simples, tentando aproximar os alunos do concreto e imediato. Em cada unidade trabalhavam-se todos os postulados com a visão da reforma social. O governo usava o espaço da aula para difundir sua gestão e seus planos para o futuro, buscando obter adesão da população toda.

A reforma dos programas só foi realizada em 1950 e é provável que uma das razões estivesse vinculada ao novo impulso que o Ministro Ivanissevich deu às reformas educativas. Porém, é necessário lembrar que a educação era um setor altamente conflitivo e que reagia às políticas gerais do regime peronista. No entanto só em 1950, Perón conseguiu colocar todos os mecanismos constitucionais sob seu controle. Substituiu os membros da Suprema Corte de Justiça por pessoas leais a sua política, controlava o Congresso e conseguiu dominar o movimento operário.

Ao mesmo tempo este foi um ano de importância simbólica para o regime. Era o Centenário da morte de San Martín e Perón avançava sobre o controle da imprensa através da comissão parlamentarista conhecida como "Comissão Visca-Decker". Criava uma nova fonte simbólica ao associar sua pessoa à figura de San Martín. Estas associações ficavam evidenciadas nos textos escolares de 1951, além de exaltar o regime.

O peronismo tentou substituir nos programas e especialmente nos livros de texto a visão da sociedade vinculada com a tradição liberal pela visão baseada na doutrina justicialista. Todo este material tornou-se uma estranha combinação de tradição e modernidade permeando também outras áreas do discurso peronista, parecendo ser esta uma das caraterísticas definitivas dos discursos populistas em geral. Com efeito, a modernização dos conteúdos nos programas e textos escolares, enfatizando a importância do desenvolvimento econômico e

industrial, também introduziu a noção de modernização rural e urbana. Apresentavam uma visão da sociedade mais realista, menos estática que a apresentada pelos textos pré-peronistas. Mas ao mesmo tempo, reintroduziu elementos mais tradicionais da visão de sociedade, vinculando temas como a religião, o princípio de autoridade e a importância da disciplina, etc..

Sendo assim, os programas estiveram norteados pela exaltação do "patriotismo", da "tradição", do "nacionalismo" dando aos conteúdos uma orientação moralizante e de doutrinação. O doutrinamento e capacitação da juventude não só acontecia nas aulas, aparecia de maneira menos formal, através de revistas infantis publicadas pelo regime, campeonatos esportivos, festas, etc.. O governo procurava difundir suas bases doutrinárias e gerar um amplo consenso. Apesar do esforço do regime em incorporar novos conteúdos, Plotkin (1994) afirma que os professores na maioria das vezes não davam a devida importância ou simplesmente os ignoravam.

O **CALENDÁRIO ESCOLAR** também sofreu modificações; podemos visualizar a presença de mudanças substanciais nas datas comemorativas da escola. O mesmo foi modificado, aparecendo **novos dias** festivos que lembravam as datas consideradas como pilares ideológicos do peronismo pois representavam mudanças e reivindicações obtidas pelo povo argentino.

Prova disso foram os comunicados e portarias do Ministério da Educação, que a partir do governo peronista, iniciaram especial atenção às comemorações do **1° de Maio, Dia do Trabalhador.** Nas escolas eram realizados atos cívicos, com o objetivo de que os alunos tomassem consciência da significação do Dia do Trabalhador e do espírito de justiça social.

Assim, programavam visitas as fábricas, oficinas, laboratórios etc., testemunhando as "grandezas que podiam trazer o trabalho e ver a concepção de progresso com respeito ao cumprimento dos direitos do trabalhador". Também, no Dia do Trabalho, organizavam-se concentrações maciços em vários pontos do país e as crianças participavam com suas escolas, escutando os discursos de Perón na Praça de Maio -Buenos Aires-, transmitidos em cadeia nacional, para todo o país.

Outra data celebrada pelo Peronismo era o **1° de Março, Dia da Recuperação Nacional** quando o Estado tomou posse das vias férreas, comprando a Ferrovias dos ingleses. **23 de abril**, era o **Dia do Idioma**. Esta data foi importante pelo interesse do peronismo na língua nacional e na formação da "argentinidade". **28 de Agosto** comemorava o **Dia do Idoso,** a partir de 1948, data que colocava o aluno em contato com as mudanças sociais que o justicialismo tinha oferecido aos idosos.

Outra data sumamente importante era o **Dia da Lealdade Popular, o 17 de outubro,**[52] considerado feriado nacional, porque lembrava o dia em que o povo saiu as ruas manifestando seu apoio decisivo a Juan Domingo Perón, quando este foi preso em 1945.

O **Dia da Tradição, 10 de novembro**, que era celebrado anteriormente, adquiriu no regime peronista uma significação diferente. Nas escolas primárias efetuavam-se atos públicos para exaltar o valor da riqueza cultural do passado e manter o respeito pelas tradições do país: a religião e a Hispânia. Nessa data a família participava das festas organizadas pela escola, onde as crianças e grupos artísticos dançavam músicas tradicionais e folclóricas, participavam nos coros.

Em 1950, pela **Lei Nº 14.036,** declarou-se o mês de outubro como sendo o **"Mês do Justicialismo"**, em homenagem à ação de justiça social cumprida pelo Presidente Juan D. Perón e sua mulher Eva Duarte de Perón. A Lei determinava que a celebração anual das efemérides da Semana do Justicialismo compreendesse de 14 a 20 de outubro. Nas escolas os professores deviam organizar atividades ressaltando a data. Esta lei declarava também patrimônio histórico o edifício onde funcionou pela primeira vez a Secretaria de Trabalho de Previdência, coordenada na época por Juan D. Perón, além de estipular que uma comissão projetaria um monumento em homenagem ao líder do Justicialismo.

Por último, outra data a ser lembrada era o 26 de julho, considerado pela **Lei Nº 14.131, "Dia do Duelo Nacional em Homenagem à 'Chefe Espiritual da Nação'"** senhora Eva Perón. Por **Resolução Ministerial, de 24 de julho de 1953**, em todos os estabelecimentos escolares no dia 26 de julho serão realizados atos evocativos da vida e obra de Eva Perón.

Evidencia-se assim a intencionalidade de dar uma maior legitimidade ao regime. O poder dos rituais e festividades eram considerados mecanismos que permitiam gerar consenso ou ao menos a ilusão de sua existência. Estes rituais políticos adotavam um caráter religioso pretendendo gerar um sentimento de pertinência a uma comunidade determinada, porém estavam baseados em crenças comuns e em conceitos tais como "nação", "etnia", "partido", "Estado". No entanto, os rituais religiosos reforçavam a imagem de santidade de certos valores e justificavam a sacralização de certas idéias; os rituais políticos procuram legitimar o regime mediante uma série de elementos carregados de simbologia, configurando o imaginário político.

Portanto, durante toda sua administração Perón procurou gerar a ilusão da existência de um consenso, de unanimidade , no contexto de uma sociedade profundamente polarizada; para isso

---

[52] Sobre este tema consultar PITELLI e SOMOSA RODRÍGUEZ: Peronismo: Notas acerca de la producción y el control de símbolos. El sujeto y la Historia, Universidad Nacional de Luján, Departamento de Educación, Luján, 1990. (Mimeo)

tentou monopolizar o espaço simbólico público. O regime criou um verdadeiro imaginário político, centrado na glorificação das personalidades de Perón e Evita. Mediante grandes atos públicos lembraram junto à massa fiel os momentos culminantes que marcaram a fogo a "história oficial peronista". Disputando o espaço simbólico com as correntes políticas tradicionais e ainda com a própria Igreja Católica que se viu despojada lentamente de sua envergadura milenar e convertida em um ramo do Estado Peronista.

8. OS LIVROS E TEXTOS ESCOLARES DEVEM INSPIRAR-SE NA DOUTRINA JUSTICIALISTA

Durante a década de 30, os professores e autoridades queixavam-se a respeito da qualidade dos textos escolares, de seus conteúdos e dos erros ortográficos de muitos deles. Em 1941 o Conselho Nacional de Educação aprovou uma nova regulamentação para a publicação de livros e textos. A mesma só foi aplicada de maneira regular a partir de 1943 e permaneceu vigente até 1950, situação esta que motivou queixas das organizações docentes.

Durante o regime peronista esteve presente a preocupação por estabelecer um único livro de texto, publicado pelo Estado, obrigatório para todas as escolas. Nesse sentido em julho de 1946, chegou ao Senado um projeto (nele participaram senadores peronistas como Alberto Teissaire e Vicente Leonidas Saadi) de lei para a criação de um único livro que seria escolhido por concurso público. Este projeto não foi aprovado como lei, mas suscitou um amplo debate público sobre o tema.

Em 25/6/47 o editorial do jornal "La Prensa" afirmava que o projeto de estabelecer o "livro oficial" era uma iniciativa pouco feliz e atentava contra o progresso didático dado que:

> *"O texto oficial -primeiro passo para chegar ao livro único- é um ataque à liberdade e autonomia dos educadores, tão necessários para que o trabalho docente cumpra-se com eficácia e sem a qual o catedrático não é um verdadeiro mestre, senão um simples funcionário transmissor de conhecimentos, e carente de personalidade e iniciativa." "O sistema do livro oficial é próprio da educação não democrática. Em nosso tempo foi adaptado e aplicado pela primeira vez durante os anos iniciais do fascismo italiano, quando fizeram as grandes reformas que convinham ao regime político dessa tendência. Posteriormente, na Itália foi suprimido, dado seu total fracasso, e voltou-se ao sistema antigo. Mas não obstante seu resultado negativo, teve imitadores em outros países que abandonaram o regime democrático."*

Porém o Ministro Ivanissevich, no final de 1949 implementou esta proposta de texto único escolar para o ensino primário, lançando o livro chamado *Florescer*. Esta iniciativa foi

duramente criticada pela imprensa e pela oposição em geral, com efeito em 1/6/50 a minoria opositora pediu Informes ao Poder Executivo sobre o livro "Florescer" pelo fato de que sua possível implementação havia provocado muitas objeções, perguntavam se houvera um concurso seletivo prévio. Que soma pagou-se por ele? A autora desempenhava funções remuneradas pelo governo? As editoras também manifestaram-se contra a medida porque ameaçam seus lucros. Esta medida não teve êxito e não foi utilizado o livro nas escolas.

Finalmente, em setembro de 1950, o Ministério de Educação criou uma comissão para redigir uma regulamentação que aprovasse os livros escolares, já que nas escolas ainda eram usados os livros aprovados durante períodos anteriores do governo peronista. A Nova Regulamentação tinha semelhanças com a de 1941; a diferença estava nas orientações gerais dos livros de texto. Assim, em 1941, a regulamentação previa que os livros deveriam inspirar-se numa orientação patriótica; já na regulamentação peronista de 1951, fixava-se que a orientação deveria estar sobre as bases espirituais, filosóficas, políticas, sociais e econômicas da Nova Argentina.

Assim, o Ministério da Educação no dia 9 de fevereiro de 1951 apresentou o **Regulamento do Concurso, Estudo e Aprovação de Texto de Leitura para o Ensino Primário",** para assegurar a uniformidade e unidade das leituras.

O **Regulamento** previa em seu **artigo 1°** que os textos de leitura para as escolas pertencentes à Direção Geral de Ensino Primário, seriam aprovados por concurso. A vigência destes textos era de seis cursos escolares a contar do ano 1953; após esta data seria realizado novo concurso.

Todos os livros deveriam incorporar textos literários, sendo a maior parte de autores nacionais e espanhóis e finalmente autores de outras línguas em menor quantidade.

O **Regulamento** nomeava uma **Comissão Permanente de Textos** para estudar e aprovar os livros. Fixava-se que os Diretores das escolas colocariam à disposição dos professores a lista de textos para seu conhecimento e estudo. Os livros seriam escolhidos pelos professores num ato público na escola. A presença ao ato era obrigatória e os livros tinham um preço único.

É importante destacar que o Regulamento estabelecia no **Artigo 47** os requisitos didáticos que o livro deveria reunir:

> a) Responder às novas concepções pedagógicas conforme os novos programas.
> b) Inspirar-se na orientação espiritual, filosófica, política, social e econômica da Nova Argentina, recuperando a história nacional para fortalecer na criança, a vontade de servir à Pátria, à Família e à Humanidade.
> c) Estimular o amor à leitura e a formação do sentido estético e literário e não subministrar conhecimentos meramente informativos.
> d) Ajustar-se às regras do idioma.
> e) Leituras adaptadas de acordo com a capacidade das crianças, dando-se preferência a motivos e autores argentinos.

O **Artigo 48** estabelecia que os textos, a partir da terceira série, deveriam contar com suplementos de leituras e gráficos das distintas regiões do país, para que as crianças tomassem consciência das potencialidades, belezas, tradições e características regionais.

O **Artigo 52**, estabelecia que as ilustrações dos livros, incluiriam obrigatoriamente um mínimo de ilustrações de caráter histórico, destinadas a exaltar o sentimento de argentinidade.

O Ministro da Educação por **Resolução de 28 de janeiro de 1952** encomendou às Direções Gerais de Ensino Primário, Secundário, Normal, Especial e Superior de Ensino Técnico a preparação de um texto auxiliar para o docente argentino, com instruções didáticas para facilitar a tarefa docente.

Outro texto incluído por lei nos estabelecimentos escolares de todos os níveis e que teve uma profunda discussão na comunidade, e foi criticado pelas organizações educativas[53] -apesar de suas precárias liberdades- por sua procedência e conteúdo foi "**A Razão de minha vida** de Eva Duarte de Perón. Com efeito, pela **Lei Nº 14.126,** 17 de julho de 1952, estabelecia-se no **Artigo 2º** que no ciclo correspondente à primeira e quarta série o conteúdo do livro seria comentado pelos professores e a partir da quinta série seria o livro de leitura obrigatório. Também pelo **Artigo 7º** instituía-se bolsas de aperfeiçoamento para os trabalhos de redação sobre o conteúdo do livro e sobre a vida da autora.

A utilização deste livro significou um passo muito importante no processo de politização do sistema educativo. Também outros textos de orientação peronista como a biografia oficial de Perón escrito por Enrique Pavón Pereyra foi usado nas escolas, desencadeando entre os docentes críticas pela intervenção oficial nas escolas.

Percebemos, assim, como o governo arquitetou uma organização rígida e uma cuidadosa fiscalização em torno da educação para conseguir transmitir, através da escola primária, a ideologia própria de sua doutrina. O uso das imagens de Perón e Evita revelava o culto à personalidade como componentes centrais do imaginário político peronista, além de ter um alto teor de propaganda política, e em muitos casos sem nenhum valor pedagógico, mas com um profundo interesse exemplificativo, já dado que Perón e Evita eram modelos a ser imitados.

Nos textos aprovados a partir de 1951 aparecem conteúdos abertamente peronistas, rompendo a visão tradicional associada ao discurso liberal que apresentava à sociedade como constituída por indivíduos isolados e introduziu a valorização do conceito de "comunidade",

---

[53] Os sindicatos dos docentes opositores, no final do regime práticamente tinham sido excluídos do acionar político, já que o governo por um lado havia conseguido cooptar os sindicatos em geral e no caso do magistério, muitas de suas instituições estavamsob intervenção, pelo outro os seus dirigentes eram objeto de perseguisões políticas, além disso as organizações de origem comunista tinham sido fechados pelo próprio partido comunista.

incorporando novos atores sociais e reformulavam a imagem tradicional sobre o papel do Estado.

A visão da sociedade nos textos, em muitos aspetos era mais realista que a dos pré-peronistas. "A pobreza já não é vista como a conseqüência natural da ordem das coisas. O Estado é colocado, por outro lado, no centro das transformações sociais. No entanto, esta visão da sociedade é altamente idealizada. Embora seja certo que a pobreza havia perdido seu caráter moral, o fato é que na Nova Argentina, conforme os textos, a pobreza havia deixado de ser um problema. Além disso, a existência de problemas sociais estava implicitamente reconhecida; os conflitos sociais são deixados de lado, como nos textos peronistas. Mas a harmonia social era a regra , não sendo resultado de atos individuais de caridade, senão de um conceito mais global de colaboração social sob a tutela do Estado e das possibilidades oferecidas pela Fundação [Eva Perón]." (PLOTKIN, 1994: 185

A história oficial peronista não era apresentada como um processo, senão como uma sucessão de momentos cruciais que mudaram a realidade e que se relacionavam com o presente peronista; os eventos importantes do passado eram vinculados aos fatos ocorridos durante o governo de Perón.

Segundo Plotkin, apesar de que a instrução religiosa deveria ser ensinada em cursos especiais, é possível observar que o imaginário católico era associado a outros valores tradicionais (respeito e obediência à autoridade, etc.) permeando assim a maioria dos conteúdos dos programas de 1950 e, em menor medida os de 1954.

O tema do ensino católico estava sendo discutido antes de sua implantação em 1943. Os textos pré-peronistas já apresentavam referências religiosas, mas de uma maneira abstrata, mencionavam a Deus de um modo geral, sem fazer alusão específica à simbologia católica. A imagem da Virgem Maria era apresentada nos textos em canções tradicionais e lendas. Ou mesmo também aparecia nos temas vinculados à caridade e à moral cristã.

Já no peronismo as referências religiosas são abertamente católicas, existindo dois temas que estavam fortemente vinculados com a religião: a colonização espanhola e Eva Perón.

A colonização espanhola era apresentada nos textos pré-peronistas de um modo positivo. O papel dos missionários era apenas um componente da estrutura colonial. A diferença é que nos textos peronistas o papel dos missionários é destacado pela conversão dos índios. A conquista e o descobrimento eram ilustrados através de sacerdotes e suas cruzes, do mesmo modo eram enfatizadas as devoções católicas pelos heróis pátrios.

Outro tema figurava a ligação de Perón com a religião católica. "Este tema é importante porque vincula as intenções do regime de transformar o peronismo numa verdadeira religião política. Para a década de 1950 o peronismo começou a utilizar e reformular o significado de

componentes da simbologia católica associando-os de maneira direta ao imaginário político peronista, ou seja, 'peronizarlos'. Portanto, a associação de imagens e símbolos católicos com a figura de Eva produz um efeito paradoxal. É verdade que o peronismo introduz pela primeira vez elementos abertamente católicos nos textos escolares. Mas ao mesmo tempo a versão do catolicismo introduzida pelo peronismo estava fortemente tingida de elementos políticos peronistas. Em outras palavras, tratava-se de um catolicismo peronizado."(PLOTKIN, 1994:198)

9. NOVAS ESTRATÉGIAS PARA VINCULAR O LAR, A ESCOLA E O GOVERNO

Como evidenciamos no Capítulo II deste trabalho, o peronismo desenvolveu uma série de estratégias extra curriculares com a intenção de ampliar a participação das comunidades de bairro dentro das escolas e estender sua influência, levando indiretamente o professor da escola de primeiro grau à assumir um papel antes não desempenhado: o papel de comunicador e difusor da **"nova doutrina".** Os professores viram-se envolvidos em atividade e em instituições de caráter popular, direcionadas de modo indireto pela Direção Geral do Ensino Primário.

No final do mês de maio de 1947 a administração escolar iniciou um novo tipo de Associações de Pais. Em 31/5/47 realizou-se a primeira reunião de pais, considerado um "ensaio oficial das Novas Associações de Pais, correspondente ao plano de vinculação sistematizado entre o lar e a escola". Estas Associações de Pais tinham como base de ação dois temas: o conhecimento integral de cada um dos alunos e a vinculação de cada professor com os pais. Assim, por disposição do Conselho Nacional de Educação, os professores de primeiro grau de cada escola realizariam reuniões nas escolas da Capital Federal para informar aos pais as caraterísticas psico-biológicas das crianças, conversariam de pedagogia, e informariam sobre os problemas detectados no comportamento das crianças.

Além disso algumas escolas recebiam visitas de altas autoridades do Ministério da Educação. De certo modo rompia-se a "ordem escolar" e as escolas deixavam de ser consideradas como patrimônio exclusivo dos docentes e passavam a ser consideradas uma "instituição de caráter popular"; eram "dessacralizadas" e convertiam-se em um ambiente cotidiano e popular, de fato passaram a ser um espaço de intervenção política.

Assim aparece uma série de **"instituições escolares"** dentro da escola que ofereciam a possibilidade de desenvolver diferentes atividades. Passaremos a tratar de algumas delas:

A) OS CLUBES ESCOLARES:

O primeiro **Clube Escolar** foi inaugurado em 13 de março de 1948 no bairro Villa Lugano de Buenos Aires; a cerimônia de inauguração contou com a presença do presidente da Nação, Juan Perón, sua esposa Maria Eva Duarte de Perón, Secretário da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, o secretário de Instrução Pública e de Cultura, professor Jorge P. Arizaga e o senhor Antonio P. Castro, interventor do Conselho Nacional de Educação, Doutor Paulino Musacchio e autoridades nacionais.

A Secretaria de Educação da Nação através de seu Boletim de Informações emitiu várias portarias informando da inauguração de numerosos clubes, tanto na Capital Federal quanto no interior do país, fundamentalmente nos anos 1948 e 1949.

Os **Clubes Escolares** estavam constituídos pelos professores, pais e alunos das escolas; organizavam-se atividades para a família e para as crianças, participando de passeios em veículos facilitados pela Presidência da Nação, visitas, almoços merendas, exibições de danças folclóricas, concertos, passeios em barcos cedidos pelo Ministério de Guerra, atividades esportivas, ginásticas, canto coral, orquestra rítmica, desenho, teatro de títeres etc.. Também as delegações dos clubes escolares assistiam a encontros futebolísticos de clubes da Liga Nacional.

Da mesma forma, nas zonas rurais existiam clubes cujo propósito era oferecer à comunidade local eventos diferentes que lhes proporcionassem a oportunidade de ampliar sua cultura ou simplesmente como forma de lazer.

Além das atividades fora da escola, o Clube Escolar oferecia a possibilidade de desenvolver tarefas tais como: costura, leituras, esportes, teatro, etc., fora do horário escolar nas instituições escolares.

B) FÉRIAS "ÚTEIS" E TURISMO ESCOLAR:

A **Resolução de 3 de setembro de 1948** da Secretaria de Educação da Nação, instituiu as **FÉRIAS ÚTEIS**[54] em todos os estabelecimentos de ensino da Capital Federal, dos Estados Provinciais e Territórios Nacionais, dependentes do Conselho Nacional de Educação.

As **Férias Úteis** eram organizadas sob as mesmas bases dos Clubes Escolares com a intenção de levar as crianças a conhecer locais que por razões econômicas e de distância não tinham

[54] Esta proposta de usar o tempo livre das férias não era inédita, como registra Torrassa Atilio em seu trabalho Enefianza Primária,(1956) já em 6 de agosto de 1913 o deputado José Luis Cantilo e outros apresentaram ao Congresso um Projeto sobre a Criação de colonias de férias em Buenos Aires, Mendoza e Córdoba. Assim como o Projeto do deputado Jerónimo Della Latta e outros sobre a Comissão Nacional de Férias para Crianças , apresentado o 18 de julio de 1935.

acesso. Assim, o justicialismo estava "praticando a justiça social, dado que as férias não eram só um privilégio das classes mais abastadas".

Deste modo, durante os anos 1948-1950 temos encontrado no Boletim da Secretaria de Educação relatórios referente a passeios, excursões e viagens de turismo por todo o país pela população escolar.

Freqüentemente as crianças dos Estados do interior eram transladadas para a Capital Federal, para realizar passeios, visitas a museus, instituições educacionais, sessões de cinema, teatro, circo etc., sendo recebidas pelas autoridades constituídas.

Durante o período das Férias Úteis, as escolas organizavam diferentes atividades artísticas e culturais: música, teatro, cinema, campeonatos escolares, torneios, natação (aproveitando as piscinas oficiais do Exército). Da mesma forma, a própria escola organizava palestras sobre temas de atualidade: arte, cultura, ciência, economia etc.

Nas Férias contratavam professores especiais que substituíam os professores do período ordinário.

Na **Portaria de 28 de outubro de 1948**, a Secretaria de Educação considerava que as "Férias Úteis" contribuíam no oferecimento com conhecimento, acentuando a cultura física e intelectual e, fundamentalmente, fazia da escola um centro social ativo para as crianças e seus pais.

Colaboravam nestas atividades a Direção Geral de Administração, a Direção Geral de Sanidade Escolar, o Departamento de Turismo Escolar, o Departamento de Rádio-ensino e Cinema Escolar, o Departamento de Difusão e o Departamento de Institutos de Ensino Superior e Artístico.

C) RÁDIO-ENSINO E CINEMATOGRAFIA ESCOLAR:

Por **Resolução de 2 de outubro de 1947** foi designada a Comissão de **Rádio-Ensino e Cinema Escolar.** A primeira transmissão da **Rádio-escola Argentina** foi em 1° de junho de 1948, e chegou por transmissão maciça a todos os estabelecimentos escolares primários e secundários do país.

Nesta primeira transmissão foi executado o Hino Nacional e pronunciadas as palavras do Presidente da Nação, de sua esposa Maria Eva Duarte de Perón, do Sr. Secretário de Educação Dr. Oscar Ivanissevich. Esta transmissão inaugurou um ciclo de intervenção maciça, não só nas escolas mas também nos lares argentinos.

Este primeiro ciclo de audições docentes era destinado especialmente aos alunos das séries superiores da escola primária, às escolas de adultos, às escolas médias, escolas industriais, profissionais, de arte e ofícios etc..

Os professores tinham que escolher as audições que consideravam de interesse dos alunos. Para isto a Rádio Escolas editava um folheto que antecipava os conteúdos das mesmas, permitindo a preparação das aulas com antecedência.

Nesta primeira transmissão o ciclo de audições contemplava os seguintes temas:

- Segunda feira: "O que comemos e o que devemos comer" e "Falas do bom falar"
- Terça feira: "Curso elementar de Inglês"
- Quarta feira: "Soberania Argentina na Antártida"
- Quinta feira: "Curso elementar de Inglês" e "Consultório do bom dizer"
- Sexta feira: "Um país de trabalho e de riqueza"
- Sábado: "Obras clássicas da língua"

O governo, em 24 de junho de 1948, deu a conhecer o **Decreto Nº 18.948**, pelo qual criou a **COMISSÃO NACIONAL DE RÁDIO-ENSINO E CINEMATOGRAFIA ESCOLAR**. Os pareceres do decreto manifestavam que o ensino era um meio amplo e duradouro para dar a conhecer as conquistas sociais e, portanto, os recursos audiovisuais eram importantes para a difusão deste temas, além de considerar que o país ainda não tinha explorado este tipo de auxilio didático que estava sendo aplicado no mundo todo como instrumento de comunicação de massa.

O decreto declarava que tanto a radiofonia, quanto a cinematografia foram conquistas tecnológicas do homem, que segundo a orientação do governo tanto poderiam fazer bem ou mal. Por isso o justicialismo estava obrigado a dar-lhe um sentido concreto, elevado, real e patriótico, contribuindo na formação moral e intelectual do povo.

Com efeito, a transmissão radiofônica e a cinematografia estavam destinadas a:

> *"... completar o trabalho educador e cultural dos programas educativos, especialmente para exaltar os sentimentos da nacionalidade com o exemplo heróico dos próceres e da moral cristã, os deveres civis, o que assegurará à comunidade argentina um lugar de privilégio entre as nações civilizadas."*
> *(Decreto Nº 18.949, Anais da Legislação Argentina; 1948 Tomo III; pag. 590)*

O **Artigo 2º** do decreto estabelecia que a Comissão Nacional de Rádio-Ensino e Cinematografia Escolar seria a única encarregada de organizar e dirigir o desempenho da radiotelefonia e da cinematografia como auxiliares didáticos em todos os ciclos escolares da ordem nacional.

O **Artigo 3º** fixava que a direção da Comissão estaria a cargo de um diretor e dois chefes de departamento, além de designar um Conselho "Ad-honorem" integrado por:

- O Subsecretário de Educação.
- Um representante da Subsecretaria de Cultura.
- Um representante de uma Universidade Nacional.

- Um representante do Conselho Nacional da Educação.
- O Diretor de Radiodifusão da Administração Geral de Correios e Telecomunicações.
- Um representante da Direção Geral de Ensino Técnico; da Instrução Religiosa; do Ensino Secundário e Normal.
- Um representante do Conselho Nacional de Educação Física.

No **Comunicado de 7 de junho de 1948** a Secretaria de Educação informava que todos os dias, pela Rádio do Estado, seria transmitido um Noticiário para a difusão das notícias da Secretaria, dedicado aos professores e alunos dos estabelecimentos primários e secundários.

A Secretaria de Educação, informava em vários comunicados do mês de Junho de 1948 sobre o **PLANO CULTURAL** que previa exibições de filmes dedicados à geografia nacional e mundial, esportes, temas morais, eletrônica, zoologia, história, lazer, economia, política nacional e internacional. Os filmes eram exibidos em cinemas comerciais que cediam suas salas para uso da Secretaria de Educação.

Na **Portaria de setembro de 1948**, informava-se por exemplo sobre a transmissão de rádio em homenagem a Sarmiento, pela qual evocava-se sua personalidade, sua história e seu patriotismo com o objeto de mostrá-lo às crianças como protótipo e modelo do homem argentino. Assim procedia-se com todos os próceres argentinos, com a intenção de apresentá-los como seres superiores que haviam trabalhado pela grandeza do país e que deveriam ser imitados pelos jovens estudantes.

O Governo Nacional organizou um ciclo cinematográfico que se chamava **"SUCESSOS ARGENTINOS"** cuja função era mostrar à população as ações exercidas pelo governo no que diz respeito à saúde (construção de hospitais, salas de primeiros socorros, planos de saúde etc.); educação (construções de escolas, turismo escolar, etc.); moradia; economia; trabalho etc.. Estes filmes de curta metragem eram exibidos no início de cada sessão do cinema comercial de todo o país.

Por sua vez, o Ministério da Educação, com a intenção de mostrar as tarefas que desenvolvia na área, utilizou-se também do Departamento de Rádio-Ensino e Cinematografia Escolar, montando um ciclo de filmes denominado **"SUCESSOS EDUCATIVOS".** Assim, em janeiro de 1949, começou a exibição das primeiras edições dos noticiários cinematográficos, com a intenção de difundir por todo o país a **"obra revolucionária"** que a Secretaria de Educação realizava . O primeiro número de "Sucessos Educativos" apresentava imagens do programa "Férias Úteis" exibido nas escolas. Esta primeira edição foi apresentado em um cinema da cidade de Buenos Aires, em horário noturno.

Os temas desenvolvidos pelo **Ciclo de "Sucessos Educativos"** exibiam imagens sobre: festas e celebrações escolares, passeios públicos, visitas a teatros de escolares, práticas de

natação, visitas ao Jardim Zoológico, bailes e danças dos estudantes, assim como diferentes atos de governo do Ministério da Educação.

Entretanto, também era interesse do Ministério de Educação que as crianças fizessem rádio e cinema como formas de aprendizagem educativa. Deste modo, em fevereiro de 1949, a Secretaria inaugurou uma nova audição denominada: "**O pátio da infância**", que era transmitida pela Rádio Municipal; eram programas de caráter recreativo interpretados pelas crianças.

No mês de março foram inauguradas as audições denominadas **"O microfone na Escola"** a cargo da Radio-escola Argentina; o programa era transmitido nas salas de aula e consistiam em audições de perguntas e respostas a cargo dos alunos.

O Ministério organizou também conferências, cursos, cursilhos e palestras destinadas à formação dos professores para treiná-los e informá-los sobre a utilização desta nova tecnologia educativa. Além de distribuir nas escolas aparelhos de radio-recepção, aparelhos cinematográficos e elementos de projeção escolar.

D) A AÇÃO SOCIAL NAS ESCOLAS:

A questão da assistência social esteve ligada inicialmente à Sociedade de Beneficência que foi criada em 1823, basicamente atendia às crianças órfãos, idosos, mães desamparadas, pobres, etc., para isso fundaram diversos estabelecimentos de asilo e assistência. Já na metade do século passado com a incorporação da Argentina ao mercado capitalista mundial, produziu-se um deslocamento da população rural para as cidades, somando-se a população imigrante, que não encontrava espaço no âmbito rural -pela concentração da terra nas mãos dos latinfúndios-, que aumentou o número de habitantes pobres e sem proteção, aparecendo deste modo a chamada "questão social", que adquiriu perfil de fundo dramático por volta de 1930 quando da crise econômica.

Com a transformação das relações de produção a nível internacional, muda a tradicional prática capitalista de dominação do homem mediante medidas basicamente repressivas e negativas (impostas, repressão, etc.), e as elites dirigentes começam a tomar parte ativa na direção geral dos principais problemas sociais. "O bem-estar e o progresso constituíssem em metas explícitas da ação do Estado, e justificam sua intervenção em uma série de âmbitos que antes estavam reservados à sociedade civil". (TENTI FANFANI, 1987: 78)

Sendo assim, as antigas instituições de Beneficência, perderam seu papel hegemônico porque a tarefa de "administrar a população" excede seus limites, deste modo o Estado assume a assistência no campo da seguridade social, garantindo um nível adequado de reprodução da força de trabalho urbano. Tal fato levou à expansão da rede de benefícios

sociais no campo dos acidentes de trabalho, aposentadorias, pensões, maternidade e infância, com o interesse de evitar o desordem e a rebelião social. Já com a chegada ao poder de Perón, a assistência social adotou uma forma de política social procurando gerar o consenso e a legitimidade política além de promover uma adequada reprodução das forças de trabalho. Ou seja, a política assistencial tornou-se cada vez mais produtiva; orientada para a produção de indivíduos sadio, fortes e disciplinados, aptos para o trabalho assalariado.

Com o governo do general Perón surge uma nova concepção e um novo estilo de ação assistencial. Segundo Tenti Fanfani (1987): "Mas não se trata de uma novidade 'absoluta'. A ajuda social desenvolvida sob a direção da 'Fundação Eva Perón' introduz elementos de ruptura com a tradição anterior e ao mesmo tempo, conserva traços típicos da estratégia de beneficência e assistência social. Não obstante, durante esse período a ação assistencial do Estado adquiriu uma significação particular dentro do conjunto de transformações gerais que o peronismo introduz na articulação geral do Estado com a sociedade em geral e, em especial, com os proletários urbanos".(TENTI FANFANI, 1987: 81)

Sendo assim, a **Lei 13.341** de 28 de setembro de 1948 cria a Direção Nacional de Assistência Social vinculada da Secretaria de Trabalho e Previdência. A Sociedade de Beneficência da Capital (que estava sob intervenção de Armando Méndez San Martín) e as entidades de igual caráter passaram a depender desta direção. Meses antes, por **Decreto 20.564** de 17 de julho concedia-se a personalidade jurídica à Fundação de Ajuda Social, em 1950 passou a chamar-se "Fundação Eva Perón". Desde então a Fundação monopolizou a ação geral de assistência do Estado, sufocando à Direção Nacional de Ajuda Social.

O peronismo afirmava desenvolver um amplo plano de controle para cuidar melhor das condições de vida das crianças nas escolas. Tanto a assistência, quanto a seguridade social, eram consideradas necessárias para "assegurar a integridade física, o bem estar econômico e o pleno desenvolvimento espiritual dos jovens".

Nesse sentido, o Presidente da Nação ditou o **Decreto Nº 28.718** de 18 de setembro de 1947 que considerava que era imprescindível fazer da "escola um elemento do Estado na proteção da criança, em todas suas atividades e em todas suas necessidades, assim como intensificar a ação educativa de modo que todo estabelecimento educativo seria um centro de irradiação, de atração cultural e social".

Para tanto, o **Artigo 1º** do decreto fixava que todas as escolas primárias e estabelecimentos de ensino médio, pertencentes ao Ministério da Justiça e Instrução Pública, contariam com bibliotecas infantis, museus, clubes de crianças (agrícolas, desportivas etc.) merendas

escolares, teatros, cooperativas, cruz vermelha infantil, agrupações musicais, roupeiro escolar, associações cooperadoras e associações de ex-alunos.

Este Decreto serviu como marco para todo o trabalho social escolar empreendido pelo governo. Assim, a partir de março de 1948, a senhora Maria Eva Duarte de Perón inaugurou as transmissões radiofônicas que a Secretaria de Educação emitia pela Rede Nacional de Emissoras difundindo assim, os planos de ação social nos estabelecimentos escolares.

A importância atribuída pelo justicialismo à ação social foi tal, que em 30 de dezembro de 1948 pelo **Decreto Nº 39.715** criou-se a DIREÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, oferecendo os serviços de assistência social a todos os funcionários do Ministério. Ela tinha a seu cargo os seguintes serviços: Assistência Médica Integral-Subsídios-Colônias de Férias-Campos de Esportes e Auxílio Funeral.

O assistencialismo na educação aparece muito cedo, a própria lei 1420 previa medidas de proteção para as crianças, no Capitulo IV sobre Inspeção Técnica e Administração das Escolas, no artigo sobre as funções do Conselho escolar de distrito, estabelecia que devia-se "Estimular por todos os meios a seu alcance a frequência das crianças às escolas, proporcionando para este objetivo, vestido aos indigentes", além disso as autoridades escolares garantiam alimentos, calçado etc.

No que se refere à **SAÚDE**, o governo desenvolveu uma intensa campanha preventiva e curativa, assim no **Comunicado de 20 de março de 1948** da Secretaria de Educação podemos apreciar que esta oferecia assistência odontológica gratuita aos estudantes.

Através da **Resolução de 3 de novembro de 1949** do Ministério da Educação, criou os "CENTROS ESCOLARES DE SAÚDE" com o objetivo de proteger e melhorar a educação sanitária, estes centros tinham a função de:

> *"... ensinar a viver de forma saudável aos alunos das escolas primárias, capacitar as crianças para conservar e melhorar sua própria saúde e do próximo..."*
> *(Resolução 3/11/49, Boletim do Ministério de Educação da Nação, Ano II, Nº 23, 1949, pag. 4988)*

Estes **"Centro Escolares de Saúde"** deviam capacitar os professores e pais para que transmitissem às crianças hábitos e atitudes higiênicas. Os alunos, uma vez por semana, tinham o "dia da saúde" nos Centros Escolares de Saúde, que eram organizados pela Direção Geral de Sanidade Escolar, com programas de educação sanitária. As aulas eram oferecidas por médicos, pessoal docente especializado, dentistas, professores de educação física, visitadores de higiene, assistentes sociais e pessoal auxiliar.

Outra instituição criada na época foi o **"Ateneu de Sanidade Escolar"**. A inauguração foi no dia 16 de dezembro de 1949, num teatro da cidade de Buenos Aires, com a participação do Dr. Ivanissevich, Ministro da Educação, na qualidade de Presidente Honorário do Ateneu e do Dr. Enrique Pierangeli Presidente do Ateneu e ao mesmo tempo Diretor Geral de Sanidade Escolar. Esta instituição foi criada com a intenção de ajudar o progresso científico e o bem-estar social.

Entre os temas que o Ateneu desenvolveu podemos mencionar:

- O Centro Escolar de Saúde, finalidade e organização.
- A obrigação escolar na assistência médico-social dos alunos.
- A importância do exame completo do aparelho visual dos alunos no ingresso às atividades escolares.
- Varíola e vacina no meio escolar.

D) CRIAÇÃO DE NOVAS ESCOLAS E COMISSÕES ESPECIAIS:

A **Resolução Ministerial** de 21 de outubro de 1948, criou a "Comissão de Hortas Escolares"[55], já que o governo considerava necessário formar nos estudantes uma consciência integral da vida natural e criar o hábito de obtenção por esforço pessoal dos elementos necessários a sua alimentação. Para isso era indispensável o conhecimento de técnicas de horticultura, onde a criança projetaria no lar, sua nova a formação. Finalmente em 29 de outubro de 1951, por **Resolução Ministerial** a Comissão de Hortas Escolares passou a depender da Direção de Sanidade Escolar.

A **Resolução de 26 de fevereiro de 1949**, do Secretário de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, criava quatro escolas de educação integral destinadas a "escolares inadaptados". Estas escolas eram para as crianças que apresentavam "transtornos de conduta, considerados de escolaridade difícil".

Para estender ao máximo os benefícios da educação e facilitar o acesso de todas as crianças às escolas, o Ministério a partir de 1951 criou turmas especiais e sessões de séries transitórias para atender a população que migrava periodicamente por razões de trabalho (safra, vendimia, coleta de algodão, milho etc.) . Criou também as Escolas Granjas, voltadas para a orientação dos alunos nas tarefas rurais.

---

55 No ano 1949, a Comissão de Hortas Escolares organizou um Stand no local de exposições da Sociedade Rural, em Buenos Aires. Cabe esclarecer que a Sociedade Rural era segundo o governo, uma instituição tradicional dirigida pelos grandes fazendeiros que realizavam exposições anuais. A intenção de montar o citado "stand" era "divulgar entre as crianças e os adultos que, num pequeno espaço, pode-se realizar hortas que beneficiam a saúde e a economia familiar". Porém este tipo de exibição obedecia mais a uma atitude preconceituosa que considerava o criulo como um folgado, partindo do pressuposto da necessidade de ensinar ao campones o cultivo da terra, ocultando-se as verdadeiras causas pelas quais os "peões rurais" não o faziam. O real motivo residia na concentração de terra nas mãos dos latifundiários.

Em 1949, por **Resolução Ministerial**, foram criadas três escolas: do mar, montanha e planície em Mar del Plata (Buenos Aires); Despeñaderos (Córdoba) de Baradero (Buenos Aires), dirigidas pela Direção de Sanidade Escolar com a colaboração da Direção Geral de Ensino de Primeiro Grau. Estas Escolas tinham por objetivo vigiar a saúde integral das crianças com enfermidades que necessitavam de terapias climáticas.

Outro tema que preocupava muito o Ministério da Educação era a assistência das crianças da zona rural. Para isso, o Ministro da Educação Armando Mendez San Martín ditou uma **Resolução em 13 de novembro de 1950** que previa a criação de ALBERGUES ESCOLARES.

O Ministério da Educação criou também escolas para crianças com problemas de aprendizagem, ESCOLAS DOMICILIARES para atender as crianças impossibilitadas de ir à escola, além de atender as crianças internadas nos hospitais através das ESCOLAS POLICLÍNICAS.

Posteriormente, em 1953, é promulgada a **Lei Nº 14.245**, que autoriza o Poder Executivo a criar nove "Colônias Granjas de Adaptação e educação da população aborígine" nos estados provinciais de Salta, Jujuy, Presidente Perón e Território de Formosa e Neuquén. Estes estabelecimentos deviam oferecer ensino primário e aulas práticas de agricultura.

A **Resolução Ministerial**, de fevereiro de 1954, previa a organização e funcionamento das COOPERATIVAS ESCOLARES, dentro das escolas primárias e secundárias. O Cooperativismo Escolar estava previsto no Segundo Plano Qüinqüenal que considerava a necessidade de difundir os princípios e a organização das cooperativas nas escolas.

Nesse sentido, o governo buscava a participação dos alunos na organização, direção e funcionamento das cooperativas, desenvolvendo nas crianças hábitos de solidariedade, tolerância e de convivência social. Para isto, os professores deviam explicar aos alunos os conceitos fundamentais do cooperativismo.

Todas estas medidas implantadas pelo governo tinham como fundamento atender a saúde e o bem-estar social da população infantil, assim como oferecer uma educação básica comum ao povo argentino buscando introduzir os princípios do justicialismo e a consciência da importância da organização do povo como instrumento para a justiça social.

E) A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLAR.

A **Resolução do Secretário de Educação**, Dr. Oscar Ivanissevich, em 13 de abril de 1948 criou o CONSULTÓRIO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLAR para alunos do ensino primário e médio. Tal consultório foi denominado **"O Professor é um Amigo"** e tinha por objeto a orientação e formação dos estudantes, acerca de informações úteis visando a

resolução de problemas materiais e espirituais dos mesmos. Neste consultório participavam profissionais do Corpo Médico e do Instituto de Investigações Pedagógicas do Conselho Nacional de Educação.

A Escola desenvolvia uma tarefa extra-escolar e assumia um papel de "Conselheira e Amiga". O **Comunicado de 15 de maio de 1948** informava a criação do Consultório "O Professor é um amigo" e definia esta instituição da seguinte forma:

> *"...é a mais moderna das instituições pedagógico-sociais, irá constituir a fonte de informações certa e indubitável, dos problemas que angustiam as nossas crianças e jovens para achar-lhes soluções apropriada dentro dos recursos com que conta a educação popular em nosso Estado".*
> *(Comunicado, 10/5/48, informando a criação do Consultório de Orientação Profissional e Escolar, Boletim da Secretaria de Educação da Nação, Ano I, N°5, 1948, pag. 1343)*

No que diz respeito à organização do Consultório, a Secretaria publicou a **Portaria de 18 de junho de 1948** determinando que os professores explicariam aos alunos a forma de fazer as consultas no consultório e esclarecia que esta instituição não buscava substituir os consultores naturais das crianças que eram os pais e professores que estavam em contato diário com eles.

Segundo a Portaria, os Consultórios buscavam apenas colaborar com as tarefas de orientação educacional, organizando as informações que recolhiam e ordenando os dados que permitiam um conhecimento real dos problemas da juventude.

Estes Consultórios não só atendiam problemas de ordem pedagógica mas também ofereciam assessoramento aos estudantes a respeito de sua "vocação profissional". Analisando as condições de cada criança, aconselhavam o futuro caminho a seguir. Os Consultórios serviriam de base para a criação do **CENTRO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL**, através da **Resolução de 20 de outubro de 1951**. Com ele, o justicialismo aperfeiçoava sua intervenção na orientação vocacional. O Centro de Orientação Profissional pretendia despertar e fomentar vocações, descobrir e diagnosticar aptidões.

Em 30 de maio de 1952, a **Resolução ministerial** aprovou o **Regulamento para a Organização e Funcionamento dos Centros de Orientação Vocacional e Educativa.** As funções destes centros segundo o regulamento eram:

> a) Fazer um exame psicológico e psicotécnico nos alunos da 6° série para investigar as aptidões vocacionais e orientar o jovens.
> b) Fazer um exame psicológico dos "alunos com problemas de conduta e escolaridade difícil", informando e assessorando seus pais e professores sobre a metodologia pedagógica que tinham que adotar para atender a "adaptação ao meio escolar, familiar e social".
> c) Preparar e desenvolver um plano de educação vocacional com conteúdos didático-pedagógicos despertando e fomentando vocações nos estudantes e confeccionando guias de orientação vocacional para meninos e meninas.

d) Instalar gabinetes de orientação profissional e organizar uma biblioteca especializada.

e) Organizar um arquivo de orientação educativa e profissional.

A **"orientação vocacional"** era encarada como um aspecto possível de ser medido através de provas que "garantiam a escolha adequada" da profissão, evitando "perdas de tempo". Na realidade, por um lado, buscava-se disciplinar o acesso às diferentes ofertas da escola de segundo grau e a universidade. Por outro, colaborava na escolha dos operários certos para o mercado de trabalho, evitando a perda de esforços ao empresariado na incorporação de mão de obra.

10. O SIGNIFICADO DO SISTEMA PERONISTA DE EDUCAÇÃO

O regime teve várias preocupações durante o seu governo:

A primeira, foi a introdução da Lei de Ensino Católico nas escolas, em 1947. O processo foi acompanhado por uma campanha propagandista dirigida por Eva Perón. No mesmo ano o Congresso sancionou a Lei conhecida como "Estatuto do docente de Escolas Privadas". Na verdade era um subsídio oferecido às escolas privadas, que em sua maioria eram católicas.

A segunda, era o grande interesse de Perón em controlar ideologicamente as universidades que albergavam setores fortemente opositores. Para isso ditou uma Lei Universitária que não contemplava a autonomia e o princípio de governo tripartite, normas estas que o governo militar também havia desconhecido.

A terceira, marcava a preocupação do regime em conseguir centralizar o sistema educativo, através da criação do Ministério da Educação.

A quarta, a existência de um grande interesse por expandir o sistema de educação técnica, que já havia-se iniciado no governo militar. Esta preocupação estava relacionada com os planos de industrialização e a lógica da necessidade de contar com uma mão de obra qualificada. Perón compartilhava as idéias dos governos conservadores que o haviam precedido no que diz respeito a conceber as escolas técnicas como instrumentos disciplinadores dos proletários.

Com efeito, Perón procurava criar um sistema educativo nacionalista que inculcasse nos alunos sentimentos patrióticos e amor pelas tradições nacionais. Este discurso peronista era semelhante ao do governo militar de 1943. A idéia de inculcar sentimentos nacionalistas como temos colocado não era nova, mas durante o governo peronista assumiu novas caraterísticas; era considerada uma tarefa positiva, que possibilitava a constituição de uma nova filosofia. Entretanto, nos governos anteriores era vista de maneira negativa, ou seja, era considerada

como um instrumento para enfrentar "ideologias dissolventes", provenientes da presença maciça de imigrantes não nacionalizados.

Assim, Perón adjudicou ao sistema educativo um papel fundamental na "preparação das massas". Mas na organização ministerial não nomeou autoridades escolares que tivessem uma militância nacionalista muito conhecida. Também devemos lembrar que Perón tomou para si muitas idéias do nacionalismo, porém nem sempre recebeu o apoio total dos pensadores destas correntes e em várias oportunidades o líder referia-se a eles de maneira pejorativa[56]. Assim, as autoridades do sistema educativo eram pouco conhecidas na vida política argentina.

Belisario Gache Pirán, o primeiro ministro de Justiça e Instrução Pública, era um advogado de 38 anos sem experiência na área educativa. Até então havia sido juiz federal nomeado pelo governo militar. Mas efetivamente o responsável pela área educativa era o subsecretário de Educação Jorge Arizaga, que possuía uma longa trajetória burocrática no sistema educativo: foi secretário da comissão de didática do Conselho Nacional de Educação e por onze anos membro do Conselho Escolar XII.

Ideologicamente estava cifrado dentro do nacionalismo católico, e havia participado da reforma educativa da província de Buenos Aires durante o governo de Manuel Fresco. Outra autoridade importante era o Interventor do Conselho Nacional de Educação, o médico Miguel Mordeglia, nacionalista católico.

Para ocupar as funções intermediárias do sistema educativo, Perón escolheu funcionários de carreira, com uma ideologia nacionalista e católica, sengo alguns deles propostos pela Igreja como o caso do Dr. Mordiglia. Inicialmente o conselheiro oficial de Perón foi o Dr. Figuerola, responsável pela Secretaria Técnica da Presidência que adotou o modelo legislativo espanhol. Também Perón recebeu influencias de diferentes filósofos e juristas da época: o filósofo político Raul Carrére que ajudou a Perón na conformação do conceito da "Terceira Posição", que chamava "teoria geral do peronismo"; o professor Hernán Benitez, intelectual de orígem nacionalista católico, que era professor de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, e Diretor da "Revista da Universidade e de Ação Social Universitária"; o constitucionalista Faustino J. Legón[57], que teve repercussão no pensamento constitucional do peronismo, assim como o jurista J. M. Velezco Ibarra[58] membro da suprema magistratura do

---

[56] No primeiro capítulo desenvolvemos este tema.

[57] Faustino J. Legón, graduou-se em Jurisprudência na Faculdade de Direito de Buenos Aires, foi Fiscal de Estado, Ministro de Governo, e Interventor Interino da Provincia de Buenos Aires. Era responsável pela cátedra de Direito Político no curso de Doutorado, na Faculdade de Ciências Jurídicas de La Plata; e Diretor do Instituto de Direito Político e Constitunional, da Faculdade de Direito de Buenos aires, e na Faculdade de Ciências Jurídicas de la Plata.

[58] J.M. Velazco Ibarra, foi professor de Direito Constituicional na Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires e era professor de Direito Constitucional Comparado, na Universidade de La Plata.

Equador em 1934 e 1944; o professor Francisco Valsecchi[59], que expressou idéias a respeito do "sentido cristão" da nova Constituição, expondo os princípios cristãos sobre a pessoa, a propriedade, o salário e as organizações profissionais; o filósofo Carlos Astrada[60], que teve uma marcada influência no pensamento peronista, assim como o professor José Torre Revello[61] que promoveu grandes debates sobre a reforma da Constituição. Também pensadores europeus como Guido de Ruggiero[62], intelectual italiano que dirigia o Instituto Ítalo-Argentino de Intercambio Cultural em Roma. O espanhol Higinio Paris Eguilaz, que visitou a Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, ministrando um curso sobre Política Econômica.

Sob a influência do ideário destes intelectuais a estrutura do sistema viu-se modificada radicalmente através da criação da Secretaria de Educação comandada pelo doutor Oscar Ivanissevich a partir de 1948. Outra grande mudança no sistema educativo foi a criação do Ministério de Educação. Tal modificação foi produto da reforma constitucional de 1949 que tornou possível a criação de novos ministérios.

Gache Pirán foi substituído por Oscar Ivanissevich, que desde o início havia participado do regime peronista, tendo sido interventor na Universidade de Buenos Aires e depois embaixador nos Estados Unidos, onde teve oportunidade de estudar o sistema educativo norte-americano[63].

Durante sua gestão procurou levar adiante os interesses do regime vinculando a "doutrina" com os valores transcendentes do nacionalismo e da religião. Ivanissevich definia-se como um "revolucionário" em todos os sentidos, mas esclarecia que seu "espírito revolucionário" estava relacionado com a fe cristã; considerava-se também um admirador da tradição hispânica.

O Ministro procurou implantar algumas reformas apelando à experiência dos Estados Unidos. Com efeito, criou gabinetes de orientação vocacional e uma consultoria acadêmica chamada "O professor é um amigo". Também constituiu um sistema de "clubes escolares" para aproximar a escola da comunidade, e um programa de "férias úteis" para manter as

---

[59] Franciso Valsecchi, professor titular de Economía Política na Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires e diretor da Secretaria Central Econômico Social de la Ação Católica Argentina.

[60] Carlos Astrada, iniciou seus estudos na Faculdade de Ciências Sociais de Córdoba e cursou Filosofia nas Universidades de Colonia e Friburgo sob a orientação de Max Sheler, Hartmann, Husserl e Heidegger.

[61] José Torre Revello: professor titular de História da América na Faculdade de Filosofía e Letras de Buenos Aires e diretor do Instituto de Pesquisas Históricas da Faculdade.

[62] Guido de Ruggiero: catedrático de História da Filosofía da Universidade de Roma, foi reitor desta universidade, Ministro de Instrução Pública e Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública italiana.

[63] Oscar Ivanissevich, era um jovem médico muito inquieto e preocupado com as novidades metodológicas que os pedagogos norte-americanos ofereciam. No entanto, apesar de ter entrado em contato com o modelo educacional dos Estados Unidos, o Ministro não introduziu reformas educacionais que visassem aplicar este exemplo. Portanto, parece que o mesmo não procurava subsídios, para sua constituição ideológica, apenas utilizou-se de alguns fragmentos dessas idéias de forma episódica, não significando uma mudança substancial para o sistema educacional argentino.

escolas abertas à comunidade durante todo o ano. Impulsionou a expansão do sistema de educação pré-escolar e fez a primeira reforma dos programas de estudo do regime peronista.

Ivanissevich considerava que a educação deveria dar maior importância aos sentimentos que aos pensamentos, portanto, o objetivo da educação era formar alunos "bons" e não "sábios", e infundir respeito pelas tradições culturais do país. Estava muito preocupado em construir um grande mito em torno das celebrações patrióticas, as quais eram levadas a cabo em cenários suntuosos, de grande dramatismo; milhares de alunos marchavam de noite ao lado de soldados e trabalhadores trazendo tochas nas mãos simbolizando a unidade do povo argentino.

Ivanissevich, muito ativo, transformou o Ministério da Educação num dos organismo mais visíveis do Estado. O ministro falava freqüentemente pela rádio e as atividades do Ministério eram divulgadas nos cinemas e nas escolas através dos "noticiários educativos". Os alunos das escolas primárias e secundárias saiam permanentemente às ruas para participar de desfiles e celebrações ou excursões organizadas pelo Ministério.

Durante o mandato de Ivanissevich o sistema educativo oficial esteve firmemente associado aos princípios do nacionalismo e da religião católica, com a intenção de peronizar o nacionalismo e o catolicismo. Ao mesmo tempo Ivanissevich contribuiu à modernização da estrutura do sistema educativo. Muitas das reformas por ele introduzidas sobreviveram não só a sua própria queda em 1950 senão à do regime peronista.

Em 1950, Oscar Ivanissevich viu-se obrigado a renunciar. As circunstâncias de sua renuncia não ficam muito claras, mas parece que uma das razões foi a hostilidade que Eva Perón lhe professava. Sucedeu-o outro médico, o doutor Armando Méndez de San Martín, que mantinha boas relações com Eva Perón e havia participado ativamente do movimento de 17 de outubro de 1945.

O novo ministro desenvolveu uma estratégia política muito diferente de Ivanissevich. Procurou centralizar ainda mais o sistema educativo, **acentuando o papel das escolas como agências de doutrinamento**. Desmontou a maioria das reformas do antigo ministro, suprimindo os "clubes escolares" e as "férias úteis", decisão que agradou os professores que deixavam de estar obrigados a cumprir tarefas extracurriculares, geralmente não remuneradas.

A administração de Méndez de San Martín esteve marcada por duas questões importantes: uma vinculada à "peronização" aberta dos livros de texto; e a outra o conflito entre o Estado e a Igreja Católica.

Com efeito, durante o período de 1950 até 1955, o regime peronista concentrou seus esforços para transformar o sistema educativo numa ferramenta de doutrinamento político da juventude. Após a morte de Eva Perón (1952) esta tendência aprofundou-se ainda mais. A

escola viu-se envolvida em reiteradas homenagens obrigatórias à sua memória e foi introduzido como texto obrigatório o livro *A razão de minha vida.*

Assim sendo, a centralização do sistema educativo foi agravada no final do governo peronista. Com efeito, o decreto de 1953 dava ao governo federal o monopólio da entrega de títulos para professores normalistas. Isto significou um grande avanço rumo à centralização do sistema educativo, além de significar um golpe contra a Igreja, porque a maioria das escolas normais privadas pertenciam a organizações religiosas católicas. Durante este período ampliou-se o sistema de educação técnica, e em 1953 a Universidade Operária Nacional começou suas aulas.

Apesar do grande esforço do regime pelo controle social, não chegou a apropriar-se seriamente dos centros da vida social da população. Mas procurou implementar uma política tendente a organizar o tempo livre da população. Deste modo, criaram uma série de instituições alternativas que eventualmente passariam a competir com espaços tradicionais da vida social. Por exemplo, os 'clubes escolares', criados pelo doutor Oscar Ivanissevich, que tinham como objetivo transformar as escolas públicas em centros bairristas de vida social para as crianças e suas famílias. Estes clubes, procuravam atrair as famílias às escolas. Como outras instituições criadas pelo governo os clubes escolares passaram a ser centros de propaganda política. A maioria dos clubes eram inaugurados por Evita com muita difusão e significavam um espaço importante de exibição das "bondades do regime".

O fracasso destes clubes escolares obedeceu a duas razões. Uma por sofrerem pela falta de fundos adequados, a segunda pela falta de interesse mostrada tanto pelos potenciais participantes quanto pelos professores. Deste modo, estes clubes não puderam competir com instituições tradicionais de socialização, além de ter caído o principal impulsor destas organizações que era o Dr. Ivanissevich. Sendo assim, o novo ministro Armando Méndez de San Martin em 1950 suprimiu os clubes e as férias úteis. O fundamento dado pelo ministro foi que: "a iniciativa não tinha sido possível de ser realizada na medida proposta, por fatores de ordem material (carência de locais apropriados, méios de transportes, aparelhos e outros elementos indispensáveis para seu normal desenvolvimento), somando-se aos fatores naturais da época estival que impediam a permanência dos professores nas escolas".

Na procura do consenso e controle hegemônico da formação dos sujeitos, o peronismo introduziu uma variedade de conteúdos novos nos programas e textos educativos. Esta manipulação do sistema educativo formava parte de uma política mais ampla destinada a gerar um consenso na população, fazendo uso de um doutrinamento intencional da juventude. Assim, o sistema educativo fez parte de uma estratégia política que se estendia a outras instituições da sociedade argentina, como eram os sindicatos, as Forças Armadas, etc.. Mas o

papel do sistema educativo foi muito significativo porque de fato ele não só atuava junto aos jovens mas também junto às famílias destes jovens. Era percebido como uma ferramenta na geração de lealdade ao regime e um espaço de reformulação de importantes aspetos da cultura política, rompendo com a chamada "neutralidade da escola" patrimônio dos grupos liberais.

Em alguns casos aparecem idéias realmente novas nos conteúdos escolares, mas em geral procuravam redefinir o significado de conceitos vigentes nos programas escolares, tratando de adequá-los à "doutrina peronista". Por exemplo, o termo "nacionalismo", originariamente fazia referência à necessidade de gerar lealdade à nação. O regime o transformou numa "lealdade para com o Estado encarnado por Perón".

CONCLUSÕES

• O PAPEL DA ESCOLA NA TEORIA E PRÁTICA DO GOVERNO PERONISTA

O peronismo não constituiu um fenômeno uniforme, nem esteve marcado por uma estratégia constante, e inalterável. Representou uma ruptura e ao mesmo tempo um certo retorno ao passado. Podemos constatar que conforme as distintas circunstâncias, Perón utilizou diferentes formas de organização política para alcançar o poder que ambicionava.

A política peronista esteve orientada tanto por sua ambição de poder, quanto por um determinado conceito de ordem política, comum especialmente, entre os militares da época. Assim, durante seu primeiro período presidencial Perón eliminou a oposição liberal-democrática, por volta de 1949. Aprofundando a política do período pré-peronista caraterizada por um clima de repressão dos grupos liberais que defendiam o Estado de direito, temos este embate culminando na Revolução de junho de 1943. Entre os grupos reprimidos encontravam-se a imprensa, os políticos, a Universidade e a Suprema Corte de Justiça (que durante 1945, converteu-se no centro das exigências da restauração do Estado de direito).

Com efeito, Perón quebrou a resistência dos grupos opositores colocando a imprensa e o rádio nas mãos do Governo e o Partido Trabalhista, originariamente independente, foi convertido em um instrumento do governo. Os membros da Suprema Corte de Justiça foram substituídos por funcionários fiéis ao regime: suprimiu a autonomia das províncias, das Universidades e os partidos políticos foram neutralizados deixando de ser uma ameaça. Na verdade, Perón só eliminou os representantes das instituições, as mesmas ficaram sem sofrer mudanças. A Constituição de 1949, representou de certa forma a culminação institucional de tal processo. Ela respeitava em sua essência a divisão de poderes e os direitos individuais; ampliava a intervenção estatal no setor socioeconômico, restringindo os direitos individuais; introduzia os direitos sociais e enfraquecia as atribuições do Poder Legislativo.

Perón propunha construir um Estado forte, capaz de controlar a situação política interna, e, especialmente, salvaguardar a unidade nacional contra todas as tendências particularistas.

Peter Waldmann (1986), afirma que a partir de 1949, Perón começou a trabalhar sobre as forças que tinham favorecido seu estatismo: as instituições militares, a Igreja, e a Administração que havia crescido consideravelmente, exigindo deles uma tomada de posição e uma submissão incondicional ao regime, implementando assim, uma política de 'limpeza' e controle ideológico (foi de 1951 até a queda do regime), através dos serviços secretos infiltrados na Administração Pública. O ingresso na Administração Pública e na Justiça se dava

mediante a apresentação da carteira de filiação do partido ou recomendações fornecidas por altos funcionários. Ao mesmo tempo, difundiu sua "doutrina" através de cursos especiais que se realizavam durante as horas de trabalho.

Do mesmo modo, o peronismo desenvolveu uma série de estratégias para diminuir a influência da oposição e neutralizar seus inimigos políticos. Assim, decretos e leis penais, referentes à segurança nacional foram promulgados depois de 1950. Esta legislação diferenciava-se da promulgada na fase anterior que, embora muito severa, ocupava-se sempre do bem-estar da nação e do Estado, e os "inimigos", verdadeiros ou supostos, do regime eram perseguidos sem considerações de ordem pessoal.

Deste modo é passível distinguir quatro fases no governo peronista: a primeira, de 1943 até 1945, na qual se prepara o estatismo como ordem política; a segunda, entre 1946 e 1949, na qual o estatismo impõe-se e afirma-se; a terceira, entre 1949 e 1951-1952, que significou simultaneamente o triunfo e a crise dessa política; e finalmente uma quarta de 1952 a 1955, em que o estatismo cedeu lugar a uma política de caráter mais privatista e menos intervencionista, apesar do regime acreditar num Estado coordenador e árbitro dos problemas econômicos e sociais. Durante seu governo Perón introduziu muitos conceitos militares, insistindo na organização do povo, estruturando uma política de controle e unidade. Com efeito, as organizações deviam colaborar entre si, reduzir tensões, e atenuar conflitos, evitando uma debilitação perigosa do poderio nacional.

Segundo Perón as organizações deveriam estruturar-se de maneira hierárquica e centralizada, e pretendia que a própria nação fosse estruturada da mesma forma. Para ele o Estado era o Poder Executivo, que tomava todas as decisões importantes e era o único que em última instância atuava politicamente.

Assim, o Estado era o supremo árbitro entre os diferentes setores e constituía-se no guardião da coesão nacional. Neste tipo de governo não havia espaço para a oposição, parlamentar ou extra-parlamentar. A estrutura hierárquico-centralista do governo era incompatível com o sutil sistema liberal-democrático.

Existe uma corrente de pensamento que afirma que Perón perdeu parte do apoio popular quando da morte de sua esposa Eva Duarte, mas existiram outros fatores que fizeram Perón mudar a sua política. É verdade que a ação política exercida por Eva Perón (caraterizada por um fanatismo e proteção das classes economicamente menos favorecidas), colocou Perón no centro das simpatias tanto do povo quanto dos sindicatos, favorecendo o seu papel de árbitro e dirigente nacional. Mas coincidindo com a morte de sua mulher, o país enfrentou uma forte crise econômica que o impediu de continuar comprando o apoio dos trabalhadores em troca de aumentos salariais. Perón foi obrigado a aumentar o controle político sobre o movimento

operário, colocando pessoas chaves dentro dos sindicatos a serviço do regime, além de aprofundar tendência para um "novo liberalismo" econômico, adotando uma posição "terceirista". Em verdade este apelo à unidade do povo que Perón chamou de "terceira posição", era uma forma de acomodação político econômica ao modelo capitalista, evitando deste modo discutir ou criticar o mesmo. Portanto, o terceirismo teve mais a ver com um projeito nacionalista burguês baseado em um discurso de conciliação de classes, que com uma verdadeira ruptura com o modelo anterior.

Com efeito, o Estado abandonou a sua política de promoção do bem-estar geral, e voltou novamente a representar os interesses (no sentido tradicional) das elites minoritárias. As reivindicações de solidariedade cederam lugar a uma divisão em dois setores: os partidários e os inimigos do regime.

Deste modo observamos o abandono do estatismo como modelo de Governo reduzindo-se a uma política de tendência totalitária que se manifesta institucionalmente através do triunfo da organização política sobre a estatal. Esse triunfo não era meramente simbólico, aparece através de medidas políticas, como por exemplo a declaração da doutrina peronista nacional, a aparição de retratos de Perón e Eva Perón nas Casa do Congresso e em todas as repartições públicas em especial nas escolas. Funcionários e empregados do Estado começaram a realizar tarefas dentro do partido, assim, o partido que inicialmente tinha oferecido certas dificuldades em sua organização, neste momento ampliou rapidamente sua organização.

No final do período o partido e o Estado estavam muito próximos. A Lei dos Ministérios, de 1954, aumentou a tendência centralizadora do Poder Executivo, acentuando a estrutura hierárquica em seu interior, situando a Presidência muito acima dos ministérios, conferindo-lhe completa autonomia. Juntamente com as secretarias mais importantes da Presidência formou-se uma espécie de conselho central presidido por Perón, que tomava todas as decisões importantes.

Enfim, em 1949, quando este sistema estatista triunfava politicamente, ao mesmo tempo começava a apresentar sérios problemas em suas bases econômicas, que foi lentamente debilitando-o. As reservas de divisas acumuladas durante a guerra haviam-se esgotado, o setor agro-exportador viu-se afetado pelas colheitas ruins, tornando a situação muito crítica, o que motivou uma forte desvalorização da moeda. Paralelamente, o governo adotou um plano econômico de emergência que incluía uma política de fixação de preços máximos e salários mínimos e punição aos especuladores.

O sistema econômico baseado unicamente numa política distributiva foi inadequado para promover o desenvolvimento econômico da nação. Seus objetivos mais importantes -a solidariedade nacional e a colaboração dos grupos sociais- haviam sido pagos com uma

generosa política de subvenções que compreendia todos os setores. Uma vez esgotados os recursos, acabou também a fase de harmonia social e os interesses entraram novamente em choque, vindo-se aprofundar o enfrentamento entre o regime e a Igreja.

Segundo Godio(1986) a política peronista entrou em crise a partir de 1953, momento no qual o projeto populista esgotou-se e simultâneamente começou a manifestar-se um reordenamento político das classes dominantes, as quais estavam construindo um novo projeto de desenvolvimento capitalista-dependente, extremadamente associado aos monopólios estrangeiros com uma maior concentração e centralização de capital. O peronismo -partido nacionalista reformista- representativo de uma facção da burguesia nacional, desenvolvia sua política de Estado fundado no apoio do proletariado industrial e agrícola e de amplos setores do campesinato pobre que era fundamentalmente reformista, foi incapaz de assumir o novo papel dentro das relações capitalistas internacionais.

O projeto do peronismo, reformista e burguês, ficou caduco. Pretendia no final do seu segundo governo reeditar a prática de conciliação de classes aproximando-se da grande burguesia e do imperialismo, aceitando por exemplo, a entrada de capitais dos Estados Unidos, o que, entretanto, não asseguram a confiança daquele país, uma vez que persistiam dúvidas sobre se o governo argentino prosseguira com sua política econômica de atração de capitais externos.

A verdadeira luta econômica foi ocultada sob bandeiras que nada tinham a ver com o econômico, mas que permitiam aos monopólios estrangeiros ligar-se com os partidos representativos de camadas burguesas e pequeno-burguesas opositoras.

Os grupos opositores procuraram por todos os meios desalojar o peronismo do poder. Para isso apelaram aos meios de comunicação e às Forças Armadas, criando um clima de instabilidade e uma imagem de fracasso do governo peronista.

O movimento peronista trouxe à cena política novos grupos sociais que foram incorporados ao "Novo Estado ", "nacional e popular", o qual valorizava a hierarquia, a unidade entre burgueses e proletários, devendo estes educar-se nos valores da religião católica. Este movimento defendia ideais antiliberais e anti-socialistas, reclamando para si o monopólio da representação da vontade da nação e das massas, para restaurar o primado dos valores morais e espirituais. Considerava-se a vanguarda de uma nova Argentina por cumprir a missão de regenerar o país combatendo os "inimigos da nação".

Podemos observar que o plano de governo de Perón era essencialmente conservador. No início procurou o apoio da elite, fundamentalmente do setor industrial e financeiro. Perón pretendeu ganhar a simpatia dos setores conservadores alentando neles os temores de uma revolução social produto dos desequilíbrios sociais e políticos do período de pós-guerra e

oferecendo como solução a implementação de uma política de bem-estar voltada para a classe proletária evitando o "desastre futuro". Quando Perón começou a participar diretamente na vida política, a sociedade argentina estava já sumamente polarizada. Isso fazia impossível a obtenção de um consenso maior. Porém Perón teve sem dúvida o apoio dos sindicatos, apesar de não contar com a simpatia dos setores conservadores.

O peronismo como outros movimentos de massas da América Latina (varguismo, cardenismo) foi um fenômeno que gerou uma mobilização política do tipo urbana. O peso dos camponeses era pequeno; estes só apareciam como recém migrados às cidades. Deste modo o regime desenvolveu uma política de massas, onde seus destinatários são os operários incorporados tardiamente ao processo de industrialização e à sindicalização; geralmente pouco politizados nas pautas dos partidos tradicionais. No entanto os operários de antiga filiação estavam organizados em sindicatos socialistas, anarquistas ou comunistas.

Observamos que o peronismo concebia o Estado como 'absoluto" diante do qual os indivíduos e grupos eram relativos. O Estado era uma personalidade potente que resumia todas as formas de vida moral e intelectual do homem, o qual transcendia os limites da vida individual e representava a consciência imanente da nação. O Estado educava os cidadãos para a virtude civil, para a unidade dos homens tornando-os conscientes da sua missão.

Para consolidar a disciplina nacional, valeu-se do mito religioso. Assim, Perón utilizou elementos tomados diretamente do catolicismo para legitimar seu discurso. Seus programas eram apresentados como a concretização dos princípios delineados pelas encíclicas papais. Esta associação dos conceitos no início ganhou a simpatia da hierarquia eclesiástica e dos grupos nacionalistas de direita.

Com efeito, o partido Justicialista fundou-se na idéia de um *novo partido* que consolidava a participação da massa mediante uma organização unitária nacional, estabelecendo ligações hierárquicas entre uma direção central e as várias ramificações regionais e provinciais subordinadas. O apoio espontâneo das massas ajudou a assegurar ao partido a supremacia nos primeiros momentos do regime. Mas a evolução do peronismo mostrou uma dose considerável de improvisação institucional e uma mania projetista que se perdia freqüentemente na formulação teórica e na definição jurídica.

Perón serviu-se do Estado para dominar o partido e só em parte valeu-se do partido para dominar o Estado. O chamado 'carisma' do partido de massa[1], coincide com uma doutrina que apresentava às massas algo nebuloso, incoerente, e desordenado, baseado numa concepção do mundo unitária, alimentados por sentimentos e emoções que necessitavam de

[1] Conceito tomado de Gramsci, ver GRAMSCI, Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno, Ediciones Nueva Visión, Bs.As., 1972

um Pai infalível para ser interpretada e adaptada às circunstâncias, apelando às glorias do passado para defender-se do porvir. Colocava no discurso político a paixão como instrumento estimulante para promover a mobilização das massas. A base de coesão era a Fé e a autoridade do líder, que se afirmava num programa de governo bastante rudimentar.

O movimento peronista caraterizou-se pela busca de um contato direto povo-líder, procurando controlar a participação da massa do povo, através de diferentes organizações, evitando cair na 'comuna auto-governada' de tipo anarquista .

Para Weber (1977), o líder carismático obtém e conserva a autoridade só através da demostração de sua força na vida. No entanto, Gramsci considera que este tipo de líder resolve as disputas apelando a soluções salomônicas, e muitas das vezes assume posições de sábio ou profeta, de um oráculo ou de santo que guiasse pelas revelações divinas, considerando a luta de classes irrelevante, porque para ele o 'verdadeiro antagonismo" estava colocado entre a sociedade argentina em seu conjunto e o mundo externo, fundamentalmente sobre as potências internacionais.

Deste modo o partido Peronista estruturou sua organização política através da relação direta com a figura e o acionar do "condutor", fundando-se na chamada disciplina partidária, ou seja, a obediência ao chefe. Perón foi uma figura venerada, objeto de idiolatria, seguido pelas massas com uma fé absoluta.

No peronismo a dominação tradicional paternalista foi potenciada por uma liderança carismática[2] que colocava a seu serviço os meios tecnológicos de comunicação de massas, transformando assim o Estado, em intervencionista e planejador de programas sociais. Com efeito, favoreceu a organização dos trabalhadores em sindicatos controlados pelo Estado. Do ponto de vista econômico, desenvolveu uma política industrial de caráter conjuntural que foi incapaz de oferecer uma resposta adequada às necessidades de um sistema industrial integrado. A mair preocupação do regime foi eliminar o desemprego da massa, privilegiando uma política de redistribuição da riqueza, antes que uma produção de riqueza.

Segundo Gramsci (1972), freqüentemente os partidos personalistas levam os nomes de seu chefes, existindo uma certa analogia entre este tipo de partido político e as seitas religiosas ou as ordens monásticas. Ives Guyot observou que os indivíduos que participam dos partidos modernos atuam como os frades medievais. Assim, o chefe exerce influência sobre seus adeptos, porque tem qualidades que são consideradas sobrenaturais, e passa a chamar-se *chefe carismático.* (carisma: dom de Déus, recompensa), produzindo-se um fenômeno de ritualização que conduz ao tradicionalismo ou à burocratização.

---

[2] O liderar carismático é uma forma de liderança em tempos de crises, ou seja, ele vem a cobrir o vazio político existente, em períodos caraterizados por um colapso da autoridade estabelecida.

O peronismo consolidou o seu regime apoiando-se num eficiente aparato político caraterizado por uma ramificação da estrutura de organizações de massas controladas centralizadamente, e por um consenso genuíno, ainda que em grande parte emotivo, da maioria dos argentinos.

As idéias políticas do peronismo eram de caráter moral, geral e abstrato, baseadas em conceitos do dogma cristão, assumindo às vezes caraterísticas dos partidos doutrinários (GRAMSCI, 1972), cujas doutrinas eram privilégio do chefe que defendia medidas protecionistas e proclamava os direitos de liberdade e de justiça social.

A Doutrina Nacional ' era para Perón, 'uma nova filosofia da vida, simples, prática, popular, profundamente cristã e profundamente humanista'. Nela deveria basear-se a educação, para formar 'homens bons, honrados e prudentes' e a família seria a 'primeira escola' nesse ciclo educativo.

Podemos observar que este movimento sustentava uma ideologia a qual coloca ênfase na 'nação' na 'vontade do povo' e no contato popular direto com o líder político. Promovia a solidariedade de classes, na procura de uma consciência de classe de tipo comunal.

A unidade da nação expressava-se na possibilidade de constituir um partido único que representasse os interesses de toda a população (mas o peronismo não chegou a constituí-lo) vinculando o partido à nação.

Seguindo as conceitualizações gramscianas, podemos manifestar que o peronismo, através da sua doutrina, procurava a conciliação de interesses opostos e contraditórios, objetivando resolver "pacificamente" contradições existentes na história e na sociedade. Isto fazia com que a luta de classes não tivesse razões de existência, dado que os antagonismos estavam entre a Nação e as potências internacionais.

Diante disso, Perón reforçava a idéia do *tradicionalismo cultural*, ao afirmar a necessidade do cultivo das 'seculares virtudes do lar' e manifestar a sua "fé nas mulheres da Pátria".

Além da propaganda oficial, vários intelectuais da época enfatizaram em seus escritos o caráter telúrico do *ser naciona,l* dos princípios culturais do movimento peronista. O filósofo Carlos Astrada, em seu trabalho a *"Argentina em marcha"* propunha o surgimento do 'homem argentino, reivindicando o regresso ao *mito gaúcho* abandonado pela oligarquia liberal. Considerava que era necessário 'redescobrir a argetinidade da própria terra'.

O peronismo acreditava na necessidade de exercer um controle sobre o processo de modernização. Procurava estabelecer uma síntese entre os valores básicos da cultura tradicional da sociedade e os novos valores da modernização. No transcorrer do regime a sociedade sofreu uma série de transformações materiais, mas o peronismo manteve uma

continuidade dos elementos da cultura 'tradicional', ensaiando uma série de estratégias para promover o encontro entre as estruturas tradicionais e as mudanças sociais.

Nesta síntese ideológica entre tradicionalismo e modernismo, o peronismo apresentou-se como o agente mobilizador, capaz de resolver as crises sociais em que a Argentina estava submersa na década de 40, prometendo uma 'reconstrução social', em torno das instituições tradicionais do 'povo'. Mostrava-se como um movimento revolucionário que instauraria pela primeira vez uma verdadeira democracia popular na Argentina. além de proclamar-se como o primeiro governo que se preocupava seriamente em obter um progresso social e econômico independente para o país. Mas ao mesmo tempo, apelava à "velha união da espada e da cruz".

A ideologia completava uma forte tradição hispânica que se manifestava na estamparia "caudilhesca", adotando uma forma de comunicação direta entre o líder e massa urbana. Provocava a manipulação da mobilização do povo, através do monopólio dos meios tecnológicos e de comunicação. Organizava concentrações maciças, onde a comunicação produzia-se numa só direção, originando uma pseudo participação e uma relação mitológica com o Líder, provocando a adesão fervorosa e não crítica das massas.

Com efeito, a heterogeneidade ideológica do peronismo permitia a coexistência de elementos conservadores e tradicionais junto a signos reivindicatórios do proletariado. O termo revolução era um tanto ambíguo nesta concepção. Perón se auto atribuia o fato de ter promovido uma revolução, mas se entendemos como 'revolução' a 'mudança radical das instituições políticas de uma nação' ou como uma 'mudança ou nova forma no estado e governo das coisas', provocada por transformações radicais das relações sociais de produção, então o peronismo não foi revolucionário. Ele transcorreu num contexto de inquietude, alvoroço e sedição, porém é impossível atribuir-lhe um caráter revolucionário, porque não significou uma "mudança político-social-econômica" profunda. Na verdade foi um movimento policlassista e reformista, com uma estrutura de poder ampliada, baseado numa política de distribuição da renda, profundamente preocupado em resolver os problemas sociais através da conciliação das classes sem tocar nas estruturas econômicas existentes.

Em várias idéias peronistas verificamos que suas raízes estão no velho pensamento dos reacionários da direita européia, como o romanticismo político alemão e italiano do século XIX. Os mesmos revalorizavam as "culturas diferentes" e opunham-se à cultura clássica européia do século XVIII (o iluminismo, o enciclopedismo e o racionalismo). Assim o romanticismo alemão trazia a idéia da pluralidade de culturas. Herder afirmava que a natureza humana não era uniforme senão diversificada, dando início ao movimento romântico caraterizado pela defesa do particularismo nacionalista que atacava o universalismo da filosofia kantina.

O romantismo substituiu a concepção de uma história universalista e unitária por uma concepção do tipo étnica. Assim, o racionalismo cosmopolita dos iluministas foi substituído pelo 'espírito do povo', passando a ser uma entidade metafísica que abarcava a linguagem, a arte, a religião e os costumes nacionais. Para Herder o progresso histórico não era extensivo a toda a humanidade. O Estado político jurídico foi substituído pelo 'povo', considerado um todo orgânico e pessoal. Herder foi o primeiro a falar de 'espírito nacional', de 'alma do povo', da 'fisiologia do grupo nacional', chegando a dizer que 'uma nacionalidade era uma planta da natureza'.

Entretanto, o filósofo alemão Fichte desenvolveu o conceito de povo dando-lhe uma conotação a-histórica e estática caraterizada como essência imutável e eterna. Assim, nas teorias étnicas de Herder e Fichte encontramos um germe da ideologia irracionalista a que muitas vezes o peronismo apelou.

Enquanto os iluministas franceses e ingleses consideravam que a sociedade moderna caraterizava-se pela liberdade, justiça, igualdade, progresso, paz universal e razão, os românticos alemães substituíram estes conceitos pelo heroísmo, patriotismo, terra, sangue, respeito pela tradição e a hierarquia, culto ao Exército e ao Estado. Com efeito, o culto ao povo-nação foi complementado com o culto aos heróis, às grandes individualidades "condutoras do povo", além de exaltar a importância das massas coletivas, porém privando-as de toda possibilidade de autogestão, porque a ação política era delegada ao condutor, o líder do movimento.

Muitas das idéias econômicas presentes no pensamento peronista encontram-se no romantismo alemão. Fichte considerava necessário combater o liberalismo econômico e propunha uma total autarquia nacional e a planificação econômica. Por sua parte, Friedrich Litz, que foi porta-voz da burguesia industrial alemã, desenvolveu a teoria do protecionismo econômico.

Tanto Herder quando Fichte e Hegel, não deixaram nunca de considerar a história como um contínuo progresso para a liberdade, a justiça e a paz universal, permanecendo até certo ponto fiel à tradição do iluminismo e aos ideais da Revolução Francesa. Na medida em que o movimento operário foi sendo visto como perigoso pela burguesia, a mesma rompeu radicalmente com a concepção de desenvolvimento progressivo da história, porque de fato esse progresso 'aniquilaria a própria burguesia". Sendo assim, passou a negar a concepção do desenvolvimento progressivo, princípio básico burguês da unidade que defendia o desenvolvimento histórico da humanidade e a substituiu pelo conceito de "civilizações locais".

Deste modo, no início do século XX, a burguesia européia começou a abandonar o pensamento racionalista que havia caraterizado sua etapa ascendente. Surgiram, assim as

diferentes formas de irracionalismo que defendiam a 'excepcionalidade' das culturas 'exóticas' ou 'primitivas'. Desde modo podemos observar que circulava na época, a nível mundial uma concepção organicista e culturalista segundo a qual cada povo era um todo específico, imutável e eterno que se formava através dos séculos em torno de tradições, sentimentos e valores intransferíveis a outros povos. Esta concepção era, pois, influenciada pela etnografia. Negava a história da humanidade em uma só direção, considerando que a história caminhava em varias direções e que se desenvolvia em diferentes tipos de civilizações completamente herméticas, fechadas em si mesmas e isoladas entre si. Assim, cada civilização tinha um percurso cíclico. Surgia, desenvolvia-se, e morria sem ser continuada por outra civilização.

Nesta teoria cíclica e pluralista da história estava presente o conceito de relatividade do conhecimento humano. Ou seja, era um mito, segundo Spengler, a idéia de que podia haver uma ciência, uma filosofia, uma ética ou uma arte válida para toda a humanidade. Já que cada ciclo cultural era único e intransferível, fechava-se em si mesmo e só poderia ser compreendido por seus próprio membros. Nesse sentido reconhecia que era impossível a existência de uma comunicação entre os diferentes círculos culturais.

Por sua vez, o filósofo Ortega e Gasset, que exerceu uma grande influência entre os pensadores americanos, considerava que cada individuo, seja pessoa, povo ou época, era um ponto de vista único e intransferível sobre o universo, dado que a realidade era relativa.

Juam José Sobreli afirma que na América Latina a sobre-valoração da especificidade cultural tem suas raízes no pensamento hispânico de Angel Ganivet *-Ideário espanhol-* e de seu continuador Miguel de Unamuno. Suas idéias foram adotadas inicialmente por autores mexicanos e brasileiros como: José Vasconcelos, Leopoldo Zea, Samuel Ramos, Octavio Paz e Gilberto Freyre, entre outros.

A idéia do excepcionalismo cultural surgiu na Argentina por volta dos anos 30 e 40 , sendo incorporada por muitos escritores da oligarquia liberal, como por exemplo, Eduardo Mallea, Carlos Alberto Erro e Ezequiel Martínez Estrada. Enquanto os dois primeiros viam este signo americano como positivo, o último, contrariamente, o considera negativo.

Os nacionalistas da década de 30 e 40 coincidiam com os liberais no que diz respeito ao mito da excepcionalidade. Por exemplo, Scalabrini Ortiz com seu 'espírito da terra', no livro *O homem que está só e espera;* Carlos Astrada, no *O mito gaucho,* e Homero Guglielmini, no *Alma e estilo.* Finalmente, na década de 50, apareceu uma nova geração de escritores 'americanistas', sob a influência de Martínez Estrada.: Kush, escreveu *A barbárie americana;* Mafud, *O desenraizamento argentino*; Solero, *Que é América e outros artigos,* e, sobre tudo, H.A. Murena com *O pecado original de América.* Outros autores argentinos defenderam a idéia da 'herança da latinidade', como por exemplo o jurista Lucio M. Moreno Quintana que

colocava muito cedo a idéia da *terceira posição internacional* que segundo ele era uma herança da tradição hispânica. O antropólogo José Imbelloni, depois de defender os aportes que tinham feito as imigrações estrangeiras ao país, considerava que 'em sua maioria as revoluções verdadeiramente eficazes tinham sido movidas pelo impulso e tradição sendo guiadas no sentido de um *'retorno'*

Por sua parte Leonardo Marechal referia-se ao movimento de junho de 1943 como uma Revolução que procurou adequar o Estado aos interesses do Homem, através do ensino religioso nas escolas, o que significava a retomada dos conceitos tradicionais do homem e do seu destino. A revolução, segundo o autor, estava entre duas correntes, o capitalismo e o marxismo, antagônicas entre si, mas vinculadas por um comum denominador, o materialismo, já que ambas viam o homem como um individuo econômico e não como uma pessoa moral. Também Marechal vinculava as tradições artísticas e culturais à tradição greco-latina e hispânica.

Na América Latina, e particularmente na Argentina, os intelectuais desenvolveram posições 'anti-liberais, anti-européias e anti Estados Unidos'. Exercitaram uma espécie de idolatria do "povo" identificando-o com os setores considerados 'mansos', 'submisos' e representantes do bem, aopasso que a oligarquia representava o imperialismo, o 'mal', adotando, assim, uma concepção do tipo maniqueísta.

Em uma sociedade caracterizada por uma profunda fragmentação cultural na qual a única tradição cultural de caráter nacional e popular era a religião católica, a condição preliminar para a realização do Estado unificado foi a nacionalização das massas no sentido "peronista", ou seja, mobilizar a participação das massas nos mitos do regime. Essa participação deveria ser produto de uma socialização 'peronista' das consciências. Através da educação escolástica e das organizações do regime, esta socialização iniciava-se na infância e continuava por toda a vida do cidadão que, controlado pelo Estado, pretendia penetrar na esfera mais íntima da vida privada através da política partidária e da família. Assim, de certa forma a religião passou a ser uma espécie de mito político útil, sendo utilizada como bandeira ideológica.

Podemos observar que desde início o regime concedeu um lugar preponderante à educação, objetivando colocar o sistema educacional a serviço de uma política de caráter autoritário, abordando o problema educativo sob uma concepção que enfatizava binômios como: educação-moral; educação-saúde; educação-trabalho; educação-religião e educação-família.

O regime pretendia usar a educação como um dos instrumentos adequados para assegurar a 'valorização do homem", melhorando suas condições de vida moral, intelectual e material. Cuidava da educação e da saúde garantindo o saneamento da população, beneficiando suas condições físicas.

Portanto, educação e saúde foram dois aspectos sumamente importantes no programa do governo peronista que introduziu uma maior ênfase na educação física voltada para o desenvolvimento físico individual, objetivando assim maior grau de disciplinamento e obediência.

De certa forma o regime, sem falar diretamente da "raça", fazia referências a um tipo específico de argentino, aquele que respondia às caraterísticas de um bom peronista: obediente, disciplinado, patriota, defensor dos valores da comunidade e fundamentalmente são e forte. A educação física e o canto orfeônico garantiriam o desenvolvimento do sentimento patriótico assim como a introdução de valores que respondiam à concepção peronista de mundo.

Além disso, a educação aparecia sumamente ligada à questão social, por ser um elemento que garantia o bem-estar social dos trabalhadores urbanos e rurais. O regime desenvolveu uma série de políticas, oferecendo à população trabalhadora melhores condições de vida (altos salários, moradia, aposentadoria, turismo, pleno emprego, etc.). Com o objetivo de defender a instituição familiar, adotou uma concepção jurídica e econômica da família. Implementou uma série de medidas protetoras, assegurando uma política trabalhista de "justiça social plena". A educação, portanto, devia excluir qualquer tipo de influência materialista, baseando-se num ensino orientado sob a concepção espiritualista da vida. Portanto, a escola deveria garantir a máxima cobertura permitindo o acesso dos filhos dos trabalhadores.

No que diz respeito à ênfase da educação moral, o regime introduziu o ensino religioso nas escolas, incrementando sua intervenção na formação moral através de temas ligados ao civismo e ao patriotismo, exacerbando os valores da nacionalidade e da moral cristã.

O regime tentou utilizar a Igreja como instrumento de legitimação política e doutrinação ideológica, identificando a formação moral com a educação religiosa. Transferia à Igreja a responsabilidade da formação moral dos cidadãos. Deste modo, por um lado respondia às exigências da Igreja e, por outro, desenvolvia os mecanismos que reforçavam a disciplina e a autoridade.

Assim, o programa político privilegiava a centralização nacional mediante a glorificação das virtudes da sociedade e da comunidade, na procura de uma identidade nacional. O aparelho educativo sofreu uma acelerada concentração de poderes através do Ministério da Educação, acentuando o ensino religioso e a formação cívica nas escolas. Procurou também desenvolver uma mobilização das crianças e dos jovens, considerando as organizações da juventudes como órgãos poderosos de formação ideológica.

A religião foi apresentada às massas como um elemento constitutivo de combinação ideológica entre a velha religião católica e a Pátria, passando esta a ser um elemento importante e decisivo do ponto de vista laico. O conceito de 'pátria' não era sinônimo de

'liberdade'; era na verdade, um sinônimo de Estado, isto é, de autoridade, era um elemento de 'conservação', fonte de perseguições e de um novo Santo Oficio. (GRAMSCI, 1979:226)

Na doutrina peronista, o "sentimento nacional" organizava-se em torno do conceito de Pátria. Em certos casos era mais forte ainda que o próprio sentimento religioso-católico que tinha características próprias. Este sentimento religioso popular, que em épocas normais era natural e tranqüilo, foi convertido pelo peronismo em vigoroso e absorvente, dada a crise política e moral que o país atravessava durante a década do 40, momento este em que o porvir aparecia carregado de incertezas e temores, sendo a Igreja quem exercia a função de guia espiritual e o Estado de guia político.

Assim, a educação moral procurou recuperar os valores ligados à religião, à pátria e à família, valores estes que eram defendidos também por vários sistemas políticos totalitários da década de 30 e 40, e que o peronismo invocava em seus discursos anticomunistas.

Portanto, o ensino religioso serviu como instrumento de formação moral dos jovens, como mecanismo de cooptação da Igreja Católica, e também como um importante mecanismo para lutar contra o liberalismo. Deste modo o peronismo propunha-se recompor e estruturar os princípios da nacionalidade, reforçando os vínculos da família, da religião e do Estado. Para isto os argentinos deveriam participar de um sistema que aprofundaria a fraternidade e que defenderia a nacionalidade, a família como uma instituição básica e os princípios cristãos, considerados eixos ordenadores da vida social do povo.

A educação moral passou a ser mais uma proposta política que uma questão pedagógica, os conteúdos da instrução cívica foram diluídos numa série de preceitos e princípios de caráter religioso, muitos deles com uma clara conotação antiliberal e autoritária. Inversamente, a instrução cívica anterior ao regime peronista preocupava-se em ensinar os direitos e deveres civis e políticos do cidadão, assim como a organização política do país.

A introdução do ensino religioso foi justificada mediante argumentos de caráter filosófico e pedagógico. Mas na verdade a mesma tinha conotações de cunho político, dado que o governo obteve o apoio da Igreja e em troca implantou o ensino religioso, além de significar um sustento ideológico para o regime porque identificava a formação moral com a educação religiosa. Mas conforme o regime foi-se consolidando politicamente, assumiu ele próprio a função de formador moral do cidadão exercendo mecanismos que reforçavam o controle da disciplina e autoridade estatal. Assim, o ensino religioso teve não só uma motivação filosófica de impor preceitos à consciência, mas assumiu uma dimensão moral sob uma concepção ético-religiosa da vida e uma visão de mundo a partir da religião cristã.

Sendo assim, enquanto os professores católicos mostravam-se contentes pela introdução do ensino religioso, os liberais consideravam isto uma aberração, um atentado contra a escola laica.

Apesar da Igreja Católica ter reagido às tentativas do regime de servir-se dela como instrumento de mobilização política, não deixou de promover e utilizar a mobilização popular como forma de evidenciar seu poder político atendendo obviamente aos interesses do governo. Na verdade, a Igreja demandava do governo uma atuação unitária e firme que mantivesse a ordem pública e a paz social, permitindo exercer livremente sua ação no campo religioso e social.

O regime vinculava intimamente a 'educação do povo' com a glorificação dos conceitos Pátria e Nação. Assim, a glorificação da Pátria seria alcançada mediante o aprimoramento da educação do povo e pela valoração de sua capacidade para o trabalho. Portanto, a educação formava o cidadão não só pela transmissão da cultura mas também pela habilitação para o trabalho.

O governo utilizou meios como o cinema, o rádio e o esporte para desenvolver o sentimento patriótico na população. O discurso e as ações políticas procuravam a formação de um cidadão capaz de engrandecer a Pátria com seu trabalho, através da preparação de um homem sadio e forte, que defendesse a Pátria.

Através dos conceitos de Pátria e "cidadão peronista", reaparecia o tema do civismo nos conteúdos escolares que exaltava os valores e benefícios proclamados pelo governo peronista. A civilidade estava representada pura e exclusivamente pelos instrumentos políticos do regime que eram os Planos Qüinqüenais, a Constituição de 1949, e os Códigos da Criança, do Trabalhador Rural, os novos Regulamentos Laboristas, etc.. A educação civil, garantia-se mediante o conhecimento da nova legislação.

Como já analisamos, os conteúdos escolares e os livros de textos faziam um paralelo entre os personagens e os episódios da história pátria, liberal ou tradicional, além de enumerar as conquistas do peronismo no poder, em todos os terrenos da realidade nacional. Freqüentemente apareciam referências aos próceres da história tradicional argentina, como General Bartolomé Mitre, Julio A. Roca, Justo José de Urquiza, Manuel Belgrano e Domingo Faustino Sarmiento, reverenciando a obra desenvolvida pelo peronismo durante o regime, e apresentando o marcante cunho triunfalista.

Deste modo, o regime consolidou a centralização e uniformização dos métodos do ensino, livros didáticos e materiais escolares, defendeu a unificação do método dando-lhe uma direção nitidamente nacionalista e exaltou o importante papel dos professores como "heróis e santos silenciosos" das escolas, em sua "missão social" de levar adiante um novo modelo de país.

Além de ser um instrumento de doutrinação dos princípios do Estado peronista, a educação devia servir também como arma para a luta ideológica. Com efeito serviria para desterrar da sociedade o "individualismo descarnado" e também tornar-se um elemento decisivo na luta contra o comunismo e ideologias que eram contrárias aos "ideais de nacionalidade do peronismo".

Deste modo a escola formaria homens capazes de servir à Pátria, ou seja, o 'cidadão do Estado Peronista", consciente dos direitos e obrigações cívicas. Com isto o ensino nacional adotou uma dimensão essencialmente "patriótica" de doutrinação, pelo caráter "humanístico", que se opunha ao ensino de caráter exclusivamente "científico" dos grupos liberais.

Diferentemente dos regimes totalitários ou autoritários europeus instaurados durante as primeiras décadas do século XX , o Estado peronista não conseguiu estabelecer um sistema estruturado para a organização política da juventude, nem tampouco criou mecanismos formais para a organização do tempo livre dos trabalhadores. Não entanto, constituiu uma rede de instituições semi-oficiais destinadas à geração de padrões de conduta social que contribuiriam a tornar difusa a distinção entre o espaço público e o privado, objetivando ampliar a sua base de apoio entre os setores sociais excluídos tradicionalmente da vida política, como as mulheres (outorgou-lhes o direito de voto) e os setores marginais urbanos e rurais. Essa intenção de politizar (ou seja 'peronizar') certos aspectos da vida cotidiana, contribuiu para sedimentar a tarefa de criação de 'unidade espiritual'.

O sistema formal de educação não era o único mecanismo para captar e socializar politicamente a juventude. Na procura do consenso social, instaurou certos instrumentos tendentes a organizar a mobilização da juventude. Através dos princípios da Constituição de 1949, dos Planos Qüinqüenais e discursos evidenciava o objetivo de cuidar e oferecer garantias especiais para com a família e fundamentalmente para com as crianças e os juvens: "os únicos privilegiados são as crianças" era um lema que definia o regime. Desta forma, instituiu o hábito de organizar desfiles e marchas públicas entre as crianças, organizou instituições destinadas a congregar jovens, como clubes, centros acadêmicos, campeonatos esportivos infantis, etc., promovendo a disciplina moral e o adestramento físico.

A educação foi utilizada como um instrumento unificador das forças e arma de luta ideológica, originando uma política educativa na qual as escolas foram transformadas em órgãos de propaganda do regime que glorificava as políticas públicas e consolidava a liderança do governo. Desta maneira os professores eram obrigados a transformar o espaço escolar em uma "escola peronista".

Mas apesar da forte intervenção do Estado no aparelho escolar, este não alcançou concretamente o papel político adjudicado à escola e esta conseguiu manter sua autonomia

relativa. Provavelmente isso deva-se em parte às resistências de muitos dos professores e também pela longa tradição liberal da escola argentina, além da falta de um verdadeiro programa político orgânico e estrutural que tivesse planificado a organização e o controle das instituições.

Com efeito, valeu-se dos meios de comunicação de massa para legitimar sua política, mostrando no uso dos mesmos, uma vaga lembrança com o fascismo europeu: não só procurou controlar a imprensa e suprimir as publicações opositoras, senão que empregou o radio num sentido moderno de difusão e manipulação da população.

Porém, o intento do peronismo de apresentar-se como proposta alternativa ao antigo regime liberal não teve êxito, apesar das tentativas de criação do "novo mito unificador" que ocuparia o espaço deixado pelo imaginário liberal. Provavelmente este fracasso deva-se à incapacidade do regime de aglutinar em seus programas os grupos intelectuais que marcavam o pensamento hegemónico da época, além de que muitos de seus membros assumiram uma retórica do tipo anti-intelectual que contribuiu para que o peronismo sofresse uma acentuada alienação. Deste modo os grupos médios e altos da sociedade argentina identificavam no peronismo uma aberração política.

O peronismo não chegou a obter o total controle institucional dada sua insolvência ideológica. Foi mais um movimento político carregado de consignas de caráter popular que um regime pensado e constituído para tomar o poder e alcançar o controle total da sociedade.

Não devemos esquecer que a ideologia peronista era uma somatória de concepções filosóficas e políticas vindas de diferentes escolas. Assim, mostrou uma incapacidade profunda por hegemonizar o discurso pedagógico. É verdade que em termos discursivos observamos uma intensa campanha propagandista tendente a monopolizar o controle do aparelho educativo. Mas na prática sofreu sérias dificuldades para introduzir as mudanças substanciais que marcaram o período peronista. Com efeito, em termos de conteúdos o governo conseguiu realizar algumas mudanças, mas estas estavam mais dirigidas à obtenção do apoio e da aceitação de sua política econômica e social, do que formar conteúdos teóricos a serem estudados nas escolas. As reformas na verdade foram mais de forma que de fundo. Só o aparelho burocrático educacional ficou sob o controle cuidadoso do regime. Tampouco promulgou uma lei única de Educação, em verdade a legislação consistiu numa somatória de Decretos e Resoluções tendentes a controlar o sistema.

Como os conteúdos e os textos escolares foram objeto de críticas e resistência por parte dos agentes educativos, o regime adotou a política de "contornar" as resistências escolares, criando mecanismos de "penetração" no aparelho escolar tradicional, mediante organizações alternativas (clubes, viagens turísticas, programas de rádio, uso do cinema etc.), utilizadas

como instrumentos de propaganda e legitimação do governo. Deste modo, a escola passou a ser uma grande máquina de difusão da doutrina peronista.

• OBSERVAÇÕES FINAIS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES E NOVAS PERSPECTIVAS

As últimas páginas deste trabalho visam a visão de conjunto das contribuições que a investigação procurou ensejar. Nesse sentido, quatro aspectos devem ser considerados.

O primeiro deles refere-se à intenção primordial que presidiu o trabalho. Basicamente buscou aprofundar ou ampliar o conjunto de informações relativas ao regime peronista e sua relação com o aparelho escolar. Neste sentido o trabalho traz uma série de novas informações e documentos, ainda não estudados por outros pesquisadores, que viabilizam uma maior compreensão da escola primária no período. Para isso, apelamos ao concurso da ciência da história, tal como a entende Marx (MARX e ENGELS, 1977). O que se pretendeu foi configurar o grau de consolidação de uma hegemonia peronista através de um modelo educativo baseado nos ideais do nacionalismo católico, que se confrontou com propostas laicicistas inspiradas pelo positivismo escolar. Demonstramos como o peronismo constituiu uma nova força social que trazia consigo elementos renovadores e também elementos tradicionais ligados ao mais remoto pensamento tomista.

É interessante marcar como conviveram no pensamento peronista elementos progressistas ligados a uma concepção econômica que visava a industrialização como instrumento do desenvolvimento, além de trazer também propostas inovadoras no que diz respeito à assistência social e à saúde da população. Estavam presentes elementos sumamente retrógrados que propunham uma educação ligada ao "humanismo- católico", que foi capaz de romper com uma tradição escolar laica, valorizando a tradição nacional , o amor à pátria, o ser nacional, somados às caraterísticas autoritárias que o regime foi adotando progressivamente.

Rompia-se assim uma longa história da intelectualidade argentina que se baseava nos elementos da sociedade francesa e inglesa de progresso e desenvolvimento. Esta visão passou a ser questionada e colocada como inimiga da sociedade argentina, por defender posições "extrangerizantes". O nacionalismo do regime nada queria com o passado da geração do 80, mas sim apreciava o passado hispânico da Argentina colônia e estava fortemente ligado ao ideais da Igreja Católica.

Mas esta ruptura com o positivismo e com a concepção de desenvolvimento contínuo não é um fenômeno isolado. Essa orientação impõe-se como uma manifestação de um movimento mundial que logo depois da primeira guerra mundial, operou uma grande ruptura na filosofia, levando à discussão do positivismo. Em 1929, o ano da grande crise, as quebras da economia

mundial de base capitalista atingem profundamente a Europa e a América. Esta situação emprestou argumentos para questionar a idéia do progresso contínuo da humanidade em direção ao acúmulo de bens materiais que defendia o positivismo. Os anos 20 foram dominados pelos grandes debates em torno dos temas econômicos. As relações internacionais estão centradas nas questões das reparações de guerra. Por outro lado, diante da crise econômica, os Estados Unidos e Europa optam por políticas protecionistas e de corte social (política de pleno emprego, desenvolvimento do consumo interno, controle do estado sobre a produção, etc.).

Esta situação questionou os postulados filosóficos que predominaram no século XIX, significando uma volta do homem as sentido religioso, uma volta à transcendentalidade.

A escola durante o peronismo não ficou fora desta discussão. Por um lado o regime pretendia se apropriar do aparelho escolar no sentido do doutrinação, por outro, os professores que haviam sido formados sobre os fundamentos do positivismo oferecem uma resistência constante, que os levava a enfrentar o governo em muitas oportunidades, fazendo com que este avançasse pelo caminho das reformas educativas lentamente.

O segundo aspecto remete para uma orientação que marcou a análise deste trabalho que está relacionado com as contradições entre o discurso e as ações concretas. Com efeito, apesar do governo afirmar em seus discurso que havia empreendido uma grande reforma na escola primária, podemos constatar que tal reforma não respondia aos anúncios oficiais. Por um lado, apesar da força com que o peronismo chegou ao governo do ponto de vista eleitoral, ele teve que enfrentar grandes resistências que o faziam muitas das vezes recuar. Por outro lado a própria heterogeneidade dos grupos seguidores, tornava difícil configurar um espaço totalmente hegemônico. No entanto, o regime não poupouesforços para controlar e submeter seus adversários e fundamentalmente os grupos de professores opositores, como já analisamos.

No que se refere à pretendida "nacionalização" da escola tirando dela todos os vestígios de uma educação considerada pelo governo europeizante, e à guisa de uma unidade nacional, o Estado toma ainda a centralização político-administrativa, tanto do ensino primário quando dos outros níveis como elementos legitimadores de uma doutrina baseada na "moral, na justiça social e no respeito ao líder".

Imediatamente derivado desse segundo aspecto, o terceiro evidencia que analisando concretamente a idéia de conciliação política e o reformismo, traços marcantes do movimento peronista, resultaram na correlação de forças consideradas "representantes do novo". Essa pretensão de impor um modelo hegemônico foi sendo elaborada lentamente e consolidada através da chamada "unidade nacional". Tal unidade excluía as relações de propriedade. Na verdade ficou escondida na consigna da unidade dos pobres e dos ricos numa só nacionalidade argentina. O Patrão e o operário não são diferentes, ambos são "irmãos". Assim, para Perón, o que justifica essa unidade é uma "terceira via" traduzida no justicialismo que confronta o capitalismo e o comunismo. Portanto, o elemento chave é o "nacionalismo" com o qual pretende desarmar a tese das contradições entre as classes sociais, ora falando que os

problemas nacionais seriam resolvidos através da "unidade do povo argentino", mediante a "independência nacional", ora desestimulando as contradições internas, ou colocando todos os problemas sociais e econômicos fora do território nacional: as dificuldades não são do povo argentino, ele é vítima dos conflitos externos. Negavam-se deste modo, as próprias contradições das relações capitalistas, além de desconhecer a internacionalidade das mesmas.

Esta tentativa ao longo de dez anos de governo impôs um modelo político que levou o peronismo a um desgaste profundo que se soma a um conteúdo de classe definido. Os próprios grupos que inicialmente apóiam Perón no final do período são os seus principais adversários. As classes dominantes procuravam dar um novo curso ao capitalismo-dependente argentino, por via de uma maior subordinação ao capital estrangeiro para garantir um processo de concentração e centralização na economia argentina. Desde suas origens as classes dominantes haviam desenvolvido esta característica a partir da matriz agrária latifundiária e da dependência do capital britânico. Esse projeto reformista burguês que Perón pretendeu instaurar estava caduco, e o bloco dominante composto pela oligarquia burguesa latifundiária e o imperialismo, que não havia sido afetado pelo governo, precisavam derrubar o governo. Tanto o nacionalismo quanto o reformismo unidos dialeticamente no peronismo tornou-se programa de uma fração da burguesia industrial, constituindo-se em obstáculo para a implementação desse novo curso capitalista-dependente.

Assim, o governo caiu debilitado por suas próprias contradições internas e por sua incapacidade de propor uma transformação das relações de poder na Argentina. Em verdade, sua política paternalista não fez mais do que aumentar sua fragilidade política. Debilitou-se ainda mais pela resistência de sua cúpula dirigente em acudir à massa operária para se impor às correntes golpistas que espreitavam e que finalmente rompem com a esperança de uma "libertação social e nacional".

Finalmente, merece ser destacado um último aspecto, nessa tentativa de sumariar as contribuições que a investigação procurou viabilizar. As conclusões procuraram respaldar-se, fundamentalmente, em textos e documentos. O anseio foi o de assegurar precisão às elaborações produzidas. Esta opção por expor nosso estudo fazendo uso das fontes secundárias e documentais obedeceu a uma perspectiva teórico-metodológica que tem como premissa lastrear a análise, através das "palavras" que expressam os 'problemas históricos", na busca de rigor e fidelidade às fontes que não escamoteia a dimensão política da análise.

Reconhecemos que apesar de nosso esforço, neste trabalho, não pudemos avançar sobre alguns aspectos que consideramos interessantes para futuras pesquisas. Em primeiro lugar, o tema ligado ao movimento opositor ao governo, é importante pesquisar como estava constituído, que setor social representavam, e como foi-se comportando ao longo do período. Também é interessante estudar como os diferentes partidos políticos se estruturam e mudam suas estratégias conforme o regime vai-se consolidando.

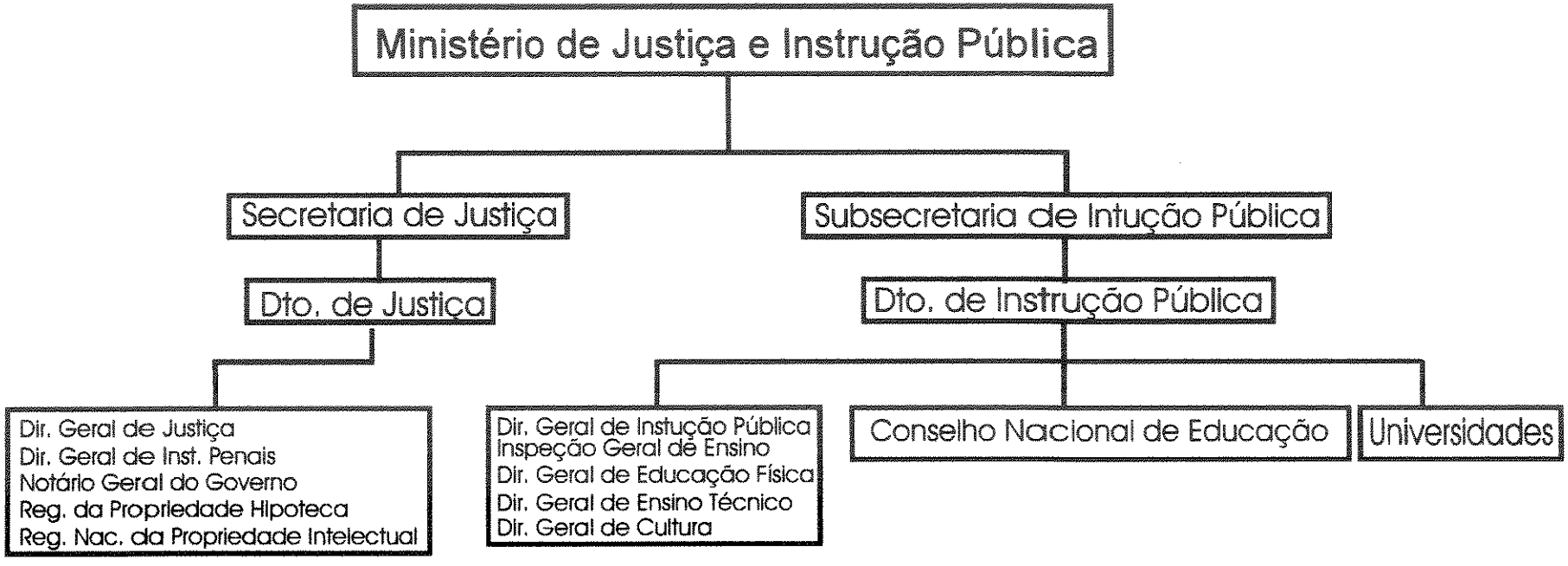
Um outro tema é o papel desenvolvido pela imprensa, tanto a opositora quanto a oficial, já que pudemos comprovamos que o governo pretendeu silenciar as críticas em geral e a imprensa foi um instrumento de clara difusão tanto do discurso oficial quanto da oposição.

A assistência social, em especial como foi direcionada nas escolas, é outro tema que merece ser aprofundado, assim como o estudo das instituições criadas, orientadas e dirigidas pela Fundação Eva Perón.

Concluímos que o estudo realizado possibilita a abertura para novas pesquisas que enriquecerão o cohecimento do período motivando novos debates. Através desta análise acreditamos ter trazido à tona elementos que desmistificam a falsa imagem revolucionária criada pelo governo peronista e tão bem aceita pelo senso comum da sociedade argentina.

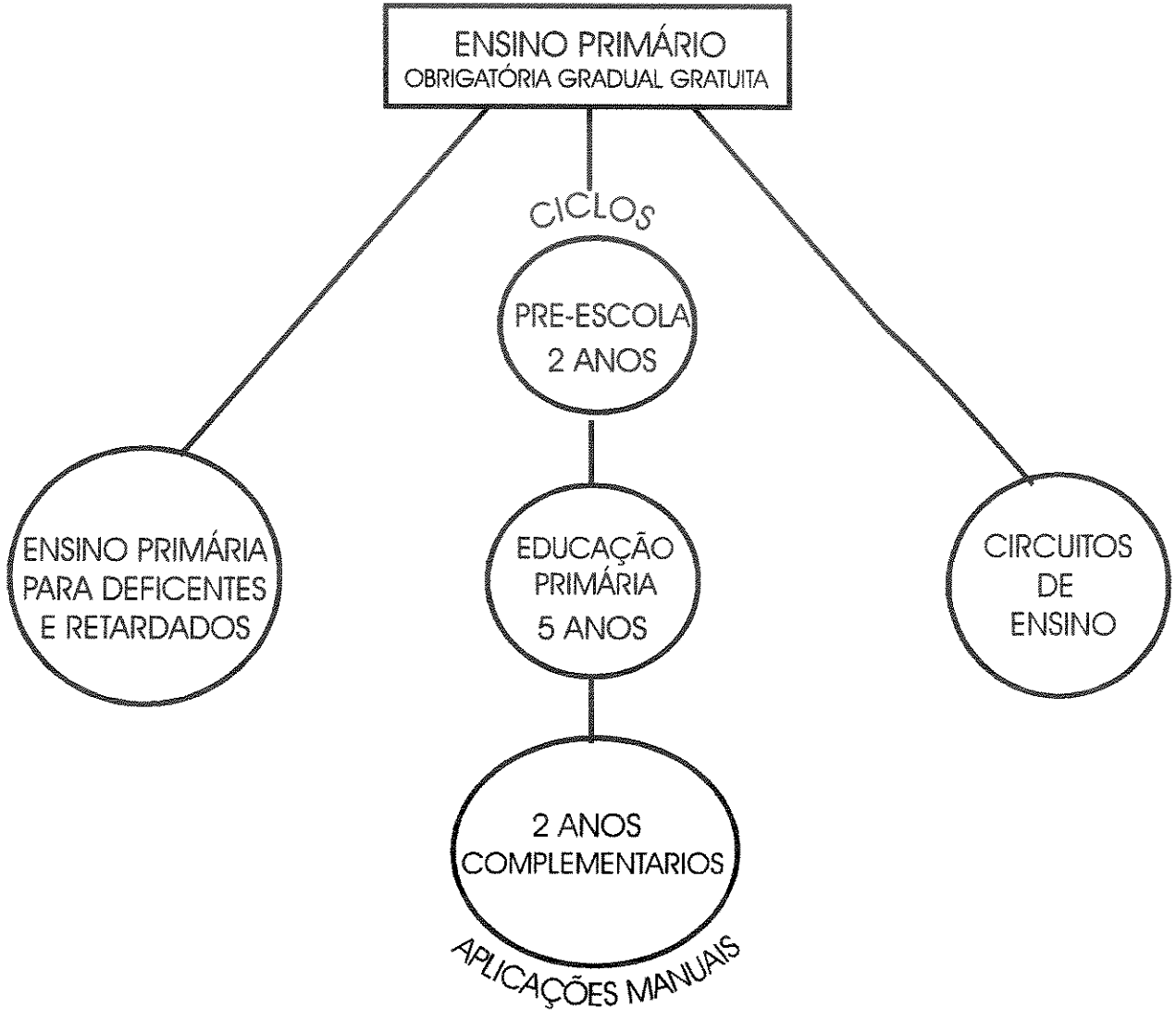
ANEXO I

ORGANIGRAMA



ANEXO II

ORGANIGRAMA



ANEXO III

TRATAMENTO POLÍTICO

O jornal "La Prensa" informa de vários casos em que os deputados da oposição recebiam tal tratamento:

- 6/8/48 a maioria oficialista excluiu da Câmara de Deputados o representante radical pela Capital Dr. Ernesto E. Sanmartino, logo depois de uma tumultuada sessão, Sanmartino foi demitido por suas declarações contra o Presidente ante uma série de arigos publicados no jornal.

-10/6/49 a Câmara de Deputados excluiu de seu seio o Sr. Agustín Rodríguez, deputado por Santa Fé que durante a campanha eleitoral desta provincia teve "expressões agravantes" para com os deputados peronistas.

- 29/9/49 Pedem a liberação da imunidade parlamentar do diputado Radical Ricardo Balbín, para que responda na justiça por suas declarações.

-31/10/49 A Câmara de Deputados de Córdoba suspendeu de suas funções o Sr. José A. Mercado, do setor demócrata por suas declarações.

-6/12/49 A Câmara de Diputados chamou sessão extraordinária para julgar a conduta do deputado radical tenente coronel da reserva Atilio Cattáneo.

-13/12/49 A maioria da Câmara resolveu excluir da mesma o Sr. Atilio Cattánco.

-16/3/50 O deputado Balbín continua detido.

-4/5/50 O deputado José E. Visca da Comissão da Câmara intimou por intermédio da Policia Federal o Dr. Santiago H. del Castillo para que ratifique sua assignatura na nota de seu partido ao Presidente da Cámara de Deputados na qual não aceitavam a prorrogação dos mandatos legislativos. O Dr. Celestino Celsi, advogado da Sra. Francisco Grau de Aguirre cujo marido foi morto acusa à policia tucumana da morte. O deputado Dr. Alberto M. Candiotti denunciou torturas a perseguidos políticos.

-3/6/50 O Senado tirou a imunidade do Dr. Luis Sanchez Recalde, por ser acusado de desacato ao Presidente da Nação.

-23/6/50 A marioria da Câmara de diputados supendeu por 10 sessões o representante radical Dr. Mauricio Yadarola, deputado de Córdoba.

-5/7/50 Acusado de desacato ao Presidente foi detido o ex-diputado Luis R. Mac Kay.

-3/1/51 O Poder Executivo concedeu o indulto ao Dr. Ricardo Balbín.

ANEXO IV

CONTEÚDOS MÍNIMOS DOS PROGRAMAS DE 1948

1.- MATEMÁTICA:

Segunda série: as crianças estudariam os bilhetes e moedas argentinos. Terceira série: peso e moeda nacional. Quarta série: medidas de tempo, remuneração do trabalho humano por dia, mensalidade, anualidade etc., cálculo do décimo terceiro salário. Quinta série: medidas de valor, moedas argentinas, peso moedas e peso ouro, conversões simples. Sexta série: medidas de valor, sistema monetário argentino, divisas dos países que têm maior vinculação comercial com Argentina, conversões simples, comércio exterior, com divisas e trocas.

2.- LINGUAGEM:

Em todas as séries buscava-se inculcar nas crianças o gosto pela linguagem e despertar a conciência do cuidado com o idioma, além de procurar que a leitura e redação fossem sobre temas relacionados com os programas de desenvovimento e os fatos da vida cotidiana da criança.

3.- GEOGRAFIA:

A partir da quinta série estudavam temas relacionados com o comércio exterior: portos, países que possuem intercâmbio comercial com a Argentina, as frotas fluviais, marítimas e aéreas argentinas, o Plano de Governo e a Unidade dos Argentinos.

Na sexta série: estudavam as principais fontes de riqueza, as relações econômicas e culturais com a Argentina. Recuperação econômica Nacional: frotal fluvial, marítima, e áreas, portos ferrovias. Eletricidade, gás, telecomunicações, comercialização das safras, repatriação da dívida, os centros de reativação econômica no Plano de Governo.

4.- HISTÓRIA:

Até a terceira série estudavam as datas históricas mais importantes do país, aquelas que marcaram as mudanças importantes na vida política, social e cultural do país, incluindo como data histórica o 17 de outubro de 1946, día da Lealdade Popular. Na quarta série apareciam temas ligados aos estudos dos valores culturais e morais herdados da Espanha, a representação popular, a Revolução Social de 1945: a independência econômica, a justiça Social de 1945: a independência econômica, a justiça social e a recuperação dos serviços públicos.

Quinta série: temas como Afirmação da Consciência Nacional. A Revolução da Social: a justiça social, a recuperação econômica, afirmação da soberania nacional e respeito da cidadania, o voto da mulher.

Sexta série: Evolução Cultural do país: manifestações culturais através da história, educação, literatura, teatro, música, pintura, arquitetura, artes, imprensa, livros e jornais. Evolução econômica do país: evolução da indústria, comércio, comunicações, transportes e sua influência na vida e costumes. A recuperação econômica e a nacionalização dos serviços públicos. A independência econômica e a soberania nacional.

5.- EDUCAÇÃO CÍVICA:

Primeira série Inferior: A Escola. Organização e autoridades. Atos da vida escolar para inculcar hábitos de obediência, respeito, disciplina e responsabilidade. A Família: atos e comentários para consolidar o amor e admiração à Patria e a seus próceres, (repete-se na primeira série superior e na segunda série).

Primeira série Superior: A vizinhança. Obrigações mútuas derivadas da convivência.

Segunda Série: Manifestaçõs da vida social: instituições de assistência social, culturais, esportivas e recreativas. Mutualismo tolerância e responsabilidade. Sociabilidade. O trabalho dignificador. Referências sobre os benefícios da justiça social.

Terceira Série: Assistência social no local. Mutualismo, colaboração e solidaridade. Atos e comentários para fomentar a contribuição à assistência social. Vidas exemplares. Atos e comentários para fomentar o amor à Patria e respeito às suas tradições. Proteção da natureza. A Justiça Social, a recuperação econômica e a soberania nacional.

Quarta Série: A assistência social. Instituições confissionais civis e fiscais. Mutualismo e cooperação. Atos para fomentar a contribuição à assistência social. A conduta do bom cidadão como fator de grandeza nacional. A Reforma Constituicional de 1949.

Quinta Série: Observar todos os mandamentos, enfocando a importância e o estudo na formação da consciência ilustrada e reta. O primeiro dos mandamentos proíbe a idolatria, a superstição, leituras e propaganda dos livros anticatólicos. O terceiro mandamento proíbe o trabalho nos dias de festa, o descanso, o esporte e as excursões nos dias festivos. O sétimo dos mandamentos proíbe a fraude, a rapina, a usura, a cobiça e o desejo desordenado de riqueza.

Sexta Série: Estudo do Matrimônio, caraterísticas do casamento cristão. Unidade e indissolubilidade. O matrimônio civil. O estado dos casados só civilmente. O divórcio, seu impedimento. Sendo o matrimônio uma instituição divina, a legislação civil não pode mudar a natureza de seu contrato.

7.- MORAL:

Primeira Série (inferior e superior): Fazer notar que o homem é um ser espiritual. A consciência. Obrigações para com os pais. A verdade e a mentira. Respeito ao próximo.

Segunda Série: Fundamento da moral, o homem ser espiritual. A consciência. Atos bons e maus.

Terceira Série: Deveres de Justiça para com o próximo, respeito à propriedade privada.

Quarta Série: Moral: fazer o bem e omitir o mal. Virtude, vício. Benefícios individuais e sociais da virtude. Combater os vícios. Virtudes: prudência, justiça, fortaleza, humildade, a previsão e a economia, paciência e o amor.

Quinta Série: Castidade ou pureza, a amizade, o amor ao estudo, amor ao trabalho, a escolha da profissão ou ofício. O Lar: santuário da família. O pai, chefe do lar, a mãe rainha do lar, os filhos, a bênção do lar. O lar virtuoso. Tradições do lar latino transmitida ao lar crioulo: piedade, hospitalidade e nobreza.

Sexta Série: A moral, a Honra. Um homem é moralmente virtuoso quando cumpre seus deveres para com Deus, para consigo mesmo e para com o próximo. Respeito à Vida. Respeito à propriedade. Noções de moral social: a família, sociedade fundamental. A sociedade conjugal: sua unidade e indissolubilidade. A Sociedade Civil. A comunidade internacional, deveres e direitos dos estados. A guerra. a paz internacional.

8.- ECONOMIA E PREVISÃO:

Em todas as séries previa-se o estudo da economia como uma forma de ordenar os gastos das crianças e de inculcar o gosto pela economia. Para isso, estabelecia-se o conhecimento dos boletins econômicos, as cadernetas de poupanças. A importância da economia, individual, familiar e social.

Na terceira série os temas referiam-se ao trabalho, à ordem e ao método, como aliados da economia. Os inimigos são o ócio, os luxos, os gastos desnecessários etc..

Quarta Série: Conhecimento das instituições que promovem a economia. Investimento econômico: o bem da família.

Quinta e Sexta séries: A economia na aula, as cooperativas escolares. O trabalho, capital, solidariedade e previsão como formas de economia. A Caixa Nacional de Economia Postal, instituição que promove a previsão individual e social. A Secretaria de Trabalho e Previdência como reguladora das relações entre o capital e o Trabalho, e a previdência social. Outras instituições de previdência social: a Caixa de Aposentados, Pensões e Seguros.

A partir da terceira série também ensinavam músicas e danças locais, cantos patrióticos, do repertório folclórico e religioso. Incorporou-se dentro das marchas oficiais a Marcha do Reservista e o Canto ao Trabalho, assim como música do cancioneiro popular.

Nas aulas de desenho ensinavam temas ligados à cultura popular e nacional, assim como celebrações patrioticas, festas cívica e religiosas.

Nas aulas de trabalhos manuais as meninas aprendiam costura, tricô, bordado e outros tipos de trabalhos.

9.- PRÉ-APRENDIZAGEM:

Buscavam combinar o programa de pré-aprendizagem com o programa de desenvolvimento. Eram previstas aulas de carpintaria, funilaria, eletrônica, encadernação, modelagem e construção, cestaria, talabartaria, confecção de brinquedos, aeromodelismo para meninos.

Ofereciam ainda temas ligados à «Educação para o Lar»: Alimentação Familiar: alimentação por idade, profissão, culinária, economia e vestimenta, a moradia familiar, a casa ideal, localização, ventilação saneamento, proteção. Higiene Geral: pessoal, familiar e em casos de enfermidade. Puericultura, cuidado e auxílio das crianças. Por outro lado também estava contemplado o ensino das tarefas rurais, conhecimento da terra, semeadura, cultivo de diferentes cerais, horataliças, pecuária,etc.

ANEXO V

SUGESTÕES E ORIENTAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DOS CONTEÚDOS DE PRIMEIRO GRAU (1953)

a) Matemática:

Compreendia aritmética e geometria. Os programas eram apresentados de modo breve, os temas organizados de modo mais simples do que os anteriores.

A partir da quarta série as crianças entrariam em contacto com a «resolução de problemas matemáticos», porque nesta etapa estavam em condições de entender os conceitos, de modo concreto. Portanto era primordial evitar que o aluno fosse forçado a abordar abstrações que não pudesse entender, dado o seu nível de amadurecimento.

No que diz respeito às operaçõs com frações comuns e decimais, o programa não previa sua aprendizagem nem na quinta nem na sexta série por considerá-las muito complexas. O mesmo acontecia com as razões e proporções, que foram deixadas de fora para aliviar as exigências escolares e facilitar a aprendizagem das crianças.

O ensino da matemática buscava que as crianças adquirissem as técnicas fundamentais das quatro operações, procurando exercitar sua faculdade de raciocinio, ou seja, ensinar a pensar com rigor lógico e resolver problemas da vida cotidiana. Buscava formar o critério pessoal, para que a criança fizesse seus próprios descobrimentos. Para isso, a criança deveria trabalhar com os objetos reais. Nas séries inferiores, manipulariam as coisas do cotidiano para posteriormente aprender os conceitos e elaborar as generalizações respectivas. Portanto, a matemática deveria partir das coisas conncretas para logo após elaborar as representações.

b) Desenvolvimento:

Na aprendizagem da história, geografia, física, química etc., buscava-se aproveitar o aporte de todas as ciências e as artes, tentando organizá-las, dando-lhe uma unidade de pensamento e evitando temas «artificiais». Na organização dos conteúdos tinham em conta a:

1.- Unidade de trabalho: não ministrar os conhecimentos de um modo desordenado e desarticulado. Todas as disciplinas deveriam confluír e estar inter-relacionadas. A Unidade de Trabalho delimita o âmbito de trabalho do aluno.

2- Valores: constituíam o ideal educativo, eram os elementos que conformavam o alma do educando. Portanto, os valores não podiam ser ensinados, só seriam "vividos com a paixão". Nos programas os valores aparecem expressos em máximas que seriam desenvolvidas nas diferentes unidades de trabalho, através das quais o professor "formaria homens e cidadãos úteis, capazes e virtuosos; homens sãos e prudentes".

3- Correlação dos Temas: os conteúdos das diferentes séries apareceriam distribuídos em colunas, de tal modo que ao estudar o território nacional, seria analisado o aspecto moral, religioso, cívico, geografico, histórico, etc., conforme as unidades de trabalho.

4- Limites de cada Série: os conteúdos iam do concreto e próximo até os temas mais abstratos Por exemplo, na primeira série superior, os temas estavam ligados ao bairro, ao povo, ao campo, já na sexta série tratavam sobre os continentes, o universo etc..

5- Trabalho do aluno: era considerado fundamental para a aprendizagem o trabalho que o estudante desenvolvia. O professor devia colocar as crianças em situação de aprendizagem e descobrimento evitando as simples tarefas de repetição de explicações. Deviam ensinar a observação e expressar o observado como um processo psicológico. Aconselham o uso da biblioteca escolar para ensinar a estudar.

6- Tarefas para o lar: os trabalhos extra-escolares eram uma continuidade do que era desenvolvido na aula. Estas tarefas não tinham que exceder a preparação do aluno nem ocupar muito seu tempo extra-escolar, permitindo-lhe brincar, praticar esportes, cooperar nas tarefas do lar etc..

7- Diário de Classe: Por **Resolução de 21 de janeiro de 1952** do Ministério da Educação, o Diretor Geral das Escolas resolveu que as tarefas docentes deveriam ser fiscalizadas e apreciadas dentro da aula. A preparação das aulas e o material didático só podiam ser avaliados quando fossem aplicados. O professor não estava obrigado a seguir um caderno de lições diárias, porque o diário de classe transformou-se em um "material de exibição, deixando de ser um instrumento auxiliar no trabalho docente". Sendo assim, o professor registraria as atividades, anotando a hora, a unidade e o conteúdo a ser ensinado.

c) Linguagem:

O Caderno indicava que o estudo da linguagem deveria estar relacionado com as aulas de desenvolvimento. Para a aquisição da **leitura** o ministério não previa um método determinado, mas sugeria o Método Global, que não separava a leitura da escrita. A Direção Geral deixava ao professor a liberdade de escolha do método mais conveniente.

FONTES PRIMÁRIAS

LEIS

Lei 12.923: Ratificação de decretos leis relativos a Orçamento para 1944, 1945 e 1946; 1946.
Lei 12.978: Implantação do ensino religioso na escolas públicas; 1947.
Lei 12.931: Orçamento Geral da Nação para 1947; 1946.
Lei 13.072: Orçamento Geral da Nação para 1948; 1947.
Lei 13.249: Orçamento Geral da Nação para 1949; 1948.
Lei 13.558: Orçamento Geral da Nação para 1950; 1949.
Lei 13.548: O Conselho Nacional de Educação passa a depender do Ministério de Educação, como Direção de Ensino de Primeiro Grau; 1949.
Lei 13.922: Orçamento geral de gastos e cálculo de recursos da Administração Nacional para 1951 e 1952; 1950.
Lei. 14.036: Mês do Justicialismo; 1951
Lei. 14.184: Segundo Plano Qüinqüenal; 1952.
Lei. 14.126: "A razão da minha vida" nos estabelecimentos educacionais; 1952.
Lei. 14.241: Organização dos serviços de radiodifusão; 1953.
Lei. 14.158: Orçamento geral e cálculo de recursos da administração nacional para 1953 e 1954; 1952.
Lei. 14.181: Aprovando os objetivos fundamentais do Segundo Plano Qüinqüenal da Nação; 1953.
Lei. 14.254: Criação de colônias granjas de adaptação e educação da população indígena nas províncias de Salta, Jujuy, Presidente Perón e territórios de Formosa e Neuquén; 1953.
Lei. 14.534: Orçamento Geral da Nação para 1955; 1954.

DECRETOS

Decreto 12.845: Isentar os estabelecimentos educacionais localizados em regiões onde não possuíam odontólogos da obrigação da assistência buco-dental; 1946.
Decreto 170: Nomeando Subsecretário de Instrução Pública ao Prof. Jorge Pedro Arizaga; 1946.
Decreto 240: Mantém a intervenção no Conselho Nacional de Educação e designa Interventor ao Professor Dr. Miguel Mordeglia; 1946.
Decreto 939: Reconhece ao Interventor do Conselho Nacional de Educação plenos poderes para o governo do mesmo; e dispões que ficará baixo a direta dependência do Ministro de Justiça e Instrução Pública; 1947.
Decreto 940: Aceita a renuncia do Interventor do Conselho Nacional de Educação, Dr. Miguel Mordeglia; 1947.
Decreto 13.182: Regulamenta a Lei de Ensino religioso na escolas públicas; 1947.
Decreto 28.718: Sobre ação social da escola; 1947.
Decreto 26.944: Estabelece orientações fundamentais para o ensino público; 1947.
Decreto 28.718: Dispõe que as escolas de primeiro grau e estabelecimentos de ensino de segundo grau organizem instituições para fomentar a assistência e previdência social para as crianças; 1947.
Decreto 1.100: Autoriza ao Conselho Nacional de Educação para implantar o aprendizagem geral na 5ta e 6ta séries das escolas de primeiro grau; 1948.
Decreto 4.026: Cria a Secretaria de Educação da Nação; 1948.

Decreto 18.949: Cria a Comissão Nacional de Radio-ensino e cinematografia escolar; 1948.
Decreto 39.715: Cria a Direção de Ação Social do Conselho Nacional da Educação; 1949.
Decreto 8.597: Educação Física tem caráter disciplina de promoção.; 1949.
Decreto 13.677: Suprime a Subsecretaria de Educação; 1949.
Decreto 20.201: Promulga a Lei Nº 13.548, que dispõe que o Conselho Nacional de Educação dependa do Ministério de Educação, como Direção Geral de Ensino de Primeiro Grau; 1949.
Decreto 23.897: Estabelece a classe de estabelecimentos de ensino privado que devem considerar-se adscritos ao ensino oficial; 1949.
Decreto 25.136: Dispõe que o Conselho Nacional de Educação Física e o Instituto Nacional Sanmartiniano dependam do Ministério de Educação; 1949.
Decreto 26.944: Dispõe o tipo de formação escolar, conforme o plano de governo.
Decreto 32.483: Regime orgânico dos diferentes serviços afeitados ao ensino de primeiro grau; 1949.
Decreto 16.251: Fixa a nova estrutura e organização do Ministério de Educação; 1950.
Decreto 15.348: Deixa sem efeito a criação do Conselho Nacional de Educação Física; 1951.
Decreto 4490: Suprime o dia sábado como dia útil escolar; 1952.
Decreto 5526: Cria a Direção de Educação Física no Ministério da Educação; 1952.
Decreto 4199: Estabelece serão ditadas aulas de educação física, no horário escolar, e que estará sujeita ao regime das outras disciplinas escolares.

RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Resolução 12/04/1948: Cria o Consultório de Orientação Profissional e Escolar para alunos de primeiro e segundo grau: O Professor é um Amigo".
Resolução 05/04/1958: Fixa data para a realização da Conferência Nacional sobre Coordenação do Ensino, em San Juan.
Resolução 11/05/1948: Curso para docentes sobre nutrição e alimentação.
Resolução 21/10/1948: Cria a Comissão de Hortas Escolares.
Resolução 05/11/1948: Estabelece normas sobre a finalidades do Consultório de Orientação Profissional e Escolar.
Resolução 08/01/1949: Estabelece procedimentos para destacar os atos de honorabilidade dos alunos na escola.
Resolução 26/02/1949: Autoriza o funcionamento de quatro escolas destinadas à educação integral dos escolares inadaptados.
Resolução 12/07/1949: Realização da Campanha educativa sobre "Arborizado da Constituição".
Resolução 31/10/1949: Cria escolas climáticas em Mar del Plata (Buenos Aires), Córdoba (Córdoba), e Baradero (Buenos Aires).
Resolução 03/11/1949: Criação de "Centros Escolares de Saúde", para proteção e melhoramento das crianças.
Resolução 04/11/1949: Dispõe a comemoração da Semana do Mar, mediante atos escolares iniciando uma campanha de aprendizagem e prática da natação.
Resolução 03/11/1949: Curso para docentes: "A exibição de filmes escolares".
Resolução 23/11/1949: Organização e desenvolvimento das Férias Úteis na escola de primeiro grau.
Resolução 09/02/1951: Regulamento do concurso, estudo e aprovação de textos de leitura para o ensino de primeiro grau.
Resolução 13/10/1951: Cria albergues escolares.
Resolução 29/10/1951: Estabelece que a Comissão de Hortas Escolares dependa da Direção de Sanidade Escolar.

Resolução 21/01/1952: Fixa as normas para os cadernos de lições dos professores.
Resolução 21/03/1952: O Ministério da Educação adere ao Plano Econômico para 1952.
Resolução 11/04/1952: Estabelece a vinculação do temário escolar da poupança e o Plano Econômico para 1952.
Resolução 11/04/1952: Fixa o novo regime de horário escolar.
Resolução 30/05/1952: Fixa normas complementárias de apoio ao Plano Econômico de 1952.
Resolução 06/06/1952: Fixa os temas para as aulas magistrais para difundir a doutrina peronista nas escolas.
Resolução 20/06/1952: Regulamento do Centro de Orientação Vocacional.
Resolução 05/02/1953: Estabelece os cursos de verão para docentes referidos à difusão do Segundo Plano Qüinqüenal.
Resolução 17/03/1953: Mantém em funcionamento a Comissão Especial de Estudos de Escolas para Indígenas.
Resolução 06/05/1953: Estabelece que em memória à "Chefe Espiritual, no dia 7 de maio da Nação" deverá se guardar um minuto de silêncio nas escolas.
Resolução 16/07/1953: Estabelece que em todos as escolas devem realizar-se atos evocativos da vida e obra de Eva Perón.
Resolução 25/09/1953: Estabelece a aprovação das modificações dos programas escolares.
Resolução 28/01/1954: Regulamenta a organização e funcionamento das cooperativas escolares.
Resolução 14/10/1954: O Ministério adere aos atos recordatórios do "Dia da Lealdade"

COMUNICADOS

Comunicado 17/07/1947: Informando sobre medidas dispostas em cumprimento do Decreto 26.944.
Comunicado 03/03/1948: Informando sobre o ciclo de audições radiofônicas, organizado pela Secretaria de Educação para difundir os programas de ação social escolar.
Comunicado 13/03/1948: Informa sobre a Inauguração do primeiro Clube Escolar.
Comunicado 20/03/1948: Informa as endereços de Assistência Dental dos Estudantes.
Comunicado 14/05/1948: Informa sobre a Inauguração de Clubes Escolares nas escolas da Capital Federal.
Comunicado 03 a 31/05: Informa sobre inaugurações e atividades dos Clubes Escolares na província de Buenos Aires.
Comunicado 10/05/1948: Informa sobre a criação do Consultório de Orientação Profissional e Escolar "O Professor é um Amigo".
Comunicado 10/05/1948: Informa sobre conferencias sobre Ensino da Biologia e a Nutrição para docentes de primeiro grau.
Comunicado 31/05/1948: Informa sobre a primeira transmissão da Radio Escola Argentina a 1° de junho.
Comunicado 31/05/1948: Informa sobre o ciclo de Programas de Transmissões Radiais Escolares.
Comunicado 02 a 28/05: Informa sobre atos organizados pela Comissão Nacional de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.
Comunicado 18/06/1948: Informa sobre organização do Consultório de Orientação Profissional e Escolar O Professor é um Amigo"".
Comunicado 26/06/1948: Informa o Programa Cultural da Comissão de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.
Comunicado 23/07/1948: Informando da Organização e realização da Conferência sobre Coordenação do Ensino na cidade de San Juan.

Comunicado 23/07/1948: Informa sobre inauguração de Clubes Escolares na província de San Juan.

Comunicado 3 a 24/07: Informa sobre atos organizados pela Secretaria da Educação junto com a Comissão Nacional de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 2 a 30/07: Informa sobre inauguração e atividades de Clubes Escolares em Buenos Aires.

Comunicado 21 e 28/08: Informa sobre atos organizados pela Comissão Nacional de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 03/08/1948: Editorial radial, informando o fim da Conferência Nacional sobre Coordenação do Ensino, em San Juan.

Comunicado 2 e 27/08: Informa sobre inauguração e atividades de Clubes Escolares na província de Buenos Aires.

Comunicado 11/11/1948: Informa sobre atividades de Clubes Escolares.

Comunicado 4 a 21/09: Informa sobre atividades da Comissão Nacional de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 07/10/1948: Informa sobre viajens turísticas de alunos e professores.

Comunicado 2 a 23/1948: Informa sobre atividades da Comissão Nacional de Radio-ensino e Cinematografia escolar.

Comunicado 17/10/1948: Informa sobre declarações do Secretário de Educação Dr. Ivanissevich, referentes aos novos planos e programas para o ensino de primeiro grau.

Comunicado 28/10/1948: Informa sobre declarações do Secretário da Educação Dr. Ivanissevich, sobre temas relacionados com o ensino.

Comunicado 28/10/1948: Sobre a base dos atuais "Clubes Escolares", a Secretaria de Educação institui as "Ferias Úteis".

Comunicado 8 a 29/10: Sobre inauguração e atividades de Clubes Escolares.

Comunicado 7 a 28/12: Sobre funcionamento nas escolas de "Férias Úteis", organizadas pela Secretaria da Educação.

Comunicado 5a31/01/49: Informando sobre viajens e excursões de estudantes, organizados pelo Departamento de Turismo Escolar.

Comunicado 5-26/01/49: Informando sobre a estréia das quatro primeiras edições "Sucessos Educativos", noticiário cinematográfico da Secretaria da Educação.

Comunicado 02/02/1949: Anunciando a inauguração de uma nova audição denominada "O pátio da infância", a cargo da Radio-escola Argentina.

Comunicado 02/02/1949: Anunciando a exibição privada, no Microcine da Secretaria da Educação da edição N°5 do noticiário cinematográfico "Sucessos Educativos".

Comunicado 15/03/1949: Anunciando a inauguração de audições denominadas "O microfone na Escola", a cargo da Radio-escola Argentina.

Comunicado 30/03/1949: Anunciando a estréia da edição N° 13 de "Sucessos Educativos".

Comunicado 31/03/1949: Anunciando a inauguração de audições denominadas "O microfone na Escola", a cargo da Radio-escola Argentina, dependente do Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 04/04/1949: Informando sobre a conferência de imprensa do doutor Ivanissevich, com jornalistas, falando dos Programas de Ensino de Primeiro e Segundo Grau, a Casa do Docente e o "Centro Educativo da Patagônia".

Comunicado 21/04/1949: Anunciando uma conferencia do crítico de arte, professor Fernán Félix de Amador, organizadas pelo Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 25 a 30/04: Informando sobre atos organizados pelo Ministério da Educação em adesão à Festa do Trabalho.

Comunicado 03/05/1949: Anunciando a edição Nº de "Sucessos Educativos", noticiário cinematográfico do Ministério da Educação.

Comunicado 12-14/07: Informando sobre a audição "Cada tarde em uma escola", a cargo do Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 22/08/1949: Informando sobre a apresentação de um Stand, da Comissão de Hortas Escolares na exposição da Sociedade Rural.

Comunicado 02/09/1949: Informando o temário das Jornadas Pedagógicas Sarmientinas, a iniciar-se no dia 7.

Comunicado 7 a 16/09: Informando sobre a realização na Capital Federal das Jornadas Pedagógicas Sarmientinas.

Comunicado 12/09/49: Cursos de Capacitação e Pre-Aprendizagem para professores.

Comunicado 14/09/49: Anunciando transmissões radiofônicas desde escolas do norte do país, organizadas pelo Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 22/09/49: Curso de capacitação sobre alimentação e nutrição dos alunos, para professores.

Comunicado 16/10/1949: Informando sobre a estréia Educativa do filme "Mirando a Pátria".

Comunicado 28/10/1949: Inauguração de um curso de capacitação para docentes de escolas primarias, sobre "A Projeção Educativa"a cargo do Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar.

Comunicado 05/11/1949: Informando sobre atividades para comemorar a "Semana do Mar".

Comunicado 15/11/1949: Regulamentando a distribuição de radio-receptores, aparelhos cinematográficos e demais elementos de projeção educativa.

Comunicado 16/12/1949: Informando sobre a seção inaugural do Ateneu de Sanidade Escolar.

Comunicado 20/12/1949: Informando sobre as atividades das escolas durante as férias úteis.

Comunicado 29/12/1949: Anunciando um cursilho sobre Cine Educativo para professores do interior.

Comunicado 21/01/1950: Informando sobre cursos de Extensão Cultural para professores de primeiro e segundo grau, a realizar-se na Faculdade de Filosofia e Letras.

Comunicado 27/01/1950: Informando da participação de 4.000 alunos das escolas de férias úteis na inauguração do Balneário Escolar da Ribeira Norte.

Comunicado 28/04/1950: Informando sobre as normas para a comemoração da Festa do Trabalho.

Comunicado 29/04/1959: Informando sobre atividades e discursos na Festa do Trabalho.

Comunicado 19/05/1950: Informando que os alunos podem visitar os quarteis militares e utilizar seus ginásios e campos de esportes.

Comunicado 19/05/1950: Informando sobre as transmissões radiais do Noticiário do Ministério da Educação.

Comunicado 20/02/1950: Informando que as escolas rurais disporiam de materiais de granja destinados à capacitação de alunos.

DISCURSOS DE JUAN DOMINGO PERÓN

01/05/1944: Discurso pronunciado pelo Coronel Perón na Secretaria do Trabalho e transmitido a todo o país pela Rede Argentina de Radiodifusão.

01/06/1944: Discurso do Coronel Perón ante a delegação de professores católicos que concorreram à Secretaria de Trabalho e Previdência.

21/02/1945: O Coronel Perón sugere ao interventor de Buenos Aires a necessidade de dignificar a situação econômico-social dos professores desse Estado.

09/04/1945: Discurso do Coronel Perón ante uma reunião de dirigentes gremiais, sobre a política social do governo e seus planos para o futuro.
04/06/1947: Palavras do General Perón no Ato inaugural da Escola Casal Calviño.
04/08/1947: Discurso do General Perón no "Teatro Colón" durante o Ato organizado pelos docentes de segundo grau.
15/10/1947: Discurso do General Perón no Ato da promulgação do Estatuto dos Docentes Particulares.
19/12/1947: "O General Perón Fala ao Magistério".
19/02/1948: Discurso do General Perón, no ato de tomada de posse do Secretário da Educação.
05/03/1949: Palavras pronunciadas pelo Presidente da Nação ante diretores das escolas de aprendizagem e orientação profissional.
18/06/1949: Discurso do General Perón no ato inaugural da Casa do Docente e do Estudante Argentino.
24/06/1949: Discurso do Presidente da Nação, General Juan Perón, pronunciado na Associação do Professorado.
06/03/1950: Discurso do Presidente da Nação no ato de inauguração de escolas em Buenos Aires.
01/12/1950: Discurso pronunciado pelo Presidente da Nação General Juan Perón durante o ato realizado no "Teatro Colón" pela "Agremiação do Docente Argentino".
02/03/1951: Mensagem pronunciado dia 2 pelo Presidente da Nação inaugurando o ano letivo 1951.
20/03/1953: Discurso pronunciado pelo General Perón ante supervisores do ensino de primeiro grau no salão Branco da Casa de Governo.
24/04/1953: Discurso do Presidente da Nação inaugurando os cursos do presente ano letivo.
24/04/1953: Discurso do General Perón ante diretores e supervisores de ensino da Província de Buenos Aires.
30/08/1953: Discurso pronunciado pelo Presidente da Nação ante professores santiagueños no "Lar Escola 24 de fevereiro".
08/09/1953: O General Perón ditou uma Aula Magistral ante professores da província de Córdoba.
24/11/1953: Discurso pronunciado pelo General Perón ante uma delegação de professores de todo o país.
26/01/1954: Discurso pronunciado pelo General Perón ante representantes da U.D.A
09/04/1954: Aula Magistral do Presidente da Nação General Juan Perón, inaugurando o ano letivo.

DISCURSOS DE AUTORIDADES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

03/04/1946: Algumas considerações com motivo da iniciação das aulas de Educação Física. Dissertação radiotelefônica, do Subdiretor General de Educação Física, Doutor José Luis Martín Posse.
04/06/1947: Declarações formuladas pelo Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Belisario Gache Pirán, à "Revista Judicial" sobre o trabalho que cumpre o Ministério, conforme o Plano Qüinqüenal do Poder Executivo.
02/07/1947: De Declarações formuladas pelo Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Belisario Gache Pirán, sobre a restauração da Lei de ensino religioso e a criação de estabelecimento de ensino.
24/09/1947: Dissertação radiotelefônica do Supervisor de Educação Física, Professor d. José Ramón Dausá, sobre: "Conceitos disciplinares que devem orientar a prática dos jogos e esportes".

27/10/1947: Conferencia sobre "A Instrução Religiosa", pronunciada pelo Diretor Geral de Instrução Religiosa, Alfredo Soares, por Rádio do Estado.

17/12/1947: Conferência pronunciado pelo Subsecretário de Instrução Pública, Professor D. Jorge P. Arizaga, no Teatro Nacional "Cervantes", sobre o tema "Aplicação do Plano de Governo no Ensino de Primeiro Grau".

19/12/1947: Discurso pronunciado pelo Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Belisario Gache Pirán, no almorço dos Supervisores de Ensino de Primeiro e Segundo grau.

08/02/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, sobre a obra educativa que realiza a Radio-escola Argentina, transmitida pela Radio Municipal.

28/02/1948: Conceitos expressados pelo Secretário de Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na reunião com o Pessoal Diretivo de Estabelecimentos de Ensino de Primeiro e Segundo Grau, efetuada no anfiteatro da Faculdade de Medicina.

13/03/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, no ato inaugural do primeiro Clube Escolar, en Villa Lugano.

22/03/1948: Discurso pronunciado pelo Subsecretário da Educação, a cargo do Secretário de Educação Professor D. Jorge. Arizaga, ao empossar de seu cargo ao Delegado interventor no Conselho Nacional da Educação: Professor D. Federico Alberto Daus.

29/03/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na cerimônia inaugural do ano escolar, realizada no Instituto Bernasconi.

10/04/1948: Discurso pronunciado pelo Subsecretário da Educação Professor Jorge P. Arizaga, no ato da inauguração do Clube da Escola N°. do Conselho Escolar 17°.

22/05/1948: Discurso pronunciado pelo Subsecretário da Educação, Professor D. Jorge P. Arizaga, ao empossar no cargo de Supervisor General de Instrução Religiosa ao Presbítero Santiago Leonardo Artese.

25/05/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, na concentração escolar realizada em Praça de Maio, ao cumprir-se o 138° aniversário da Revolução de Maio.

01/06/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, no ato inaugural dos serviços de radio-ensino e cinematografia escolar, efetuado na Escola Normal de Professores N° 1 da Capital.

05/06/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário de Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, na cerimônia inaugural dos Concursos Intercolegiais, efetuada no Campo de Esportes do Clube de Ginástica e Esgrima.

21/06/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário de Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, apresentando o Subinspetor Geral de Ensino Oficial, Professor D. Ricardo Pccirillo, que dissertou sobre o tema: "Belgrano, educador e precursor da Justiça social".

25/06/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário de Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, na reunião realizada com docentes de estabelecimentos particulares de ensino.

11/09/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, no ato realizado no "Teatro Colón" da cidade de Buenos Aires, em homenagem à memória de Domingo Faustino Sarmiento.

20/11/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, na "Festa da Educação Física".

26/11/1948: Conferência pronunciada pelo Secretário da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, no Círculo da Aeronáutica, sobre o tema "Deve-se educar e não só instruir a juventude".

29/12/1948: Discurso pronunciado pelo Secretário da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na entrega de promoções e designações ao pessoal da Secretária de Educação no "Teatro Cervantes".

05/04/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, no ato cultural realizado no Teatro Nacional "Cervantes", por motivo da inauguração do ciclo de audições radiais a cargo da Subsecretaria de Cultura.

26/04/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Doutor Oscar Ivanissevich, alusivo à festa do Trabalho.

18/08/1949: Conferência pronunciada pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na Escola Superior de Guerra, sobre o tema: "O Ministério da Educação ante o problema de orientar com eficácia a preparação da juventude no conceito moderno da Defesa Nacional".

06/09/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, no ato inicial do programa de homenagens a Domingo Faustino Sarmiento, realizado no Teatro Nacional "Cervantes", com motivo de lembrar-se o 61° aniversário de seu falecimento.

10/09/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na "Festa da Coordenação", realizada em La Plata, para honrar a memória de Sarmiento e em comemoração do convenio sobre equivalências de estudos primários.

14/09/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na audiência especial concedida pelo Presidente da Nação, aos professores que concorreram como delegados às Jornadas Pedagógicas Sarmientinas.

07/10/1949: Conferência do Dr. Oscar Ivanissevich, na homenagem do Libertador General San Martín.

09/10/1949: Discurso pronunciado por Oscar Ivanissevich, sobre "Reforma da Constituição", no Teatro Nacional "Cervantes".

19/10/1949: Discurso pronunciado por Oscar Ivanissevich, ao empossar no cargo de Diretor Geral de Instrução Religiosa Dr. Leonardo E. Benítez de Aldama.

19/10/1949: Discurso pronunciado pelo Senhor Diretor Geral de Instrução Religiosa, Dr. Leonardo Enrique Benítez de Aldama, ao assumir seu cargo.

21/10/1949: Discurso pronunciado pelo Subsecretário de Cultura do Ministério da Educação e Presidente da Comissão Nacional de Cultura, Antonio P. Castro, no ato da distribuição pública de prêmios e bolsas realizado no Teatro Nacional "Cervantes".

28/10/1949: Discurso pronunciado pelo Diretor do Departamento de Radio-ensino e Cinematografia Escolar, Supervisor Joaquín D. Mosquera, sobre o tema: "A projeção educativa", no ato inaugural do Curso de Capacitação para Docentes de Escolas de Primeiro Grau, realizado no Cinema Libertador.

31/10/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, no Dia Universal da Poupança, sobre o tema "A primeira lição do dia", transmitido pela Radio do Estado e a Rede de Emissoras Privadas.

04/11/1949: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na cerimônia inaugural do mastro e o pátio "17 de Outubro" na Escola "Lorencio Balcarce" N° 19, do Conselho Escolar XI, doados pela Fundação de Ajuda Social "Maria Eva Duarte de Perón".

17/12/1949: Discurso pronunciado Por Oscar Ivanissevich, no ato realizado na Escola N° 9 de Conselho Escolar 17.

22/12/1949: Mensagem do Dr. Oscar Ivanissevich ao pessoal da Secretária de Educação, lido pelo Reitor da Universidade Nacional da Plata, Dr. Carlos I. Rivas, no ato efetuado no Clube de Ginástica e Esgrima.

28/12/1949: Mensagem do Dr. Oscar Ivanissevich, por motivo das festas tradicionais de fim de ano, dirigido ao pessoal dos estabelecimentos de ensino e repartições da Secretaria da Educação.

17/03/1950: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, na Primeira Conferência de Ministros de Educação da "Nova Argentina".

17/03/1950: Discurso pronunciado pelo Ministro da Educação, Dr. Oscar Ivanissevich, aula inaugural do ano letivo: Voltamos às aulas!

21/04/1950: Discurso pronunciado pelo Diretor Geral de Ensino de Primeiro Grau, senhor Ernesto Pietrani, comemorando o Dia do Trabalho, na Praça Colômbia de Barracas.

15/06/1950: Alocução radiofônica pronunciado pelo Senhor Ministro da Educação nos Atos Recordatórios do "Dia da Bandeira".

OUTROS DOCUMENTOS

Lei 1420/1884 de Educação Comum.

Lei 4.874/1905 sobre Escolas Nacionais nas províncias, (Lei Laines).

Lei 3554/49, da província de Santa Fé.

Lei 5650/51, da província de Buenos Aires.

Plano de Governo: 1947-1951, Apresentação do Plano perante a Câmara de Deputados, por Perón e seus Ministério (21/10/46).

Constituição da Nação Argentina de 1949.

Publicação Ministerial: Orientação e Coordenação do Ensino Nacional (1947)

Publicação Ministerial: Labor desenvolvida durante a Primeira Presidência do General Juan Perón. (1952).

Cadernos para o Professor Argentino Nº 2: Observações sobre os programas de educação de primeiro grau (1953).

Cadernos para o Professor Argentino Nº 4: O Plano Qüinqüenal na sala de aula (1953).

Programas de Instrução Primária (1939)

Programas de Instrução Primária (1941)

Programas de Educação Primária (1947)

Programas de Religião Católica (1948)

Programa de Educação Primária (1950)

Programa de Educação Primária (1954)

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N.: História da Filosofia, Editorial Presença, Lisboa, 1970.

ABBAGNANO, N.: História da Filosofia, Editorial Presença, Lisboa, 1970.

AMADEO, Mario: Ayer, Hoy y Mañana, Ed. Gure, Bs.As., 1959.

ANGEIRA M. y TONINIA.: Capitalismo de Estado (1927-1956), CEAL, Bs.As. 1986

AZNAR, L.: Partidos políticos y coaliciones sociales en Argentina, Un estúdio sobre la inestabilidad del sistema político argentin, con espeical referencia al caso del movimiento peronista, En REVISTA POLITEIA, Universidad Central de Venezuela, Publicación anual del Instituto de Estudio Políticos, Caracas, 1982

BAILY, S.L.: Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina, Hyspamérica, Bs.As. 1967

BARBERO, M.I. e DEVOTO, F.: Los nacionalistas, Centro Editor de América Latina, Bs.As., 1983

BARCO, R. del: El régimem peronista-1946-1955, Ed. de Belgrano, Bs.As., 1983

BARUCH BERTOCCHI, N.: Las universidades católicas, CEAL, Bs.As., 1987.

BAYER,O.; CANAL FEIJÓO, B.; ISAACSON, J.; RODRIGUEZ BUSTAMANTE, N.; SOBRELI, J.J.; WINBERG, G.: El Populismo en la Argentina, Editorial Plus Ultra, Bs.As. 1974

BENITEZ, Hernan e outros: Reforma de la Constitución Argentina, Universidad de Buenos Aires, Acción Social, Bs.As., 1948

BERNETTI J. L. y PUIGGRÓS A. : Peronismo: Cultura Política y Educación, Editorial Galerna, Bs.As. 1993

BIANCHI, S.: La Iglesia Católica en los orígenes del Peronismo, ANUARIO del IEHS. V. Tandil. 1990

BIDEGAIN DE URÁN, A.M.: Nacionalismo militarismo e dominação na América Latina,

BLANCO, T.: "Atlas, la Projección Sindical Peronista en América Latina", em Revista Todo es Historia, Año XVII Nº 199-200, Bs.,As, Dic. 1993

BRAUN, M.: El populismo, Bs.As., CEAL, 1973

BRAVO, H.: A cien anos de la Ley 1420, CEAL, Bs.As., 1985.

BRAVO, H.: Bases Constitucionales de la Educación Argentina, CEAL, Bs.As., 1988

BRAVO, H.: Educación Popular, CEAL, Bs.As., 1983.

BUCHRUCKER, Cristián: "Las corrientes ideológicas en la década del 40", em Revista Todo es Historia, Año XVII Nº 199-200, Bs.,As, Dic. 1993

BUCHRUCKER, Cristián: Nacionalismo y Peronismo-La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1952), Ed. Sudamericana, Bs.As., 1987

BURKE, Edmund: Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo; Ed. Papiros; 1993, Campinas.

BURON, T. y GAUCHON, P.: Los Fascismos, Colección Popular, 226, Fondo de Cultura Económica, México,1983

CALELLO, O.: Peronismo y Bonapartismo 1943-1945, Bs.As. CEAL, 1983

CAMARGO, Sonia de: O nacionalismo conservador e o nacionalismo popular na política argentina, São Paulo, 1980, Tese de Doutorado, Dt. de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CAMPOBASSI, José: Ataque y Defensa del Laicismo Escolar en la Argentina (1884-1963), Ed. Gure, Bs.As.,1964

CIRIA C.y SANGUINETTI H.: Los Reformistas, E. Jorge Alvarez, Bs.As., 1968

CIRIA C.y SANGUINETTI H.: Universidad y estudiantes, Depalma, Bs.As., 1962

CIRIA, A.: Partidos y poder en la Argentina moderna (1930-1946), Bs.As., Ed. Jorge Alvarez, 1968

CIRIA, A.: Perón y el justicialismo, SigloXXI, Bs.As., 1971

CIRIA, A: "El Partido Peronista; mayoritario, autoritario", em Revista Todo es Historia, Año XVII Nº 199-200, Bs.,As, Dic. 1993

CIRIA, A: "Peronismo para escolares", em Revista Todo es Historia, Año XVII Nº 199-200, Bs.,As, Dic. 1993

CIRIA, A: Política y Cultura Popular, la Argentina peronista, 1946-1955, Ed. de la Flor, Bs.As. 1983

CIRIGILIANO Gustavo: Educación y futuro, Ed. HVMANISTAS, Bs.As., 1982.

CUCUZZA, H.R.: "Relevamiento de discursos para el estudio de la história de la educación durante los primeros gobierno peronistas, 1943-1955", mimeo, Universidad Nacional de Luján, 1989

CUCUZZA, H.R.; GVIRTZ,S.; PITTELLI,C.: "Peronismo y educación 1943-1955", Informe de una experiencia de investigación y docencia", mimeo, Universidad Nacional de Luján, 1989

CUCUZZA, Rubén e outros: El sistema educativo argentino, Editorial Cartago, Bs.As., 1986.

CÚNEO, Dardo: Comportamiento y crisis de la clase empresaria, CEAL, Bs.As., 1984.

DE FELICE, R.: El fascismo. Sus interpretaciones, Editorial Paidos, Bs.As., 1976

De IPOLA, E.: "Ruptura y continuidad. Claves parciales para un balance de las interpretaciones del Peronismo", Em Desarrollo Economico, Revista de Ciencias Sociales, V. 29, No. 115 (Oct-Dic. 1989), Instituto de Desarrollo Económico y Social, Bs.As.

De IPOLA, E.: Ideologia y discurso populista, Folios, México, 1982

De IPOLA,E.: Ideologia y discurso populista, Editorial Folios, México, 1982

DEL NERO, Vittorio: La scuola elementare nell'italia fascista, Armando Editore, Roma, 1988.

DI TELLA, G. y SIMERMAN, M.: Las etapas del desarrollo económico argentino, EUDEBA, Bs.As., 1967.

DI TELLA, T., GERMANI, G. y GARCIARENA, J.: Argentina sociedad de masas, EUDEBA, 1965.

DI TELLA, T.: Sociologia de los procesos políticos, Ed. Eudeba, Bs.As., 1988.

DI TELLA, Torquato: El Sistema Político Argentino y la clase obrera, Buenos Aires, 1964.

ENGELS F.: Do socialismo utópico ao socialismo cintífico, Global Editora, São Paulo, 1983, 4ª edição. .

FANNY TABAK, F.(org.): Ideologias-Populismo, Ed. Eldorado, Coleção América Latina, Rio de Janeiro, 1973

FEINMANN, J.P.: Estudios sobre el peronismo. Historia-Método-Proyecto, Bs.As., Legasa, 1983

FERRATER MORA , José: Cuatro visiones de la Historia Universal; Alianza Editoral; Madrid,

FERRATER MORA, J.: Diccionario de filosofia, Ed. Sudamericana, Bs.As., Tomo I, 1975.

FERRER, Aldo: La economia argentina, la etapa de su desarrollo y los problemas actuales, FCE, México, 1965.

FRANCHESCHI, G.: Milagros y Curanderismo, em Criterio No. 1213 (10/6/54).

FRANCHESCHI, Gustavo: Libertad! em Criterio No. 1245, (13/1055).

FRIGERIO, José Oscar: Perón y la Iglesia; em Revista Todo es Historia; Año XVII; Octubre 1984; No. 210

GALVES, Manuel: El solar de la raza, Saturnino Callejas, Madrid, 1934.

GAMBINI, H.: El peronismo y la Iglesia, CELA, Bs.As., 1971

GAMBINI, Hugo: La primera presidencia de Perón, CEAL, Bs.As., 1983.

GARDINER, Patrick: Teorias da História, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1974, 2da. edição.

GAUDIO, R. y PILONE J.: "Estado y relaciones laborales en el período previo al surgimiento del peronismo" em Juan Carlos TORRE (comp.): La Formación del Sindicalismo Peronista, Ed. Legasa, Bs.As., 1988.

GAUDIO, R. y PILONE, J.: "Desarrollo de la negociación colectiva durante la etapa de modernización industrial en la Argentina (1935-1943)", em Desarrollo Económico, Nº 90, Bs.As., 1983.

GAUDIO, R. y PILONE, J.: "Estado y relaciones laborales en el período previo al surgimiento del peronismo, 1935-1943" em Desarrollo Económico, Nº 94, Bs.As., 1984.

GENTILE,E. E DE FELICE, R.: Italia de Mussolini e a origem do Fascismo, Editora Icone,1988, São Paulo.
GERMANI, Gino: Estructura Social de la Argentina, Inst. Di Tella, Bs.As. 1955.
GERMANI, Gino: Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas, Bs.As., 1962.
GERMANI, Gino: "Hacia una Democracia de Masas" em: DI TELLA, Torcuato, y otros: Argentina Sociedad de masas, Ed. Paidós, Bs.As., 1962.
GERMANI, Gino: Integración Política de las masas y el totalitarismo, Inst. Di Tella, 1956.
GERMANI, Gino: Política y Sociedad en una Epoca de Transición. De la Sociedad Tradicional a la Sociedad de Masas, Bs.As.,1962.
GHIOLDI, A.: Libertad de enseñanza, Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, Bs.As., 1961.
GHIOLDI, Rodolfo: Escritos, Ed. Ateneo, Bs.As., 1975
GODIO, J.: La caída de Perón. de Junio a Setiembre de 1955, Hispamérica, Bs.As. 1986
GOLDA R.E.: Buenos Aires: vida cotidiana en la década del 50. Plus Ultra, Bs.As., 1980
GRAMSCI,A: Concepção dialética da História, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, 2ª edição.
GRAMSCI,A: El Materialismo Histórico y la Filosofia de Benedetto Croce, Ediciones Nuva Visión, Bs.As., 1973.
GRAMSCI,A: Escritos Políticos, Seara Nova, Lisboa, 1976.
GRAMSCI,A: Literatura e Vida Nacional, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, 2ª edição.
GRAMSCI,A: Notas sobre Maquiavelo, sobre la política e sobre el Estado moderno, Ediciones Nueva Visión, Bs.As., 1972.
GRAMSCI,A: Obras escolhidas, Martins Fontes, Sãu Paulo, 1978.
GUALDIERI, H: "Gobierno e Iglesia" (1946-1955), em Polemica, CEAL, Bs.As., 1972, Nº 88
HALPERÍN DONGHI, T.: "Algunas observaciones sobre Germani, El surgimiento del Peronismo y los Migrantes Internos", em MORA Y ARAUJO E IGNACIO LLORENTE, El voto peronista, Ensayos de sociologia electoral argentina, Ed. Sudamericana, Bs.As. 1980
HALPERIN DONGHI, T.: Argentina. La democracia de masas, Paidos, Bs.As., 1972
HALPERIN DONGHI, T.: História contemporánea de América Latina, Alianza, Madrid, 1969
HALPERIN DONGHI, T.: Historia de la Universidad de Buenos Aires, EUDEBA, Bs.As., 1962
HALPERÍN DONGHI, T.: La larga agonía de la Argentina peronista, Ed. Ariel, Bs.As., 1994
HILLERT, F.; PASO, L.; CUCUZZA, R.; NACIMENTO, R. Y ZIMMERMAN, L.: El sistema educativo argentino, Antecedentes formación y crisis, Ed. Cartago, Bs.As., 1986, 2d. Edición.
HOROWICZ, A.: Los cuatro peronismos, Hispamérica, Bs.As. 1986
IANNI, O: A formação do Estado populista na América Latina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975
IBAGURREN, Carlos: La Historia que he vivido, Ed. Pend, Bs.As. 1955.
IBARGUREN, Federico: Nuestra tradición histórica; Dictio, Bs.As.; 1978
JAURETCHE, Arturo: Los Profetas del Odio e de la Yapa. La colonización pedagógica, Ed. Peña Lillo, Bs.As. 1975.
KENWORTHY, E.: "Interpretaciones ortodoxas y revisionistas del apoyo inicial del peronismo", em ", em MORA Y ARAUJO E IGNACIO LLORENTE, El voto peronista, Ensayos de sociologia electoral argentina, Ed. Sudamericana, Bs.As. 1980
LACLAU, E.: Política e ideologia na Teoria Marxista, Capitalismo, Fascismo e Populismo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
LEMOS M.L., e outros: Evolución de los salarios docentes 1906-1975, Ministerio de Cultura y Educación, (Mimeo).
LENIN, V.I.: Materialismo y Empiriocriticismo, Ediciones Estudio, Bs.A., 1970.
LUBERTINO BELTRAN, M.J.: Perón y la Iglesia 1943-1955, CEAL, Bs.As., 1987
LUNA, Felix: El 45. Crónica de un otoño decisivo, Bs.As., 1969.
LUNA, Felix: Perón y su tiempo, Vol, 1 y 3, Bs.As., 1984-1987.
MANGANIELLO, Ethel M.: Historia de la Educación Argentina, Libreria del Colegio, Bs.As., 1980.

MANGONE C. Y WARLEY, J.: Universidad y peronismo 1946-1955, CEAL, Bs.As. 1984
MÁRQUEZ, Angel: La Quiebra del Sistema Educativo, Libros del Quirquincho, Bs.As., 1995.
MARTINEZ PAZ: El sistema educativo argentino, Córdoba, 1980.
MARX, K. E ENGELS, F.: A ideologia Alemã, Editorial Grijaldo, Sãu Paulo, 1977
MARX, Karl: Contribuição à crítica da Economia Política, Martins Fontes, São Paulo, 1983, 2ª Edição.
MARX, Karl: Miseria de la Filosofia, Editorial en Lenguas Extranjeras, Moscú, 1972.
MARX, Karl: O capital... Livro, 1. Volume I, DIFEL, São Paulo, 1982.
MATSUSHITA, H: "Movimiento obereo argentino 1930-1945" em Revista Todo es Historia, Año XVII Nº 199-200, Bs.,As, Dic. 1993
MORA y ARAUJO, Manuel y LLORENTE, Ignacio: El voto peronista: ensayos de sociologia electoral argentina, Sudamericana, Bs.As., 1980.
NAVARRO GRASSI, M.: Los Nacionalistas, Ed. Jorge Alvarez, Bs.As., 1968
PAGE, J.A.: Perón, Vergara, Bs.As., 1984
PASO, Leonardo: Argentina, 1930, La frustración del nacionalismo; Editorial Futuro, Bs.As. 1987.
PASO, Leonardo: Del golpe de Estado de 1943 al de 1955, CEAL, Bs.As., 1987.
PAVÓN PEREYRA, E.: Perón tal cono fue, CEAL, Bs.As., 1986.
PENÃ M.: Masa, caudillos y élites. La dependencia argentina de Irigoyen a Perón, Fichas, As., 1973
PINEAU, P.: Sindicatos, estado y educación técnica (1936-1968), CEAL, Bs.As., 1991
PINKASZ, D.: La formación pedagógica de los profesores de enseñanza media argentina. 1930-1945, Tesis de Maestria. FLACSO-CONICET, 1989
PITTELLI, C. y PINKASZ, D.: Las reformas educativas en la provincia de Buenos Aires, cambiar o conservar? (1936-1972), Universidad Nacional de Luján, 1995 (Mimeo)
PITTELLI, C. y SOMOSA, M.: El Peronismo y la Enseñanza Religiosa obligátoria en la escuelas públicas. Universidad Nacional de Luján, 1990 (Mimeo)
PITTELLI, C. y SOMOSA, M.: Notas acerca de la producción y control de símbolos. El sujeto y la Historia. Universidad Nacional de Luján, 1990 (Mimeo)
PLOTKIN, Mariano: Mañana es San Perón, Ariel, Bs.As., 1994
PORTANTIERO, J.C. y MURMIS, M.: Estudios sobre los orígenes del peronismo, Bs.As., 1971
POTASCH, R.: "Las Fuerzas Armadas Argentina en la Década del 40" em Revista Todo es Historia, Año XVII Nº 199-200, Bs.,As, Dic. 1993
POTASCH, R.: El Ejército y la política en Argentina, de Perón a Frondizzi, Hyspamérica, Bs.As., 1986
PRADO, M. Coelho: O populismo na América Latina: Argentina e México, São Paulo, Brasilense, 1981
PUIGGRÓS, A. Y BERNETTI, J.: Peronismo: Cultura política y educación 1945-1955, Ed. Galerna, Bs,As. 1993
PUIGGROS, A.: Democracia y autoritarismo en la pedagogia latinoamericana, Galerna, Bs.As., 1986
PUIGGROS, A.: Imperialismo y educación en América Latina, México, Nueva Imagen, 1983
PUIGGROS, R.: El peronismo: sus causas, CEPE, Bs.As., 1972
RAMA, Germán: Desarrollo y Educación en América Latina y el Caribe, Ed. CEPAL-UNESCO-PNUD-KAPELUSZ, Bs.As., 1987
RAMOS, Jorge.A.: La era del Peronismo, Bs.As. Ed. del Mar Dulce, 1981.
RAMOS, Juan A.: La lucha por un partido revolucionario, Pampa y Cielo, Bs.As., 1964.
RAMOS, Jorge A: Revolución y Contrarrevolución en la Argentina. Historia de la Argentina en el Siglo XX, Bs.As., 1959.
REALE, G. e ANTISERI, D.: História da Filosofia, do Romanticismo até nossos días, Edições Paulina, São Paulo, 1991, Vol. 3.
RECALDE, Héctor: El Primer Congresso Pedagógico, CEAL, Bs.As., 1987.
REYES, C.: Yo hice el 17 de octubre/1, CEAL, Bs.As., 1984

ROCK, D.: La Argentina Autoritaria, Los nacionalistas, su historia, y su influencia en la vida pública, Ed. Ariel, Bs.As., 1993
ROMERO, José L.: Las ideas políticas en Argentina, Fondo de Cultura Económica, Bs.As., 1990.
ROMERO, José Luis: Latinoamerica: las ciudades y las ideas, Siglo XXI, México, 1978.
ROUQUIE, A.: Poder militar y sociedad política en la Argentina, Emecé, Bs.As. 1981
ROUQUIÉ, Alain: Poder militar y sociedad política en Argenina, Bs.As., Emecé editores, Bs.As., 1981.
SANCHEZ SORONDO, Marcelo: La Revolución que anunciamos, Bs.As., 1945.
SANCHEZ VIAMONTE, C.: Manual de Derecho Constitucional, Ed. Kapelusz, Bs.As., 1959
SAVIANI, Dermeval: Pedagogia Histórico-crítica, primeiras aproximações, Cortez Editora, São Paulo,1991.
SKIDMORE, T.: Brasil: De Getúlio a Castelo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, 3ra. Edição.
SLOMP GIRON, LORAINE: As sombras do Littorio o Fascismo na região colonial do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1989, Bs.As.
SOBRELLI, J.J.: Los deseos imaginarios del Peronismo, Legasa, Bs.As. 1981
TAMARIT, J.: "La función de la escuela: conocimiento y poder", em Revista Argentina de Educación, AGCE, Bs.As., No. 10, 1988
TECUANHUEY SANDOVAL, A.: La revolución de 1943: políticas y conflitos rurales, CEAL, Bs.As., 1988.
TEDESCO, Juan C.: Educación y Sociedad, Ediciones Pannedille, Bs.As., 1970
TENTI FANFANI, E.: Políticas de asistencia y promoción social en la Argentina, Boletín Informativo Technit, N°248, Bs.As., Julio-Agosto, 1987
TERÁN, Oscar: Positivismo y nación en la Argentina; Ed. Puntosur; Bs.As; 1987.
TORRASSA, Atilio E.: Enseñanza Primaria, Ediciones de Sarmiento, Bs.As., 1956
TORRASSA, Atilio E: Enseñanza Secundaria, Normal, Técnica y Especial, Ediciones de Sarmiento, Bs.As., 1959
TORRE, Juan Carlos: La vieja gurdia sindical y Perón. Sobre los orígenes del peronismo, Bs.As. Colec. Mora y Arraujo e Ignacio Llorente (comp.), 1990.
TORROSSA, A.E.: Legislación escolar argentina, Bs.As, Ediciones de Sarmiento, 1957-58.
USUANI, E e outros: Estado Benefactor un paradigma en crisis, Ed. Miño y Dávila, Bs.As., 1991
VANOSSI, J.R.: Teoria constitucional, Editorial Depalma, Bs.As., 1975.
VEDOYA, Juan C.: Historia de la Instrucción Primaria en la República Argentina, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 1984.
WALDMANN, P.: El Peronismo 1943-1955, Hyspamérica, Bs.As., 1986
WARLEY, Jorge: Vida cultural e intelectuales en la década de 1930, CEAL, Bs.As., 1985.
WEBER Max: Economia y Sociedad, México 1977.
WEBER MAX: Escritos Políticos I, Folios Ediciones, México, 1982.
WEINBERG, G.: "El populismo y Educación en América Latina", em La promesa y el descontento, Ed. Belgrano, Bs.As, 1985
WEINBERG, G.: Modelos educativos en la historia de América Latina, Kapeluz, Bs.As.,1984
WEINBERG, Gregorio: Debate Parlamentario Ley 1420 1883-1884, CEAL, Bs.As., 1984.
WIÑAR, D.L.: "Aspectos Sociales del Desarrollo Educativo Argentin, 1900-1970", Revista del Centro de Estudios, México, 1974, Vol. IV,
WIÑAR, D.L.: "Poder político y educación" El peronismo y la Comisión Nacional de Aprendizaje y Orientación Profesional. Inst. Torcuato Di Tella, CICE, Bs.As., 1970
ZORRILLA, "Rubén: Líder, Elíte y Masa en el peronismo", em Revista Todo es Historia, Año XVII N° 199-200, Bs.,As, Dic. 1993
ZULETA ALVAREZ, Enrique: El Nacionalismo Argentino; Ed. La Bastilla, Bs.As. 1975, Tomo II
ZURETTI-MUÑIZ: Política Educacional Legislación y Organización Escolar , Colección: La Escuela, INTINERARIUM, Bs.As., 1961, 4° edición.